



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E
FEMINISMO**

MARIA DA CONCEIÇÃO BARRETO

**EXPERIÊNCIAS DE ENVELHECIMENTO DE PESSOAS CASADAS:
IDENTIDADES, ESTILOS DE VIDA E PROJETOS**

Salvador, Bahia
2012

MARIA DA CONCEIÇÃO BARRETO

**EXPERIÊNCIAS DE ENVELHECIMENTO DE PESSOAS CASADAS:
IDENTIDADES, ESTILOS DE VIDA E PROJETOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Professora Dra. Alda Britto da Motta

Salvador, Bahia
2012

B273 Barreto, Maria da Conceição
Experiências de envelhecimento de pessoas casadas: identidades, estilos de vida e projetos / Maria da Conceição Barreto. – Salvador, 2012.
313f.: il.
Orientadora: Professora Dra. Alda Britto da Motta.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

1. Envelhecimento. 2. Identidade. 3. Estilo de vida. 5. Idosos. I. Motta, Alda Britto da. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências humanas. III. Título.

CDD – 305.26

MARIA DA CONCEIÇÃO BARRETO

EXPERIÊNCIAS DE ENVELHECIMENTO DE PESSOAS CASADAS: IDENTIDADES, ESTILOS DE VIDA E PROJETOS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Aprovada em 17 de agosto de 2012

Banca Examinadora

Alda Britto da Motta – Orientadora

Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia (1999)
Universidade Federal da Bahia

Russell Parry Scott

PhD em Antropologia, University of Texas at Austin (1981)
Universidade Federal de Pernambuco

Josimara Aparecida Delgado

Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007)
Universidade Católica do Salvador

Marilena Ristum

Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia (2001); Pós-Doutorado, Clark University, US (2010) e
Universidade de Córdoba, ES (2010)
Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia

Márcia Santana Tavares

Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (2008)
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

É difícil nomear todas as pessoas que contribuíram com esta tese. No entanto, expresso minha consideração por aquelas que estiveram mais diretamente ligadas a mim, através do apoio e incentivo, da orientação e compreensão, ou da memória.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, por acolher meu projeto e pelo apoio dos professores, em especial à professora Ana Alice Costa, que possibilitou o meu acesso ao conhecimento no campo de gênero, abrindo as portas para o meu ingresso no Programa, como aluna especial.

À CAPES, pelo suporte financeiro oferecido através de bolsa, durante parte do tempo em que desenvolvi esta tese.

À minha orientadora, Alda Britto da Motta, por ter confiado em mim, permitindo-me caminhar por trilhas pouco conhecidas.

Às professoras Cecília Sardenberg e Márcia Tavares, pelas sugestões oferecidas por ocasião da qualificação do meu projeto de tese.

Ao professor Russell Parry Scott e às professoras Josimara Delgado e Marilena Ristum, participantes da banca de avaliação e aprovação desta tese, pelas contribuições dadas para a melhoria da versão final do trabalho.

À minha mãe octogenária, Alice, cuja referência de otimismo alimentou minha decisão de entrar no doutorado depois dos cinquenta anos de idade.

À memória de meu pai, Raimundo, cuja lembrança me fez acreditar na possibilidade de construir esse capítulo de minha história que integra a própria história de minha família.

Ao meu companheiro, Visi, pela solidariedade e compreensão, suportando com paciência minhas angústias nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Ao meu filho Luis Fernando, pelo apoio na configuração da tese e pelo estímulo para que eu tomasse algumas decisões durante o processo.

À colega de profissão e do curso de doutorado, Darlane, pela amizade e incentivo em momentos críticos durante esta caminhada.

Aos casais que participaram da pesquisa, integrando-se em uma ou mais fases da investigação, pois sem eles não teria sido possível realizar este trabalho. Agradeço-lhes por compartilhar um pouco de suas experiências de envelhecimento, com as quais aprendi bastante.

Porque sei que o tempo é sempre o tempo
E que o espaço é sempre o espaço apenas
E que o real somente o é dentro de um tempo
E apenas para o espaço que o contém

T. S. Eliot
(Quarta Feira de Cinzas, 1930)

RESUMO

BARRETO, Maria da Conceição. **Experiências de envelhecimento de pessoas casadas: identidades, estilos de vida e projetos**. Salvador, 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia

Esta tese tem como objeto as experiências de envelhecimento de pessoas casadas, com idade a partir dos cinquenta anos e residentes em Salvador e Região Metropolitana. O objetivo é analisar as narrativas dessas pessoas sobre os significados do envelhecimento, a fim de compreender como elas constroem suas identidades e como vivenciam esse processo. Os dados foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas individualmente, nas residências dos (as) participantes. As experiências retratadas e examinadas identificam sentimentos e significados relativos a situações vividas no envelhecimento e sugerem a influência de valores e normas vigentes na nossa sociedade. Nesse sentido, o envelhecimento exige negociação constante da pessoa com as formas sociais existentes, configurando-se como uma categoria instável, sujeita às transformações sociais, assim como às dinâmicas dos cursos de vida individuais. Tal compreensão vincula-se ao princípio de que, embora homens e mulheres percebam seu processo de envelhecer, expressando-o mediante conotações positivas e negativas, há variação nessas interpretações que mostra o caráter subjetivo da velhice e revela a dificuldade em estabelecer uma identidade única para o grupo pesquisado. O estudo confirma a importância da categoria gênero na visualização das construções sociais do envelhecimento, expondo as relações simbólicas, normativas, institucionais e subjetivas nessas construções. No âmbito conjugal, os resultados indicam que as relações entre marido e mulher são influenciadas pela ideologia patriarcal, evidenciada através da estilização de vida dos casais. Por fim, a pesquisa identifica que há desconstrução da categoria velhice entre os pesquisados, pela utilização de estratégias para tentar adiar os sinais da idade e fugir dos estigmas e classificações etárias. Como a idade comporta um sentido ideológico, envolve a avaliação da pessoa e do grupo do qual faz parte, possibilitando delinear expectativas de relacionamentos e atividades em que é atribuído um lugar para cada pessoa.

Palavras-chave: Envelhecimento; relações de gênero; identidade; estilos de vida; projetos de vida

ABSTRACT

BARRETO, Maria da Conceição. **Aging Experiences of married people:** identities, life styles and projects. Salvador, 2012. Doctoral Dissertation – Graduate Program in Interdisciplinary Studies about Women, Gender and Feminism. Federal University of Bahia.

This dissertation aims at the aging experiences of married people, aged fifty years or older and living in Salvador and its Metropolitan Region. Its objective is to analyze their narratives about the meanings of getting old, in order to understand the way they develop their identities and experience this process. The data were gathered through semi-structure and individual interviews performed at the participants' homes. The experiences that were portrayed and examined identify feelings and meanings related to situations experienced at aging and suggest the influence of values and standards in force in our society. In this sense, aging requires the ongoing negotiation of the person with the existing social forms, and thus it is shaped as an unstable category, subject to social transformations, as well as to the dynamics of the individual courses of life. The referred understanding is related to the principle that although men and women perceive their aging processes, expressing them through positive and negative connotations, the diversification of these interpretations shows the subjective feature of aging and reveals that it is difficult to establish a unique identity for the researched group. The study confirms the importance of the gender category in the visualization of the social formations of aging, exhibiting the symbolic, normative, institutional and subjective relationships that were formed. Within the scope of the married couples, the results show that the relationships between husband and wife are influenced by the patriarchal ideology, made clear through the couples' life styles. Lastly, the research indicates the deconstruction of the old age category amongst the ones that were researched, by using strategies to try to postpone the age signals and thus run away from the stigmas and age classifications. Since age comprises an ideological sense, the person and the group he or she belongs to is assessed, so that the expectancies and relationships are outlined and a place is assigned to each person.

Key words: Aging; gender relationships; identity; life styles, life projects

RÉSUMÉ

BARRETO, Maria da Conceição. **Expériences de vieillissement de personnes mariées : identités, styles de vie et projets.** Salvador, 2012. Thèse (Doctorat) – Programme de Post-Graduation en Études Interdisciplinaires sur les Femmes, le Genre et le Féminisme. Université Fédérale de Bahia.

Cette thèse a pour objet les expériences de vieillissement de personnes mariées, âgées de cinquante ans ou plus et résidant à Salvador et dans sa Région Métropolitaine. Le but en est d'analyser les récits de ces personnes sur les significations du vieillissement, afin de comprendre comment elles construisent leurs identités et comment elles vivent ce processus. Les données ont été obtenues au moyen d'entretiens semi structurés, réalisés individuellement, dans les résidences des participants (es). Les expériences présentées et examinées identifient des sentiments et des significations relatifs au vieillissement et suggèrent l'influence de valeurs et de normes en vigueur dans notre société. En ce sens, le vieillissement exige une négociation constante de la personne avec les formes sociales existantes, se configurant comme catégorie instable, sujette aux transformations sociales, de même qu'aux dynamiques des cours de vie individuels. Une telle compréhension est liée au principe selon lequel, bien que les hommes et les femmes perçoivent leur processus de vieillissement, en l'exprimant par des connotations positives et négatives, il y a une variation dans les interprétations qui indique le caractère subjectif de la vieillesse et révèle la difficulté de l'établissement d'une identité unique pour le groupe étudié. L'étude confirme l'importance de la catégorie genre dans la visualisation des constructions sociales du vieillissement, exposant les relations symboliques, normatives, institutionnelles et subjectives dans ces constructions. Dans le cadre conjugal, les résultats indiquent que les rapports entre mari et femme sont influencés par l'idéologie patriarcale, mise en évidence par la stylisation de la vie des couples. Finalement, la recherche identifie qu'il y a une déconstruction de la catégorie vieillesse parmi les personnes étudiées, par l'utilisation de stratégies pour essayer de retarder les signes de l'âge et échapper à la stigmatisation et classification dues à l'âge. Comme l'âge comporte un sens idéologique, il englobe l'évaluation de la personne et du groupe dont elle fait partie, ce qui rend possible de dessiner des attentes de relations et d'activités où un lieu est attribué à chaque personne.

Mots-clé : Vieillissement ; rapports de genre ; identité ; styles de vie ; projets de vie.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANG	Associação Nacional de Gerontologia
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIDEU	Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
FLEM	Fundação Luis Eduardo Magalhães
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S. A.
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC	Serviço Social do Comércio
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
OBJETO E OBJETIVO DO ESTUDO	25
EIXO ANALÍTICO E CATEGORIAS EMPÍRICAS	31
PLANO DE TRABALHO: PESSOAS ENVOLVIDAS, LOCAL E MATERIAL	43
CAPÍTULO 1 - O ENVELHECIMENTO COMO PROCESSO: TEMPO, IDADE, GERAÇÃO E EXPERIÊNCIA	47
1.1 CONTEXTUALIZANDO O ENVELHECIMENTO	48
1.2 TEMPO CRONOLÓGICO E TEMPO SOCIAL	52
1.3 AS IDADES DA VIDA	56
1.4 GERAÇÃO COMO FATO CULTURAL	63
1.5 ARTICULANDO A EXPERIÊNCIA A DIMENSÕES SOCIAIS	67
CAPÍTULO 2 - RECONSTITUINDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS	75
2.1 ABORDANDO OS PARTICIPANTES	76
2.2 INSTRUMENTOS DE LEVANTAMENTO DOS DADOS	77
2.2.1 Grupo focal	77
2.2.2 Entrevista	79
2.2.3 Diário de campo	84
2.3 O PERCURSO DA ANÁLISE DOS DADOS	86
2.3.1 Estratégia de análise	88
2.3.2 Balizas orientadoras e procedimentos da análise dos dados	89
2.3.3 Unidades de análise	92
CAPÍTULO 3 - ATORES EM CENA: SUJEITOS EM MOVIMENTO	93
3.1 PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO-POLÍTICO	94
3.2 RECORTES DA VIDA NA CIDADE	103
3.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ESTUDADA	108
3.3.1 Composição e procedência	108
3.3.2 Aspectos de moradia e da convivência familiar	109
3.3.3 Divisão de responsabilidades e cuidados domésticos	113
3.3.4 Auto-referência de cor	116
3.3.5 Opções religiosas	117
3.3.6 Convergências e divergências	119
3.3.6.1 Faixas de idade	120
3.3.6.2 Tempo de vida conjugal	121
3.3.6.3 Número de filhos	121
3.3.6.4 Nível de Escolaridade	124
3.3.6.5 Inserções profissionais	125

CAPÍTULO 4 - CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS: O OLHAR “PARA SI” NO PROCESSO DE ENVELHECER	129
4.1 SIGNIFICANDO AS VELHICES “DOS OUTROS”	130
4.2 SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À IDADE: O OLHAR “PARA SI”	136
4.3 IDOSOS E IDOSAS: NOVAS IDENTIDADES?	155
CAPÍTULO 5 - A DIVERSIDADE DOS ESTILOS DE VIDA: <i>HABITUS</i>, GOSTO E DISTINÇÃO SOCIAL	163
5.1. ESTILO DE VIDA E TRABALHO	165
5.2 MODOS DE VIDA NA APOSENTADORIA	170
5.3 FORMAS E CIRCUITOS DE LAZER	181
5.4 MUDANÇAS NOS ESTILOS DE VIDA	185
5.5. A CONTEMPORANEIDADE E OS ESTILOS DE VIDA NA CIDADE	190
CAPÍTULO 6 - PROJETOS DE VIDA: A HORA É AGORA	199
6.1 O CASAMENTO E A FAMÍLIA COMO PROJETOS	201
6.2 PROJETOS CONJUGAIS: CONSENSOS E DISSENSOS	211
6.3 PROJETOS INDIVIDUAIS: REVENDO DESAFIOS	220
6.3.1 Idade para projetar: o tempo como referência	222
6.3.2 Gênero e projeto de vida	225
6.3.3 A vida como projeto	229
CAPÍTULO 7 - ENVELHECER JUNTOS: PARCERIA OU SOLIDÃO A DOIS?	233
7.1 APESAR DE TUDO, JUNTOS!	234
7.2 DIÁLOGOS DIFÍCEIS: NÃO SEI O QUE FAZER COM ELE/ELA	242
7.3 COMPANHIAS SOLITÁRIAS: O SILÊNCIO QUE MATA	246
7.4 AFETIVIDADE E SEXUALIDADE NO ENVELHECIMENTO	249
7.5 SIGNIFICANDO AS EXPERÊNCIAS DE ENVELHECER JUNTOS	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
REFERÊNCIAS	285
APÊNDICES	309
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista	311
APÊNDICE B: Formulário do Diário de campo	313

INTRODUÇÃO

O fenômeno da transição demográfica assume, nos dias atuais, uma perspectiva cada vez mais ampla, preocupando alguns organismos internacionais, devido aos aspectos gerados com o aumento do número de pessoas que envelhecem em todo o mundo, pondo em evidência problemas sociais e previdenciários. O percentual de idosos (as) com mais de 60 anos, em escala mundial, atingiu 11,2%, em 2010, indicando uma taxa de crescimento em torno de 2,6%, ao ano, ou seja, mais rápido do que o crescimento da população no seu conjunto, cuja taxa de crescimento entre 2005-2010 foi de aproximadamente 1,16% ao ano (UNITED NATIONS, 2010).

O número absoluto de pessoas com idade de 60 anos ou mais aumentou nove vezes no período de 1940 a 2000, sendo maior do que em algumas outras faixas de idade (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004; IRIGARAY; SCHNEIDER, 2008), levando a Organização das Nações Unidas (ONU) a considerar o período de 1975 a 2025 como a Era do Envelhecimento (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002). Um aspecto evidenciado nessas estatísticas é o aumento da proporção de idosos (as) com mais de 80 anos. Atualmente, esse contingente cresce num ritmo de 3,9% ao ano, o que revela a proporção de um idoso de 80 anos a cada grupo de oito pessoas com idade acima dos 60 anos (UNITED NATIONS, 2010).

No Brasil, o envelhecimento assume visibilidade cada vez maior atingindo, em 2010, o percentual de 11,1%, indicando as transformações demográficas no país, a cada década, como revelam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Uma característica observada nesse processo refere-se às diferenças de gênero, em que a população feminina idosa é superior à masculina. De acordo com esse Instituto, tomando-se esses grupos separadamente, observa-se um percentual de 11,7% de mulheres idosas e 9,8% de homens na mesma faixa etária.

Outro aspecto que se destaca é o aumento da expectativa de vida dos (as) brasileiros (as) que, em 2010, chegou a 73,5. No entanto, esse fenômeno não é uniforme em nenhuma parte do mundo, sugerindo que qualquer representação sobre o envelhecimento deve partir de uma visão caleidoscópica para refletir os diversos imperativos culturais e os fatores sociais (ONU, 2010), além dos aspectos de gênero que definem as diferentes formas de envelhecer. No Brasil, por exemplo, quando se fala em expectativa de vida, as mulheres aparecem em uma

situação mais favorável do que os homens, projetando-se para elas 77,3 anos e para os homens, 69,7 anos.

Partindo desses dados, considera-se que o Brasil é um país velho, pois um país “já é considerado velho quando 7% de sua população são constituídos por idosos” (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 12). Conforme estabelecido na Política Nacional do Idoso através da Lei 8.842/1994 e do Decreto 1948/96 (BRASIL, 1998) é considerado “idoso” o indivíduo que tem 60 anos ou mais.

Na Bahia, a ampliação do número de idosos acompanha o que tem sido registrado no país em geral, inclusive quanto à maior proporção de mulheres idosas (11,2%) em relação aos homens (9,5%). Considerando os idosos com idade acima dos cem anos, os últimos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) mostram que o estado abriga o maior número de centenários, num total de 3.578 (sendo 2.442 mulheres) em um universo de 24.236 idosos brasileiros (sendo 16.989 mulheres).

Apesar dos números crescentes em relação ao envelhecimento da população mundial, nacional e local, esse fenômeno tornou-se comum somente há pouco mais de cem anos, surgindo como um assunto complexo, situado na interface entre as ciências biológicas, sociais e humanas, com aplicações em áreas como a geriatria, a gerontologia, o serviço social (NERI, 1995) e a psicologia.

Como tema de estudo, o envelhecimento despertou o interesse de estudiosos desde a Antiguidade, através de obras como “De Senectute”, de Cícero, escrita há mais de 2000 anos, mas somente no século XX o tema consolidou-se nas ciências naturais e nas ciências humanas (GOLDSTEIN, 1999)¹.

Na psicologia, os primeiros estudos eram relacionados às funções do organismo humano, sendo os (as) idosos (as) estudados (as) em ambientes diversos: na família, nos hospitais, no trabalho, dentre outros locais (NERI, 1995). Na sociologia, esse assunto tornou-se mais valorizado a partir dos anos 1970 (CARADEC, 2001), surgindo contribuições voltadas para a compreensão dos fenômenos econômicos, históricos, etnográficos, culturais e sociais que influenciam a velhice (SIQUEIRA, 2001). Entretanto, no campo feminista, existe lacuna quanto à inclusão da temática idade/geração (BRITTO DA MOTTA, 2002a), além da

¹ Na literatura mundial, no cinema e na música, a velhice é tema recorrente, ainda que seja narrada, com frequência, em páginas, imagens e vozes que lembram o ceticismo e o descaso em relação aos velhos, sua tristeza e solidão. Acerca dessa condição, ver em Gabriel Garcia Márquez (Ninguém escreve ao coronel) o relato do ritual de espera (esperança) do personagem pela carta do governo que lhe outorgaria a pensão que nunca chegara; em Ernest Hemingway (O velho e o mar), a luta de um velho diante de dificuldades que retratam a condição de classe social, ao utilizar barcos de menor porte, tendo a vela remendada com sacos de farinha como se fora “a bandeira de uma derrota”; em boa parte da música brasileira, os velhos são caracterizados por componentes simbólicos de isolamento social, desvalorização, improdutividade e abandono.

escassez de produções que tratem sobre o envelhecimento, notadamente o feminino. Simone de Beauvoir foi a primeira voz feminina e feminista a escrever sobre a velhice e a denunciar a condição social dos (as) velhos (as), rompendo com o silêncio acerca desse tema (ATTIAS-DONFUT, 2004).

O destaque alcançado pelos (as) atuais idosos (as) brasileiros (as) contribuiu para o surgimento de associações e programas destinados à “terceira idade”, sendo os de maior destaque os promovidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e pelas Universidades da Terceira Idade. Foram consolidadas associações profissionais que atendem à população idosa, dentre elas: a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), constituindo-se em importantes fontes de informação científica através dos congressos nacionais, estaduais e regionais. E, a partir dos anos 1990, surgiram em vários estados brasileiros cursos de pós-graduação sobre envelhecimento, integrados por profissionais de diversas áreas (GOLDSTEIN, 1999). Esse caráter interdisciplinar é evidenciado, por exemplo, no trabalho realizado por Neri (1997) em quatro universidades brasileiras com a participação de pesquisadores (as) provenientes de áreas distintas.

No Brasil, o interesse crescente por essa temática coincide com o processo de formação dos grupos de pesquisa nessa área, sendo esse crescimento mais expressivo após o ano de 1995 confirmando, de acordo com Prado e Sayd (2004) que, no Brasil, as iniciativas para a produção de conhecimento sobre o envelhecimento são recentes e abrangem diversas temáticas e diferentes perspectivas de análise. Essas autoras realizaram um levantamento a partir do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), localizando 43 grupos de pesquisa nessa área, denominando-os de “grupos específicos” por terem o envelhecimento humano como tema predominante de estudo.

OBJETO E OBJETIVO DO ESTUDO

Esta pesquisa tem como objeto as experiências de envelhecimento de pessoas casadas, com idade a partir dos cinquenta anos e residentes na região metropolitana de Salvador. O objetivo é analisar as narrativas dessas pessoas sobre os significados do envelhecimento, a fim de compreender como constroem suas identidades e como vivenciam esse processo. Meu interesse é por em relevo a feição subjetiva da velhice, ou seja, os sentimentos e os

significados que contribuem para a realidade dessa experiência, expondo as identidades, os estilos de vida e os projetos no curso do envelhecimento. Estou interessada em saber o que essas pessoas pensam sobre o envelhecer, em que tipos de situação se envolvem e como se sentem face às interpretações que atribuem ao envelhecimento.

Mas, por que concentrar minha atenção sobre esse assunto?

Apesar da visibilidade alcançada pelos (as) atuais idosos (as) brasileiros (as) e da extensão dessa temática nas pesquisas realizadas nos diferentes Programas de Pós-Graduação no Brasil, sinalizando um entendimento interdisciplinar de vários campos e suscitando revisões teóricas acerca de diversas questões relativas a esse tema, não encontrei estudos baianos voltados para o envelhecimento de pessoas casadas. Porém, posso dizer que a minha escolha está vinculada à minha própria história de vida, como pessoa e como profissional preocupada com os demais cidadãos.

Um aspecto motivacional pelo assunto do envelhecimento surgiu ainda no meu mestrado, quando realizei pesquisa sobre a produção científica em psicologia, na Bahia (BARRETO, 2004), abrangendo o período de 1973-2002, tendo verificado que as pesquisas que se referiam à categoria “idade” reportavam-se, sobretudo, às fases iniciais do curso de vida. Outra situação de interesse está relacionada à minha prática profissional quando, na condição de professora e coordenadora de um curso de graduação em psicologia (2006-2008), observei que a ementa da disciplina que deveria tratar do desenvolvimento humano na idade adulta reservava cerca de 10% de sua carga horária, apenas, para abordar a velhice, indicando uma lacuna de interesse em relação aos adultos idosos.

Por outro lado, ao focalizar pessoas casadas, valorizo o fato de que, apesar das discussões em torno da crise e das transformações ocorridas no casamento e na família nas últimas décadas, essas estruturas continuam existindo simultaneamente aos debates acerca da igualdade dos sexos e da liberdade sexual das mulheres. E, ainda que essas questões possam ser consideradas inquietantes ou, até mesmo, incompatíveis com a noção de família tradicional, ao contrário, fortalecem-se cada vez mais como princípios essenciais a uma democracia. Acrescento ainda que, apesar de não ter a intenção de buscar uma compreensão psicológica das narrativas, o empenho em articular a dimensão conjugal ao envelhecimento encontra apoio na minha formação em terapia de família e casal e na prática profissional na clínica psicológica, na década de 90, quando atendi famílias e casais em processo terapêutico.

No que tange às mudanças na configuração do casamento e da família, um dos sinais é o registro de elevado número de divórcios (FÉRES-CARNEIRO, 2003a; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2005; WAGNER, 2002), com a diminuição do número de famílias nucleares

tradicionais. Há preferência de grande número de pessoas em viverem sozinhas, outras em permanecerem juntas em união estável, ou casadas morando em residências separadas (FALCKE; DIEHL; WAGNER, 2002; GRZYBOWSKI, 2002), indicando a plasticidade nos estilos de vida amorosa, conforme assinala Bauman (2004), referindo-se aos desejos humanos conflitantes de apertar os laços e ao mesmo tempo mantê-los frouxos.

Além disso, existem as famílias monoparentais (GRZYBOWSKI, 2002), e a convivência de duas, três ou mais gerações na mesma casa, como resultado da dinâmica transformadora no âmbito das relações parentais (DIAS; COSTA; RANGEL, 2005), produzindo mudança na estrutura e no significado de família. Vale ressaltar, também, a vigência de outros modelos de família formados por pessoas do mesmo sexo (ALMEIDA, 2007; PAIVA, 2007), atestando modificações nas lutas simbólicas nas quais a homossexualidade engajou-se historicamente, assumindo relevância crescente desde a última década do século XX (PAIVA, 2007).

No entanto, apesar dessas mudanças e de sua repercussão na sociedade onde vivemos, nem todas as pessoas são atingidas diretamente por elas. Restam os casais que, superando ou não os revezes do casamento, mantêm as estruturas criadas, chegando juntos à velhice, num esquema de “até que a morte nos separe”. É para esses sujeitos sociais que dirijo minhas preocupações, ressaltando o aumento da expectativa de vida como um fator importante no entendimento do processo de envelhecimento, por propiciar o aumento do tempo em que os casais permanecem juntos compartilhando emoções e tensões oriundas de uma relação a dois. Presumo que a conjugalidade constitui o berço dos sentimentos de amor e ódio e dos anseios e medos que tais sentimentos vão produzindo durante o curso de vida pessoal e conjugal.

A escolha de pessoas casadas, em vez de mulheres e homens solteiros, separados ou viúvos indica o pressuposto de que o estudo do envelhecimento de pessoas inseridas numa rede de relações conjugais traz subsídios de análise das relações de gênero instauradas nesse contexto específico, o da família, especialmente quando referida à convivência de marido e mulher sob o mesmo teto. Considerando todos esses elementos, minha escolha para este estudo inclui pessoas com idade a partir dos cinquenta anos, casadas em uniões heterossexuais, vivendo no mesmo domicílio sem negar, contudo, a importância do estudo dessas outras formações e sem antagonizá-las.

No primeiro momento de estruturação do objeto de estudo deparei-me com a dificuldade de encontrar referências bibliográficas que abordassem o envelhecimento no âmbito conjugal. As referências localizadas versavam sobre a velhice ou a conjugalidade, ainda que uma ou outra dessas categorias viesse associada a outras dimensões.

No que tange à velhice, os autores e autoras tratam de diferentes aspectos, focalizando ora um, ora outro, às vezes de forma articulada com gênero, geração ou classe social. Discutem conceitos que envolvem o campo do envelhecimento enfatizando sua construção social (DEBERT, 1997; 1999; LANGEVIN, 1998; PEIXOTO, 1998). Analisam aspectos gerais sobre a velhice (BEAUVOIR, 1976; CAMARANO; KANSO; MELLO, 1999; CARADEC, 2001; ELIAS, 2001; MOREIRA, 2001; STUART-HAMILTON, 2002) ou evidenciam feições mais específicas como: gênero (SOUZA, 2003); gerações e grupos etários (ATTIAS-DONFUT, 1988; 1995; EISENSTADT, 1976; GRÜN, 1999; MANNHEIM, 1928; PEIXOTO, 2000; SIRINELLI, 1991); tempo e memória (BIRMAN, 1995; BOSI, 2007); aposentadoria (DEBERT, 1994; SIMÕES, 1998); grupos de convivência e sociabilidade (BRITTO DA MOTTA, 1999a; 2004; GOMES, 2001); políticas públicas, programas de prevenção e assistência (COELHO; DINIZ, 2005; LIMA, 2002; NERI, 1999).

Há estudos que abordam a representação da velhice pelo próprio idoso (SÁ, 2004) ou por pessoas não-idosas (EZEQUIEL; SONZOGNO, 2006) e a representação da velhice na literatura (LIMA, 2008). Pesquisas envolvendo o desenvolvimento cognitivo, o desempenho do idoso e o auto-cuidado também têm sido objeto de estudo dessa faixa de idade, como aparecem nos trabalhos de Álvarez (1990), Godoy (1996) e Germano Neto (1997). Outras pesquisas dirigem-se para perspectivas relacionadas à saúde e à qualidade de vida, bem como ao cuidado com o idoso, a exemplo dos estudos desenvolvidos por Marucci (1992), Okuma (1998), Brito (2002) e Souza (2005). Em alguns desses estudos os idosos são caracterizados como pessoas que precisam ser assistidas.

Há também autores (as) que ressaltam a velhice feminina (CARVALHO; COELHO, 2006; GOLDANI, 1999; LINS DE BARROS, 1998; MOREIRA, 1998; SALGADO, 2002), mostrando preocupação com a feminização da velhice, havendo alusão à imagem corporal, à pauperização, à solidão, à depressão e à viuvez. Mas esse é apenas um lado da questão quando se trata do envelhecimento. No que tange à solidão das pessoas idosas, por exemplo, é possível pensar que “estar só pode ser uma opção e não apenas um fardo” (BERQUÓ, 1998, p. 437). Ficar velha ou viver só pode ter o significado de liberdade para fazer o que a pessoa não fez antes, como descreve Britto da Motta (1998), numa referência a idosos participantes de suas pesquisas. Outras investigações chamam a atenção para as experiências de envelhecimento que escapam à noção de dependência dos (as) idosos (as) em relação a outras pessoas, mostrando que eles e elas podem tornar-se agentes de mudança social (CAMARANO, 2002; 2003) e suporte familiar face à dependência econômica dos mais jovens, como asseguram as duas últimas autoras citadas.

Em relação à conjugalidade, uma das características dos estudos é a referência às evidentes transformações nos valores e práticas no âmbito conjugal e familiar (DONZELOT, 1986; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2005; GIDDENS, 1993; 2000) que produzem um conjunto de efeitos na organização das relações nesse campo, influenciadas pelo crescente avanço da ciência e da tecnologia, dos processos de urbanização e industrialização, da maior autonomização da família², além da substituição dos valores autoritários por valores igualitários, conseqüente às discussões de teor feminista. Paralelamente a isso, houve também o impacto produzido pelo processo de difusão da psicanálise e das diversas vertentes da psicologia, processo definido por Figueira (1985) como “cultura psicanalítica”, o qual contribuiu para as mudanças nas formas de organização da estrutura familiar no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970.

Ao debaterem sobre a família e a vida conjugal, alguns estudos adotam a ótica psicanalítica (PINCUS; DARE, 1981; WILLI, 1978) ou uma perspectiva sistêmica³ focalizando disfunções familiares (ANDOLFI, 2002; MINUCHIN, 1982). Há autores (as) que utilizam a abordagem de gênero, articulada aos saberes da sociologia, antropologia, psicologia social, psicanálise, e analisam diferentes temáticas (ARAÚJO, 2005; FÉRES-CARNEIRO, 2003a; 2003b; GOLDENBERG, 2001; 2003; HEILBORN, 1995; 2004; JABLONSKI, 1988; 2003; NETO; FASOLO, CANEVER, 2007; NETO; STREY, 2007; SALEM, 2007; ZIVIANI, 2005). Outros (as) estudiosos (as), acompanhando a perspectiva de gênero, revelam interesse específico pela dinâmica familiar relativa às responsabilidades dos cônjuges com a prática educativa dos filhos e as tarefas domésticas (DURU-BELLAT; JAROUSSE, 1996; GLAUDE; SINGLY, 1986; HEINEN, 2001; SOUZA; WAGNER; BRANCO; REICHERT, 2007; WAGNER; PREDEBON; MOSMANN; VERZA, 2005).

Mas, do mesmo modo que as pesquisas sobre a velhice não pronunciam a dimensão conjugal, os estudos sobre pessoas casadas não envolvem a categoria velhice. No entanto, esses e outros estudos trazem relatos acerca das variadas formas de envelhecer, assim como

² Ao analisar o movimento de autonomização das famílias no Antigo Regime, na França, Donzelot (1986) observa que a aceleração dos processos de modernização da família tende a alterar o efeito de sua autoridade. As famílias eram inscritas em redes de solidariedade (comunidades aldeãs ou de dependência religiosa) e, ao mesmo tempo, eram atingidas pelo sistema de obrigações, privilégios e status outorgados pelos setores sociais. Aos poucos, elas foram desvincilando-se das redes de solidariedade, controlando suas próprias finanças e necessidades e, com isso, as mulheres obtiveram maior autonomia em relação à autoridade patriarcal no interior da família.

³ Tal abordagem assenta-se na Teoria Geral dos Sistemas e na Cibernética, paradigmas utilizados na segunda metade do século XX no estudo do comportamento humano. A noção de sistema implica em não considerar o objeto de estudo de uma perspectiva linear, mas um processo que envolve interações circulares e influências mútuas. Já a noção cibernética traz a idéia de realidade co-criada, onde não existe objetividade do observador (PARDAL, 2000), o que remete à abordagem perspectivista descrita adiante.

das formas distintas de vida conjugal relativizando, desse modo, a visão universalista acerca da velhice e da conjugalidade.

Em meio a esse cenário, construí meu objeto de investigação fazendo o recorte de gênero, mas admitindo uma ótica multirreferencial, em que entram em jogo os saberes de diferentes disciplinas. No marco de gênero, concebo a conjugalidade⁴ como o ponto onde marido e mulher se ligam, sendo um componente da vivência dos casais que acompanha e atravessa o seu processo de envelhecer, constituindo uma marca identitária dos envolvidos nessa relação.

Ao inscrever esse objeto no cruzamento entre as experiências de envelhecimento e as de conjugalidade existe a possibilidade de demarcação das duas esferas e de uma análise que privilegie ora uma, ora outra dimensão. Entretanto, vale dizer que, à suposta linha divisória que se insere entre elas sobrepõe-se a integração, sendo ambas as experiências pensadas por mim e vivenciadas por eles e elas de modo inseparável. Mediante tais considerações é que surgem o desenho do contexto e a definição dos sujeitos-agentes, apontando para a questão norteadora deste estudo:

Como se configuram as experiências de envelhecimento de pessoas casadas, com idade acima dos cinquenta anos, envolvendo: as construções identitárias, os estilos e os projetos de vida?

Tal indagação desdobrou-se nas seguintes questões de pesquisa:

1. Que significados homens e mulheres constroem sobre o próprio envelhecimento?
2. Como se expressam os estilos de vida em termos das ocupações, das preferências, das opções de lazer e redes de relações?
3. Quais são os projetos de vida individuais e conjugais?
4. Qual o significado da experiência de envelhecer junto ao (à) parceiro (a) conjugal?

⁴ Utilizo o termo conjugalidade como sinônimo de casamento (heterossexual), já que o que me interessa é o processo da relação entre homem e mulher que ocorre no âmbito da parceria conjugal. Conjugalidade é um neologismo, derivado de conjugar, que dá idéia de ligação entre duas pessoas, sem haver obrigatoriamente um contrato social entre elas (DIEHL, 2002). Para Heilborn (1995, p. 96), “a conjugalidade encerra [...] uma realidade supra-individual e se move em termos de um contrato, não necessariamente consciente, que chancela uma dependência recíproca entre os parceiros”, dando ao vínculo conjugal um caráter privilegiado que explica certos mecanismos presentes na relação, originando a “cobrança” do cumprimento do acordo mútuo de disponibilidade de um em relação ao outro. Ao tratar a conjugalidade no âmbito da discussão sobre o “casal igualitário”, Salem (2007) observa que tal modalidade conjugal ancora-se em algumas premissas: a parceria percebe-se como fundada em elos subjetivos, sendo instituída pelo desejo dos sujeitos; o laço conjugal dota o casal de uma identidade mais forte do que a que vincula cada um aos seus grupos de origem, prevalecendo as relações de escolha sobre as relações de parentesco.

Essas questões emergiram da revisão dos estudos sobre o Envelhecimento bem como dos estudos de Gênero, tendo sido ajustadas no início do trabalho de campo, ao serem confrontadas com a prática metodológica. O ajuste visou aproximá-las dos eixos do estudo, permitindo pensar na inter-relação entre as identidades construídas, os estilos de vida e os projetos de vida, considerados tanto no nível individual como no nível da díade. Essas indagações oferecem a possibilidade de respostas indicativas de maior ou menor individualização das experiências, podendo indicar, ainda, o processo de negociação dos casais nas suas relações de conjugalidade, na utilização de seus espaços, na realização de seus projetos ou na construção dos estilos de vida. Tal delineamento insinua a possibilidade de abranger outras questões e perspectivas teóricas tangenciais ao objeto de estudo, fazendo-me recorrer a um itinerário teórico diversificado.

Como ocorre em qualquer escolha de objeto, aqui também a opção não se deu de forma neutra. Ela foi influenciada pela minha experiência de integrar e conviver com uma família constituída por membros longevos, além de ser eu mesma uma pessoa na faixa de idade sugerida para o estudo. De outro lado, pertenço aos segmentos médios da população, possuo vivência conjugal com um homem na faixa de idade abrangida pela pesquisa e resido em um bairro no centro da cidade, próximo a outros bairros onde habita boa parte dos integrantes deste estudo, circulando através dos mesmos espaços públicos e tendo acesso aos mesmos serviços utilizados por eles.

Tais condições me proporcionam uma posição assemelhada à dos (as) entrevistados (as), me aproximam deles (as) e fortalecem o meu crédito para ouvir “de dentro”. Desta posição é que estabeleço a conexão com os casais para desenvolver a pesquisa. Nesse caso, mesmo não havendo a pretensão de traduzir inquietações pessoais a partir de seus relatos, este trabalho expõe uma faceta autobiográfica, pois compartilho com algumas dessas pessoas a mesma geração e algumas delas falam também por mim, fazendo-me pensar que qualquer semelhança entre elas e eu não é mera coincidência (VELHO, 1989).

EIXO ANALÍTICO E CATEGORIAS EMPÍRICAS

A análise dos relatos é acompanhada da literatura relacionada aos três eixos propostos, fundando-se em aportes teórico-epistemológicos diversificados, como coloquei antes. Nesse processo, busquei ascender das narrativas à compreensão do objeto guiada pela interlocução com os (as) autores (as) eleitos (as) para essa mediação, transitando por diferentes campos, já

que esses (as) autores (as) ocupam-se de problemáticas humanas distintas e suas proposições, assim como a própria experiência de envelhecer, não cabem em um só campo.

Ao produzir tal composição teórica, a tentativa é associar linguagens diferentes e fornecer uma visão dinâmica dos sujeitos abordados. Assim, estabeleço com os (as) interlocutores (as) teóricos (as) uma relação dialógica, acessando as fontes na medida em que as narrativas apontam em sua direção, procurando evitar, ao mesmo tempo, o dogmatismo e o ecletismo, mas buscando dentro dos meus limites de compreensão as possibilidades de seu apoio para fundamentar as questões levantadas aqui.

O eixo analítico seguido está ancorado na idéia de perspectivismo ou abordagem do “ponto de vista” (standpoint) que entende a produção do (a) pesquisador (a) como um conhecimento “situado”. O perspectivismo é herdeiro do feminismo radical (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006), e tem raízes marxistas (SARDENBERG, 2002a) tendo sido proposto inicialmente por Harstock (1987) e compartilhado por Smith (1987), Haraway (1994; 1995) e Harding (1996)⁵.

Esse enfoque possui como pressupostos básicos: a idéia de que não existe conhecimento neutro, nem objetivo; o conhecimento é construído a partir de um posicionamento social (histórico e cultural) que reflete o que se pode apreender da perspectiva que se tem de diferentes ângulos, por isso é um conhecimento “situado” (SARDENBERG, 2002a).

Trata-se de uma perspectiva desenvolvida pelo feminismo a partir da afirmação de que o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo, sendo que a noção de objetividade é considerada a partir desse ponto de vista, que é histórico, cultural e parcial, portanto uma objetividade “situada”, sem haver a pretensão de teorizar o mundo em termos globais. Por outro lado, tal abordagem não concebe a idéia de

⁵ Esse debate insere-se no campo de discussão do construtivismo, cujas idéias, de acordo com Creswell (2007), vieram de Mannheim e dos trabalhos de Berger e Luckman e de Lincoln e Guba. No construtivismo, a pesquisa baseia-se nas visões dos participantes sobre a situação estudada, havendo a concentração do estudo em contextos específicos onde as pessoas vivem ou trabalham, buscando entender o seu ambiente histórico e cultural. Existe o reconhecimento de que a formação do pesquisador interfere na sua interpretação, que flui a partir de suas próprias experiências pessoais, culturais e históricas. O objetivo do pesquisador é interpretar os significados que as pessoas têm do mundo, entendendo que esses significados são forjados (negociados social e historicamente) em discussões ou interações com outras pessoas (CRESWELL, 2007). Esse conjunto de suposições em relação ao processo de conhecimento traria como consequência um pluralismo apoiado numa disposição para negociar diferenças entre distintas visões de mundo, exigindo que “sejamos conscientes de como alcançamos o [...] conhecimento e o mais consciente que pudermos sobre os valores que nos conduzem aos nossos pontos de vista. Ele [o construtivismo] pede para que sejamos responsáveis pelo *como* e pelo *quê* sabemos” (BRUNER, 1997, p. 35). No entanto, afirma esse autor, o construtivismo não obriga que haja apenas um modo de construir significado, nem de lidar com as mudanças e rupturas que se tornaram uma característica tão presente na vida moderna. Ainda que esta seja uma forma de relativismo temida sob a suspeita de que possa conduzir a uma situação de “qualquer coisa serve”, o autor alerta que o conhecimento relativo ao ponto de vista conduz a uma explicitação de pressupostos que é “o que melhor podemos fazer para explorar nossos compromentimentos” (BRUNER, 1997, p. 33).

separação entre o (a) pesquisador (a) e o conhecimento produzido, já que os procedimentos e os conceitos que demarcam a prática investigativa são considerados a partir de sua posição na sociedade (HARAWAY, 1995).

Mas, embora elegendo o perspectivismo como orientação epistemológica reconheço as interfaces entre as abordagens e o seu papel na explicitação dos fenômenos sociais, compartilhando com Mannheim (1974, p. 30) a idéia de que as “correntes intelectuais diversas não se desenvolvem isoladamente, mas mutuamente se afetam e se enriquecem”.

Destarte, esta investigação aproxima-se ainda, da perspectiva feminista no que tange ao aspecto das relações de gênero, acreditando que tal escolha possibilita a produção de um saber conseqüente e, portanto, político. Apesar das variações teóricas e epistemológicas do feminismo, conforme salientado por Harding (1993), e de suas diferentes fases ou gerações construídas a partir de momentos históricos distintos, a opção por essa abordagem interessa no aspecto relativo às análises concentradas, sobretudo, na terceira “onda” do feminismo. Nessa fase, as feministas focalizam a análise das diferenças, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade, deslocando o campo de estudos sobre as mulheres e sobre os sexos para o campo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006).

No desenvolvimento histórico do conceito de gênero há enfoques que atrelam a este termo a noção de “sexo biológico”, outros o relacionam à idéia de “construção social”, remetendo à significação de ser homem e de ser mulher, superando a simples noção de gênero como sinônimo de sexo.

Na primeira perspectiva - gênero associado a sexo - enfatiza-se a noção de “sexo” que se expressa como o elemento que fica à margem da história e da cultura, determinando a diferença entre o masculino e o feminino, refletindo a associação meramente biológica (NICHOLSON, 2000). Já na segunda perspectiva, enfatiza-se a cultura em lugar da biologia para representar o gênero como categoria social e histórica, com a recusa do essencialismo biológico e da imutabilidade implícita na noção de “a anatomia é o destino” (SAFIOTTI, 2008),

Desse modo, a origem do conceito de gênero vincula-se a dois significados:

“Gênero” tem suas raízes na junção de duas idéias importantes do pensamento ocidental moderno: a da base material da identidade e a da constituição social do caráter humano. Na época do surgimento da segunda fase do feminismo [...] um legado da primeira idéia foi a noção, dominante na maioria das sociedades industrializadas, de que a distinção masculino/feminino [...] era causada pelos fatos da biologia [...]. Esta noção se refletia no fato de que a palavra mais comumente usada para descrever essa situação, “sexo”, tinha fortes associações biológicas [...]. Nos países de língua inglesa, esse poder foi enfraquecido pela ampliação do significado do termo “gênero” [...] usado principalmente como referência a formas

femininas e masculinas dentro da linguagem. [...] ele carregava fortes conotações em relação ao papel da sociedade na distinção entre fenômenos codificados em termos de “masculino” e “feminino” (NICHOLSON, 2000, p. 10-11).

Nesse espaço de discussão, algumas autoras (BUTLER, 2008; SARDENBERG, 2002a) ressaltam que a separação de gênero e sexo baseia-se numa concepção essencialista que relaciona o sexo à natureza afastando-o da história. Nesse sentido,

[...] a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (BUTLER, 2008, p. 24).

Tal distinção sugere uma descontinuidade entre corpos sexuados e gêneros construídos culturalmente, produzindo a noção de que o gênero é um reflexo do sexo. Por outro lado, se o sexo é “uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo”, pois talvez o próprio construto de sexo seja culturalmente construído (BUTLER, 2008, p. 25).

É nessa mesma direção que Sardenberg (2002a) situa seu pensamento sobre gênero, refutando a concepção dualista que opõe a biologia à cultura e configura o gênero como abstração, algo imaterial. Ela acentua:

Por *gênero* refiro-me à categoria analítica que pretende dar conta das variadas elaborações culturais que diferentes sociedades, em diferentes épocas, constroem em torno das diferenças percebidas entre machos e fêmeas e delas se apropriam na prática social. Mas devo esclarecer: não me apoio aqui na concepção dualista do conceito na qual se opõe biologia a cultura, isto é, na noção que distingue, de um lado, “sexo”, identificado com o corpo e tomado como algo “natural”, “universal” e, portanto, ahistórico e, de outro, “gênero”, visto apenas como algo do psicológico e cultural, relativo à subjetividade (SARDENBERG, 2002a, p. 54)

Vale ressaltar que, embora o gênero não seja uma propriedade dos corpos de homens e de mulheres, ele não é descorporificado (SARDENBERG, 2002a) e seu efeito se faz sentir nos corpos, comportamentos e relações sociais (LAURETIS, 1994). Como categoria histórica, instituída culturalmente, o gênero tem um caráter relacional e engendra hierarquias e atributos pertinentes aos homens e às mulheres, possibilitando suas inserções sociais não somente de acordo com o sexo, mas conforme os grupos de idade, classe ou geração, ou seja, numa ordem mais ampla que atinge os eixos de desigualdade.

Portanto, compreendo que homens e mulheres são influenciados pelas instâncias sociais a que se vinculam ao longo do curso de vida, começando pela família, escola, vizinhança,

trabalho, religião e todos os dispositivos culturais a que têm acesso. Por essa ótica, admito que a conceituação de gênero formulada por Scott (1995) torna-se apropriada a este trabalho pela abrangência de suas proposições. Sobre a definição de gênero essa autora explicita:

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. [...]. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas [...]. Segundo – conceitos normativos [...] expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas [...]. Esse tipo de análise tem de incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais [...]. O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política [...]. O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p. 14-15)

Existem variações desse significado de acordo com a cultura, grupo social ou época, fazendo com que essa categoria assuma contornos distintos. Porém, sigo as pistas da autora citada acima para entender os elementos constituintes do gênero e sua afinidade com o meu objeto de estudo.

O primeiro elemento citado por ela – a *dimensão simbólica* - implica em representações contraditórias, que estão sujeitas a variações culturais. Desse modo, as concepções formuladas sobre o homem, a mulher, o envelhecimento e a juventude variam de acordo com a sociedade, que imprime noções as mais diversas relacionando, por exemplo: decadência ou experiência ao envelhecimento e dinamismo e beleza à juventude.

Já a *dimensão normativa* do gênero interpreta o sentido de cada símbolo evidenciando quais normas e valores regem tal compreensão. Assim, o homem velho e a mulher velha teriam um caráter de aceitação ou rejeição, adequação ou inadequação, sendo colocados numa perspectiva de oposição binária que traz implícita a prescrição da posição ou do comportamento esperado para cada pessoa, sob o julgamento de ser considerado adequado e, portanto, permitido, ou inadequado e proibido em determinado contexto.

Por sua vez, o *aspecto institucional* das relações de gênero inclui as expectativas e os mecanismos de controle que emergem das várias organizações sociais (família, casamento, igreja, mercado de trabalho, economia, política, educação) no sentido de organizar, direcionar, encaixar e desencaixar homens e mulheres, jovens e velhos, casados e solteiros em determinadas situações de modo a adequá-los conforme a ideologia dominante.

Por fim, a *dimensão subjetiva* consiste na construção, através da reflexão, das identidades de homens e de mulheres e dos significados de ser velho e ser velha, ser casado (a) e solteiro (a) na contemporaneidade brasileira e baiana. Nessa configuração, entretanto, está implícita a idéia de que eles e elas “não preenchem sempre os termos das prescrições da nossa sociedade ou das nossas categorias de análise” (SCOTT, 1995, p. 16) para construir tais identidades, nem para organizar seus estilos de vida e projetos de vida.

Fazendo uma associação com o meu objeto de pesquisa, a categoria gênero serve como instrumento para compreender as concepções acerca do envelhecer de homens e de mulheres e entender as relações sociais e hierarquias onde o poder se instala, incluindo aí as relações dos casais pesquisados. Ao pensar o gênero, minha reflexão dirige-se no sentido de ponderar acerca das relações (sejam simbólicas, normativas, institucionais ou subjetivas) presentes na construção das identidades no envelhecimento e na elaboração dos estilos e projetos de vida, buscando apreender elementos que marcam essas relações.

Em termos metodológicos, considero a articulação das experiências do envelhecimento não apenas à categoria de gênero, mas às dimensões de idade e geração, sob o argumento de que, conforme exposto por Britto da Motta (1999b), as experiências não ocorrem apenas no âmbito de cada categoria relacional, mas estão presentes em outras situações, de forma simultânea e com pertinência social. Nesse sentido, ao tempo em que admito o universo simbólico ou o discurso como um espaço de dominação e de poder de mulheres e de homens, pressuponho a experiência das pessoas como seres concretos dentro de uma organização social de idade e geração, onde as relações de gênero estão presentes.

Nessa perspectiva, é resgatada a idéia de interseccionalidade colocada por Crenshaw (2002) numa referência aos diversos sistemas discriminatórios na criação das desigualdades. A autora se refere especificamente à opressão e às desigualdades enfrentadas pelas mulheres, portanto, no âmbito de gênero. Aqui, entretanto, o trabalho é pensado em uma perspectiva que avalia o entrecruzamento das dimensões citadas como determinantes dos lugares dos indivíduos de qualquer sexo numa sociedade. A partir dessas dimensões, articuladas, os sujeitos são analiticamente apresentados nos aspectos que podem envolver o indivíduo ou o casal.

Embora sabendo que o feminino pode ganhar maior destaque na análise de alguns aspectos do envelhecimento e que a identidade da pesquisadora “sempre implica o privilegiamento” (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 16), não há intenção de circunscrever este trabalho como um estudo sobre a mulher, uma vez que seu objeto abrange os dois sexos. Nesse sentido, as discussões são encaminhadas para o âmbito

das relações de gênero – aqui entendidas conforme Scott (1995, p. 5), ou seja, colocando “a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”.

Ao propor como objeto de estudo a experiência de envelhecimento de pessoas casadas, abrangendo três eixos, compreendi sua amplitude e diversidade, por isso procurei estabelecer logo de início alguns marcos teóricos relativos a esses eixos.

No que tange à identidade, embora seja focalizada em relação às dimensões etárias, admito que vários aspectos estão relacionados e que a identidade, sob qualquer ângulo analisado, supõe e contém outras dimensões. A identidade é um processo de construção de referenciais significativos baseado em atributos culturais que se interconectam. Esses atributos dizem respeito à etnia, à classe social, à nacionalidade, à idade e geração, ao gênero, entre outros, os quais participam do processo de negociação na sua constituição, havendo uma dependência “dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão” (GOFFMAN, 2008, p. 116). Assim, as identidades implicam em um processo de consciência de si que ocorre por meio de relações intersubjetivas, de comunicações lingüísticas e experiências sociais, tornando-se um processo ativo (DORON; PAROT, 2001).

Dois aspectos destacam-se nessa definição. O primeiro diz respeito ao reconhecimento por parte do outro, considerado como um elemento essencial para a construção de identidades e que promove um cruzamento de referências originadas entre os indivíduos. O segundo refere-se à importância da articulação entre as diversas dimensões sociais, por concederem o caráter diversificado e contraditório das identidades, permeando as instabilidades e temporalidades individuais e formando uma “teia”, onde há separação e entrelaçamento, contradição e coerência, sendo que as modalidades de articulação são contingenciais (HIRATA; KERGOAT, 1994), revelando que não se vive uma dimensão por vez, mas conjuntos de experiências resultantes da múltipla pertinência social (BRITTO DA MOTTA, 2005).

No campo feminista, as identidades são vistas como tendo origens “exclusivamente sociais” (SCOTT, 1995, p. 4) correspondendo às perspectivas que as caracterizam como uma construção social. Nesse campo, a construção de identidade abrange diferentes aspectos além do gênero, produzindo um sujeito múltiplo e contraditório, concebido a partir das relações de subjetividade com as relações de sociabilidade e apontando para

[...] um sujeito construído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos lingüísticos e representações culturais; um sujeito

‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p. 208).

Essa concepção está alinhada ao pensamento de Hall (2007) para quem o pertencimento a diferentes grupos (familiar, profissional e outros) conduz o sujeito para diferentes posições e, portanto, para identidades distintas. Pioneiro no campo dos Estudos Culturais, esse autor discute identidade a partir da noção psicanalítica de “posição de sujeito”, argumentando que

[...] As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL, 2007, p. 108-109).

Considerada em sua dimensão política, as identidades baseiam-se na construção da diferença, sendo que a “marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social”. (WOODWARD, 2007, p. 39). Destarte, as identidades concedem o sentimento de pertencer, informando acerca das inclusões ou exclusões nos grupos de referência, mediante a identificação dos valores compartilhados e dos valores divergentes entre o sujeito e os grupos dos quais participa. Deve-se entender que, por trás de uma afirmação de identidade, existe uma cadeia de negações (diferenças) de outras identidades. (SILVA, 2007).

É possível pensar as identidades etárias de modo semelhante, pois elas mudam com frequência, configurando arranjos temporários ao longo dos cursos de vida dos sujeitos, transformando seus modos de ser e de estar no mundo. As identidades etárias, assim como as idades, mesmo quando são referenciadas a partir de dados cronológicos, podem conter diferentes significados.

As identidades envolvem aspectos variados durante o curso de vida, adquirindo matizes diversos, ainda que alguns desses aspectos sejam aparentemente “imutáveis”, como é o caso da nacionalidade, da classe social ou da orientação sexual. No decorrer da vida de certas pessoas, pode haver a adoção de outra nacionalidade ou de orientação sexual ou, ainda, mudança de uma condição social para outra. Mas, seja qual for a noção adotada,

De modo geral, a identidade se relaciona ao *conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas*. Essas compreensões são formadas em relação a certos atributos que têm prioridade sobre outras fontes de significado. Algumas das principais fontes de identidade incluem gênero, orientação sexual, nacionalidade ou etnicidade e classe social (GIDDENS, 2005, p. 43-44. Grifo nosso.)

A concepção de identidade (s) aceita neste estudo corresponde a uma aproximação das formulações críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais que compreendem os sujeitos como tendo identidades plurais, fragmentadas, contraditórias, inter-cambiantes, construídas socialmente, de acordo com as posições assumidas (LAURETIS, 1994; HALL, 2007; SCOTT, 1995).

Relacionando a questão da identidade com os sujeitos em processo de envelhecimento, é válido esclarecer que eles constituem-se no contexto social do qual fazem parte. Mas, não basta ter a mesma nacionalidade ou falar o mesmo idioma para fazê-los sentirem-se integrados a determinada dimensão, já que a construção de identidade abrange um conjunto de características com as quais os sujeitos se identificam ou não.

A inclusão dessa categoria neste estudo permite pensar os homens e as mulheres como potência dentro de uma perspectiva em que não serão idênticos a si mesmos o tempo todo. Por essa ótica, as experiências de envelhecimento seriam plurais como as identidades, não registrando uma marca “permanente” e única para todas as pessoas, só pelo fato de estarem em faixas de idade semelhantes. Ao contrário, as identidades e as experiências estão sujeitas às dinâmicas que perpassam as vidas dessas pessoas e suas relações sociais.

Em relação à categoria *estilo de vida*, neste trabalho ela é definida como “um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (GIDDENS, 2002, p. 79). Para esse autor, por se tratar de uma escolha dentro de uma gama de opções, estilo de vida é um conceito adotado mais do que outorgado, revelando-se como “práticas rotinizadas” e incorporadas aos hábitos da pessoa. Mas, apesar da rotina desses hábitos, existe a possibilidade de abertura à mudança e o indivíduo pode selecionar uma determinada classe de objetos ou de práticas, constituindo suas formas de agir e de ser.

Vale ressaltar com base nesse autor que, em geral, a expressão “estilo de vida” é entendida como relacionada ao consumo, ligada a atividades fora do trabalho. No entanto, o trabalho, como área de consumo, é constituído de uma pluralidade de estilos de vida que nem sempre recebe influências daquela atividade. Um estilo de vida envolve um conjunto de hábitos e orientações, tendo certa unidade que propicia uma sensação de continuidade da segurança ontológica.

A idéia de estilo de vida como uma forma de hábito remete a Bourdieu (1997, p. 42) para o qual “o *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação”. Nessa perspectiva, esse autor assinala que

Os sujeitos são [...] agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático, [...] de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão, [...] de estruturas cognitivas duradouras [...] e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada (BOURDIEU, 1997, p. 42).

Essa estrutura do hábito, considerando o “sistema de preferências que ela produz”, orienta os sujeitos em suas escolhas e na adoção de práticas nos diversos campos. Essas escolhas são ordenadas de acordo com a ordem objetiva – estruturas estruturadas – e “tendem a reproduzir essa ordem sem saber, ou querer” (BOURDIEU, 1997, p. 43).

A inclusão desta categoria neste trabalho informa sobre o lugar dos entrevistados na ordem social, traduzindo suas preferências, hábitos e toda a condição de suas existências. O estilo de vida é fruto de escolhas que fazem sentido para cada sujeito. Tais escolhas resultam não só de interesses e necessidades pessoais, como de exigências e pressões sociais associadas a referências culturais e históricas, sendo ainda modeladas por circunstâncias econômicas.

Finalmente, *projeto de vida* é um termo que tende a ser visto como perspectiva, algo que remete ao futuro. Mas, embora enfatize os projetos futuros, quando me refiro a projeto de vida estou aludindo também àqueles já realizados ou em curso.

Aqui, projeto de vida é compreendido de acordo com o argumento de Velho (1981, p. 107-108), o qual coloca acento na escolha individual, destacando a importância da dimensão consciente da ação em que o sujeito se organiza para realizar objetivos específicos, embora ele ressalte que não está “proclamando o primado do livre arbítrio”. A idéia é de que sempre existe um campo de possibilidades (VELHO, 1981; 2003), não havendo a pretensão de achar que as escolhas ocorreriam de forma mecânica (BOURDIEU, 2004).

Nessa mesma direção, Giddens (2005, p. 44) advoga que podemos moldar e criar nossas identidades definindo “o que somos, de onde viemos e para onde vamos”, afirmativa válida para se pensar a elaboração de projetos. Esse autor atribui menor peso às referências tradicionais que, segundo ele, não são essenciais para definir nossas escolhas relativas a quem somos, como devemos viver e o que devemos fazer, acreditando na recriação das identidades. Embora reconheça a influência cultural sobre nossas escolhas, o autor identifica um potencial de autonomia para decidir qual caminho devemos seguir.

A inclusão desta categoria na análise das experiências de envelhecimento está apoiada na lógica que admite a dimensão do futuro para qualquer pessoa, independentemente de sua idade. Trata-se de reconhecer as motivações dos idosos, de não considerá-los como seres do passado ou como alguém que aguarda o momento fatídico “para sair inteiramente de cena do mundo” (BIRMAN, 1995, p. 19).

Como o meu objeto de estudo insere-se no tempo atual, minha análise do envelhecimento leva em conta, ainda, as características que marcam a contemporaneidade com toda a sua dinâmica, e toma como pressuposto a noção de processo (FEATHERSTONE, 1994) e de diferenciação nas formas de envelhecer. Por esse ângulo, a expectativa é de que os resultados revelem experiências de envelhecimento plurais, expondo as diversas construções identitárias e manifestações de estilos e projetos de vida.

Para facilitar a compreensão do objeto de estudo, apresento a definição de alguns termos usados no decorrer deste trabalho. São eles: envelhecimento; curso de vida e casal. Outros termos serão definidos à medida que surjam no texto.

Envelhecer corresponde, pois, à idéia de “processo”, de algo que está em curso, que é inacabado, e não um estado ou condição fixa. Assim, o termo envelhecimento informa sobre o “processo de desenvolvimento” de homens e mulheres, tendo sua ocorrência na idade adulta. A noção de “processo” aponta para o entendimento de que não se envelhece de uma só vez nem de forma homogênea em todo o corpo (BRITTO DA MOTTA, 1998). Devido sua constância, o envelhecimento produz “sujeitos envelhecendo”, mas nunca envelhecidos de forma definitiva e acabada. Já a noção de “desenvolvimento” incorpora a idéia assumida por vários autores de que o envelhecimento não se resume apenas aos eventos marcadores de natureza puramente biológica (LANGEVIN, 1998; NERI, 2001; STUART-HAMILTON, 2002). Nesse sentido, desenvolvimento não se refere apenas a crescimento físico, mas às possibilidades de realizar, de criar, de transformar ou de crescer em outras esferas da vida humana, além da esfera física, incluindo todas as possibilidades de construção e realização de projetos.

A expressão “envelhecer juntos” é entendida aqui como um processo ocorrido no âmbito da conjugalidade de marido e mulher que compartilham o espaço físico da convivência, sendo atribuído às pessoas com idade a partir dos cinquenta anos, embora na nossa sociedade o critério numérico utilizado para falar de ‘envelhecimento’ ou ‘velhice’ seja a idade de 60 anos (BRASIL, 1998).

A antecipação em 10 anos em relação à idade considerada padrão quando se fala de envelhecimento justificou-se pelo fato de que a idade cronológica é uma medida arbitrária, não existindo um ponto único em que a pessoa fica velha (STUART-HAMILTON, 2002). Além disso, a idade cronológica nem sempre se relaciona com as mudanças físicas ou psicossociais, embora exista a possibilidade da ocorrência de certos fenômenos em uma idade e não em outra.

Aos cinquenta anos, muitas pessoas vivenciam experiências que podem corresponder às vivências de pessoas em idade inferior, mas é, sobretudo, com pessoas da mesma idade ou de idade mais avançada que essa associação pode ocorrer. Trata-se de um patamar da idade cronológica que favorece as vivências relacionadas, por exemplo, à menopausa, à aposentadoria, à saída dos filhos de casa para constituir suas próprias famílias, ou ao retorno dos mesmos após separações ou outros eventos. Ainda pode estar relacionado ao nascimento dos netos ou à preocupação com certas doenças que costumam aparecer nessa faixa de idade.

Ao me referir a “curso de vida” estou admitindo que a vida não é separada por etapas. Embora esse conceito inclua a noção de seqüência evolutiva permeada por crises, sua manifestação está sujeita às condições sociais. Curso de vida⁶ não se restringe à noção de que a pessoa se desenvolve seguindo estágios, atinge um limite e depois regride, idéia que se aproxima da perspectiva que limita o desenvolvimento a um crescimento físico, desprezando os demais aspectos envolvidos na experiência humana.

Quando penso em curso de vida, vejo o envelhecimento como um processo social, biológico e psicológico, reconhecendo que os idosos enfrentam novas complexidades, ambigüidades e incertezas, próprias da sociedade pós-aposentadoria (NERI, 2001). Como perspectiva de análise, o curso de vida incorpora os efeitos históricos e os da estrutura social aos significados sociais do envelhecimento, o que lhe concede um caráter sociocultural e uma visão dinâmica, enfatizando as trajetórias de vida em sua diversidade (SIQUEIRA, 2001).

Quanto ao termo “casal” ou “pessoa casada” refere-se, aqui, à condição de convivência de pessoas de sexos diferentes e que tenham assumido o status de “casada”, independentemente da natureza do acordo realizado. Entendo essa condição como uma das diferentes formas de parceria conjugal, acompanhando a noção de que tal parceria se dá na medida em que os envolvidos marcam um estilo de vida em comum onde há, conforme observa Matos (2000, p. 166) “mútua aceitação e negociação das referências que definem tal conjugalidade”.

⁶ Embora na linguagem corriqueira curso de vida, ciclo de vida e *life-span* sejam usados como correlatos, há distinção entre eles. Curso de vida e *life-span* não adotam como princípio organizador do desenvolvimento o critério de ‘estágios’, apesar de admitir que a vida humana é demarcada no tempo. Literalmente, *life-span* quer dizer extensão de vida, tendo aproximação com os conceitos biodemográficos de longevidade, expectativa de vida e duração da vida que considera num *continuum*. Por outro lado, ciclo de vida é uma expressão utilizada com sentidos diversos: sucessão de idades ou estágios; tendência à delimitação e a coerência das experiências de vida de uma pessoa; demarcação e tendência ao fechamento em ciclos. (NERI, 2001).

PLANO DE TRABALHO: PESSOAS ENVOLVIDAS, LOCAL E MATERIAL

Os sujeitos desta pesquisa são mulheres e homens casados, vivendo no mesmo espaço doméstico, tendo idade mínima de cinquenta anos, residentes na região metropolitana de Salvador.

A seleção da amostra foi feita a partir da minha rede de relações, por meio da qual foi solicitada a indicação de pessoas que pudessem atender aos critérios descritos, tendo buscado a identificação também através dos próprios sujeitos selecionados, usando a estratégia de “bola de neve”. Essa amostra pode ser caracterizada como intencional não probabilística, a qual se propõe não a estimar algum valor na população estudada, mas a obter idéias acerca da variedade de elementos disponíveis nesta população (CHEIN, 1987) não sendo, portanto, uma amostra representativa da população idosa de Salvador.

Inicialmente foi estipulado o número de 10 casais, ampliando-se para 21 casais após a qualificação do projeto. Esse aumento visou à obtenção de perfis diversificados em termos das categorias de idade e também em relação à riqueza das vivências de cada pessoa, incluindo organizações familiares sem filhos e com filhos e ou outros parentes, vida laboral e formação cultural e religiosa diferenciadas, formas de lazer e interesses distintos, cor e nacionalidade diversificadas.

O local escolhido para a realização desta pesquisa foi a cidade de Salvador, incluindo a Região Metropolitana⁷. Ao escolher o contexto urbano⁸ estava ciente de que existe, aí, a convergência de tendências demográficas e sócio-econômicas tais como: aumento dos (as) idosos (as); instabilidade das relações sociais e familiares; aumento do desemprego, dentre outros fatores, supondo-se certa complexidade na vivência do envelhecimento. Além disso, ao pesquisar numa cidade grande, deparei-me com desafios e problemas específicos desse lugar, a saber: as distâncias entre os bairros, o trânsito caótico, a insegurança urbana, quiçá os mesmos problemas abordados pelos entrevistados. Nesse sentido, destaco que a aproximação

⁷ A Região Metropolitana, também chamada de Grande Salvador abrange, além da capital, os seguintes municípios: Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

⁸ Contexto urbano é uma alusão ao espaço da cidade de Salvador, incluindo a chamada Grande Salvador – uma região nas proximidades do centro soteropolitano que inclui os doze municípios citados. Neste trabalho, o contexto urbano será visto como um espaço ao qual correspondem diferentes modos de vida que podem ser abrigados nas diversas modalidades de formações urbanas. Ou seja, apesar de reconhecer que existe uma especificidade do ‘viver urbano’ (CASTELLS, 1983; WIRTH, 1991), a funcionalidade e os desdobramentos sociais que esse viver urbano traduz refletem diferenciadas formas de vida dos seus cidadãos.

entre a experiência da pesquisadora e a experiência dos (as) pesquisados (as), na condição de moradores (as) da cidade, revelou-se um elemento fundamental para o acesso ao universo pesquisado e para o entendimento das questões abordadas pelos (as) integrantes desse universo.

O material de trabalho compõe-se de entrevistas individuais realizadas com homens e mulheres, cujas narrativas foram gravadas e transcritas. As análises desse material, que estou chamando de narrativas⁹, são apresentadas em sete capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Os dois primeiros capítulos abordam o cenário teórico-metodológico referente às categorias principais, enquanto os demais configuram a espinha dorsal do trabalho, cercando os (as) participantes, os contextos da pesquisa e as categorias empíricas constituídas pelos eixos: identidades, estilos de vida e projetos de vida.

No primeiro capítulo apresento uma análise da noção de tempo a partir da interlocução com autores oriundos da filosofia e das ciências. O envelhecimento é abordado sob uma perspectiva histórica e as noções de idade e geração são compreendidas como construções históricas e sociais, enquanto o conceito de experiência é colocado no contexto de relatos de pesquisas relacionadas às dimensões de gênero, idade e geração. O suporte teórico é dado pela literatura sobre cada assunto, realizando uma incursão sobre seu estado da arte e compreendendo tais dimensões como intercambiáveis e inseparáveis.

O detalhamento metodológico é exposto no capítulo dois, onde descrevo os critérios de escolha dos instrumentos utilizados no levantamento dos dados, contextualizando-os teoricamente, além de reconstituir o caminho percorrido mostrando o referencial para a análise dos dados. Exponho os procedimentos adotados no manejo desses dados e apresento a definição das unidades de análise constituídas pelas categorias “casal” e “indivíduo”. Em todas as partes, aponto as estratégias empregadas, acrescentando minhas percepções e sentimentos, por considerar que tais técnicas não são meros “instrumentos”, mas constituem meios de relação do (a) pesquisador (a) com os atores da pesquisa.

O terceiro capítulo nomeia os contextos da pesquisa, construindo uma referência social, histórica, cultural e política para o entendimento de características, dinâmicas e valores que são expressos nas narrativas dos (as) participantes, facilitando a compreensão de suas experiências, as quais ocorrem na articulação com o processo sócio-histórico, sendo cruzado por diversas contingências. Apresento, ainda, os (as) participantes do estudo, oferecendo um design social através da descrição de dados gerais que mostram a feição coletiva do grupo,

⁹ Narrativas são os relatos dos (as) entrevistados (as) que, neste trabalho, são nomeados também de “falas”, “depoimentos” e reconhecidos como sendo os “textos” que subsidiam as análises.

complementada por outros dados que promovem a individualização, possibilitando fazer algumas diferenciações de gênero.

As construções de identidade no envelhecimento são discutidas no capítulo quatro. Nele, destaco a atualidade da discussão sobre identidades, que se expande para diversos campos, como: político, cultural, de gênero, social e pessoal, fazendo emergir diferentes ângulos de análise que levam os (as) teóricos (as) a falarem de identidade pessoal, nacional, política, étnica, cultural, de gênero, sexual, conjugal, social, etária e geracional. As análises são delimitadas em torno das narrativas sobre os “significados de velhice”, os “sentimentos em relação à própria idade” e as “interpretações sobre a noção de terceira idade”, ressaltando as experiências dos homens e das mulheres relacionadas a essas compreensões. Destaco os eixos “idade” e “corpo” como referências capazes de expor os artifícios utilizados nessas construções identitárias, dirigindo minhas reflexões para a unidade “indivíduo”, considerando ser a natureza das questões mais voltada para sentimentos e significados. O capítulo traz a visão de que a construção de identidades não se restringe à idade e ao corpo, mas está relacionada a outras dimensões, resultando em interpretações diferenciadas.

No capítulo cinco ponho em relevo os estilos de vida individuais e conjugais relacionados às dimensões: trabalho, aposentadoria, lazer e redes de relações que apontam para a importância de morar perto dos serviços essenciais e conhecer pessoas do bairro, admitindo que tais estilos são decorrentes da interdependência de fatores socioculturais que os condicionam e produzem diferenças em razão da idade, gênero e geração. Assim, as tomadas de posição em relação aos estilos de vida revelam a visão das pessoas sobre seu próprio processo de envelhecer, estando relacionadas à especificidade do campo social (BOURDIEU, 1997) onde se inserem. Acompanhando o referencial bourdieuniano, ressalto nas análises os conceitos de habitus, gosto e distinção que configuram a estilização de vida do grupo estudado, revelando trajetórias que se aproximam em alguns pontos e se distanciam em outros.

A análise dos projetos individuais e conjugais é discutida no capítulo seis e envolve projetos realizados e a concretizar-se, referentes à idade ou a cada membro em separado. Ressalto que algumas mudanças ocorrem ao longo do curso de vida, influenciadas por fatores de diversas naturezas, fazendo com que as pessoas desistam de alguns projetos ou os reinterpretem à luz de novas experiências. Além do (a) cônjuge, da família, da posição social, da educação, outros elementos podem insurgir-se, limitando a margem de manobra (VELHO, 1981; 2003) para a realização desses projetos. Numa alusão a Mannheim (1928), destaco a temporalidade subjetiva, que compreende a interpretação de cada pessoa em relação às

oportunidades de realizar um projeto, podendo expressar proximidade ou distância do objetivo e produzir consensos ou dissensos nas decisões do casal.

O último capítulo contribui para a compreensão das experiências de envelhecimento articuladas às relações de gênero, o que sucede a partir do recorte em torno de questões que privilegiam a vivência a dois, abordando feições que facilitam ou dificultam a convivência conjugal, a importância concedida à sexualidade e à afetividade e os sentimentos relacionados à interação do casal nas experiências de envelhecimento. Embora essas dimensões sugiram experiências comuns aos cônjuges, cada uma possui matizes diferenciados. Finalizo o capítulo, apresentando aspectos da solidariedade entre gerações, envolvendo pais e filhos.

As considerações finais englobam referências ao material teórico-metodológico e ao material empírico, destacando questões-chave associadas aos três eixos trabalhados e aos pressupostos assumidos no começo do trabalho.

CAPÍTULO 1 - O ENVELHECIMENTO COMO PROCESSO: TEMPO, IDADE, GERAÇÃO E EXPERIÊNCIA

“Com efeito, não reconhecemos em nós o direito de impor o contínuo quando constatamos sem cessar e em toda parte o descontínuo; recusamo-nos a postular o pleno da substância, já que qualquer de suas características aparece no pontilhado do diverso” (BACHELARD, 1988, p. 33)

Partindo da noção de envelhecimento como processo e situando-o no âmbito dos aspectos socioculturais, reconhecidamente heterogêneo, abordo neste capítulo algumas dimensões que constituem referências para a compreensão das experiências de envelhecimento dos homens e das mulheres integrantes deste estudo.

As noções propostas envolvem o fluxo de acontecimentos em meio aos quais eles e elas vivem, e dos quais fazem parte como atores. Assim, embora as dimensões de tempo, idade, geração e experiência possuam referentes cronológicos, históricos e sociais, visando limitar, situar ou relacionar acontecimentos vinculados a cada uma delas, tais noções são configuradas, ainda, pela dimensão subjetiva, consignando homens e mulheres como sujeitos e objetos de suas relações com o tempo, a idade, a geração e a experiência.

Para tratar dessas dimensões, divido o capítulo em cinco partes trazendo, no primeiro item, uma perspectiva histórica sobre o envelhecimento. A seguir, registro uma análise da noção de tempo a partir da interlocução com alguns autores oriundos da filosofia e das ciências. A abordagem das noções de idade e geração é realizada dentro de uma perspectiva que as considera como construções históricas e sociais. Já o conceito de experiência é visto em seu sentido discursivo, compreendendo diferentes aspectos da identidade e é ilustrado por pesquisas que relatam experiências relacionadas às dimensões de gênero, idade e geração.

Ainda que sejam abordadas separadamente por item, todas essas categorias são compreendidas como intercambiáveis e inseparáveis. Assim, a noção de envelhecimento contém a de tempo, idade, geração e experiência, do mesmo modo que a experiência é entendida como constituinte e constituída pelo tempo, pela idade e geração, além do gênero como já foi aludido anteriormente.

1.1 CONTEXTUALIZANDO O ENVELHECIMENTO

A prevalência do envelhecimento diverge entre as sociedades ao longo do tempo histórico sendo distinta, ainda, entre indivíduos e grupos de uma mesma sociedade. De acordo com Stuart-Hamilton (2002), nos tempos pré-históricos a velhice era um fenômeno raro e, até o século XVII, apenas cerca de 1% da população ultrapassava os 65 anos de idade. Esse percentual aumentou para 4% até o século XIX, revelando a partir daí, tendência ao crescimento.

A longevidade dos seres humanos é superior à de outros mamíferos, e a das fêmeas, em todas as espécies, é superior à dos machos (BEAUVOIR, 1976). Na França, a longevidade feminina alcança os 82 anos, sendo uma das mais altas do mundo, superior à longevidade masculina em mais de sete anos, embora haja na tradição francesa uma tendência a ignorar a velhice das mulheres, a qual adquire um estatuto duplamente desvalorizado por se tratar de mulheres e da velhice (ATTIAS-DONFUT, 2004).

Para justificar a longevidade humana, os teóricos lançam mão de diferentes argumentos que, no conjunto, sinalizam sua natureza multifatorial. Admite-se que as condições socioeconômicas e o estilo de vida associado aos níveis de estresse, às condições nutricionais e ao acesso aos serviços de saúde influenciem na longevidade humana (STUART-HAMILTON, 2002). Quanto ao diferencial de longevidade entre os sexos, Attias-Donfut (2004) observa que esse é atribuído a fatores ligados ao ambiente e às condições de vida relacionadas a fatores como: fumo, álcool, acidentes e menor cuidado masculino com a saúde.

Mas os fatores ambientais e os estilos de vida por si sós não garantem a vida longa, pois os dados encontrados sobre as diferentes expectativas de vida são apenas ilustrativos, não determinando os destinos das pessoas (STUART-HAMILTON, 2002). Para esse autor, além desses fatores deve ser considerado o aspecto genético na susceptibilidade a doenças e na probabilidade de uma vida longa. Já Attias-Donfut (2004) analisa que a contribuição genética para a vida longa seria da ordem de 20 a 30% de acordo com estudos realizados com gêmeos admitindo-se que, de um modo geral, as mulheres teriam melhores defesas imunológicas do que os homens. Supõe-se, ainda, que haveria uma influência do cromossomo X na herança do potencial da longevidade, além da diferença no conjunto dos genes da longevidade de um e de outro sexo.

No entanto, mesmo admitindo a influência dos fatores genéticos na determinação da longevidade, Attias-Donfut (2004) acentua que os fatores ambientais e sociais são dominantes, evidenciando como em alguns países existe inversão da condição de longevidade

feminina em decorrência das condições sociais a que as mulheres estão sujeitas, refletindo as desigualdades econômicas acompanhadas do excesso de estresse e degradação das condições de trabalho. Nesse caso, as hipóteses explicativas para uma vida longa seriam, conforme a opinião dessa autora, resultantes de fatores biológicos e sociais.

Beauvoir (1976) também faz um alerta nesse sentido, ressaltando outras questões envolvidas na longevidade. Segundo ela, os fatores econômicos revelam os limites da gerontologia na definição biológica do envelhecimento, sendo impossível compreender a velhice sem levar em conta tais elementos. No entanto,

No estudo da velhice, eles só representam um momento abstrato. A involução senil [...] sempre se produz no seio de uma sociedade: depende muito da natureza desta e do lugar que nela ocupa o indivíduo em questão. O próprio fator econômico não poderia ser isolado das superestruturas sociais, políticas, ideológicas que se lhe sobrepõem; encarado de maneira absoluta, o nível de vida é ainda apenas uma abstração; com recursos idênticos, um homem será considerado rico no seio de uma sociedade pobre e pobre no seio de uma sociedade rica. Para compreender a realidade da velhice é, portanto, indispensável examinar qual o lugar nela atribuído aos velhos, qual a imagem que deles se tem em diferentes lugares (BEAUVOIR, 1976, p. 41)

Com efeito, seja qual for a conjuntura em que se viva a experiência de envelhecimento, os dados econômicos assim como os biológicos permanecem e intervêm juntamente com os fatores culturais que promovem referências para a inclusão dos aspectos científicos e tecnológicos relativos aos cuidados em prol da saúde e da maior longevidade de homens e de mulheres.

Mas, o que define, afinal, o envelhecimento?

Para Stuart-Hamilton (2002), uma das formas de definir o envelhecimento é em termos da probabilidade de adquirir uma determinada característica da velhice, uma feição que todas as pessoas mais velhas compartilhem em certa extensão, como por exemplo, o enrugamento da pele, caracterizado como “envelhecimento primário”, relacionado a mudanças corporais em decorrência da idade. Outras características são associadas a esse tipo de envelhecimento e sua ocorrência seria probabilística, como é o caso de algumas doenças que sobrevivem com maior frequência na velhice, mas não acometem todas as pessoas. Atualmente, por exemplo, são questionados alguns conceitos naturalistas relacionados ao envelhecimento, como a noção de “doenças da idade”. Isso acontece porque doenças como diabetes, osteoartrites e outras, tradicionalmente consideradas como doenças que acometiam pessoas idosas, na realidade não

ocorrem somente na velhice devendo, portanto, ser vistas como processos patológicos que podem acometer o ser humano em qualquer idade (MARTINS, 1998)¹⁰.

Além da referência a aspectos corporais, o envelhecimento é definido, ainda, a partir das idades, dividindo-se em etapas, como ocorre na psicologia do desenvolvimento (DEBERT, 1998), criando-se denominações como vida adulta inicial e tardia; idosos jovens e idosos velhos ou velhos jovens e velhos velhos, havendo uma alteração das idades nesta categorização, a depender de cada autor (STUART-HAMILTON, 2002). Uma variação dessas definições e que resulta da tentativa de prolongamento da velhice traduz-se pela criação de terminologias como “terceira idade”, “quarta idade” vislumbrando-se, inclusive uma, “quinta idade” (BRITTO DA MOTTA, 2002b; DEBERT, 1997).

Mas, como a idade não é uma categoria natural (DEBERT, 1998) e sua mudança ocorre continuamente, torna-se um problema definir o ponto inicial da velhice a partir desse critério, do mesmo modo que seria difícil avaliar o começo e o fim do laranja e do vermelho em um espectro de cores: “Em que ponto desta fronteira vermelho-laranja nós dizemos que a cor mudou de laranja para vermelho? Igualmente, em que ponto alguém deixa a “meia-idade” e se torna “idoso?” (STUART-HAMILTON, 2002).

No que diz respeito à relação entre o envelhecimento e o desenvolvimento humano, a idéia é de que o envelhecimento é, freqüentemente, considerado de modo unidirecional, linearmente determinado na forma de aquisições sucessivas, passando da infância para a juventude, maturidade e velhice. Nesse sentido, o processo de envelhecimento se caracterizaria por provocar no indivíduo alterações morfológicas, funcionais e psicológicas diminuindo a sua capacidade de adaptação a mudanças no meio ambiente (NERI, 1995; 1999).

Decerto, o envelhecimento compõe o curso de desenvolvimento humano, constituindo um processo dinâmico. No entanto, “devemos cuidar para não super-ampliar a palavra “desenvolvimento” e dar a impressão de que o envelhecimento necessariamente implica uma melhora” (STUART-HAMILTON, 2002, p. 22) das condições fisiológicas, psicológicas e sociais, embora esse fato possa ocorrer em relação a um ou outro aspecto, com uma pessoa e não com outra, revelando a diversidade desse processo.

¹⁰ No estudo do envelhecimento é comum a referência aos aspectos corporais, limitando-o ao plano da biologia, como se esse fenômeno pudesse ser estudado fora dos parâmetros sociais e culturais que o modelam diferentemente em sociedades distintas. Mas, se de um lado existe a ‘biologização’ do envelhecimento, de outro lado existe a ‘sociologização’ do mesmo. Nesse último modelo interpretativo, os estudiosos tendem a ignorar os limites que o corpo impõe às nossas possibilidades face à vida social (FEATHERSTONE, 1994).

Entre os fatores que poderiam ajudar a compreender essa discussão encontra-se o argumento de que “o envelhecimento é uma construção feita de passagens obrigatórias” (LANGEVIN, 1998, p. 129), cuja direção é irreversível e inevitável (BEAUVOIR, 1976; FEATHERSTONE, 1994) e que todo indivíduo sadio e que não sofra algum tipo de acidente vai atingir. Porém, independentemente de como o envelhecimento é rotulado e das teorias que tentam explicar as suas causas, o fato é que as células do corpo não são imortais, havendo um número limitado de vezes para a sua reduplicação (STUART-HAMILTON, 2002).

As evidências que levam a essa compreensão fazem surgir conotações positivas e negativas, expressando as representações sociais sobre o envelhecimento existentes em uma sociedade. No entanto, apesar dos limites e dos significados que as pessoas atribuem ao envelhecimento, os ritmos desse processo são instáveis e suas fronteiras modificam-se de modo imperceptível (LANGEVIN, 1998). Com base na literatura a esse respeito, Stuart-Hamilton (2002) afirma que o ritmo das perdas é, em geral, lento até os 60 anos, aumentando após essa idade, sendo maior em relação às funções complexas do que em relação às simples, provavelmente porque essas últimas, isoladamente, tenham tido pequenos declínios que só aparecem em conjunto em uma ação mais complexa. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Beauvoir (1976, p. 34) admite que o envelhecimento “não é uma ladeira que todos descem com igual velocidade. É um lanço de degraus irregulares pelos quais alguns se despencam mais depressa que outros”, já que as medidas do próprio tempo podem ser aceleradas ou retardadas.

O certo é que tais mudanças ocorrem em termos corporais e mentais, estendendo-se à esfera social. Desse modo, no processo de envelhecimento, os (as) idosos (as) estão sujeitos (as) a problemas relativos à perda de papéis, à falta ou diminuição de recursos financeiros, à redução ou perda de contatos sociais, além de outros problemas decorrentes de separações, recasamentos ou morte. Nesse sentido, conforme assinala Neri (1995), o envelhecimento humano deve ser visto numa ótica multidirecional e multidimensional. Assim, ele constitui um processo dinâmico que envolve perdas e ganhos, sobrepondo-se os vários aspectos que se transformam em ritmos diferentes e tomam direções distintas no curso de vida de cada pessoa. À luz dessa compreensão, olhar o envelhecimento apenas como uma época de perdas é olhá-lo com parcialidade (OKUMA, 1998).

Como existe relação estreita entre várias dimensões, é necessário que o envelhecimento seja apreendido na totalidade a que Beauvoir (1976) se refere, ou seja, considerando que as mudanças corporais têm implicações no meio ambiente que as absorve de acordo com as normas, os valores e critérios da cultura e da sociedade nas quais o envelhecimento acontece.

De acordo com essa autora, uma descrição analítica acerca dos diversos aspectos da velhice não basta, pois “cada um deles reage sobre todos os outros e é por eles afetado. É no movimento indefinido desta circularidade que temos de apreendê-la” (BEAUVOIR, 1976, p. 14).

A autora em tela acrescenta que a complexidade dessa questão advém da interdependência das dimensões biológica, psicológica e existencial. O envelhecimento revela as singularidades do organismo humano, acarreta determinadas condutas pessoais e tem uma dimensão existencial, modificando a relação das pessoas no tempo e conseqüentemente sua relação com o mundo e a sua própria história. Além disso, o estatuto das pessoas que envelhecem é consignado pela sociedade a que pertencem, revelando a impossibilidade em subtrair a análise do envelhecimento de seu contexto sociocultural, cuja característica marcante na contemporaneidade é de rapidez das transformações e de variedade de modelos identitários.

Desse modo, embora o processo de envelhecimento seja percebido de acordo com as avaliações pessoais, ele expressa-se a partir da rede de configurações sociais nas quais estamos inseridos e das experiências construídas em torno desse processo. É particularmente importante acentuar essa noção de variabilidade nas experiências de envelhecimento, incluindo as noções de idade, gênero e geração, sem a qual seria difícil entender as concepções que vou apresentar adiante.

O próximo item traz a discussão acerca da concepção de tempo.

1.2 TEMPO CRONOLÓGICO E TEMPO SOCIAL

Ao falar sobre “tempo cronológico” e “tempo social” compreendo que eles são relacionados. O tempo cronológico, recoberto pelos acontecimentos, é também social por refletir os matizes próprios de cada cultura. Do mesmo modo, o tempo social possui uma cronologia localizada na história de cada sociedade e evidencia as marcas do tempo decorrido. Assim, a vida periodizada ganha significado que se expressa diferentemente de uma cultura para outra, assim como de uma pessoa para outra, conforme as experiências de idade/geração, posição social, de gênero, cuja relevância é assinalada a partir dessas mesmas dimensões.

O conceito de tempo possui uma história longa e abrange a preocupação da filosofia e das ciências em geral. Desde Platão (427-347 a. C.) que concebia o tempo de modo contínuo, produzido pela rotação dos corpos celestes, passando por Aristóteles (384-322 a. C.) que

pensava o tempo como o aspecto mensurável do movimento, chegando até a Idade Média com Santo Agostinho (354-430) e São Tomás de Aquino (1225-1274) que entendiam que o tempo foi criado junto com o universo (MARTINS; ZANETIC, 2002), a discussão sobre o tempo não encontrou um denominador comum.

Essa polêmica continuou com Galileu (1564-1642) que rompeu com a física aristotélica, considerando o tempo como peça chave no estudo do movimento, mas aliado a conceitos matemáticos. Logo depois, Newton (1642-1727) desenvolveu seus argumentos mostrando a compreensão de que tempo e espaço têm existência independente. No entanto, Leibniz (1646-1716) contrapôs-se à posição newtoniana, defendendo que o tempo não tem existência independente e não é absoluto, mas relativo, sendo concebido a partir da ordem sucessiva das coisas. Nessa mesma linha situou-se o pensamento de Ernst Mach (1838-1916), para o qual a representação do tempo surge na correspondência entre memória e percepção. Criticando Newton, Mach pretendia reformular a ciência da mecânica utilizando conceitos relacionais que não envolvessem quantidades absolutas (MARTINS; ZANETIC, 2002).

Esse panorama teórico leva-nos à mesma indagação do filósofo Santo Agostinho: quem poderia explicar facilmente e com brevidade o que é o tempo? É ele mesmo quem tenta descrever sua compreensão a esse respeito, afirmando:

[...] quando falamos dele, sem dúvida compreendemos, e também compreendemos, quando ouvimos alguém falar dele. O que é, pois, o tempo? Se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem mo pergunta, não sei: no entanto, digo com segurança que sei que, se nada passasse, não existiria o tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro, e, se nada existisse, não existiria o tempo presente (SANTO AGOSTINHO, 2008, p. 99-100)

O tempo é uma dimensão que não se deixa aprisionar. Seja no seu aspecto cronológico, datado, numa alusão aos acontecimentos e às idades da vida, ou em sua feição social, apreendido na relação do sujeito com esses mesmos acontecimentos, o tempo é uma dimensão que tem um caráter efêmero. No seu movimento concomitante de ter sido (passado), sendo (presente) ou a ser (futuro), o tempo se estabelece e desestabelece continuamente, até se misturando em seus vários “sub-tempos”, como que para dar um sentido de unidade. Desse modo, compartilho da idéia defendida por Eliot (2004), em seu poema Os Quatro Quartetos¹¹ de que o tempo passado e o tempo presente fazem parte do tempo futuro.

Por isso mesmo, a concepção do tempo é fundamental para a compreensão do curso da vida humana, que segue um movimento iniciado ao nascer e finaliza com a morte. Mas esse

¹¹ Esta obra consiste de quatro poemas longos referentes cada um a um elemento da natureza: ar, terra, água e fogo. Publicados originalmente em 1943.

tempo, como assinala Lins de Barros (2004), é vivenciado em um espaço específico e através de um corpo físico que possuem significados próprios. Talvez por isso, a questão do tempo, da trajetória de vida e de seus momentos-chave, ou da passagem de um momento da vida para outro, o próprio processo de envelhecimento, assim como as noções de crises da vida e crises da idade e sua esperada superação constituam questões que produzem controvérsias entre os pensadores de diferentes áreas do conhecimento.

Uma incursão na história revela que nas sociedades antigas os homens não dispunham de um padrão fixo de medida, sendo difícil relacionar de forma integrada os acontecimentos. Eles utilizavam conceitos “mais concretos” para se orientarem em relação ao tempo, referindo-se a “sono” para indicar o que seria “noite”; “lua”, para indicar “mês” e “colheita”, para lembrar “ano”. Mais tarde, a representação do tempo passou a ser realizada por instrumentos como: o movimento dos astros, as ligações entre eles e suas regularidades (ELIAS, 1998)¹², do mesmo modo que a definição das idades aparece a partir de um determinado momento na história das sociedades, como veremos adiante.

Segundo o autor em pauta, os debates em relação ao tempo polarizam posições que enfatizam o seu caráter instrumental ou o seu caráter subjetivo e relacional. De um lado, existe a crença de que o tempo pode ser medido, acreditando na sua determinação como parte de um saber acadêmico oriundo do campo das “ciências da natureza”. Trata-se de uma perspectiva objetivista, newtoniana, que considera o tempo como um dado objetivo, distinguindo-se de outros dados objetivos apenas por não ser perceptível. De outro lado, a idéia de tempo repousa na noção de consciência humana, na subjetividade. Sendo uma das noções mais difundidas, essa concepção sugere que a percepção humana do tempo implica numa “síntese a priori”, ou seja, que as pessoas teriam uma aptidão geral para estabelecer as relações entre os acontecimentos e estruturar suas percepções mesmo antes de qualquer experiência, sendo estas percepções independentes da aprendizagem.

Essa hipótese, difundida desde Descartes até Kant, deriva do conceito de “experiência” adotado por esses teóricos, segundo os quais esse significado é relativo ao “indivíduo”

¹² Em sua obra “Sobre o Tempo”, Elias (1998) esboça algumas das concepções de tempo e delinea as mudanças e avanços dessa noção propostas por diferentes teóricos, advertindo que a reflexão sobre esta temática é dificultada pela forma “substantiva” com que o termo “tempo” se reveste. Para esse autor, quando pensamos e falamos com a ajuda de substantivos, revelamos uma tendência antiga de personificar abstrações. Ele exemplifica: “Pensemos em frases como ‘o vento sopra’ ou ‘o rio corre’: afinal, seria o vento outra coisa senão a própria ação de soprar, ou o rio outra coisa senão a água correndo? Haverá um vento que não sopra ou um rio que não corre?” O mesmo acontece com a noção de tempo. Se essa noção tivesse o caráter de ação (temporar), o termo se imporia com clareza, não deixando brecha para o indivíduo expressar-se numa forma lingüística que contribui para distorcer a reflexão (ELIAS, op. cit., p. 36).

compreendido como “unidade autônoma” e não como resultado da elaboração cultural e coletiva produzida ao longo dos séculos (ELIAS, 1998).

Uma variação da perspectiva objetivista sobre o tempo ressalta o tipo de relação entre o compasso do tempo e as diversas atividades, denotando seu caráter social. Bosi (2007) caracteriza bem essa associação ao afirmar que: “Há um tempo da igreja, em que a pressa fica mal [...]. Há o tempo do comércio, em que a pressa vale ouro” (BOSI, 2007, p. 418).

Vista por esse ângulo, a idéia de tempo remete a seu aspecto relacional, produzindo desdobramentos nas formas de compreendê-lo. Ainda que seja medido através de suas unidades de referência, o tempo estabelece um relacionamento das pessoas com a cultura, sugerindo que elas não vivem isoladas, cabendo-lhes a responsabilidade dessa relação. Como assinala Elias (1998, p. 13): “Em toda parte onde se opera com o ‘tempo’, os homens são implicados juntamente com seu ambiente, ou seja, com processos físicos e sociais”, indicando que os instrumentos de orientação do tempo estão presentes na nossa vida cumprindo sua função social, cujo caráter coercitivo toda pessoa experimenta desde a infância¹³.

De acordo com o autor em pauta, essa coerção exercida pela instituição social do tempo pode transformar-se num sistema de autodisciplina, mostrando como o processo civilizador contribui para formar os hábitos sociais que integram a estrutura de personalidade. Mas, ele adverte que não é fácil obter essa transformação e atingir a consciência do tempo, como bem podemos comprovar nas relações que mantemos com outras pessoas e grupos, em que cada qual atribui ao tempo um estatuto diferente.

Com efeito, o desenvolvimento dos instrumentos de medição do tempo fabricados pelo homem favoreceu não só a fixação do tempo cronológico, mas também a determinação do tempo social, portando mensagens, fazendo com que simples objetos como os relógios e os calendários se tornassem relacionados a um símbolo social. Elias (1998, p. 16) diz que a “particularidade do tempo está no fato de que se utilizam símbolos”. Essa simbologia expressa pelas unidades de medição do tempo, além de regular os comportamentos dentro da sociedade, deixa claro que o poder de síntese sobre o tempo constitui uma “especificidade da espécie humana” (ELIAS, 1998, p. 33). Esse poder advém do uso da aprendizagem e da experiência de várias gerações para identificar os acontecimentos passados e estruturar mentalmente as imagens recentes ou em curso, relacionando umas às outras.

¹³ Acerca dessa questão, podemos indagar: quem nunca teve na sua infância e juventude a experiência de aguardar o sino tocar anunciando a saída para o recreio e o retorno para a sala de aula? Quem nunca olhou o relógio, apressado, aguardando alguém para um encontro marcado? Ou, quem nunca saiu correndo para pegar o transporte e ir ao trabalho? Essas e outras experiências ocorridas durante o nosso curso de vida obrigam-nos a operar com referências internas, aprendidas, além dos mecanismos externos do tempo, também aprendidos e aprendidos.

Por essa ótica, a experiência humana do “tempo” é aprendida, sendo acumulada e passada de uma geração a outra e modificada ao longo dos séculos, permitindo o avanço dos meios humanos de orientação não só em relação a horários e atividades, mas também em relação ao tempo que nos constitui e que nos insere em grupos etários e geracionais.

Nesse sentido, a noção de tempo relaciona-se a “idade”, “geração” e “curso de vida” e comporta a idéia de que mais de uma dimensão está em pauta, simultaneamente, no mesmo tempo cronológico e social, ainda que cada acontecimento pareça único quando relacionado a certo “momento” - outra noção correlata à dimensão temporal que dá uma condição pontual aos acontecimentos. Essa experiência do tempo vivido e pensado sob a forma de “momento”, de “idade”, de “geração” ou de “curso de vida” traduz um universo humano repleto de imagens e de significados que perpassam todas as esferas da vida humana, seja individual ou coletiva.

Para Britto da Motta (1999b; 2002a; 2005), o “tempo dos indivíduos” é evidenciado pela idade, adquirindo significado social como grupo de idade (jovens, adultos, velhos) ou como legitimidades, na realização ou não de determinada ação social. Já o “tempo das gerações” com seu sentido social e histórico revela-se como projeção coletiva, de modo que as gerações constituem uma categoria mais abrangente do que as idades, como será analisado adiante.

No próximo item discutirei sobre esse tempo individual, vivido em termos da dimensão “idade” e dos confrontos a que estamos sujeitos por causa dela, à medida em que envelhecemos.

1.3 AS IDADES DA VIDA

Pensar sobre as categorias de idade como uma forma de periodizar a vida conduz à questão da produção e reprodução da vida social, já que o estudo dessa dimensão expõe as formas de organização social, de controle de recursos políticos e especificidades das representações culturais (DEBERT, 1998, p. 49). A leitura da obra de Beauvoir (1976) confirma, em boa medida, essas representações acerca da idade dos velhos, ora vistos com o sentimento de piedade, ora como figuras respeitáveis, ou ainda, como ridículos e rabugentos,

mostrando como a idade transforma os (as) velhos (as) em objetos com características as mais diversas.¹⁴

Em cada época, a sociedade estabelece “as funções e atribuições preferenciais de cada grupo de idade na divisão social do trabalho e dos papéis na família” sendo, entretanto, arbitrária essa divisão porque se baseia “em relações construídas num tempo social essencialmente dinâmico, mutável” (BRITTO DA MOTTA, 1998, p. 228).

Na nossa sociedade, a idade estabelece uma orientação que é produzida, em geral, pelo marcador cronológico chamado calendário, sinalizando o tempo vivido e as expectativas envolvendo os aspectos subjetivos, sociais, culturais e políticos, geradas por ela mesma e pelas instituições a que se vincula, definindo seus movimentos na sociedade.

Ninguém foge à institucionalização das idades, ainda que sua interpretação seja incerta, ganhando nomenclaturas e significados diferentes nos diversos períodos históricos, revelando-se como uma construção histórica e social (DEBERT, 1997; 1998). Em qualquer grupo (jovens, adultos ou velhos) a idade cronológica tem seu peso e sua característica, mas é nos grupos de mais idade que essa condição tem maior relevância. Não é sem razão que se fala de “peso da idade” para designar o “fardo” que certas pessoas carregam ao atingir a virada de algumas décadas de vida.

Lins de Barros (1998) observa que ser velho na nossa sociedade está associado a valores depreciativos e não apenas à questão da idade cronológica. O confronto com a idade, muitas vezes acompanhado da doença, da dependência ou da proximidade da morte (BRITTO DA MOTTA, 1998) ou, ainda, do receio da viuvez, parece reduzir a auto-estima de algumas pessoas ao se perceberem envelhecendo, talvez pelas representações sobre a velhice que povoam o imaginário social e enquadram os idosos em um universo temido como o da doença e o da morte.

Além dos aspectos relacionados a esse confronto pessoal, existe outro produzido entre as gerações. As idades incidem sobre as relações entre as gerações, resultando do antagonismo latente entre elas, fazendo com que cada um reclame o seu lugar. Para Bourdieu (1983a, p. 112) “as classificações por idade (mas também por sexo [...] por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem [...] em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar”. O autor lembra que os conceitos de juventude e de velhice não são

¹⁴ Acerca desse tema, Beauvoir (1976) observa as diferentes representações e papéis atribuídos aos velhos em várias sociedades históricas, assinalando que as mitologias, a literatura e a iconografia transmitem uma imagem da velhice que se altera conforme as épocas e os lugares. Segundo ela, a categoria velhice tem sentidos distintos podendo ser uma categoria social mais ou menos valorizada a depender da sociedade e, ao mesmo tempo, significando um destino singular, da própria pessoa.

dados, mas construídos socialmente na luta entre uma e outra categoria de indivíduos, sendo complexas as relações entre idade cronológica e idade social. Para ele, “somos sempre o jovem ou o velho de alguém”, o que significa dizer que as idades são manipuláveis.

Nessa mesma linha de pensamento situa-se o argumento de Lenoir (1998). Para esse autor, a manipulação das idades implica, em graus distintos, numa redefinição dos poderes referentes aos momentos do curso de vida das pessoas em cada classe social. É uma luta empreendida em cada grupo pelas diferentes gerações. Com base em um estudo de Maurice Halbwachs¹⁵ acerca da nupcialidade na França durante e após a guerra, o autor em pauta observa como a definição social das idades depende de vários fatores, incluindo a composição numérica das gerações num determinado período da história da sociedade:

A diminuição extremamente sensível, consecutiva à guerra, da população masculina de vinte e três a trinta e oito anos, teve como efeito ‘promover os jovens nas escalas das idades’ na medida em que, levados a ocupar posições deixadas vagas por pessoas mais velhas, foram induzidos a exercer responsabilidades que, até então, estavam ‘acima de sua faixa etária’: essa transformação foi acompanhada por uma redefinição da idade legítima para o casamento e, de forma geral, da idade em que os ‘jovens’ têm acesso ao estatuto de ‘adulto’ (LENOIR, 1998, p. 67).

A incerteza na formulação das idades traz consigo uma variedade de interpretações que, segundo Birman (1995, p. 9-10), não possuem consistência teórica, já que se apóiam em interesses pessoais e são fundadas “nas fantasias dos indivíduos em diferentes momentos de sua história pessoal” e nos diferentes momentos da história de uma sociedade. Com efeito, as concepções sobre juventude ou velhice transformam-se historicamente, inserindo-se na dinâmica dos valores culturais, como podemos deduzir da obra de Beauvoir (1976) e do trabalho de Ariès (1978) acerca dessa historicidade.

As idades da vida constituíam uma das formas de conceber a biologia humana e remontam ao Império Bizantino, no século VI (ARIÈS, 1978). Na Idade Média, as idades foram relacionadas aos dias da semana (BEAUVOIR, 1976)¹⁶ e aos planetas, sendo divididas

¹⁵ Lenoir (1998, p. 65-67) refere-se ao trabalho de Maurice Halbwachs “La statistique en sociologie” reproduzido em M. Halbwachs. **Classes sociales et morphologie**. Paris, Éd. Minuit, 1972, p. 329-348. Nesse trabalho, conforme Lenoir (op. cit.), o autor francês compara pirâmides de idades das populações francesas e alemãs, no período entre as duas guerras mundiais, observando claras diferenças na representação das idades nos dois países. O autor levanta questionamentos sobre as possíveis razões dessas diferenças e indica a necessidade de conhecer os critérios utilizados por esses países na separação entre juventude e idade adulta e idade adulta e velhice. A idade seria uma noção social estabelecida por comparação com os diversos membros do grupo. Nesse sentido, o resultado das configurações de idades refletiria a diversidade das classes sociais, das profissões e dos meios urbanos e rurais.

¹⁶ Beauvoir (1976, p. 141-142) informa que Santo Isidro de Sevilha (560-636), compilador da enciclopédia “O Grande proprietário de todas as coisas” (1556), distinguia sete idades da vida, por analogia aos dias da semana. Ela assinala que o santo possuía uma visão sombria da velhice, que era assim chamada, segundo ele, porque as pessoas se apequenam, não têm o mesmo bom senso de antes e ficam caducas.

em sete estágios: infância (até os sete anos); puerícia (até os 14 anos); adolescência (com duração até os 21, 28, 30 ou 35 anos, de acordo com o entendimento de cada autor); juventude (até 45 ou 50 anos); senectude ou maturidade [até os 60]; velhice (até os 70 e, segundo outros, até à morte); por último, a velhice seria caracterizada pela senilidade, supondo-se que a pessoa se comportaria de forma degradante, pois já não teria mais condições de proceder como um indivíduo com autonomia (ARIÈS, 1978).

A terminologia das idades era traduzida, ainda, em termos dos “quatro elementos”, “quatro estações” ou “quatro tempos da idade do homem” em que cada um deles seria composto de dois períodos de dez anos (BEAUVOIR, 1976). Esses períodos davam um sentido comum da vida, a qual era vista como “uma continuidade inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortalidade” (ARIÈS, 1978, p. 39).

Na iconografia profana do século XII, as idades da vida tornaram-se um tema freqüente, mas foi no século XIV que houve a fixação de características dessa iconografia em obras realizadas em igrejas e palácios¹⁷. Esses atributos das idades continuaram fazendo parte de gravuras que apareceram nos séculos seguintes, como nos “Degraus das idades” que retratavam pessoas do nascimento até a morte, dispostas numa escada dupla. A referência ao período histórico aparecia nas vestimentas correspondentes a cada época, embora houvesse persistência das características atribuídas a cada uma delas, delimitando os tipos físicos às funções e modos de vestir, ensejando o caráter de fixidez relativo à concepção sobre o desenvolvimento humano.

Dessa forma, Ariès (1978) relata como a categoria “idade” foi sendo construída ao longo do tempo, havendo momentos em que a juventude era confundida com a infância, faltando na língua francesa um vocábulo que traduzisse a ambigüidade de alguns termos designativos das idades. Aos poucos, a palavra infância passou a ter um sentido moderno, relacionada à idéia de dependência, pertinente às crianças pequenas, tendo persistido, ainda, com o sentido de submissão referente a homens de baixa condição social e laboral. Em

¹⁷ Com base nesses trabalhos, Ariès (1978) descreve as diversas idades relacionando-as a atividades supostamente características de cada fase: a idade dos brinquedos, a idade da escola, as idades do amor, dos esportes da corte; as idades da guerra e da cavalaria e a idade sedentária. Como reconhece esse autor, essas idades não tinham apenas uma correspondência biológica, pois elas informavam sobre as funções sociais das pessoas a elas vinculadas. Exemplificando, ele afirma que, embora houvesse muitos jovens dedicados à lei, na imagem popular, o estudo era uma prerrogativa dos velhos. Embora ele não tenha feito menção a esse aspecto, na descrição dessa iconografia desponta a questão de gênero quando o autor em pauta refere-se à idade da escola: “os meninos aprendem a ler ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar” (ARIÈS, 1978, p. 39), supondo-se que não havia lugar para as mulheres-meninas estudarem os livros, mas apenas as funções relacionadas ao universo doméstico.

relação a isso, Beauvoir (1976, p. 148) lembra que “até o século XIII ou XIV, quando surge a burguesia, somente o adulto é considerado”, sendo que a juventude constituía uma classe dominante, enquanto a infância quase inexistia porque as crianças logo cedo eram tratadas como pequenos adultos, sendo preparadas para o serviço militar ou para o trabalho rural. Por outro lado, os velhos não formavam uma classe particular, revelando sua condição desfavorável na escala social¹⁸.

A importância da noção de idade afirmou-se no século XVI quando religiosos e civis passaram a adotá-la nos documentos, tornando-se um critério valorado nas narrativas dos séculos XVI e XVII e adquirindo o sentido que lhe damos atualmente. Ainda assim, permanecia a ambigüidade entre a infância, a adolescência e a juventude (ARIÈS, 1978).

Nessa situação, segundo Birman (1995), a existência humana recebe três registros: biológico, psicológico e filosófico. Primeiro, surgiu a ordem fundada biologicamente para dar conta dos diferentes momentos da existência humana. Foi na virada do século XVIII para o século XIX que a ideologia evolucionista periodizou a vida humana criando o conceito de degeneração como uma característica específica de determinada idade, revelada pela decadência da vida humana. Depois, a psicologia do desenvolvimento, constituída na segunda metade do século XIX, utilizou o mesmo critério de seqüência das idades no estudo da cognição e afetividade, procurando mapear as responsabilidades sociais dos indivíduos nas relações com o mundo a partir desse critério. Esse mapeamento serviu para os estudos sobre a escolarização de crianças e o estudo das habilidades psíquicas de pessoas de todas as faixas etárias. O registro filosófico desse processo revela uma “ontologia da finitude”, seguindo a tradição kantiana que ocupa uma posição privilegiada na modernidade ao criticar os impasses da metafísica. De acordo com esse ponto de vista, “o sujeito e a sociedade perdem a marca do absoluto e passam a ser concebidos essencialmente como históricos, isto é, como algo onde as dimensões do tempo e da temporalidade passam a ocupar um lugar teórico fundamental” (BIRMAN, 1995, p. 32).

De acordo com esse autor, além de ser histórico, o sujeito humano tornou-se agente de sua própria história e a “categoria de vida passou a ocupar um lugar crucial na mentalidade e nos projetos políticos da sociedade moderna” (BIRMAN, 1995, p. 32). O Estado passou a valorizar a qualidade da população, investindo nas condições biológicas e sanitárias sob o entendimento de que tal estratégia revelaria a real condição de produção e reprodução de

¹⁸ Beauvoir (1976) ressalta algumas exceções de chefes, aristocratas e papas que foram eleitos ou governaram até a idade de mais de 60 e até 85 anos. No entanto, ela observa que no século XII, o papel de doge, em Veneza, tornou-se figurativo, ou seja, embora ele fosse eleito, não governava, sendo um instrumento do patriciado. Importava àquela sociedade ter um velho numa posição de honraria.

riqueza iniciando, desse modo, o processo de medicalização no Ocidente e, por extensão, a periodização da vida, cujas etapas passaram a adquirir diversos valores, conforme suas possibilidades de produção e reprodução social. Desse modo, aos velhos restou uma posição marginal, por já terem realizado seu percurso evolutivo, entrando na fase de ‘decadência’ perdendo, assim, o seu valor simbólico (BIRMAN, 1995).

Portanto, se são os valores que definem a primazia de cada idade e geração, são também os valores que transformam as imagens acerca dos períodos etários. Como assegura Birman (1995, p. 34): “[...] o que está em pauta é uma interpretação dos conceitos mediante a qual se destaca a dinâmica dos valores culturais subjacentes que regulam a produção dos conceitos da juventude e da velhice”.

Diante disso, entende-se porque no século XX surgiu a noção de juventude como depositária de novos valores capazes de substituir os valores de uma sociedade velha. Após a guerra de 1914, a juventude que assumira a dianteira nas batalhas empurra para a retaguarda os velhos combatentes. Essa juventude propõe novos valores e normas, impondo seus costumes. “Essa evolução foi acompanhada por uma evolução paralela, porém inversa, da velhice” já que, embora permaneça algum respeito pelo velho, esse respeito não tem objeto, porque o ancião foi substituído pelo “homem de uma certa idade” e por “senhores e senhoras muito bem conservados” (ARIÈS, 1978, p. 47-48).

Ao tratar sobre o processo civilizador, Elias (1994a) destaca o papel da conjuntura social moderna, orientada para a valorização do indivíduo e do seu modo racional de agir, assinalando como o padrão de atitudes e de comportamentos permitiu identificar a categoria de adultos na modernidade. Ele alerta, contudo, que processos naturais e históricos se influenciam mútua e inseparavelmente, manifestando-se em condições sociais específicas e reagindo, por sua vez, sobre o processo sócio-histórico como um de seus elementos.

Do exposto, notamos que as variações da valorização das idades de um século para outro dependem da interpretação sobre a estrutura demográfica da época, envolvendo o processo sócio-histórico de uma sociedade. A ausência da infância como problema específico em um dado período histórico, a eleição da adolescência ou da juventude noutra época, e o esquecimento da velhice por muitas décadas expressa a reação de uma sociedade perante a duração da vida. Com isso,

Tem-se a impressão [...] de que, a cada época corresponderia uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX (ARIÈS, 1978, p. 48-49).

Contudo, independentemente do foco estabelecido sobre uma ou outra categoria de idade, e da emergência de categorias intermediárias entre a infância e a idade adulta, mostrando as possibilidades de flexibilização dessas categorias, a definição de parâmetros etários ajuda a legitimar alguns direitos e deveres dos indivíduos de todas as idades.

As idades deixam de ser entendidas apenas como referências cronológicas fundamentais para a inserção dos indivíduos na sociedade moderna, cuja organização social regulamenta direitos e deveres segundo as idades. Estas passam a ser compreendidas na contemporaneidade como estilos de vida, que podem ou não ser adotados e que definem fronteiras entre indivíduos e segmentos sociais, como se pode ver ao se tratar a juventude ou a “terceira idade” como um modo de ser e de estar no mundo (LINS DE BARROS, 2006, p. 21).

Ao considerar a cronologização da vida e a modernidade, Debert (1998) chama a atenção para as transformações históricas ocorridas no processo de modernização ocidental relativas à periodização da vida, à sensibilidade investida em cada estágio periodizado e ao caráter do curso de vida enquanto instituição social. Para essa autora, a cronologização da vida que, num determinado momento histórico foi considerada irrelevante, tornou-se uma dimensão fundamental na organização social¹⁹, passando a envolver dimensões no âmbito familiar e do trabalho, conforme assinalado também por Britto da Motta (1998).

Portanto, a despeito do papel que representem nas várias culturas, tanto as idades quanto as diferenças etárias constituem para Eisenstadt (1976), Debert (1997; 1998), assim como para Britto da Motta (1998), feições importantes e determinantes da vida humana. Por seu caráter ideológico, a idade

[...] contém certas expectativas definidas de atividades futuras e de relacionamentos com outras pessoas [...] em diferentes estágios de sua vida. Nos termos desta definição as pessoas como que mapeiam os amplos contornos da vida humana, de suas próprias expectativas e possibilidades, e colocam-se a si mesmos e a seus semelhantes em várias posições, atribuindo a cada um, um dado lugar dentro destes contornos (EISENSTADT, 1976, p. 3).

Em outras palavras, as idades, assim como as faixas de idade delineiam e são delineadas pelas instâncias sociais, que demarcam os espaços de atuação das pessoas e seus movimentos dentro deles, produzindo-se alternativas diversas sob o argumento de organizar o percurso da existência dos sujeitos. Tal estratégia serve de referência para a construção como para a

¹⁹ A periodização atingiu o sistema produtivo, as instituições educativas, o mercado de consumo e as políticas públicas. Essa institucionalização resulta de mudanças na economia motivadas pela transição de uma economia de base doméstica para outra baseada no mercado de trabalho. Nesse sentido, o Estado teria um papel fundamental na orientação do curso de vida por transformar questões de ordem familiar em questões de ordem pública, regulamentando a vida das pessoas desde a escolarização até à aposentadoria (DEBERT, 1998).

desconstrução de possibilidades que são oferecidas ou retiradas das pessoas, sobretudo das mais velhas.

Finalizando, reitero a posição discutida ao longo do texto de que a idade não pode ser tratada independente da conjuntura social em que se insere. A elaboração dos critérios de definição das idades associa-se ao surgimento de agentes especializados e interessados em fundamentar suas atividades. Por isso, na manipulação desses critérios estão em jogo os poderes associados aos diferentes momentos do curso de vida e conquistados através da luta entre as gerações, como assinalam os autores visitados.

A seguir, apresento uma composição da noção de geração, categoria que confere ao envelhecimento uma configuração específica, dando um sentido coletivo a essa experiência.

1.4 GERAÇÃO COMO FATO CULTURAL

O assunto geração tem-se colocado com grande força nas pesquisas e nos debates em ciências sociais, resultando em diversos pontos de vista oriundos das ciências e da filosofia. Para Attias-Donfut (1995), o conceito de geração tem vários significados, sendo polissêmico e impreciso. Do ponto de vista teórico, a questão demanda atenção desde Mannheim (1928), cuja proposta indicava à sociologia um direcionamento ao problema de modo a buscar as contribuições de outras disciplinas. Para ele, a elucidação desta questão depende do movimento teórico entre o plano estático formal e o dinâmico formal realizado através da sociologia histórica. Isto significa incluir os vários aspectos como parte do problema, sem deixar de lado as contribuições de outras “disciplinas e nacionalidades” (MANNHEIM, 1928, p. 130-131).

Na antropologia, a noção de geração indica um produto da afiliação, onde se considera a existência de ascendentes e descendentes de uma mesma família (pais e filhos), sendo definida pela relação de parentesco, formando gerações familiares. Para os demógrafos, a definição de geração contém precisão matemática, representando o conjunto de pessoas nascidas em um determinado intervalo de tempo. Já para os sociólogos, a idade cronológica tem menor importância nessa conceituação, sendo valorizado o agrupamento de pessoas numa faixa de idade, cujas experiências fornecem referências sociais e históricas comuns e orientam suas concepções de mundo (ATTIAS-DONFUT, 1995), não sendo ressaltada a noção de sucessão característica das duas primeiras abordagens.

Retomo, aqui, a revisão acerca das perspectivas que abordaram o problema das gerações, discutida por Mannheim (1928), em que ele mostra as divergências de idéias entre a visão positivista e a visão romântico-histórica, ilustrando as contribuições dessas concepções para resolver esse problema. Em relação à padronização dos períodos da vida para delimitar as gerações existiam, segundo esse autor, caracterizações com divisões de espaço de tempo variando de 15 a 30 anos. Essas análises têm por base concepções positivistas, históricas, filosóficas, mudando as definições conforme a prevalência de uma concepção ou outra.

No que tange à concepção positivista interessava quantificar os fatores determinantes da existência humana, definindo espaços mensuráveis, regulares, de modo que uma geração sucederia a outra. Tal ordem biológica era aplicada ao princípio da continuidade política e correspondia à continuidade biológica de gerações, com substituições de uma pessoa por outra, visando preservar as formas de governo. Essa perspectiva era pensada, ainda, a favor de uma concepção linear de progresso em que “a duração de vida e o período médio de 30 anos de uma geração eram correlativos necessários do nosso organismo, e que o progresso lento da humanidade estava diretamente relacionado com esta limitação orgânica” (MANNHEIM, 1928, p. 117).²⁰

Para Sirinelli (1991), existem dificuldades historiográficas relacionadas à periodização referente a gerações, pois essa remete à regularidade. Como os fatos são irregulares, há gerações “curtas” e gerações “longas” e, do mesmo modo que as esferas política, econômica e cultural não avançam no mesmo ritmo, também as gerações variam em relação ao tempo.

Outra perspectiva de análise das gerações baseava-se em dados fornecidos pela observação, contrapondo-se à visão positivista. Pela perspectiva romântico-histórica, “o tempo de intervalo que separa as gerações é agora tempo subjetivamente experimentável; e a contemporaneidade é uma condição subjetiva de sujeição às mesmas forças determinantes” de um “tempo interior que não pode ser medido” (MANNHEIM, 1928, p. 122-123).

Essa noção, inscrita numa ótica historicista, substitui a idéia de um desenvolvimento linear da história e do mero significado cronológico (positivista) de geração. Por essa ótica, os indivíduos receberiam influências decorrentes de fatos sociais, intelectuais e políticos constituindo uma geração por estarem sujeitos a influências comuns e por terem a potencialidade de agir conforme tais influências. Como coloca Debert (1998, p. 60), “a geração não se refere às pessoas que compartilham a idade, mas às que vivenciaram

²⁰ Por essa perspectiva uma solução para o progresso seria mudar os dados da sucessão das gerações, tornando qualquer fenômeno susceptível de análise matemática. A partir dessa simplificação, reduz-se a história das idéias a um quadro cronológico, numa tentativa de identificar o tempo médio para a substituição de uma geração por outra na vida pública e demarcar o início de um novo período na história.

determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras”, ultrapassando o sentido clássico de geração relacionado com posição na estrutura familiar, para incluir as mudanças sociais e as experiências coletivas vividas por determinados grupos. Nesse sentido, fala-se em “geração pós-guerra”, “geração 68” para sugerir os diferentes contextos que informam sobre costumes, singularidades e comportamentos relativos a determinadas gerações.

Para essa autora, as pesquisas sobre grupos de idade evidenciam que a geração, mais do que a idade cronológica, constitui uma forma privilegiada de os atores revelarem suas experiências extra-familiares e indica que mudanças na experiência coletiva dos grupos não são causadas apenas por mudanças sociais estruturais. Os grupos de idade direcionam mudanças de comportamento, atuam na produção de uma memória coletiva e na construção de uma tradição, revelando que a efetividade do conceito de gerações ultrapassa o nível das relações familiares e aponta mudanças que a esfera da política deve incorporar (DEBERT, 1998).

No que tange à idéia qualitativa de tempo vale salientar que “cada momento do tempo [...] é um volume temporal com mais do que uma dimensão, porque é sempre experimentado por várias gerações em diferentes estados de desenvolvimento” (MANNHEIM, 1928, p. 125), sendo que para cada pessoa há um tempo interior, através do qual ela experimenta a vida e o mundo²¹. Apoiando-se nesse conceito qualitativo de tempo, Mannheim (1928) esclarece que é importante pensar não só a sucessão de gerações, como fazia a concepção positivista, mas pensar a sua coexistência, cujo significado é diferente do mero significado cronológico e de sucessão. “Do ponto de vista da história das idéias, a contemporaneidade significa o estar sujeito a influências semelhantes” (MANNHEIM, 1928, p. 123).

Domingues (2002, p. 75) também defende que uma geração não se define isoladamente. Para ele, “é na interação com outras gerações que cada uma delas delinea sua identidade e contribui para a produção das outras”. Nesse sentido, sua visão sobre gerações contempla a interatividade das gerações sem, contudo, deixar de lado seu substrato material e biológico. Desse modo, afirma o mesmo autor, não seria possível compreender como a juventude se vê e vê a sociedade sem entender como os idosos vêem a sociedade e a juventude.

Nesse sentido, resgato dois aspectos destacados por Britto da Motta (1999b; 2005) acerca da perspectiva mannheimiana. Para essa autora, cada conjuntura social atinge diferentemente os grupos de idade que formam as gerações, determinando posturas distintas face às influências recebidas dos movimentos políticos, sociais e culturais de qualquer

²¹ Sobre a concepção do ser como temporalidade pode-se buscar uma clarificação na obra de Heidegger “Ser e Tempo”. Petrópolis: Vozes, 2006

natureza que atuam em determinado contexto. Por outro lado, embora as gerações co-existam no mesmo tempo histórico, elas não possuem as mesmas experiências e trajetórias de vida. Elas são modeladas por cada conjuntura histórico-social, mas diferenciam-se pelas categorias de idade presentes em cada geração.

Ao discorrer sobre a co-existência das gerações, tomando por base a idéia da “não contemporaneidade do contemporâneo”, Mannheim (1928) expõe que

Diferentes gerações vivem no mesmo tempo. Mas porque o tempo experimentado é o único tempo real, todas elas na verdade, vivem em eras subjetivas qualitativamente diferentes. “Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades, numa variedade de possibilidades de experiência que as confronta a todas. Mas, para cada uma o mesmo tempo é um tempo diferente, isto é, ele representa um diferente *período do seu eu*, que só pode ser partilhado com pessoas da mesma idade (MANNHEIM, 1928, p. 124).

Embora o autor em pauta admita que o fenômeno das gerações possua relação com o ritmo biológico, ele esclarece que o mesmo não pode ser deduzido desse aspecto. Ao contrário, “se não fosse a existência da interação social [...], da estrutura social [...], da história que se baseia numa espécie de continuidade, nenhuma geração poderia existir como um fenômeno social localizado” (MANNHEIM, 1928, p. 135). Para ele, o problema das gerações tem importância prática, pois ajuda a compreender a estrutura dos movimentos sociais e intelectuais, as mudanças sociais e as relações dos indivíduos que constituem uma unidade de geração.

Seu conceito de geração implica num sentido histórico e social e vem articulado com o conceito de grupos de idade:

[...] nada mais representa do que uma espécie de posição, que compreende grupos de idade mergulhados num processo histórico-social [...] é determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma geração para outra (MANNHEIM, 1928, p. 137)

Com efeito, importa levar em conta o jogo mútuo de influências, a fim de perceber como as coletividades se constituem. Essa estratégia permite relacionar as gerações com outras instâncias coletivas (família, estado, gêneros, empresas), também constituídas relacionalmente com base em múltiplas dimensões. Por esse ângulo, é possível pensar nas diferentes formas de organização desses grupos e, ao mesmo tempo, na pluralidade dos estilos de vida dentro dessas coletividades, cuja tendência aponta para a diversificação e a individualização das experiências.

Ao apresentar seu argumento sobre esse assunto, Britto da Motta (1999b; 2002a) e (2005, p. 3) observa que “geração é uma categoria de grande complexidade analítica” que tem vinculação com outras categorias fundantes da vida social, porém projetando-se mais do que as outras categorias na dimensão “tempo”, o que possibilita a mudança de seus sentidos.

Por essa ótica, a geração é um fato cultural demarcado por acontecimentos e pelo sentimento de pertencer a uma faixa de idade que possibilita uma identidade diferencial, representando uma escala móvel do tempo (SIRINELLI, 1991). Entendo que esta variação da estrutura da geração no tempo diz respeito não só ao tempo cronológico que abarca gerações constituídas por grupos de idade (MANNHEIM, 1928), mas refere-se particularmente à idéia de tempo social que relaciona e integra as dimensões individuais aos padrões socialmente reconhecidos. É dentro desse escopo que penso sobre as gerações reconhecendo, como o faz Sirinelli (1991), que este conceito reflete a inserção de mulheres e de homens na história, não sendo um produto da natureza, o que poderia confundi-lo com um parâmetro invariável de uma sociedade ou época, sujeito à padronização de sua duração.

Assim, utilizo a noção de geração de Mannheim (1928) compreendendo esta como sendo um grupo de pessoas localizadas em uma determinada faixa de idade e inseridas num processo histórico-social que as coloca, ao mesmo tempo, sujeitas a influências similares, mas experimentando de modo diferente o seu tempo interior. Por esse ângulo, admito a relação de geração com o tempo cronológico, mas também com a perspectiva de interação social que propicia a transformação das experiências subjetivas. Além disso, a determinação geracional envolve a compreensão acerca do cruzamento de dimensões como idade e gênero e produz, em cada conjuntura social, experiências específicas relacionadas a tais dimensões. Em virtude disso, destacarei no próximo item algumas experiências de envelhecimento que abordam tais dimensões.

1.5 ARTICULANDO A EXPERIÊNCIA A DIMENSÕES SOCIAIS

As reflexões anteriores revelam que o fenômeno do envelhecimento constitui-se em uma experiência diversificada, repercutindo nas diferentes esferas da estrutura social, política, econômica e cultural. De uma perspectiva sociocultural, o envelhecimento é concebido dialeticamente como resultado de dimensões fisiológicas, simbólicas e estruturais, articuladas pelos atores sociais em meio a condições contextuais vigentes (SIQUEIRA, 2002).

Portanto, o envelhecimento consiste em uma pluralidade de experiências individuais perpassadas por dimensões sociais como: gênero, idade e geração. A importância de pensar as articulações dessas dimensões com o processo de envelhecimento de homens e mulheres com idade acima dos cinquenta anos torna relevante o uso da noção “experiência”. Compreender as experiências plurais constitui um desafio que busca legitimidade nas próprias falas das pessoas.

A idéia de experiência formulada por Thompson (1987) mostra a compreensão de que a experiência é vivenciada por um indivíduo ou grupo não só como idéia, mas também como sentimento, tendo como base as normas, obrigações familiares e de parentesco, aprendidas na família, no trabalho e nos grupos mais próximos ²², aspectos da definição com os quais eu concordo. No entanto, a compreensão de experiência explicitada por Lauretis (1994), Scott (1999) e Costa (2002) traz outras facetas desse conceito que complementam a noção de Thompson (1987) e harmonizam-se com a proposta epistemológica deste trabalho.

Ao discutir sobre a noção de experiência, Scott (1999, p. 25) critica o projeto de torná-la visível, atribuindo-lhe uma noção de referencialidade, de algo que poderia ser mais verdadeiro. Para a autora, tal estratégia enfraquece a crítica das histórias da diferença, deixando de lado o exame de práticas que excluem considerações sobre a diferença. Segundo ela, os (as) teóricos (as) “tomam como evidentes as identidades daqueles (as) cujas experiências estão sendo documentadas e, assim, naturalizam suas diferenças”, impedindo a análise da historicidade da experiência.

A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que vêm e agem no mundo. Colocando de outra forma, a evidência da experiência, seja concebida através de uma metáfora de visibilidade ou de qualquer outra maneira que considere o significado como transparente, reproduz, ao invés de contestar, sistemas ideológicos estabelecidos – aqueles que supõem que os fatos da história falam por si e, no caso das histórias de gênero, aqueles que se baseiam em noções de uma oposição natural ou estabelecida entre práticas sexuais e convenções sociais, e entre homossexualidade e heterossexualidade (SCOTT, 1999, p. 26).

²² Thompson (1987) documenta as experiências dos trabalhadores, tornando evidentes suas identidades estabelecidas a partir das relações de produção. Tais relações, compartilhadas entre trabalhadores de diferentes etnias, regiões e atividades fornecem uma referência comum que sobressai em relação às demais posições de sujeito, culminando na percepção de uma identidade de classe. Na obra citada, o autor narra a transformação de grupos heterogêneos de trabalhadores em uma classe operária com identidade própria e com consciência de classe, enfatizando o papel dos atores sociais na construção de suas identidades, seus interesses e suas ações coletivas.

Para a autora em tela, visibilizar a experiência de um grupo expõe a existência de mecanismos repressores, mas não sua lógica interna, pois falta a compreensão de como essa diferença foi constituída relacionalmente. Assim, a autora propõe pensar a experiência a partir dos processos históricos, situando os sujeitos através do discurso e captando sua lógica para entender como esses sujeitos constroem suas experiências e suas identidades. Com esse argumento, ela remete ao sentido discursivo da experiência, cujo caráter complexo e contraditório compreende diferentes aspectos da identidade e não apenas os relativos ao âmbito das relações de produção, nem detendo-se na experiência de classe. Destarte, os “sujeitos são constituídos discursivamente [...]. Já que o discurso é [...] compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual [...]” (SCOTT, 1999, p. 42).

Nessa ótica, a experiência é vista como “o resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas” (COSTA, 2002, p. 67), sucedido no curso de vida de homens e de mulheres e desenhado pelas diferenças etárias, geracionais e de gênero. A experiência constitui “um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica²³ do eu com o mundo exterior” (LAURETIS, 1994, p. 228), reformulando-se continuamente mediante o engajamento de cada pessoa na realidade social.

Ao recorrer ao termo “experiência”, compreendo que as idéias e os sentimentos (THOMPSON, 1987), assim como as percepções, disposições e hábitos (LAURETIS, 1994) ou as memórias são faces da experiência. Pensando no meu objeto de estudo, compreendo ainda que, tanto a vivência do envelhecimento quanto a percepção e o reconhecimento de aspectos dessa vivência em outras pessoas constituem experiências, quebrando a dicotomia entre elementos objetivos e subjetivos que separa a “objetividade dos acontecimentos da subjetividade em que são vividos” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 74).

O pressuposto da diversidade nas formas de envelhecer é um estímulo que tem orientado muitas pesquisas no intuito de desenvolver análises capazes de avaliar essas distinções no curso de vida de pessoas idosas. Tais preocupações trazem novas sensibilidades em relação ao envelhecimento, tendendo a considerá-lo distinto para homens e para mulheres, ainda que, conforme defende Britto da Motta (2002a), a experiência de envelhecimento seja

²³ Como ciência dos signos e dos processos significativos, a semiótica tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis (artes visuais, música, fotografia, cinema, culinária, vestuário, gestos, religião, ciência), e tem por objetivo o exame de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido (SANTAELLA, 1983).

vivida, em parte, de forma homogênea por homens e mulheres em determinado “estágio geracional” e, em parte, diferentemente segundo o gênero, a raça/etnia e a classe social.

Considerando a estratégia metodológica fundamentada nas pesquisas de gênero, nessa perspectiva a análise transcende a dimensão das diferenças individuais, incluindo os níveis interpessoal, social e cultural da experiência humana e buscando investigar o interjogo dinâmico entre fatores individuais e contextuais (COELHO; DINIZ, 2005). Para ilustrar tais experiências, trago alguns relatos de pesquisas realizadas por antropólogas e sociólogas, em que são evidenciadas diferentes possibilidades de experiências de mulheres e de homens, ressaltando as vivências no envelhecimento.

Ao narrar as experiências de envelhecimento de idosos dos dois sexos, a partir da perspectiva de gênero, Britto da Motta (1999b; 2002a) relata que, em suas pesquisas, as trajetórias sociais de gênero têm demonstrado ser determinantes na situação real e nos sentimentos de pessoas idosas, ultrapassando a situação de classe. Segundo ela, homens e mulheres diferem quanto a possibilidades e sentimentos de liberdade e auto-realização na velhice. No entanto, ela acrescenta:

Há experiências comuns aos dois (ou todos...) (os) sexos na velhice, que vêm de vivências culturais e sociais de ordem geracional, inclusive pelo preconceito e desassistência sociais, mas há também ‘pontos de chegada’, atualmente bem diferenciados, que se explicam por essa diversidade de trajetórias de vida segundo o gênero, e pelo que a vida social está propiciando de novo, em termos de autonomia e bem-estar, e que em grande parte é consequência das idéias e lutas feministas (BRITTO DA MOTTA, 2002a, p. 44).

Segundo essa autora, as mulheres sentem a perda da condição de reprodutora, mas, ao mesmo tempo, mostram-se compensadas afetivamente através dos filhos (embora às vezes esse sentimento seja de uma “carga”). Além disso, elas libertam-se de certos controles que as tolheram na juventude, de modo que “essa libertação vem, surpreendentemente, entusiasmando as mulheres idosas, a ponto de, por vezes, obscurecer-lhes a percepção de toda uma gama de preconceitos” que vigoram na nossa sociedade (BRITTO DA MOTTA, 2002a, p. 45). A autora acrescenta que muitas dessas mulheres não tiveram vida profissional ativa e sua vida social passada era menos dinâmica do que a dos homens da mesma geração. Assim, uma vez tendo se libertado do peso dos encargos familiares, é na velhice que elas encontram a chance de obter maior satisfação, o que a autora caracteriza como sendo uma “liberdade de gênero”.

Os homens, por sua vez, também falam em liberdade, mas de modo menos acentuado do que as mulheres. Para eles, a liberdade reflete o sentimento de independência ou

tranquilidade econômica. Para os mais pobres, a liberdade nesta etapa da vida está relacionada à classe social, o que faz com que eles se expressem como ex-trabalhadores, livres das obrigações com o trabalho e aproveitando mais o tempo com o lazer (BRITTO DA MOTTA, 1999b; 2002a).

No estudo realizado por Lins de Barros (1998) com mulheres integrantes de um movimento da igreja católica e de camadas médias do Rio de Janeiro, a experiência dessas mulheres traduz-se como um projeto político-religioso, já que inclui não apenas ações religiosas, mas também trabalhos assistenciais e até mesmo atividades burocráticas desenvolvidas a partir da ligação delas com a igreja. Assim como as mulheres do estudo relatado por Britto da Motta (1999b; 2002a), essas mulheres também se viram liberadas de suas atividades profissionais e, estando algumas delas viúvas, outras solteiras, puderam dedicar-se a outros projetos.

As experiências de envelhecimento sob o aspecto de geração mostram que a noção geracional é imprescindível para a interpretação da velhice, surgindo como possibilidade que marca diferentes gerações de mulheres e de homens. São inúmeras as possibilidades que existem para dar conta de preencher os espaços dos atuais idosos, dando ao envelhecimento novas configurações.

No trabalho realizado por Alves (2006), a experiência feminina na velhice é mostrada através da participação de mulheres velhas e homens mais jovens na dança de salão. A dança surge como uma possibilidade de valorização do próprio corpo e da condição feminina na velhice. A autora esclarece que o que as mulheres procuram na dança é uma oportunidade de exercício da sedução e para isso elas procuram manter a habilidade do corpo, significando o controle do estigma da velhice na situação do baile. Nesse sentido, como nesses espaços a presença de mulheres jovens é exígua e as mulheres idosas preferem dançar com homens mais jovens, quando os homens velhos aparecem no baile, eles “ficam quase que despercebidos no salão, recolhidos a um canto, bebendo e olhando o baile passar” (ALVES, 2006, p. 78).

Segundo Lins de Barros (2006), a participação de mulheres idosas em atividades dirigidas para a “terceira idade” expressa a adesão a um estilo de vida na velhice que coloca em cheque o lugar da mulher mais velha na família, já que

Há agora opções para a vida. Embora estejam lidando com alternativas de interpretação da realidade criadas socialmente para a velhice, a receita de “terceira idade” que instituições e especialistas querem transmitir é incorporada às já existentes e, de forma sincrética, formam-se possibilidades mais diversificadas de ser velha e velho nessa sociedade (LINS DE BARROS, 2006, p. 33).

Referindo-se, ainda, às diferenças nas experiências do envelhecimento e com base em Boltanski, Britto da Motta (2002b) analisa as percepções e práticas assumidas pelos idosos em relação ao corpo no envelhecimento. Tais percepções e usos do corpo refletem a situação de classe e de gênero, mostrando que a relação do indivíduo com o corpo é modificada a depender da hierarquia social e do nível de instrução, além do sexo a que pertence. Ela destaca a análise desse autor acerca da maior prevalência de dores, consumo de medicamentos e atenção voltada para si por parte das mulheres e dos indivíduos integrantes de classes sociais mais altas quando comparados com os homens em geral e os integrantes das classes menos favorecidas.

Considerando dados de suas pesquisas, a autora observa que a experiência de envelhecimento é tratada, em geral, como desgaste e limitação, dificilmente aludindo-se a algum bem. As perdas são vistas como problemas de saúde, havendo uma percepção clara do que acontece com o corpo na velhice e a reação da sociedade a tudo isso. Essa relação com o próprio corpo no envelhecimento, em que as doenças e as dores são vistas como parte desse processo ocorre de modo um tanto ‘natural “e não apenas nas classes populares, entre os menos assistidos” (BRITTO DA MOTTA, 2002b, p. 41).

Segundo essa autora, além da posição social e do gênero, as dimensões de idade e geração não podem ser analisadas senão como relações e socializações ligadas ao poder social. Em torno dessas categorias são construídos preconceitos e estabelecidas disputas entre as idades visando, de um lado, postos de trabalho e, de outro, revelando aversão aos mais velhos que, eventualmente, não teriam as mesmas condições corporais e, quiçá, estariam mais perto da morte.

Ao reconstruir as memórias de homens e de mulheres acerca de suas experiências em uma fábrica têxtil baiana, Sardenberg (1998) observa que essa memória revela-se distintamente para homens e mulheres de diferentes gerações de ex-trabalhadores. Ao reconstruir as lembranças acerca do bairro, da fábrica e da participação nos movimentos grevistas, há um contraste do ponto de vista das gerações e do gênero. Diversos aspectos dessa memória são abordados na pesquisa, mas vou restringir-me apenas a alguns.

Segundo a autora, os homens guardam a memória “heróica” das lutas, enquanto as mulheres revelam uma memória fragmentada e até mesmo contraditória e “anti-heróica”, registrando as imagens de violência contra a comunidade durante as greves, especialmente a violência contra as mulheres. Já os homens ressaltam os aspectos positivos das greves que, na sua visão, levaram a conquistas trabalhistas. Eles lembram as datas e os propósitos dos movimentos e revelam que suas ações dirigiam-se tanto para a manutenção da dominação

paternalista quanto para a cisão em relação ao discurso hegemônico que atribuía aos comunistas a perpetuação da desordem.

A natureza dessas lembranças corresponde às memórias relacionadas à fábrica, em que as mulheres guardam detalhes das situações de trabalho em termos ambientais e dos atos das chefias em relação aos subordinados. Por outro lado, os homens ressaltam o sentido de “comunidade” e “prosperidade” gerado pela presença da fábrica no bairro.

Considerando o que foi exposto neste capítulo, assinalo que a referência básica de compreensão das experiências de envelhecimento é a consideração do seu aspecto interacional e discursivo. Com efeito, embora a análise do trabalho registre momentos particulares de cada pessoa relacionados às suas percepções acerca do envelhecimento e conjugados aos estilos de vida e às especificidades na construção de projetos, esses momentos são compreendidos dentro de um todo que inclui a bagagem histórica e as relações que produzem a existência de cada sujeito. Entendo que, assim como outras formas de experiência, a experiência de envelhecimento é orquestrada num constante diálogo do presente com o passado de cada um, assim como através das interações estabelecidas com outros sujeitos e das articulações com as dimensões sociais aqui discutidas. Tais relações e articulações contribuem para imprimir significados às formas de pensar, sentir e viver o envelhecimento, compondo as diferentes identidades.

No próximo capítulo farei uma reconstituição dos caminhos desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 - RECONSTITUINDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS

“Sendo a sociedade uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, qualquer adequada compreensão teórica relativa a ela deve abranger ambos esses aspectos”.
(BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 173)

Qualquer investigação pressupõe uma série de conhecimentos anteriores e uma metodologia adequada ao problema ou ao fenômeno a ser investigado. Para Becker (1994), por mais ingênuo ou simples nas suas pretensões, qualquer estudo da realidade social deve ser norteado por um arcabouço teórico, informar a escolha do objeto e todos os passos utilizados na busca dos resultados. Com base nessa orientação, exponho o modo de utilização das técnicas escolhidas, justificando sua importância e aplicabilidade no desenvolvimento da investigação. Esse critério envolve a preocupação com o rigor metodológico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007), mas não despreza a compreensão intersubjetiva (THIOLENT, 1982) a ser alcançada no exercício de pesquisadora, e que está alinhada à abordagem perspectivista assumida no começo deste trabalho.

Este capítulo está dividido em cinco partes com subdivisões. Primeiramente, apresento a forma de abordagem em relação aos participantes. A seguir, descrevo os instrumentos utilizados no levantamento dos dados, contextualizando-os teoricamente e informando os critérios de sua escolha. Na seqüência, faço uma reconstituição do percurso em busca de um referencial para a análise dos dados, complementando com a exposição dos procedimentos adotados no manejo desses dados e com a definição das unidades de análise constituídas pelas categorias “casal” e “indivíduo”.

Como ocorre em qualquer pesquisa, esta foi iniciada pelo exame da bibliografia pertinente ao campo de estudo, conforme indicado na introdução, sendo utilizadas a seguir as técnicas de grupo focal e de entrevista semi-estruturada. Essas estratégias foram complementadas com as anotações do diário de campo que forneceram subsídios para esclarecer pontos de vista durante a análise dos dados.

A experiência divulgada aqui retrata a pesquisa de campo desenvolvida entre 2009 e 2010, incluindo as duas reuniões com os grupos focais, perfazendo aproximadamente um ano de trabalho de campo, que se constituiu de um exercício de aproximação e afastamento motivado pelo próprio desenrolar da pesquisa. No que tange propriamente às entrevistas, antes da qualificação do projeto de tese foram entrevistados dez casais, sendo o restante entrevistado depois da qualificação, quando foram realizadas entrevistas complementares com

os primeiros casais, buscando o alinhamento de algumas questões decorrentes do próprio amadurecimento em relação ao trabalho.

No primeiro item abordarei a forma como os participantes foram introduzidos neste trabalho.

2.1 ABORDANDO OS PARTICIPANTES

Para ter acesso a esse grupo, realizei contato telefônico a fim de identificar a disponibilidade dos mesmos e esclarecer sobre os procedimentos da pesquisa, obtendo a aceitação para participar do trabalho e informando sobre a possibilidade de contatá-los mais de uma vez para a coleta dos dados o que, de fato, ocorreu.

O primeiro contato foi mantido visando a escolha dos integrantes dos grupos focais, levando em consideração critérios homogêneos e heterogêneos (TANAKA; MELO, 2001). Os critérios que aproximavam os participantes foram: ser casado (a), ter idade a partir dos cinquenta anos e morar em área urbana, exigências relacionadas ao objeto de investigação. Por outro lado, a diversidade foi buscada na observância do tipo de atividade profissional e na escolaridade. Assim, selecionei integrantes de profissões diferentes, englobando aposentados e pessoas na ativa, evitando que os membros de cada grupo pertencessem ao mesmo círculo de amizade ou trabalho (IERVOLINO; PELICIONI, 2001).

Para compor o grupo que participaria das entrevistas observei os mesmos critérios utilizados para a composição dos grupos focais, buscando obter uma abrangência maior dos dados pela diversificação de outros elementos: residências em bairros diferentes, composição familiar variada, procurando localizar formações familiares com filhos e sem filhos.

Todas as pessoas foram consultadas sobre a aceitação em participar do trabalho, numa demonstração do meu reconhecimento dos direitos dos (as) participantes no que diz respeito: à sua participação voluntária, ao direito de desistir a qualquer momento da pesquisa, bem como à proteção de suas identidades. Em relação a esse último item, são utilizados nomes fictícios para todos (as) os (as) participantes.

A seguir, apresento os procedimentos de levantamento dos dados.

2.2 INSTRUMENTOS DE LEVANTAMENTO DOS DADOS

Os eixos estudados neste trabalho são compreendidos numa perspectiva dinâmica. A apreensão dessa dinâmica exige atenção às diversidades nas formas de envelhecer, o que acredito ser possível captar mediante as estratégias metodológicas aqui propostas. Para a coleta dos dados utilizei, além dos grupos focais, as entrevistas semi-estruturadas e o diário de campo que passo a descrever nos tópicos seguintes.

2.2.1 Grupo focal

É freqüente a utilização de grupo focal por sociólogos. Dentre suas áreas de interesse, encontram-se: o envelhecimento, a criminologia, a sociologia médica, a sociologia política, os movimentos sociais e a sociologia do trabalho. Há estudos que combinam a sociologia da família, a desigualdade e raça/etnia, enquanto outros misturam elementos de sociologia urbana, criminologia e relações raciais. No entanto, a aplicação do grupo focal ocorre numa grande variedade de outros campos, como: a comunicação, a educação, a ciência política e a saúde pública (MORGAN, 1996).

Grupo focal é uma técnica de pesquisa que coleta dados através da observação das interações grupais quando da discussão de um tópico sugerido pelo pesquisador (MORGAN, 1996). Para esse autor, a definição de grupo focal possui três componentes: primeiro, o grupo focal é um método de coleta de dados; segundo, ele localiza a interação no grupo de discussão que funciona como fonte de dados e, por último, ele admite o papel ativo do pesquisador na criação do grupo de discussão.

Existem algumas perspectivas que permitem identificar o propósito do (a) pesquisador (a) na utilização do grupo focal. Morgan (1996; 1997) apresenta três perspectivas na utilização desta técnica, diferenciando-as conforme o objetivo da mesma para atender ao problema de pesquisa. A primeira perspectiva apontada por ele é a do grupo focal “auto-suficiente”, cuja característica é funcionar como principal fonte de dados, revelando aspectos da interação grupal que não seriam obtidos por meio da entrevista individual. Outra perspectiva aponta o grupo focal como “fonte preliminar de dados”, através da qual atenderia a finalidades exploratórias no processo de investigação, dando subsídios para a construção de itens dos instrumentos de pesquisa, como questionários e roteiros de entrevista. Por fim, a

terceira perspectiva trata essa técnica como “complementar a outras técnicas”, podendo ser combinada a dois ou mais instrumentos de coleta de dados.

Com efeito, a posição que o grupo focal ocupa na investigação varia de acordo com o objetivo do (a) pesquisador (a). Tanaka e Melo (2001) observam que o grupo focal ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e a entrevista em profundidade, podendo ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de constituição das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos. Sua utilização tem-se mostrado adequada para a fase de diagnóstico no processo de pesquisa, conforme experiências relatadas por autores como Iervolino e Pelicioni (2001).

Nesta pesquisa, o grupo focal foi utilizado como técnica auxiliar para a configuração das questões de pesquisa e a elaboração do roteiro de entrevista servindo, ainda, como forma de aproximação de alguns dos possíveis participantes da pesquisa. Meu propósito era, pois, transformar esses encontros em oportunidades de “sondagem”, visando não só ajustes técnicos no meu projeto, mas a captação de sentimentos, atitudes e experiências relacionadas com o objeto de estudo.

Devido ao objetivo da técnica neste trabalho, foram organizados apenas dois grupos contendo seis participantes cada um, número mínimo proposto por alguns autores (BAUER; GASKELL, 2008; MORGAN, 1996; 1997; TANAKA; MELO, 2001) para a utilização do grupo focal, que teve duração aproximada de uma hora e meia.

Seguindo os passos metodológicos sugeridos por Minayo (1996), considerei ser esse um momento relevante por caracterizar o começo de uma relação que pretendia ser de confiança mútua. Nesse sentido, procurei fazer uma aproximação cautelosa em relação ao grupo, tomando alguns cuidados como, por exemplo, utilizando termos comumente usados no cotidiano das pessoas: “idosos”, em vez de velhos; “terceira idade” e “envelhecimento”, em vez de velhice. Os tópicos para discussão abordaram: questões que preocupam os idosos; aspectos positivos do envelhecimento e a compreensão sobre a denominação de “terceira idade” como “melhor idade”.

Embora entenda que o termo ‘terceira idade’ serve para designar “um modo de envelhecer e seus significados construídos no século XX” (LINS DE BARROS, 2004, p. 48), mantive a nomenclatura porque ela está presente nos discursos das pessoas, sendo associada a uma fase do envelhecimento que implica numa diferenciação em relação à “velhice”. Enquanto esta é associada à perda do vigor e menor atividade, a “terceira idade” está relacionada a uma meia idade prolongada e ativa (DEBERT, 1998).

Como parte da dinâmica do trabalho, os (as) participantes dos grupos focais foram estimulados (as) a expressar seus pensamentos e sentimentos sobre o tema, ainda que não se sentissem diretamente vinculados (as) a ele. Essa liberdade possibilitou que eles e elas não se considerassem engessados (as) nas falas, expondo sobre algo de que não se sentiam parte, pois sabemos que nem todo mundo se sente “velho”. Tal decisão levou em conta, ainda, o fato de que os depoimentos sobre o próprio envelhecimento ou sobre o envelhecimento de outros são válidos justificando, assim, a aceitação de todos eles como expressão de experiências, de acordo com a concepção desse conceito, exposta no capítulo anterior.

Os grupos focais contaram apenas com a minha participação, já que, devido à quantidade de participantes, considerei desnecessário o apoio de observador ou relator. Com a permissão de todos (as) os (as) integrantes, as falas foram gravadas e posteriormente transcritas para permitir a avaliação qualitativa dos dados obtidos no processo grupal. Além da gravação, foram feitas anotações por mim, sinalizando os temas que emergiram das discussões. Os resultados dessas discussões foram incorporados às análises das entrevistas nos itens correspondentes aos discutidos nesses grupos.

A seguir focalizarei aspectos teóricos e práticos da entrevista que constitui a técnica privilegiada nesta investigação.

2.2.2 Entrevista

A entrevista constituiu o instrumento de coleta de dados privilegiado nesta pesquisa. A entrevista não é um procedimento neutro, pois “se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (NETO, 1994, p. 37). Trata-se, conforme esse autor, de uma técnica caracterizada pela comunicação verbal, o que enfatiza a importância da linguagem e o significado da fala. Nesse sentido, a entrevista constitui uma interação que ocorre numa situação onde a relação entre entrevistador e entrevistado é constantemente negociada (PINHEIRO, 2000).

A idéia de negociação presente nessa conceituação remete à noção dos diferentes posicionamentos dos sujeitos envolvidos na interação. O entrevistador posiciona-se e posiciona o outro selecionando, por exemplo, o tom da conversação, as imagens e os personagens que correspondem ao posicionamento assumido diante do outro que é posicionado por ele (PINHEIRO, 2000). Com efeito, toda pesquisa com entrevista é um processo social cooperativo de mão dupla, havendo troca de idéias e significados entre

entrevistador e entrevistado, onde o “sentido não é uma tarefa individual ou privada, mas é sempre influenciado pelo outro, concreto ou imaginado” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 74).

A principal vantagem da entrevista em relação a outras técnicas é que ela quase sempre produz uma melhor amostra da população de interesse. Ao contrário dos questionários enviados pelo correio que têm índice de devolução muito baixo, a entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, chegando próximo de 70 a 80%, sendo possível que as pessoas estejam mais dispostas a colaborar fornecendo informações através da fala do que através da escrita, o que pode ocorrer por falta de habilidade para a escrita. Outra vantagem é a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos, favorecendo respostas espontâneas e a possibilidade de abordar assuntos mais complexos (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987).

Essas vantagens colaboraram na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes e o planejamento da entrevista, o estudo do tema e a disponibilidade dos (as) entrevistados (as) em conceder a entrevista garantiram o sucesso na sua operacionalização. Estive atenta à manutenção do sigilo em relação a determinadas confidências e às identidades dos (as) informantes como recomendado pelos interlocutores teóricos (MARCONI; LAKATOS, 2006.).

Ao utilizar a entrevista como principal técnica neste trabalho procurei conseguir informações que não seriam possíveis de serem obtidas somente através da pesquisa bibliográfica e do grupo focal. Segundo Minayo (1996), as pesquisas qualitativas trabalham com significados, motivações, valores e crenças e esses não podem ser reduzidos ao aspecto quantitativo.

Avaliando o que dizem Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007) sobre a escolha do método, considerei essencial manter o rigor na seleção das estratégias de levantamento. Para esses teóricos, a escolha do método não deve ser rígida, embora deva ser rigorosa, ou seja, o (a) pesquisador (a) não necessita seguir rigidamente um método só, mas qualquer método ou conjunto de métodos que for utilizado deve ser aplicado com rigor.

Nesta pesquisa, foi utilizada a entrevista *semi-estruturada* seguindo um conjunto de itens previamente definidos que foram ampliados com perguntas de esclarecimento (LAVILLE; DIONNE, 1999), a fim de ajustar-se a cada entrevistado (a) e à situação de entrevista, elucidando pontos obscuros ou, ainda, ajudando a recompor a situação da entrevista nos casos em que o (a) entrevistado (a) demonstrava divagação ou alguma outra dificuldade.

Quanto à formulação das questões, segui as recomendações de teóricos como: Richardson (1999), Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007) e Bauer e Gaskell (2008). Uma das orientações é que as perguntas devem ser colocadas como um “convite” para o (a) entrevistado (a) falar com suas próprias palavras e com tempo suficiente para refletir (BAUER; GASKELL, 2008). Esses autores destacam a relação entre entrevistador e entrevistado, em que um faz as perguntas e o outro deve responder. Nessa situação, o (a) entrevistado (a) pode sentir-se constrangido (a) ou hesitante, podendo limitar suas respostas àquilo que presume ser relevante e adotar uma postura condizente com uma auto-imagem específica.

Para contrabalançar essas tendências, os autores citados sugerem que o (a) pesquisador (a) invista na criação de uma relação de confiança que envolve a forma como ele (ela) faz a pergunta. Nesse sentido, procurei estar atenta às narrativas e enviar sinais de entendimento e de estímulo através dos gestos e acenos com a cabeça como forma de facilitar a relação com os (as) entrevistados (as). No entanto, cuidei para que as manifestações de atenção não fossem acompanhadas de reações pessoais avaliativas ou interpretativas, evitando assumir uma postura defensiva diante de algumas narrativas, ou discutir a idéia do (a) entrevistado (a) (RICHARDSON, 1999), procurando corresponder ao princípio da perspectiva aqui adotada – o de respeitar a “voz” de quem fala e o “lugar” de onde fala.

No que tange ao conteúdo das questões, Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007, p. 56) ressaltam a importância de observar o sentido dado às perguntas. Embora admitindo ser “possível perguntar seja lá o que for a quem quer que seja”, esses teóricos alertam para o fato de que “sempre que o sociólogo for inconsciente em relação à problemática implicada em suas perguntas, privar-se-á de compreender a problemática que os sujeitos implicam em suas respostas”.

Com base nessas orientações, procurei levar em conta que os relatos são feitos por pessoas e são acompanhadas por sentimentos, afetos pessoais e fragilidades, o que foi registrado em diário de campo. Cada pesquisado (a) faz parte de uma singularidade, tendo uma história de vida diferente, exigindo o reconhecimento das estruturas invisíveis que organizam seus discursos. Foi dado a cada participante o grau de liberdade de expressão permitida pela técnica, tanto em relação às respostas, quanto em relação à formulação de questões não previstas no roteiro ou, ainda, em relação aos silêncios. No que diz respeito aos silêncios, minhas intervenções só foram produzidas quando percebi que o entrevistado não tinha nada mais a dizer sobre uma determinada questão.

Na organização do roteiro, abrangei os eixos do trabalho tentando apreender o modo como cada pessoa vivencia o envelhecimento relativo a essas dimensões. Considerando ser apenas um roteiro, os itens foram colocados como insígnias, pontos que sugerem a temática abordada, sem a pretensão de esgotá-la. Além dos dados pessoais, colocados separadamente em uma folha e preenchidos por eles (elas), o roteiro contém os seguintes tópicos: Estilos de vida: contextos, atividades e relações; Construindo significados; Projetos pessoais/projetos conjugais, cada um deles com subdivisões, conforme mostrado no Apêndice A.

No que tange à ordem dos itens, observei um nível crescente de complexidade, iniciando por questões fatuais, relacionadas à rotina e aos estilos de vida, que informam o que acontece no cotidiano de cada pessoa, incluindo as vivências familiares, de trabalho ou aposentadoria e as redes de relacionamentos. A seguir, ele focaliza aspectos conceituais, levando o (a) entrevistado (a) a interpretar o significado das experiências relacionadas ao envelhecimento. Mas, admitindo que não existe uma linha divisória entre o pensar e o sentir, esta parte do roteiro incorpora, ainda, as vivências afetivas, especialmente no nível da conjugalidade, onde os (as) participantes expressam a importância de “envelhecer juntos”, inferindo-se daí os significados das relações conjugais nessa fase da vida. Por último, as questões instigam os (as) entrevistados (as) a aquilatar o seu passado e apreciar o seu futuro, através da descrição do nível de satisfação com suas realizações e da estimativa dos projetos de vida pessoais e conjugais.

As entrevistas foram agendadas com cada participante e foram realizadas individualmente, em suas residências, à exceção de quatro que foram feitas nos locais de trabalho do (a) entrevistado (a), por sua conveniência. Essa opção metodológica fez parte da estratégia de aproximação entre pesquisadora e informantes, privilegiando a perspectiva da pessoa em seu caráter individual e social como primeira condição de aproximação de seu contexto vivido (MINAYO, 1996).

Considerando o dinamismo da vida¹ e o tempo decorrido entre as primeiras entrevistas e as últimas, foram realizadas entrevistas complementares com os (as) primeiros (as) entrevistados (as), visando a uma atualização dos dados a partir do redimensionamento do roteiro de entrevista e considerando o amadurecimento teórico pessoal no decorrer do próprio trabalho. Apenas em relação a dois casais (Samuel e Ruth; Júlio e Elza) não foi possível o

¹ Acerca dessa condição, é preciso admitir que a vida é efêmera e é apreendida apenas por instantes. Tal realidade foi observada em relação a três casais, potencialmente partícipes da minha pesquisa e que, em virtude do ‘inesperado’, eles não puderam integrar este trabalho. O primeiro casal mudou-se para outro estado; o segundo se separou em virtude do marido de 68 anos ter arranjado outra mulher, 40 anos mais jovem do que ele e com a qual teve uma filha. Já o terceiro casal faleceu em um intervalo de dois meses entre a morte do marido (100 anos) e a da mulher (90 anos).

segundo encontro, em decorrência de problemas de saúde de um deles e viagem do outro. Além dessas entrevistas, outros contatos foram mantidos com os (as) entrevistados (as), sendo alguns deles intencionais e realizados por telefone, outros espontâneos, ocorridos em situações não planejadas. Todos eles serviram para estabelecer uma sintonia com o grupo, obtendo novas informações do processo e renovando uma interação caracterizada pelo “diálogo” e sempre aberta a acolher novas questões.

Sendo a abordagem do presente estudo primordialmente qualitativa, favorecendo a identificação de especificidades das vivências, de crenças e valores dos sujeitos pesquisados, a gravação das falas tornou-se fundamental como subsídio para as análises. “A gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito”, embora algo dessa qualidade pode se perder pela cristalização da fala na fita gravada (THOMPSON, 1992, p. 146-147). O gravador foi utilizado em quase todas as entrevistas, à exceção de dois casos em que as pessoas não aceitaram a gravação.

Os registros escritos foram realizados de forma sucinta, sinalizando apenas algumas falas para evitar perda de tempo com anotações, o que poderia levar ao prolongamento desnecessário da entrevista. Os registros completos foram feitos com a transcrição, a partir das gravações que foram transferidas para o computador, constituindo um trabalho demorado, com duração média de 4 horas para cada entrevista. Ao transcrever as entrevistas registrei, além das falas, as modulações de voz, os gestos e o humor dos (as) entrevistados (as). Outras informações relativas às ocorrências durante a entrevista foram anotadas no diário de campo.

Em vista da importância da transcrição, sua efetivação foi providenciada na mesma semana de realização da entrevista, evitando acumular mais de quatro entrevistas para transcrição. As transcrições foram digitadas e impressas, sendo arquivadas no computador as versões gravadas para efeito de análise do relato, como arquivo paralelo à impressão.

Considerando a questão central da pesquisa e a opção epistemológica que orienta este trabalho, penso que a entrevista semi-estruturada, dada a sua flexibilidade, permitiu que os (as) entrevistados (as) expressassem suas opiniões sobre os temas propostos, contribuindo para elucidar os contextos sociais e pessoais relativos aos seus sentimentos e crenças. No próximo item discorrerei sobre o Diário de campo, o terceiro instrumento utilizado no decorrer desta pesquisa.

2.2.3 Diário de campo

Além dos dados coletados a partir das entrevistas, são levadas em conta neste trabalho as anotações do diário de campo, cujos registros de observações, comentários e reflexões garantem maior detalhamento das situações ocorridas durante o trabalho de campo, ajudando a organizar os dados e dando a eles uma dimensão mais integral da realidade pesquisada, por abranger não só o conteúdo das falas, mas os sentimentos que as acompanham.

Esses registros informam sobre a ambiência da entrevista, o local onde as pessoas foram entrevistadas e as interações ocorridas, caracterizando toda a dinâmica do trabalho de campo. Eles expõem, ainda, vivências pessoais e imagens dos casais pesquisados, além de insinuar aspectos da individualidade da pesquisadora, constituindo fragmento do trabalho de campo que, embora não conduza por si só a conclusões teóricas, permite acompanhar a investigação em suas entrelinhas. Nesse sentido, tais registros constituem um primeiro passo para a compreensão da totalidade do objeto estudado, apreendendo seu dinamismo e suas relações (TRIVIÑOS, 1987), considerados como elementos importantes para a pesquisa como um todo.

O diário de campo consiste em um instrumento que apresenta um caráter descritivo e, ao mesmo tempo, reflexivo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), sendo uma fonte inesgotável de “construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento [...] através de registros quantitativos e qualitativos” (LEWGOY; ARRUDA, 2003, p. 6-7). Ele pode ser considerado como uma agenda de tarefas, um caderno de observações e relatos pontuais ou, ainda, como um relatório descritivo da intervenção numa realidade (LIMA; MIOTO; PRÁ, 2007).

O aspecto descritivo do diário de campo refere-se ao registro de informações sobre os acontecimentos e modos comportamentais das pessoas durante a entrevista. No seu aspecto analítico ou reflexivo, o diário de campo faz referência às especulações, incertezas, surpresas e sentimentos, espelhando meu ponto de vista relativo aos fatos observados.

Considerando seu caráter dinâmico, o diário de campo serviu como um sistema de informação das atividades realizadas no campo, especialmente nos aspectos que não foram programados e que não seguem um roteiro, relacionados ao caráter espontâneo e indisciplinado presente no trabalho de campo. Longe de constituir um mero instrumento burocrático, o diário de campo vincula-se aos objetivos da pesquisa e sua utilização possibilita o acesso a situações singulares, não previstas anteriormente, o que caracterizaria sua flexibilidade.

Alguns procedimentos são sugeridos para fazer as anotações no diário de campo. Lüdke e André (1986) alertam que as considerações mais importantes nesse sentido referem-se a quando, como e onde efetuar essas anotações. As sugestões dessas autoras referentes a *quando* anotar indicam que as anotações devem ser operacionalizadas no momento o mais próximo possível do fato ocorrido. As autoras discutem sobre as possíveis dificuldades do pesquisador em fazer essas anotações na frente da pessoa envolvida na observação, sem comprometer a interação com a mesma. Para sanar essa dificuldade, neste trabalho foram feitas poucas anotações durante a entrevista, utilizando apenas frases curtas ou palavras-chave que foram complementadas com outras anotações logo após o término da entrevista.

Em relação a *como* anotar as observações, as autoras assinalam que pode variar muito, a depender da situação específica. Porém, na prática, é indicado o registro do dia, da hora, do local e do tempo dedicado à atividade objeto de suas anotações. As autoras sugerem, ainda, que se diferencie as anotações conforme a sua natureza, marcando de forma clara as informações que são descritivas relacionadas às falas e gestos do (a) entrevistado (a) e as observações do (a) pesquisador (a).

A decisão sobre *onde* devem ser feitas as anotações depende do estilo de cada pesquisador (a). Pode ser usada uma folha de papel avulsa, ou fichário, para facilitar o arquivamento ou, ainda, pode fazer o registro no mesmo material utilizado para o conjunto das outras anotações (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Nesse último caso, a opção de manter tudo junto facilita a consulta às informações já obtidas sempre que for necessário. Além disso, chama menos a atenção do entrevistado na hora em que o/a pesquisador/a fizer suas anotações.

Neste trabalho, além de utilizar um formulário que foi preenchido logo depois da entrevista (APÊNDICE B), fiz anotações na folha onde foram registrados alguns dados da entrevista. No primeiro caso, foram registradas as observações mais pontuais para garantir a informação do momento. Já no segundo caso, foram anotadas as observações relacionadas à situação da entrevista, desde o seu agendamento, com os detalhes característicos de um diário de pesquisa.

De acordo com minha avaliação, considero fundamental estar atenta ao conteúdo das observações. Minhas anotações relacionadas à decisão do *que* registrar no diário de campo estão concentradas nos fatos que giram em torno da entrevista, revelando seus aspectos funcionais e relacionais. Esse material e o julgamento sobre ele foi mantido “entre

parênteses”², sendo retomado no momento das análises dos dados, o que tornou mais claro o entendimento sobre algumas situações, atualizando-as.

No próximo item, abordarei as decisões referentes à análise dos dados.

2.3 O PERCURSO DA ANÁLISE DOS DADOS

Ao falar de análise dos dados refiro-me, ao mesmo tempo, a dois movimentos – analisar e interpretar – admitindo trabalhar com os dois processos de forma conjugada. À medida que os dados foram sendo coletados, procurei identificar as relações com os referenciais já estudados e fui construindo interpretações provisórias, tomando o cuidado de fazer a crítica desse material na elaboração das análises posteriores. A idéia é que, na medida em que desenvolvemos uma pesquisa, mesmo que façamos distinção entre as fases desse processo, a análise pode ocorrer ainda na fase de coleta de dados, não sendo possível separar de forma radical a ação de coleta da ação de interpretar.

Essa opção condiz com a compreensão de alguns autores como Gomes (1994), para quem a análise inclui a interpretação, estando ambas contidas em um mesmo movimento, ou seja, o de olhar atentamente para os dados da pesquisa desde o seu início. Esse autor esclarece, no entanto, que existem teóricos que entendem a análise como descrição dos dados e a interpretação como a articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos que extrapolam os dados específicos da pesquisa.

A análise de dados tem como finalidades a atitude de busca, a confirmação ou não dos pressupostos assumidos no início do trabalho e a ampliação da compreensão acerca dos contextos socioculturais, com significação que ultrapassa o nível inicial da análise efetuada pelo (a) pesquisador (a) (MINAYO, 1994). Como a pesquisa qualitativa produz diversos dados que precisam ser organizados e interpretados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998) o trabalho foi realizado por meio de um processo contínuo em que procurei identificar dimensões, categorias e relações.

²O uso dessa expressão, aqui, não pretende alcançar o sentido husserliano acerca de uma elucidação da essência do conhecimento puro. Significa somente um recuo temporário em relação aos dados da pesquisa, para depois analisá-los dentro do contexto metodológico da pesquisa, relacionando a outros dados da investigação.

Conforme assinalado por esses autores, a análise de dados:

[...] é um processo complexo, não linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha toda a investigação. À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar tema e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de ‘sintonia fina’ que vai até a análise final (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998 p. 170)

Para representar o tratamento e a análise de dados, encaminhei meu interesse, inicialmente, pela técnica de análise de conteúdo, propondo a modalidade de análise temática, acreditando que esta seria a opção mais apropriada para lidar com as temáticas oriundas das entrevistas. No entanto, após contato com o material produzido e um maior aprofundamento das leituras sobre as técnicas que dão suporte a esse tipo de análise, decidi rever minha escolha, considerando a importância da ênfase nos aspectos qualitativos do material levantado, o qual poderia ficar prejudicado à luz da técnica de análise temática³.

Sendo a entrevista um “discurso marcado pela multidimensionalidade das significações exprimidas” (BARDIN, 1979, p. 90) e considerando o número elevado de entrevistas realizadas, contendo cada uma um discurso repleto de contradições, digressões, recuos e atalhos, compreendi ser difícil a utilização da análise temática, pois:

A manipulação temática acaba [...] por colocar todos os elementos significativos numa espécie de ‘saco de temas’, destruindo definitivamente a arquitetura cognitiva e afetiva das pessoas singulares (BARDIN, 1979, p. 91)

Avaliando, portanto, esse caráter da entrevista e considerando que os refinamentos da análise de conteúdo, especialmente na sua modalidade de análise temática estão apoiados na noção de “verdade” e “regularidade” (MINAYO, 1996) concluí que, ao utilizar tal procedimento, simplificaria a interpretação dos dados. Como o objetivo deste trabalho não é investigar a verdade linear nos depoimentos dos entrevistados, busquei uma aproximação da perspectiva hermenêutica, integrando algumas de suas balizas na análise dos dados desta pesquisa.

³ A análise temática compreende a contagem de frequência de itens de significação, sendo que o tema refere-se a um assunto, podendo ser apresentado através de uma palavra, frase ou resumo. A técnica consiste de três etapas: a pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, sendo que cada etapa pode ser desmembrada em sub-etapas (BARDIN, 1979).

2.3.1 Estratégia de análise

Para a análise do material, tomei como referência a proposta sugerida por Minayo (1996), a partir das idéias de Gadamer, e adotei a hermenêutica como caminho de interpretação dos dados. A hermenêutica conjuga-se com a noção de “conhecimento situado”, ou perspectivismo, descrito na introdução deste trabalho. Ambas as abordagens permitem que sejam interpretados os diversos pontos de vista dos participantes do estudo, compreendendo-os como parte de uma realidade momentânea, sendo o intérprete e o objeto concebidos como parte do mesmo contexto. A compreensão hermenêutica é condicionada pelo contexto daquele que desenvolve o trabalho de análise, não havendo isenção nesse processo. Parafraseando Gadamer (1998), o “intérprete”⁴ compreende o sentido do texto dentro da perspectiva do que lhe é transmitido, onde ele se faz “mediador” entre o texto e a totalidade nele subentendida.

O pensamento hermenêutico tem como base a *compreensão*, sendo definido por Bleicher (1992) como a teoria ou filosofia da interpretação dos sentidos de um texto. Surgiu como reflexão teórico-metodológica acerca dos textos bíblicos, literários, jurídicos e filosóficos, tendo-se ampliado para a reflexão de outros tipos de textos, em estudos com ênfase qualitativa que remetem a processos interpretativos, à importância do contexto na compreensão dos significados, bem como na compreensão da linguagem (JESUS; PEIXOTO; CUNHA, 1998).

A busca de compreensão de sentido entre seres humanos sugere que a linguagem constitui o núcleo da comunicação. “A capacidade de compreensão é a faculdade fundamental da pessoa, que caracteriza sua convivência com os demais atuando, sobretudo, pela via da linguagem e do diálogo” (GADAMER, 2002, p. 381). Nesse caso, “a linguagem forma a base de tudo o que constitui o homem e a sociedade” (GADAMER, 1998, p. 14), resultando de múltiplas determinações.

No entanto, embora a linguagem seja vista como um veículo que facilita a comunicação, ao mesmo tempo, dificulta-a. Isso ocorre porque os significados que aparentemente são iguais para todos ocultam a realidade conflituosa das desigualdades, da dominação, da conformidade e da resistência.

Portanto, tendo em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes; são condicionados por tal momento histórico; por isso podem ter, simultaneamente, interesses coletivos que os

⁴ Embora mantendo a mesma expressão empregada por Gadamer (1997; 1998; 2002), neste trabalho o termo ‘intérprete’ corresponde a pesquisador (a).

unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem (MINAYO, 2002, p, 98).

Com esta reflexão, pretendo alcançar um critério de análise dos dados capaz de aproximar cada abordagem do objeto de estudo, cogitando sua convergência em relação à compreensão desse objeto. Meu objetivo é compreender o significado dessa experiência admitindo, como o faz Creswell (2007, p. 27), que “a geração básica de significados é sempre social, ocorrendo a partir da interação com a comunidade humana”. Destarte, compreender é “apreender [...] o sentido, o significado, a perspectiva daquilo que nos é transmitido [...]. Compreender é o participar de uma perspectiva comum” (GADAMER, 1998, p. 59), partindo da linguagem como base onde se concretizam a intersubjetividade e o entendimento (GADAMER, 1997; 2002).

É nesse sentido de participação da perspectiva dos sujeitos para apreender o significado de suas narrativas que adoto o conceito gadameriano de compreensão. Com essa escolha pretendo obter uma interpretação aproximada da realidade estudada, seguindo algumas balizas que serão descritas a seguir.

2.3.2 Balizas orientadoras e procedimentos da análise dos dados

Apoiada nas abordagens perspectivista e hermenêutica e seguindo as orientações propostas por Minayo (1996; 2002), resumo as balizas que orientaram as análises:

- a) Busquei o contexto das comunicações analisadas, entendendo que o texto⁵ expressa um saber compartilhado com outros e é marcado por uma conjuntura social (MINAYO, 2002). Trata-se da conjuntura sócio-histórica dos (as) participantes para a compreensão: do campo sócio-econômico e político em que estão inseridos; da identidade e história dessas pessoas como membros de um segmento de idade, de gênero, de classe e de suas condições de acesso a bens e serviços, moradia; das relações familiares e de convivência. Concretamente, a interpretação sugere uma “totalidade”, no sentido de que cada elemento tem relação com o outro. A ação humana, nesse caso, é considerada como “resultado de condições anteriores, exteriores, mas também práxis. Isto é, o ato humano que atravessa o meio social

⁵ “Texto” é compreendido, aqui, como o material transcrito resultante das entrevistas com os (as) 42 participantes.

conserva as determinações, mas transforma o mundo sob condições dadas” (MINAYO, 1996, p. 232).

- b) Focalizei o texto procurando entender os pontos eventualmente obscuros, considerando que a atividade de interpretação se move dialeticamente entre o familiar e o estranho, entre a subjetividade do acordo e a possibilidade de quebra desse acordo.
- c) Esforcei-me em manter presentes as razões do autor do texto sem buscar uma verdade essencialista, examinando sob que condições a pessoa cria certas situações valorizando determinadas questões e não outras (MINAYO, 2002). Um texto sempre coloca uma pergunta ao intérprete, de modo que “compreender um texto quer dizer compreender essa pergunta” (GADAMER, 1997, p. 482).
- d) Mantive a expectativa de que o texto contém mais do que o autor mostrou, admitindo a incompletude do próprio texto na forma como é expresso. “Todo diálogo possui [...] uma infinitude interna e não acaba nunca” (GADAMER, 2002, p. 181), de modo que se houve interrupção porque os interlocutores não tinham mais nada a dizer, essa interrupção guarda uma referência interna à retomada da conversação.
- e) Admiti que na interpretação também não existe a última palavra, pois o sentido de uma mensagem sempre estará em aberto frente a novos elementos da conjuntura na qual foi produzida, e frente a novas questões que poderão surgir (MINAYO, 2002). “A abertura daquilo sobre o que se pergunta consiste no fato de não possuir uma resposta fixa” (GADAMER, 1997, p. 474).
- f) Baseei a reflexão sobre o contexto histórico, sob o pressuposto de que tanto o (a) pesquisador (a) quanto seu sujeito de estudo são expressões do seu tempo e de seu espaço cultural (MINAYO, 2002).

Na prática, os critérios e procedimentos utilizados foram guiados pela intenção de delimitar pontos para a análise relacionados aos três eixos. A operacionalização teve o seguinte percurso:

1. Organizei todo o material das entrevistas, incluindo as observações e anotações do diário de campo.

2. Realizei a leitura repetida de cada material, separadamente, considerando uma entrevista de cada vez, com o objetivo de ter uma visão global e compreender as questões centrais que os sujeitos tentam expressar.

3. Efetuei a releitura do material, limitando-me aos pares conjugais e buscando as estruturas relevantes, sobretudo aquelas relativas à díade, como por exemplo: casamento, afetividade, sexualidade, projetos do casal. Esse exercício permitiu que eu avaliasse as diferenciações presentes no interior da díade.

4. Promovi a leitura transversal, desta vez, abordando as questões em separado, buscando o entendimento relativo a cada questão em todas as entrevistas. Considerando as identidades, os estilos de vida e os projetos de vida como os eixos centrais da análise das experiências de envelhecimento, o exercício serviu para identificar as idéias que descrevem significados e sentimentos associados à experiência de envelhecer; as que descrevem modos de vida, indicando a organização da vida cotidiana e a visão de futuro; as que retratam relações, conflitos e solidariedade no âmbito conjugal.

5. Organizei alguns blocos para análise relacionados a casais sem filhos, a aposentados que continuam na ativa, entre outras. A partir dessas classificações, foi possível obter uma leitura do material, por unidade de registro, referenciadas por tópicos de informações (MINAYO, 1996). Essa localização associada à descrita no item 4 ajudou a dimensionar os tópicos que deveriam compor os capítulos, embora no decorrer da análise, alguns itens tenham sido ampliados, outros reduzidos ou, ainda, associados a outros tópicos.

6. Dado ao volume de material obtido com as entrevistas, priorizei os aspectos recorrentes nas falas. É nesse sentido, por exemplo, que no eixo “construção de identidades” realcei as dimensões “idade” e “corpo”, organizando a discussão a partir desses elementos.

7. Por último, considerando que o material empírico é o ponto de partida e o ponto de chegada da interpretação (MINAYO, 1996), busquei nas informações coletadas as especificidades das experiências de envelhecimento que o segmento estudado apresenta. Compreendo que as significações dadas ao envelhecimento originam-se em seres humanos e estão inscritas em relações mediadas por estruturas sociais diversificadas revelando, assim, experiências distintas.

No próximo item apresentarei minhas unidades básicas de análise.

2.3.3 Unidades de análise

Considerando o critério técnico para o uso de unidades de análise, Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998) pontuam que não há impedimento para a utilização de mais de uma unidade de análise no mesmo estudo. Os autores explicam que “isto pode ser feito, tanto para a investigação de um mesmo aspecto, como para diferentes aspectos do problema, bastando [...] que se especifique que unidades correspondem a que aspectos da análise (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZAJDER, 1998, p. 170). No entanto, eles esclarecem que nem sempre é possível especificar essas unidades no projeto, uma vez que é no decorrer da análise dos dados que emerge a necessidade de inclusão de uma nova unidade de análise.

Minhas unidades de análise são representadas pelo indivíduo (homem ou mulher) e pela díade (casal). O que me interessou nessa organização foi estabelecer um ponto de partida para as análises, mediante as quais foi considerado ora o indivíduo, ora o casal. Ressalto, contudo, que o interesse pelo indivíduo não impediu que fosse analisado o grupo de indivíduos constituídos por homens ou por mulheres, assim como a análise da díade não impediu que fossem considerados aspectos distintos no interior da mesma. Assim, por exemplo, ao focalizar minha atenção nos projetos de vida do casal, pude ser conduzida para a análise do indivíduo, considerando que existem projetos individuais que não abrangem as motivações da díade.

É possível pensar que todas as questões de pesquisa podem ser analisadas sob o aspecto do indivíduo ou da díade sem ignorar, contudo, a possibilidade de especificação de novas unidades de análise que possam surgir durante o trabalho. Isso não significa encaixar dados em um esquema projetado no início da pesquisa, mas, seguindo uma perspectiva dialógica (FONSECA, 1995), usar o conhecimento obtido através dos dados para ressaltar os limites desse esquema, transformando-o de modo a incluir dimensões ou categorias não previstas anteriormente.

O próximo capítulo atende à necessidade de estabelecer uma conexão das análises com a perspectiva sociocultural assumida no início deste trabalho e reforçada neste capítulo, tomando como pressuposto de que qualquer experiência, assim como o seu relato deve ser compreendido dentro de uma contextura social.

CAPÍTULO 3 - ATORES EM CENA: SUJEITOS EM MOVIMENTO

“O tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele. Cada grupo vive diferentemente o tempo da família, o tempo da escola, o tempo do escritório. Em meios diferentes ele não corre com a mesma exatidão”
(BOSI, 2007, p. 418).

Este capítulo está organizado em três partes com subdivisões e tem como objetivo identificar os contextos e os atores deste estudo, fornecendo um panorama social, histórico, cultural e político para a compreensão das experiências do grupo em estudo, as quais se dão na articulação com o processo sócio-histórico, ou seja, no movimento dos sujeitos dentro deste processo que se atualiza no próprio tempo e é cruzado por diversas contingências.

Primeiramente, informo alguns dados do contexto sócio-histórico correspondente às décadas em que todos os participantes já haviam nascido, portanto, considerando alguns acontecimentos ocorridos entre a década de 1960 até a primeira década do século XXI. Trata-se de construir uma referência para o entendimento de características, dinâmicas e valores que são expressos nos depoimentos dos (as) participantes acerca de percepções e estilização da vida, sem a qual correria o risco de olhar esse grupo de forma limitada.

Na segunda parte, apresento algumas noções sobre o conceito de cidade, incluindo dados sobre Salvador que é o local desta pesquisa. A intenção é dar uma idéia do(s) palco(s) onde homens e mulheres encenam suas experiências. Ao integrarem-se à cidade de Salvador, partilhando os espaços com pessoas com as quais se identificam ou que lhes são estranhas, os moradores e moradoras não são apenas habitantes ou, como salienta Lynch (1997), não são meros observadores, mas parte da cidade. Desse modo, o viver na cidade constitui um modo de apropriação de um espaço onde são escritas e inscritas as experiências de vida de cada pessoa.

Na última parte, descrevo o grupo em suas dimensões identitárias, envolvendo aspectos da individualidade e da conjugalidade, mediante os quais é possível ter uma idéia de seus movimentos dentro da própria trajetória de vida. A descrição dos aspectos gerais oferece uma feição coletiva ao grupo, sendo complementada por outros dados que promovem um caráter mais individualizado, possibilitando fazer algumas diferenciações de gênero.

3.1 PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO-POLÍTICO

A diferença média de idade de 30 anos entre os (as) participantes mais velhos (as) e os (as) mais jovens⁶ não impede de fazer uma retrospectiva para situar, de forma breve, o contexto sócio-histórico e político de onde emergem essas pessoas entendendo, porém, que a percepção sobre tal realidade é diferenciada entre eles, considerando os distintos períodos de vida em que se encontravam à época dessas ocorrências e as condições socioculturais e familiares vividas por cada pessoa em um dado momento, situando-os em diferentes gerações.

Todos (as) são filhos e filhas do século XX, tendo nascido entre o final da década de 20 e o final da década de 50. Todos (as) vivenciaram ou sofreram as influências de acontecimentos ocorridos na segunda metade do século que Hobsbawm (1995) chamou de “O breve século XX”⁷. Embora diversos acontecimentos narrados por esse autor tenham ocorrido em outros países, o Brasil sofreu influência desses fatos, além de ser ele mesmo um promotor de mudanças em diversas áreas, e que deram um novo rumo à vida dos brasileiros, tanto no sentido positivo quanto negativo.

Enfatizo, pois, alguns fatos contemporâneos aos cursos de vida desse grupo, abrangendo os campos da ciência e tecnologia, cultural, econômico, político e social. Algumas situações foram lembradas pelos participantes durante a entrevista, ao referirem-se à vida em família, quando ainda moravam na casa dos pais, ou relacionadas a períodos que coincidem com vivências pessoais em diferentes épocas: a adolescência, o próprio casamento, o nascimento de um filho, a saída da faculdade, ou a mudança para Salvador. Alguns depoimentos ilustram o capítulo ao constituírem uma conexão entre fatos sociais e históricos e o cotidiano revelado por eles e elas.

São exemplos de acontecimentos que remontam a períodos do curso de vida dos entrevistados: o desenvolvimento da ciência e tecnologia nos anos 60 que possibilitou o

⁶ Para facilitar nosso entendimento, quando me refiro aos “mais jovens” estou falando dos que têm idade abaixo dos 65 anos. Já os “mais velhos” são os que estão acima dessa idade, sendo essa uma divisão arbitrária que não pretende tornar rígida a separação de grupos de idade.

⁷ Na obra “Era dos extremos: o breve século XX”, Hobsbawm (1995) analisa o período compreendido entre 1914 e 1991, propondo dividi-lo em três etapas que vão desde a ‘era da catástrofe’ passando pela ‘era de ouro’ e chegando à ‘era do desmoronamento’. No primeiro período, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial houve uma onda de revoluções, avanço da ciência e do progresso material. Ao mesmo tempo houve crise econômica mundial e o capitalismo mostrava seu lado cruel, havendo concentração de renda, exclusão social, dando-se pouco valor às relações humanas. O segundo período foi marcado por pressões por melhorias sociais. Assiste-se à modernização de países agrários atrasados, ao crescimento do comércio mundial e à implantação de um processo de globalização. O autor descreve esse período como ‘os 30 anos gloriosos’ – época em que o cotidiano das pessoas foi transformado pelas grandes invenções tecnológicas. Em meados dos anos 70 surge a ‘era do desmoronamento’, quando a sociedade passa a conviver com problemas de ordem econômica e social, incluindo a recessão e o desemprego em massa, a mendicância, a desintegração dos padrões de relações humanas e a desestruturação das formas societárias em geral (Estado, religião, justiça).

lançamento do primeiro computador eletrônico pela IBM , o primeiro transplante de coração realizado no Brasil, a chegada do homem à Lua, cujas lembranças surgem em alguns depoimentos retratando algumas vivências passadas. Outro fato cuja repercussão se estende até os dias atuais é o avanço nas formas de transmissão da televisão brasileira, a transmissão via satélite e a transmissão a cores, cuja importância se faz presente no cotidiano dessas pessoas.

Algumas vezes, tais desenvolvimentos entraram nas casas muito tempo depois de descobertos, refletindo as mudanças de uma posição social para outra: “a televisão foi a última coisa que eu comprei. Hoje minha filha tem até computador” (Daniel, 52 anos). Outras vezes, a penetração dessas tecnologias nas residências representa uma invasão de privacidade, como reconhece Lucas, 76 anos: “É uma invasão, como se diz, invasão de privacidade porque entra na sua casa sem você pedir, mas distrai e você pode escolher o que quer assistir [,,.]”.

Em todo caso, vale dizer que, na experiência de muitos (as) brasileiros (as), a televisão veio ocupar os “espaços deixados pelo analfabetismo com uma cultura visual que, no limite, prescinde de uma instrução básica” (SCHWARCZ, 1998, p. 8). Outras novidades na área tecnológica e eletrônica (fitas cassete, rádios portáteis, relógios digitais, mini calculadoras, máquina de lavar, walkmans e videocassetes, além dos computadores pessoais) continuaram transformando, nos anos 70 e 80, o cotidiano dessas pessoas.

Como este estudo focaliza pessoas casadas sublinho que, na década de 70, quatorze dos vinte e um casais participantes da pesquisa já tinham se casado e já tinham filhos. São pessoas que nessa época tinham idade entre 30 e 43 anos e hoje estão acima dos 70 anos. Outros cinco casais se casaram nessa mesma década, constituindo um grupo de pessoas com idades atuais entre 52 e 67 anos. Portanto, à exceção de dois casais, os demais conviveram com as transformações aludidas acima, já na condição de “casadas”. O depoimento a seguir ilustra a percepção de uma entrevistada sobre as mudanças nessas décadas:

[..]. Depois que eu me casei [meados da década de 60], acho que coincidiu, não sei, eu peguei um tempo totalmente de mudança. A coisa vinha mais ou menos tranqüila, mas quando chegou a década de 70, a coisa deslanchou de vez. Pra pior. Até chegar agora com essa violência, o tráfico [...]. Em 60 eu tinha 12 anos, era adolescente. Eu me casei com 17. A partir daí tudo foi virando de uma forma louca. Só a tecnologia... não existia nada antes, de repente... Geladeira chegou na minha casa, eu era criança. Liquidificador, também. Hoje em dia, é computador, é celular que faz tudo... e por aí vai. Acho que quem vai se dar bem com essa tecnologia é a geração que está chegando (Elisa, 62 anos)

Além dessas mudanças, um dos aspectos relevantes no campo das descobertas e que atingiu, sobretudo, as mulheres, foi o desenvolvimento do primeiro anticoncepcional oral que

provocou um grande impacto social, liberando as mulheres de uma gravidez indesejada, além de ter contribuído com a liberação sexual, já que as mulheres podiam permitir-se a relação sexual sem medo de engravidar. As transformações relacionadas ao controle da natalidade possibilitaram a emergência de novas relações sociais e conjugais, atingindo boa parte da população feminina que integra esta pesquisa, a julgar pelo menor número de filhos nascidos de seus casamentos:

Depois de vir para o Brasil, eu comecei a evitar filho, porque a gente já tinha muita coisa pra cuidar, num país diferente, ia ficar mais difícil. E eu queria trabalhar e o marido também trabalhando... (Clara, 66 anos)

Nesse contexto de maior liberdade sexual, do afrouxamento das normas e valores, ganhou força a ‘ideologia igualitarista’, explicitada mediante a contestação da distinção de gênero como conformadora de várias condições que abarcam a união e a dinâmica conjugais. Tal ideologia defende a liberdade no exercício da sexualidade para homens e mulheres, sem a obrigação de ser realizada no contexto de uma união estável; advoga a maternidade voluntária fora do casamento e acolhe a diversidade de arranjos conjugais (HEILBORN, 1995). Com efeito, o final da década de 60 e o início da década de 70 produziram muitas mudanças dos papéis masculinos e femininos na nossa sociedade. O questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais tornou-se o denominador comum das lutas feministas, recusando-se a visão da mulher como o “sexo frágil” com a principal função de “esposa-mãe” e reivindicando a condição de sujeito do próprio corpo (GOLDENBERG, 2001).

No entanto, situando esta análise no marco de gênero e considerando as narrativas das entrevistadas em torno dessa questão, o que se vê nas falas é a manutenção de padrões de ordenamentos hierárquicos (SALEM, 2007) nas relações conjugais. Nesse caso, a ideologia igualitarista, nos termos colocados acima, pouco se aplica a esse grupo, ou seja: as mulheres, em sua maioria, casaram virgens, realizando sua sexualidade com o marido, pelo casamento.⁸ Os depoimentos a seguir dão uma idéia desse ordenamento cultural que ultrapassa gerações,

⁸ A esse respeito, acrescento que uma das mulheres (50 anos) relatou ter praticado relações sexuais com outro homem, fora e antes do casamento, tendo engravidado e parido quando já convivia com o atual marido. As demais mulheres oficializaram a relação conjugal antes de ter os filhos, seguindo o ordenamento previsto na sociedade de seu tempo. Outra mulher (74 anos) informou que se casou grávida, mas sua vida sexual fora inaugurada com o homem com quem se casou e, embora fosse universitária à época, não estava “ligada” nos cuidados de prevenção em relação à gravidez. No entanto, os arranjos conjugais da maioria dos casais entrevistados são diferentes apenas por terem sido oficializados perante a Igreja ou o Estado, inclusive dois dos três re-casamentos também seguiram esse padrão. Somente duas uniões (Pedro e Diana; Clóvis e Norma) foram assumidas pelos próprios cônjuges sem a intervenção de uma dessas instâncias de poder.

abrangendo o discurso das mais velhas e das mais jovens transpondo, ainda, as fronteiras geográficas, atingindo brasileiras e estrangeiras:

No meu tempo a mulher não podia ficar sem casar. Tinha de casar. Eu já me casei, não era tão nova assim. Estava perto dos trinta. Mas casei como manda o figurino [...] Ave Maria, casar era o sonho de toda mulher (Sofia, 79 anos)

Me casei do jeito que minha família queria. E eu também. Vestida de branco (risos) e virgem. Naquele tempo eu não pensava em me juntar e pronto. Era uma coisa normal, ainda era normal, toda moça se casar de véu e grinalda (risos) [...] (Iraci, 50 anos)

[...] Quando comecei a namorar, meu pai já havia morrido e eu já trabalhava. Mesmo assim eu tive uma educação rígida. Minha mãe não deixava eu sair à vontade. Eu tinha um noivo, mas eu era virgem [...] (Clara, 66 anos)

A família conjugal constituída de pai, mãe e filhos é o modelo que permanece, construindo em torno desse padrão os valores conjugais de respeito, seriedade, fidelidade, privacidade do casal e da família, orientação filial, etc. Ainda que existissem projetos particulares, muitas mulheres acabavam cedendo às expectativas da família que eram também as da sociedade. O depoimento a seguir ilustra essa condição:

Antes de casar eu era muito louca, doida varrida. Gostava de paquerar, beijar, não queria nada sério [...]. Mas você sabe que mesmo assim eu não perdi minha virgindade? Me arrependo (risos). [...]. Depois fiquei séria, casei com um homem sério (Luisa, 75 anos).

As transformações que ocorreram em todos os campos atingiram o mundo cultural, possibilitando que a maioria dos (as) participantes acompanhasse, na década de 60, os primeiros festivais de música popular brasileira, o movimento do tropicalismo e o movimento hippie, conhecido como um movimento de jovens rebeldes, com ideais próprios, estigmatizados por defenderem o rock psicodélico e as drogas. O depoimento abaixo reflete o pensamento de um homem que viveu, na juventude, esse momento histórico:

[...]. Eu fui da geração que amava a curtidão, da época dos hippies, época das drogas, naquela época já havia isso, depois ficou pior. Mas eu não fui pro lado negativo. Na realidade [...] eu tinha o ideário de ser bancário, mas eu queria mesmo era ser jornalista. Mas ter um emprego fixo era necessário, porque eu já estava pensando em me casar (André, 68 anos)

Mulheres casando, e casando virgens, e homens em busca de emprego fixo como requisito para casar-se, quiçá preocupados como o papel de “provedor familiar”. Esse era o cenário das décadas de 60 e 70, relacionado ao projeto da união de homens e mulheres pelo casamento, o que se expressou nos discursos dos casais pesquisados.

Quando os cinco integrantes mais jovens deste grupo entravam na adolescência, o Brasil registrou, na década de 1970, uma mudança na atmosfera urbana com o rock, o jazz, o consumismo e a conseqüente valorização do efêmero (PEREIRA, 2001), havendo projeção desse cenário sobre os estilos de vida, como relata esse casal:

Eu me casei na década de 70. Era uma fase de muita ebulição, muito movimento, muita guerra... guerra do Vietnã [...] golpe, ditadura, repressão. Mas foi uma época boa também [...] A gente saía todo fim de semana pra dançar. Depois continuamos saindo pra barzinho (Ester, 62 anos)

Quando eu vim para cá, eu queria aproveitar e sair para o lazer que eu não tive quando criança. Eu queria aproveitar tudo [...] Gostava de tudo, MPB, rock... Eu vivi numa época de muita mudança social, a época dos Beatles, das mudanças de hábitos e costumes, do comportamento... (André, 68 anos)

Uma mirada no campo econômico e social mostra que a sociedade brasileira passou por um processo acelerado de mudanças, destacando o processo de industrialização, a instalação da tecnologia e os novos empregos decorrentes dessas mudanças que produziram um novo modelo econômico, social e político de desenvolvimento. Mas, como observam Mello e Novais (1998), essa nova realidade trazida pela industrialização desencadeou alguns aspectos negativos como: inflação, aumento dos problemas com drogas e violência, assuntos relatados pelos (as) participantes durante as discussões nos grupos focais e nas entrevistas.

Foi justamente entre meados da década de 60 e durante a década de 70 que a maioria dos homens e mulheres participantes deste estudo saiu de suas cidades para morar em Salvador, coincidindo com o período de aceleração do processo de industrialização e urbanização descrito acima. Já nos anos 1970, esse processo criou novas oportunidades de emprego nas cidades, estimulando a migração da população rural para os centros urbanos⁹ e criando a ilusão de que as oportunidades eram iguais para todos. No entanto, havia muita desigualdade e poucos eram os donos de negócio, e os negros, na maioria das vezes, ficavam com o trabalho rotineiro e mecânico (MELLO; NOVAIS, 1998).

O depoimento abaixo sinaliza o sonho de uma mulher jovem, negra e com pouca escolaridade, que veio para a capital, no final da década de 70, em busca de melhores condições de vida:

[...] Depois eu vim pra Salvador... com uns 20 anos de idade. Vim em busca de liberdade. Pensando em estudar e arranjar um emprego de carteira assinada. Na roça

⁹ De acordo com Camarano e Abramovay (1999), o êxodo rural, especialmente da população feminina, deve-se ao fato de sua maior escolaridade em relação aos homens. Tal situação contribui para sua inserção no mercado de trabalho na cidade e, de outro lado, para a predominância do cenário de masculinização das regiões rurais, constituída, sobretudo, de homens idosos. Na presente pesquisa, não foi constatada maior escolaridade das mulheres em relação aos homens que vieram de cidades do interior da Bahia para a capital.

a gente não vai pra lugar nenhum, não tem chance de crescer, de estudar... Eu queria trabalhar numa fábrica, mas devido o pouco estudo... [...] (Diana, 50 anos)

Embora nas últimas décadas do século XX tenha havido uma intensa entrada do contingente feminino no mercado de trabalho, consolidando mudanças comportamentais e os novos papéis sociais de homens e mulheres delineados na sociedade dessa época (GUEDES; ALVES, 2004), observa-se diferenciais nesta participação que indicam a posição desvantajosa na inserção das mulheres negras nesse mercado, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2005).

Vivendo em um país com tantas crises financeiras, nos anos 80 e 90 os trabalhadores enfrentaram a concorrência e a monopolização das oportunidades por parte dos que ocupavam o topo da pirâmide, ampliando as desigualdades sociais, com o aumento do desemprego nas áreas metropolitanas embora, por outro lado, tenha havido um aumento do trabalho autônomo precário, com remuneração incerta. Somando-se a isso, a última década do século XX começou com o confisco das poupanças no governo de Fernando Collor que acabou saindo da presidência após sofrer o *impeachment*. Na área econômica foi uma época de instabilidade, inflação alta e política de redução de custos, contribuindo com o crescente aumento de problemas psicossociais (MELLO; NOVAIS, 1998) e atingindo pessoas dos segmentos médios da população, em um momento de ascensão social, como relatado abaixo:

Quando eu tava quase pronto pra comprar um terreno lá no meu interior, veio o governo e levou minha poupança (Adão, 58 anos)

Além da inconstância no campo econômico, no plano político, os entrevistados conviveram com o regime militar, a repressão severa em todas as áreas, o golpe militar de 1964 seguido de movimentos de resistência ao regime. Aliando-se ao clima da época, o movimento feminista que tivera seu auge na luta sufragista, desponta dos movimentos contestatórios surgidos em outros países nos anos 60, mudando o clima no cenário brasileiro pela sua participação ativa.

Esse movimento “ressurge em torno da afirmação de que o ‘pessoal é político’, pensado não apenas como bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político” (COSTA, 2005, p. 10). Para essa autora, o conceito de político que era até então identificado com o âmbito da esfera pública e das relações sociais

inerentes a ela, passa a ser vinculado ao poder político nas questões relativas ao “privado”, quebrando a dicotomia público-privado na qual se baseava o pensamento liberal¹⁰.

Nesse momento, o feminismo que antes fora mais conservador revela-se como um feminismo de resistência, interessado em discutir a condição feminina na sociedade, articulando “as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização” do país (COSTA, 2005, p. 15), mostrando uma ampliação da agenda do movimento antes restrito à conquista de novos espaços para as mulheres no mercado de trabalho e à luta pela igualdade de oportunidades no plano educacional e nas áreas de poder.

A participação do movimento feminista desde décadas anteriores nas lutas a favor das mulheres foi fundamental para a consolidação das conquistas que modificaram suas vidas: o direito a votar e ser votada, a inserção no mercado de trabalho, o controle da sexualidade e da procriação, além de outras¹¹, são conquistas que se expandiram para além dos setores de elite, e refletiram sobre o grupo feminino desta pesquisa, a julgar pelo seu nível de escolaridade, a condição de trabalhar fora de casa e o menor número de filhos.

No que tange, ainda, aos acontecimentos políticos e sociais, os anos 80 marcaram fortemente o século XX. No Brasil, houve o “Movimento das Diretas já” que pleiteou e obteve sucesso com a volta das eleições diretas para presidente da República. Outro acontecimento de grande impacto foi a promulgação da Constituição de 1988, contendo avanços significativos em relação à Constituição anterior.

Considerando o foco de interesse deste estudo, é válido ressaltar que, em relação à preocupação com os (as) idosos (as), a Constituição de 1988 avançou ao estabelecer o valor da aposentadoria correspondente a um salário mínimo, expressando a preocupação com a questão da velhice. Antes, o valor da aposentadoria-velhice correspondia a 60% do salário mínimo para as mulheres com mais de 60 anos e para os homens acima 65 anos de idade (PEIXOTO, 2007). Segundo observa essa autora, as modificações na legislação acentuaram a representação social do aposentado que passou a ser vinculada à velhice, enquanto os

¹⁰ Acerca do pensamento liberal Costa (2005, p. 10) observa que este constitui-se pelo entendimento de que o ‘público’ é relativo ao Estado, às instituições, à economia e a tudo relacionado ao político, enquanto o ‘privado’ diz respeito à vida doméstica, familiar e sexual, sendo identificado com o pessoal, alheio à política. Ao redefinir o poder político, chamando a atenção para o caráter político da opressão, o movimento feminista revela seu caráter de subversão, criando espaço para a geração de novas práticas.

¹¹ A incorporação, pelo feminismo, das demandas de grupos específicos como os homossexuais, as lésbicas e os negros (faltam os velhos) deu ao movimento um caráter mais diversificado, concretizando políticas que garantem mais igualdade de oportunidades não só no âmbito estrito de gênero, mas relacionadas a outras dimensões sociais, considerando, como assinala Guzmán (2000), a heterogeneidade das sociedades, cada vez mais plurais, e reconhecendo na igualdade de oportunidades e no diálogo com os diversos atores os fundamentos da construção da democracia. Entretanto, sabemos que, ao desfazermos certas amarras e vencermos certas opressões, produzimos novas questões e criamos novas exigências que demandam ações políticas organizadas, sempre.

aposentados passaram a ser vistos como não-produtivos, sendo designados de velhos, independentemente de sua idade.

Os problemas relacionados à Previdência Social e à aposentadoria ganharam visibilidade política no Brasil dos anos 90 com o “movimento pelos 147%”¹²– uma mobilização dos aposentados que ganhou dimensão coletiva ampliada pela perspectiva de luta em prol dos direitos dos aposentados e também dos idosos. Esse movimento que começara nos anos 80 expôs a crise da Previdência e a situação de orfandade política dos aposentados (SIMÕES, 1998).

A mudança do perfil demográfico brasileiro nas últimas décadas do século XX com o aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade incentivou a criação de políticas públicas sociais e de saúde voltadas para as pessoas idosas. Assim, a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) traçou os direitos sociais da população idosa, a fim de assegurar a promoção da autonomia, integração e participação desse contingente na sociedade (BRASIL, 1998). Por outro lado, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) regulou os direitos assegurados às pessoas com 60 anos de idade ou mais, voltando-se para políticas de prevenção de doenças e políticas que contribuam com a autonomia e a ampliação de redes sociais do idoso (BRASIL, 2003), enquanto a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria MS n. 2.528 /2006) ampliou a discussão sobre essa temática (BRASIL, 2006).

Entretanto, a despeito de toda essa mobilização para a criação de mecanismos de proteção legal para os (as) idosos (as), existem representações contraditórias sobre a velhice no Brasil. De um lado, a presença dos dramas daqueles que não conseguem ter acesso ao sistema que se propõe a protegê-los e, de outro, a “velhice gratificante, vibrante e produtiva, que ganha expressão quando estão em jogo os programas para a terceira idade, como suas universidades e grupos de convivência e de lazer” (DEBERT, 1999, p. 1-2).

É inegável que os acontecimentos em todas as esferas refletem nas trajetórias sociais dos participantes desta pesquisa, como na vida de todas as pessoas que vivem neste país. Na década de 90, todos os (as) integrantes deste estudo já tinham filhos, sendo esta a década em que nasceram os últimos filhos de dois casais mais jovens. Os mais velhos começaram a ter os primeiros netos. A partir dos anos 90, ainda, as invenções das décadas anteriores tornaram-se cada vez mais populares, facilitando a aquisição de tecnologias antes restritas a poucos integrantes das camadas médias, como é o caso do computador para uso doméstico, já ilustrado anteriormente.

¹² Acerca desse movimento, ver Simões (1998)

Mas, o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural obtido até então não foi suficiente para minimizar os problemas sociais que, nas duas últimas décadas, tornaram-se mais evidentes, compondo o cenário da vida moderna, especialmente nas grandes cidades. Refiro-me à violência que gera medo e insegurança nas pessoas e ao impacto negativo da ação humana sobre o meio ambiente, mostrados através da mídia, discutidos em eventos específicos e comentados pelos (as) participantes desta pesquisa durante a realização dos grupos focais e das entrevistas, conforme ressaltado nas narrativas que avaliam a condição de envelhecer na cidade de Salvador.

Chegamos ao século XXI com o mundo cada vez mais globalizado. Nascida no século XX, a globalização tornou as distâncias mais curtas, fazendo circular a informação a velocidades cada vez maiores e interligando os mundos e a nós mesmos de forma instantânea, criando vínculos sem a presença física. A globalização é um fenômeno da contemporaneidade que, de acordo com Giddens (2000, p. 61) é política, tecnológica, cultural e econômica, produzindo “uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com os outros”

Vivemos em meio a riscos e incertezas. Segurança e perigo, confiança e risco (GIDDENS, 1991) são termos característicos da contemporaneidade – período que alguns autores denominam de “pós-modernidade” (LYOTARD, 1985; MAFFESOLI, 2001; SANTOS, 1989; 2001). Bauman (2001) o chama de “modernidade líquida” e Giddens (1991; 2002) o nomeia de “modernidade reflexiva”. Numa referência às mudanças nas tecnologias da informação, Castells (2000) denomina esse período de “era da informação”, ou ainda, “sociedade em rede”.

Seja qual for o nome que se atribua aos tempos atuais, o certo é que vivemos uma transição paradigmática (SANTOS, 1989) ou em um novo paradigma cultural, em que surgem novas formas de relações sociais. Nesse sentido, enquanto antes prevalecia a lógica racional marcada por um determinismo absoluto, agora há uma transformação completa nas relações e “tudo é vivido em tensão, na incompletude permanente” (MAFFESOLI, 2001, p. 79). Certamente sofremos uma ruptura em relação às verdades absolutas, um rompimento com as grandes narrativas¹³ (LYOTARD, 1985), havendo mudanças na economia, na sociedade e na cultura (CASTELLS, 2000). Por outro lado, existem continuidades entre o tradicional e o moderno, pois como relata Giddens (1991), nem um, nem outro, forma um todo à parte.

¹³ Acerca do sentido de “grandes narrativas”, Giddens (1991) observa que essas caracterizam o pensamento tradicional dominante na ciência e, segundo o qual, somos inseridos na história como seres com um passado definitivo e um futuro previsível, contrapondo a perspectiva pós-moderna para a qual o conhecimento é heterogêneo e a ciência não tem um lugar privilegiado

Com efeito, a contemporaneidade é marcada por transformações sucessivas dos significados relativos à individualidade, à emancipação, ao trabalho, à comunidade e ao tempo/espaço (BAUMAN, 2001), caracterizando-se pela instabilidade, instantaneidade e comunicações eletrônicas, aspectos mencionados anteriormente. Nessa dinâmica, as pessoas desenvolvem suas visões de mundo, tendo como base o próprio processo sócio-histórico. Submetidas às questões de cada época, as pessoas são fruto e, ao mesmo tempo, autoras de seu tempo histórico (MINAYO, 1996), havendo uma interação dinâmica entre os aspectos pessoais e os fatores sociais, culturais e econômicos na configuração de suas experiências, incluindo a experiência de envelhecer.

No próximo item, abordarei alguns aspectos da vida na cidade.

3.2 RECORTES DA VIDA NA CIDADE

Ao falar de *cidade* assinalo que, apesar de admitir a interligação entre a cidade e o campo, ou entre o urbano e o rural¹⁴, o destaque dado à cidade serve para confirmar o *locus* desta pesquisa sem, no entanto, estabelecer uma divisão conceitual rígida entre um espaço e outro, uma vez que, na atualidade, existe uma interação entre esses espaços que é proporcionada, sobretudo, pelos meios de comunicação de massa.

No entanto, para ater-me ao local desta pesquisa, de maneira simplificada, apresento alguns dados sobre a noção de cidade, a partir de uma perspectiva multidimensional. Para compor essa noção, vários autores consideram os aspectos: demográfico, econômico, político-administrativo, organizacional, cultural e imaginário, conforme assinalado por: Lefebvre (1969); Castells (1983); Park (1991); Simmel (1991); Weber (1991) e Wirth (1991) e Lynch (2006), cada um deles abordando uma ou mais das dimensões citadas.

Os (as) estudiosos (as) dos fenômenos urbanos afirmam que, nas áreas metropolitanas, concentram-se cada vez mais um elevado número de pessoas, de recursos, de atividades (DELLE DONNE, 1990), de linhas de transporte e comunicação, de equipamento cultural como a imprensa, as bibliotecas, os museus, as instituições educacionais, os centros de pesquisa, as instituições religiosas e outras (WIRTH, 1991).

¹⁴ Não existe critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. No Brasil, o IBGE utiliza o critério de natureza administrativa, em que o “urbano” corresponde às sedes municipais e às sedes distritais e o “rural” corresponde às áreas situadas fora desses limites. Para uma melhor compreensão desse assunto, ver Camarano e Abramovay (1999, p. 6)

A concentração de todas essas atividades e do aparato cultural e recreativo surge como possibilidade de acesso ao emprego, à aquisição de mercadorias, à busca de informações, ao fluxo de relações entre as pessoas. Nesse sentido, como assinala Barros (2007), uma das metáforas mais tentadoras para o incremento urbano corresponde à imagem da cidade como ímã. As áreas urbanas são vistas pelas populações mais distantes dali como um pólo de atração, não só em termos de trocas econômicas e migratórias, mas também como um lugar de trocas culturais.

Pensando na cidade como local de produção e reprodução do capital, produto da sociedade capitalista, Weber (1991) argumenta sobre seu sentido econômico. Na forma idealizada por esse autor, a cidade é um “local de mercado”, ou seja, como centro econômico conta com um mercado local que, em virtude da especialização constante da produção econômica, fornece produtos para as populações não urbanas com as quais efetua trocas de produtos de suas economias. Nesse sentido, apesar do foco no aspecto econômico, a formulação do autor contém a noção de relação, seja na forma de produção ou de organização social. A cidade deixa de ser apenas um conceito geográfico para se tornar um símbolo complexo e inesgotável de existência humana, como aparece nas narrativas de Calvino (1972) sobre “as cidades invisíveis”.

Nessa mesma perspectiva, Lefebvre (1969) propõe que esse espaço seja visto no plano estrutural das relações de produção, mas também como produto dessas mesmas relações. Para ele, a cidade encontra-se entre a “ordem próxima”, relativa às relações entre indivíduos e grupos, e a “ordem distante”, referente àquela em que a sociedade é instituída e regulada por instituições como a Igreja e o Estado.

Assim como Lefebvre (1969), Castells (1983) e Wirth (1991), também Park (1991) e Simmel (1991) revelam preocupação não só com os mecanismos estruturais da cidade, compostos de dispositivos administrativos, econômicos e de conveniências. Eles manifestam interesse, ainda, pelas pessoas que habitam a cidade, não como um amontoado de gente, mas, sobretudo, com seus processos comunicacionais e relacionais. Tais argumentos contribuem para entender os depoimentos dos participantes deste estudo acerca da condição de envelhecer em Salvador.

Conhecida como a primeira capital do Brasil, a cidade histórica de Salvador, na atualidade, é bem distinta daquela existente até o século XIX. A cidade constituiu-se como uma das mais antigas colonizações urbanas da América Latina e hoje é uma das mais importantes cidades brasileiras (ESPINHEIRA; SOARES, 2006), tendo passado por um acentuado processo de modernização e por mudanças significativas em vários setores.

Atualmente, a capital baiana constitui um misto de tradição e modernidade que engloba não só os aspectos estruturais e culturais, como também o modo de vida dos seus moradores.

Cidade marcada pela multiplicidade cultural, Salvador gesta um conjunto de símbolos que marcam o imaginário das pessoas que aqui vivem e as que a visitam. O seu cotidiano é pleno de manifestações de origem africana, extrapolando as simples expressões folclóricas, tendo repercussão nacional e internacional. Sempre referida por sua miscigenação cultural e étnica e conhecida como “cidade negra”, a Salvador das “365 igrejas” revela-se também como a cidade do candomblé, dos grupos do Ylê Ayê e do Olodum, das inúmeras festas de largo e lavagens das igrejas e, ainda, como a cidade do carnaval e das mais lindas praias nordestinas.

Com uma área geográfica continental de 324,5 km², e de 706,8 km² incluindo a parte marítima, Salvador possui 9.000 habitantes por km², sendo a maior densidade populacional do Brasil (FONSECA, 2008)¹⁵. Essa cidade constitui um espaço que cresce em virtude da migração de pessoas de áreas localizadas no interior do estado da Bahia, de outros estados e de outros países, entrelaçando pessoas, atividades e costumes os mais diversos.

Em termos demográficos, a cidade teve um processo de crescimento acentuado a partir da década de 1950 do século XX, condicionado pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte, pela abertura das primeiras vias de articulação, pelo desenvolvimento do centro da cidade e pela criação de algumas grandes empresas como a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). Essas iniciativas fizeram de Salvador uma referência na região nordeste no movimento de ampliação do processo de industrialização (ESPINHEIRA; SOARES, 2006; FERNANDES, 2004) que beneficiou diretamente alguns integrantes desta pesquisa por sua inserção no mercado de trabalho industrial.

O crescimento urbano de Salvador, na década de 1970, foi concretizado através do incentivo à formação de assentamentos geograficamente dispersos, originando o loteamento de velhas chácaras agrícolas que se transformaram em bairros¹⁶, surgindo também loteamentos ilegais, o que motivou a ação do Estado com a implantação dos programas de habitação e a aceleração da expansão periférica (FERNANDES, 2004).

Além do crescimento demográfico e urbano, Salvador sofreu muitas transformações sociais, administrativas e econômicas, havendo mudanças do seu centro econômico e administrativo de uma área para outra. Essas modificações promoveram a chegada de uma

¹⁵ Dados obtidos no Jornal A Tarde Online de 01/09/2008. Disponível no endereço eletrônico <http://www.atarde.com.br/noticia.jsf?id>. Acesso em 03 de outubro de 2008.

¹⁶ Dentre os bairros de Salvador que pertenceram anteriormente a uma fazenda estão o bairro do Garcia e o de Brotas, sendo que ambos abrigam alguns dos casais participantes desta pesquisa.

nova classe média local que surgia concomitantemente ao desenvolvimento industrial (ESPINHEIRA; SOARES, 2006)¹⁷. Para esses autores, Salvador possui uma trajetória de segmentação do espaço urbano, havendo concentrações de espaços onde vivem “pessoas abastadas” e outros onde residem os “populares”. Os primeiros fariam parte da “cidade formal [...], legal, possuidora de equipamentos urbanos e atenção dos órgãos públicos”. Os espaços populares, ao contrário, abrigariam “os negros, pobres e os desempregados, constituídos pelas áreas situadas ao norte, ao centro e ao oeste de Salvador” (ESPINHEIRA; SOARES, 2006, p. 3).

Em termos econômicos, Salvador insere-se no contexto competitivo de um mercado restrito, apresentando grandes desafios em função de sua estrutura econômica terciária. Cerca de 76,6% do seu Produto Interno Bruto (PIB) é gerado pelas atividades comerciais e de prestação de serviços e apenas 23% é decorrente da atividade industrial, conforme assinalado pelo Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU, 2009). Esse perfil econômico de Salvador tem correspondência com o perfil dos entrevistados, já que poucos trabalharam ou trabalham no ramo industrial, havendo dispersão em termos da inserção dos mesmos para outros ramos como: vendas, comércio, manufatura e atividades profissionais liberais.

Salvador concentra, ainda, outras diversidades, relacionadas à classe social, etnia, religião, lingüística, possuindo também uma variedade de necessidades econômicas e sociais, expressas nas desigualdades que se justapõem nas diferentes, mas também em uma mesma área. Embora haja concentração de determinados grupos em alguns espaços, como assinalado por Espinheira e Soares (2006), e observado pelas localizações residenciais dos casais entrevistados, existe também a mistura de diferentes segmentos de classe social, de etnia e outros que vivem situados num mesmo espaço urbano, havendo, ao lado de grandes prédios, residências resultantes de invasões, o que também foi observado em relação a algumas localizações residenciais dos casais. É evidente que, apesar de “dividirem” o mesmo espaço (bairro), o que pode dar a idéia de integração, na realidade esses grupos estão segregados e representam mundos distintos, com estilos de vida diferenciados.

¹⁷ Acerca dos desenvolvimentos da cidade de Salvador, Espinheira e Soares (2006) explicam que, coincidindo com sua expansão demográfica, a cidade assistiu ao deslocamento do centro econômico tradicional do bairro do Comércio para o Shopping Iguatemi (1975) e para outros centros comerciais mais modernos em diversas áreas da cidade. O Centro Administrativo da Bahia (CAB) foi transferido do Centro Histórico para novas instalações na Avenida Paralela. Com a criação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e do Centro Industrial de Aratu (CIA) houve a transferência para essas novas áreas da região industrial localizada na Calçada e no Subúrbio Ferroviário, estabelecendo uma articulação da cidade de Salvador com sua região metropolitana.

A contradição pode ser observada sob várias formas¹⁸ e expressa-se em diferentes contextos: moradia, diversão, prática religiosa, envolvendo aspectos étnicos, de classe social e de geração. Por vezes emerge como diversidade, aglutinando num mesmo contexto diferentes etnias, gerações e classes sociais, como se pode ver nos shoppings centers ou nos carnavais da cidade. Outras vezes, surge como formas segregadas constituídas conforme a idade, a etnia, a classe social ou qualquer outra dimensão diferencial. Para usar o mesmo exemplo contextual, os shoppings centers e os espaços do carnaval são modelados para atender as diversas classes e grupos de idade existindo, no entanto, uma divisão “natural” de seus espaços entre as diferentes camadas da população, conforme a idade e a posição social, fazendo com que os habitantes desta terra destinem-se aos seus devidos lugares dentro de cada contexto, situação reconhecida por algumas pessoas entrevistadas para este estudo.

Em suma, à medida que uma cidade cresce, surge uma série de oportunidades para o desenvolvimento social, mas também supõe o aumento de sua complexidade e das preocupações dos seus habitantes pela multiplicidade de questões sociais, políticas e econômicas não resolvidas. No que tange ao aspecto demográfico atual, apesar da referência de cidade grande, Salvador vem reduzindo seu ritmo de crescimento e aumentando a longevidade de sua população. Os dados apresentados pelo CIDEU (2009) indicam que a taxa geométrica de crescimento da população soteropolitana vem diminuindo a cada década, já que em 1970 era de 4,4% e em 2000 chegou a 1,8%. Dados mais recentes mostram que esta taxa diminuiu para a 0,7% (IBGE, 2010). Esse dado fortalece meu objetivo em analisar a experiência de envelhecimento de pessoas que vivem na cidade, dado o número de idosos (as) habitantes de Salvador, conforme indicado pela Fundação Luis Eduardo Magalhães (FLEM, 2009), citado na introdução desta tese.

Tentei mostrar neste tópico um número limitado de características que identificam a vida urbana e a cidade onde a pesquisa foi desenvolvida. Considerando as argumentações dos autores visitados, incorporo a este trabalho a visão de cidade como expressão da integração de vários sistemas, não como “um texto já escrito, mas uma tela permanentemente reestruturada” (CASTELLS, 1983, p. 268) pela ação e interação dos distintos modos de produção e reprodução das relações sociais. Por essa ótica, concebo que o envelhecimento das pessoas

¹⁸ Ela pode ser observada em diferentes setores como, por exemplo, nas construções e moradias. De um lado, ela é vista pela criação de empreendimentos de infra-estrutura urbana, com a modernização de praças e avenidas e a revalorização de áreas turísticas, através de ações do estado e do município, visando criar a imagem de cidade desenvolvida. Por outro lado, a presença de mendigos e moradores de rua de todas as faixas etárias que dormem embaixo dos viadutos, nas praças e nas calçadas reformadas aponta o contraste nas diferentes formas de existência de pessoas que compõem os segmentos mais pauperizados, o que foi registrado pelos (as) integrantes desta pesquisa ao falarem sobre o envelhecimento em Salvador.

neste contexto possui um significado próprio, expresso nos estilos de vida que revelam como as pessoas em processo de envelhecimento se apropriam deste contexto enquanto lugar de pertença social.

No próximo item, apresentarei dados identitários dos participantes do estudo, iniciando com aspectos gerais do grupo seguindo-se uma descrição particularizada.

3.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ESTUDADA

Neste item, a população estudada será analisada em seus aspectos demográfico-sociais, sendo destacados dados de: procedência, idade, cor, opção religiosa, escolaridade, número de filhos e inserções profissionais.

3.3.1 Composição e procedência

Foram entrevistados 21 casais, compondo um grupo com 42 pessoas, sendo 40 brasileiras e duas de nacionalidade estrangeira. Entre as brasileiras, 33 são baianas e sete são provenientes de outros estados (Sergipe, Paraíba e São Paulo). Entre os (as) participantes baianos (as), apenas 12 são soteropolitanos (6 mulheres e 6 homens), sendo os demais provenientes de cidades interioranas, que vieram para a capital por diversos motivos¹⁹. O casal estrangeiro é oriundo de país da América Latina, morando em Salvador há 31 anos.

Em termos simplificados, considerando as razões para o processo de mudança para Salvador, pode-se avaliar a presença de certa dependência feminina em relação a outras pessoas. À exceção dos casos em que a mudança de cidade decorreu da decisão da família quando elas ainda eram crianças (a dependência nesses casos era necessária), nos demais casos, supõe-se que a cultura (ROSALDO, 1979) se apropria das diferenças biológicas entre os sexos gerando papéis, atividades e comportamentos diferenciados para homens e mulheres. De acordo com essa autora, em todas as culturas a personalidade feminina baseia-se na ligação com outras pessoas, ao contrário da personalidade masculina que parece basear-se na

¹⁹ As razões para a mobilidade espacial dos que vieram de cidades do interior, de outros estados ou país são diversas. Os homens mudaram para Salvador por motivo de trabalho (9), estudo (4) e familiar (2) sendo, nesse último caso, uma mudança referida à família parental e outra à família conjugal. Já as mulheres migraram para esta cidade por motivos ligados à família de origem (6), ao casamento (4), ao trabalho (4) e ao estudo (1). No caso do motivo familiar, quatro mulheres acompanharam seus pais, uma se mudou para providenciar tratamento para a filha e a outra veio com o marido, após a aposentadoria dele. Em relação às que mudaram para a capital por motivo do casamento, a explicação é que seus noivos moravam nesta cidade. Essas últimas são mulheres com idades distintas (50, 62, 75, 82 anos), sendo que duas delas possuem nível superior completo

negação dessa dependência, o que decorre do processo diferenciado de educação de um e outro sexo.

Partindo desse entendimento, compreendo que o sistema de relação entre homens e mulheres é, como todo sistema, “uma construção da cultura ao invés de um fato da natureza” (ORTNER, 1979, p. 118). Vários aspectos da condição feminina elaborada ao longo do tempo pela educação contribuem com a configuração de experiências de mulheres cujos esforços são dirigidos primeiramente para a família e o casamento e em segundo plano, para si mesmas, conforme emerge em vários momentos desta pesquisa.

Nesse sentido, poderíamos cogitar que as práticas educativas das famílias seriam determinadas a partir das relações de gênero, como observam Duru-Bellat e Jarousse (1996), para os quais a diferenciação nas formas de educar criaria a expectativa de formação técnica e dinamismo em relação aos homens e senso de família, senso moral e sedução em relação às mulheres. O próximo item aborda o ambiente doméstico.

3.3.2 Aspectos de moradia e da convivência familiar

Os dados colhidos mediante as entrevistas sinalizam a homogeneidade do grupo quanto à condição de propriedade do imóvel onde os casais residem. Todos eles moram em apartamento ou casa própria, embora a qualidade da moradia seja diferenciada pelas respectivas condições financeiras dos mesmos. Em três das residências, a estrutura do imóvel inclui mais de um andar com o objetivo de abrigar filhos casados em andares separados. Em uma delas, a mulher exerce sua atividade de costureira, mediante a qual ela contribui com o sustento da família. Desse modo, a casa constitui “muito mais do que o espaço de residência, vida cotidiana familiar e trabalho doméstico. Ela pode ser também um espaço de trabalho remunerado, no qual se realizam atividades econômicas que [...] representam ganhos adicionais e mesmo vitais para o grupo” (BRUSCHINI; RIDENTI, 1994, p. 35).

Os casais participantes deste estudo pertencem às camadas médias²⁰ urbanas (FÉRES-CARNEIRO, 2003b; GOLDENBERG, 2003; 2005; LINS DE BARROS, 1987; VELHO,

²⁰ Apesar de fazer referência a esse grupo como pertencente às ‘camadas médias’, compreendo que, dada a amplitude e heterogeneidade desse conceito, uma multiplicidade de elementos distingue suas existências nesse âmbito, tanto em termos financeiros como simbólicos. De acordo com Guerra, Pochmann, Amorim e Silva (2006) a ‘nova classe média brasileira’ (expressão usada pelos autores para distinguir de outras modalidades descritas por eles) é fruto da industrialização e urbanização do Brasil, tendo sido o assalariamento o principal criador e sustentáculo dessa classe. Para eles, esse segmento continua integrando-se, ampliando e diversificando-se e sua ascensão indicou uma mudança no eixo de estratificação social baseada no emprego e no contrato de trabalho. Uma descrição pormenorizada acerca do desenvolvimento, retração e mudança no perfil desse segmento encontra-se no Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil, v. 1 (GUERRA et al., op. cit.)

1989), sendo que a consolidação dessa posição envolveu a mobilidade espacial, ou seja, a vinda para Salvador propiciou a manutenção ou a melhoria das condições de vida, via oportunidades de estudo e/ou trabalho, ou ainda, pelo casamento, já que, nesse último caso, as mulheres que chegaram aqui desempregadas, tiveram os maridos como suporte das finanças da família.

A heterogeneidade na composição dos segmentos médios brasileiros que é descrita por Guerra, Pochmann, Amorim e Silva (2006) também aparece aqui. Primeiro, constitui-se pela origem familiar dos (as) participantes: há filhos de trabalhadores rurais, de funcionários públicos, educadores, políticos, comerciantes, engenheiros e de outras profissões não registradas, já que esse dado foi obtido espontaneamente, sem ter havido uma pergunta específica. Segundo, caracteriza-se pelas próprias áreas de atuação dessas pessoas: serviços gerais, vendas, comercial, industrial, contábil, educação, médica, farmacêutica, funcionalismo público. Terceiro: a heterogeneidade é exposta pelos bairros onde residem: Barra, Brotas, Campo Grande, Canela, Federação, Garcia, Itapuã, Ondina, São Caetano, Vitória, além de dois casais de Lauro de Freitas. Embora as pesquisas indiquem alguns desses bairros como sendo de classe média alta e alta, essa distinção não é utilizada aqui, sendo eleita a denominação de: “camadas médias”, “segmentos médios” ou “classes médias urbanas” ao falar dos moradores desses bairros sem ignorar, no entanto, a diversidade existente no interior desses segmentos.

Considerando a organização da convivência doméstica, nove casais compartilham o espaço residencial somente com a parceria, por não terem filhos ou porque os filhos são casados e moram em outro bairro ou andar da própria residência; nove casais abrigam pelo menos um filho ou filha solteira, num total de 19 filhos abrigados, sendo 13 mulheres. Três casais acolhem netos, além de filhas separadas e solteiras; um casal hospeda a mãe da mulher. Em algumas das residências existe, portanto, a convivência de três gerações. Os casais que abrigam filhos em casa estão em faixas de idade variadas: 50-52; 60-66; 72-83 anos, sendo que nessa última faixa de idade, existem nove filhos e uma mulher idosa abrigados pelos casais.

Dentre os 19 filhos que moram com os pais, apenas quatro (mulheres) são menores de 21 anos e estudam. Os demais são maiores, havendo filhos com mais de 40 anos (homens e mulheres) que nunca saíram da casa dos pais, mesmo tendo formação escolar de terceiro grau. A maioria dos filhos que moram com os pais trabalha, ainda que alguns deles estejam inseridos em empregos provisórios. Outros estão desempregados. Nessas duas últimas categorias, alguns estudam ou fazem cursos de aprimoramento profissional na tentativa de

melhorar sua posição no mercado de trabalho. Apenas um filho (maior de 40 anos) encontra-se na dependência dos familiares por problemas psiquiátricos, fato que veio a ocorrer depois dele já estar casado e trabalhando.

Esse panorama constituído pela “geração canguru” (ATTIAS-DONFUT, 1995) em que filhos adultos pertencentes às camadas médias e médias altas da população continuam morando com os pais encontra correspondência na literatura, surgindo como uma situação freqüente, de acordo com as constatações de Féres-Carneiro e Magalhães (2005) em seus atendimentos psicoterápicos. As autoras propõem a realização de pesquisas que investiguem as relações entre a conjugalidade dos pais e as concepções, motivações e expectativas desses filhos em relação ao casamento. Para essas autoras, no estudo dessa questão deve-se levar em conta a função, a idealização e o adiamento do casamento, as influências do individualismo, as transformações da intimidade e as questões de gênero.

Em relação às mulheres que são avós, há uma expansão desse papel (não foi evidenciado o mesmo em relação ao avô) para englobar funções de cuidados maternos, responsabilizando-se pelos netos conforme a necessidade da mãe da criança. Nos três casos presentes neste estudo, em que as crianças coabitam com as avós (Norma, Ruth e Diana) e avôs, há poucas diferenças em relação ao perfil das mães das crianças. Todas são mulheres separadas, indicando a guarda feminina das crianças e o retorno das filhas à família de origem. Todas trabalham na profissão escolhida, sendo que duas delas possuem nível superior completo, com especializações, incluindo o mestrado.

Esse tipo de arranjo familiar incluindo três gerações aumentou de modo considerável a partir da década de 80, em função de um dos pais da criança ou ambos viverem com seus filhos na casa dos pais. Por outro lado, a partir da década de 90 a ausência dos pais por motivo de trabalho obrigou os (as) avós a assumirem os netos enquanto os pais trabalham (LOPES; NERI; PARK, 2005), conforme assinalado neste depoimento:

Acordo às cinco da manhã porque tenho um neto de 9 anos que mora comigo. Então eu acordo para preparar o café dele, que a aula começa às 7 [...] A mãe é professora, ensina no interior. Só vem no final da semana. A semana toda ele fica comigo. Eu resolvo tudo. É como se fosse mais um filho meu (Ruth, 72 anos)

A convivência de avós com os netos faz parte de um cenário resultante das transformações sociais a que as famílias estão sujeitas na atualidade, em virtude não apenas do que foi colocado anteriormente relativo às separações conjugais, mas também da maior longevidade humana e da maior expectativa de vida (PEIXOTO, 2000), sobretudo das mulheres, propiciando um tempo de convivência maior entre as gerações. Nesse sentido,

como ressalta Lins de Barros (1987), a família pertencente às camadas médias constitui um exemplo que permite visualizar os espaços abertos pelas mudanças sociais. A convivência entre gerações, diz a autora, pode estimular a lembrança das experiências anteriores de criação dos próprios filhos, permitindo uma aceitação ou revisão e a partir daí, traçar o contorno da relação com os netos, resgatando por meio deles as formas de relação que não foram possíveis de ser vividas anteriormente. Essa condição é ilustrada abaixo:

Pela tarde, eu cuido de meu neto [...]. Eu pego ele na escola, dou o almoço... No dia que ele tem natação, sou eu que levo e pego de volta, porque minha filha trabalha. Eu estou me re-treinando na educação de criança, porque faz tanto tempo que eu não lido com criança... Mas eu gosto. Dá trabalho, mas é bom porque o neto faz a gente reviver o tempo que cuidava dos filhos. Às vezes eu me pego fazendo pra ele o gosto que eu não fazia pra minhas filhas [...]. Minha filha que é pedagoga, toda hora reclama comigo. Ela acha que eu boto ele a perder fazendo os gostos dele. Ela é mais dura do que eu. Eu também acho que eu sou mais maneira com ele do que ela (Norma, 60 anos)

Nos casos em que as avós “olham” os netos esporadicamente para “quebrar o galho” dos filhos, o papel de avó é visto com leveza, já que elas não se sentem responsáveis em socializar as crianças.

É mais fácil ser avó do que mãe. Porque a gente já aprendeu com os filhos, então quando os netos chegam a gente já não tem as mesmas preocupações que tinha com os filhos. E depois não fica direto com eles. Eles vêm e vão (risos). Eu só fico com meu neto quando minha nora está sem babá ou a babá é nova. Aí ela deixa aqui durante o dia e quando sai do trabalho, ela pega ele. Mas é raro isso acontecer (Elisa, 62 anos)

Alguns avôs e avós moram longe de seus netos, falando com eles por telefone e aguardando com ansiedade os encontros em períodos de férias, o que nem sempre acontece como esperado, já que os netos também crescem e tal crescimento pode gerar distanciamento afetivo na relação com os avôs e avós.

Eu tenho sete netos, o mais velho com 19 anos de idade, estuda engenharia e mora com a mãe [...]. Eu adoro meu neto. Quando ele está de férias, fico ansioso pra ele vir aqui. Quando era pequeno ele vinha com mais frequência. Agora tá um homem, já é mais difícil. Mas eu sempre falo com ele por telefone (Tiago, 75 anos)

Outros avôs e avós vêem os netos como extensão de si mesmos, mostrando-se satisfeitos por vê-los crescer e compartilhar da vida adulta, talvez por corresponderem às próprias expectativas:

Pra mim, meus netos são a continuação da família. Eu só tive dois filhos, homens, mas já tive quatro netos. Gostaria de ter mais, mas acho que minhas noras não vão mais parir (risos). Meus netos são muito apegados a mim. O mais velho mais ainda. Tem 14 anos. Conversa comigo como gente grande, só vendo (Lázaro, 68 anos)

Assim como no estudo realizado por Peixoto (2000), constato nesta pesquisa que quem cuida ou cria os netos são as avós. Os avôs falam sobre os netos como amigos, pessoas a quem visitam ou que lhes visitam, dando um caráter de amizade ao relacionamento, enquanto as avós estão mais afeitas ao cuidado (alimentação, saúde, higiene), o que marca a posição de gênero nesta relação. Mas, apesar dessa condição, nenhuma avó registrou descontentamento em executar tais tarefas, embora tenha havido alusão a cansaço. Com efeito, a presença dessas mulheres dentro da família na condição de avós cria a possibilidade de ajuda mútua, mas, sobretudo, fortalece o esquema de “cuidadora” dos filhos, do marido, dos netos e de outros parentes.

Ainda que as noções de avô e avó sejam relativamente recentes e até o século XVIII, sua imagem estivesse relacionada à velhice, à decadência e à morte (PEIXOTO, 2000), as avós e os avôs representam elementos intermediários entre o “passado, reelaborado nas lembranças de sua infância, o presente e o futuro, personificados pelas gerações dos filhos e netos e nos projetos e expectativas em relação a eles” (LINS DE BARROS, 1987, p. 21).

A seguir, apresento os modelos adotados pelas famílias na divisão de responsabilidades domésticas.

3.3.3 Divisão de responsabilidades e cuidados domésticos

A chamada “revolução da longevidade” contribui não só para a convivência de diferentes gerações, como também para uma superposição de papéis, trazendo como consequência a redefinição das relações e responsabilidades no âmbito familiar (GOLDANI, 1992 apud GOLDANI, 1994). Essa redefinição ocorreria não só em termos dos papéis simultâneos de mães e avós, como foi visto no item anterior, mas considerando os casais que, já aposentados, permanecem mais tempo dentro de casa.

Neste estudo, a divisão de responsabilidades na realização das tarefas domésticas revela-se de modo diferenciado entre as famílias embora, em todas elas, as mulheres sejam as principais responsáveis pela administração da casa no sentido de encaminhamento e/ou desempenho de tarefas domésticas. Focalizo, aqui, a divisão de responsabilidades de tarefas entre marido e mulher, já que muitos casais moram sós e, quando abrigam os filhos, esses estão fora de casa a maior parte do tempo, estudando ou trabalhando.

Seis casais não utilizam o serviço de empregada doméstica ou diarista, dividindo entre si as responsabilidades pela sua realização. Nessa condição encontram-se três casais mais

jovens e três com idades acima dos 70. Nove casais adotam o esquema de contratação de diarista, indicando uma opção que parece ser cada vez mais freqüente na atualidade e que funciona como solução para as famílias que não podem ou que não querem assumir a contratação de uma empregada permanente. Nesse grupo, há pessoas em todas as faixas de idade abrangidas pelo estudo.

Apenas seis dos 21 casais estudados possuem empregada doméstica mensalista. Nesse grupo, somente um homem e duas mulheres não têm formação de nível superior; cinco das seis mulheres tiveram uma profissão e já estão aposentadas; em seus desenvolvimentos profissionais homens e mulheres ocuparam ou ocupam posições diferenciadas (assessoria, gerência, direção), supostamente tendo alcançado uma renda familiar mais alta do que os demais casais. Esses casais sempre tiveram empregada doméstica e atualmente os integrantes desse grupo possuem idades entre 62-83 anos.

Lançando o olhar para o primeiro grupo descrito, em não existe empregada mensalista e nem diarista, percebe-se a naturalização do papel feminino com relação ao cuidado e à administração da casa, especialmente na geração dos homens mais jovens (Pedro, 51; Daniel, 52; Adão, 58), ainda que entre os mais velhos (Samuel, 81) essa condição também esteja presente.

Em casa, eu... quando eu posso eu ajudo, mas eu não sei fazer nada e não gosto. Só faço se for muito necessário, quando fulana [esposa] não pode, as meninas não estão em casa, mas senão eu não faço nada de casa. Só por necessidade (Pedro, 51 anos)

Ah, a mulher é que faz as coisa de casa. Eu não sei fazer e não gosto que me cobrem. Eu não gosto de fazer esse serviço, não. Mulher tem mais jeito. Mas eu também faço, se precisar. Barro, passo o pano na casa, lavo prato... Mas se ficar me pedindo, pedindo, aí é que eu não faço (Adão, 58 anos)

Se me pedir eu ajudo. Mas eu nunca fiz certas coisas porque não aprendi a fazer. Fui criado de um jeito que homem não ia na cozinha. Só mulher é que aprendia a cozinhar. Até hoje eu não me meto. Eu acostumei sentar na mesa só quando me chamavam pra comer (Samuel, 81 anos)

Fazendo uma análise da formação escolar desses homens, observo que eles possuem escolaridade de, no máximo, segundo grau, o que me leva a supor que o capital cultural²¹

²¹ Utilizo aqui a noção de capital cultural formulada por Bourdieu (1979), segundo o qual o capital cultural constitui um elemento da herança familiar. A posse desse capital favorece o desempenho escolar, uma vez que facilita a aprendizagem de conteúdos e códigos que a escola veicula e sanciona. Para precisar essa noção o autor aponta três formas de capital cultural: *incorporado* (uma disposição adquirida, os gostos, o domínio da língua, o habitus); *objetivado* (sob a forma de bem cultural: livros, obras de arte) e *institucionalizado* (certificação da competência cultural, em geral sancionada na forma de diploma). Do mesmo modo que o capital econômico, o capital cultural possui a propriedade de acumulação relativa ao tempo necessário para que esta ocorra. Para apropriar-se dos bens relativos ao capital objetivado é necessário possuir os instrumentos dessa apropriação e os

pode significar um elemento importante no desenvolvimento de atitudes mais igualitárias entre homens e mulheres, ao lado de outros fatores, é claro. Ressalto que as esposas dos três primeiros homens possuem uma atividade profissional, dando suporte familiar dentro e fora de casa e, portanto, assumindo dupla jornada de trabalho.

A divisão do trabalho doméstico entre os casais que possuem diarista é percebida como resultado de negociações dos cônjuges. Em geral, eles encontram-se na mesma condição, ou seja, ambos são aposentados (Ângelo e Diva; João e Denise; Lázaro e Leda), ou ambos trabalham (Jorge e Iraci; Nilton e Clara), sendo menos freqüente a situação em que um trabalha e o outro é aposentado (Clóvis e Norma). Essa negociação, no entanto, segue o padrão adotado por todos os casais que defendem sua participação na divisão de responsabilidades. Neste caso, são as mulheres que preparam as refeições e lavam a roupa de todos. Sem serem interrogados sobre os detalhes das tarefas, os homens que participam das tarefas domésticas dizem: “lavo prato, lavo banheiro, lavo minha cueca...” (Clóvis, 64; Nilton, 65; João, 68; Lázaro, 68) ou “lavo e passo minha roupa” (Jorge, 54), explicitando que o trabalho de diarista envolve, sobretudo, a faxina da casa e a lavagem de roupas de cama. Nessas atitudes colaborativas, sobressai o aspecto individual revelado pela preocupação consigo próprio, ainda que a ação possa ter um efeito coletivo. Não houve declarações masculinas do tipo: faço a comida, passo a roupa, arrumo a casa, indicando que a participação dos homens nas atividades domésticas é apenas parcelar, representando uma “ajuda” diante do universo de tarefas a serem executadas.

Ao analisar a distribuição de tarefas entre as parcerias homo e entre as heterossexuais, Matos (2000, p. 169) argumenta que, enquanto nas parcerias homo esta divisão é quase sempre negociada, mesmo quando estão presentes as posições ‘masculinas’ ou ‘femininas’, nas parcerias heterossexuais, “tal experiência é mais dificultada [havendo] a presença muito atuante dos estereótipos de gênero que atribuem papéis distintos a homens e mulheres [...]”

Conforme já assinalado antes, a mulher brasileira aumentou sua participação no mercado de trabalho que, nos anos 60, representava cerca de 16%, passando para 39% entre essa década e a década de 90, o que veio mudar seu status marital (GOLDANI, 1994), abrindo perspectivas de reformulação das práticas no âmbito doméstico. O que as pesquisas mostram, no entanto, é que as transformações promovidas com o desenvolvimento do capitalismo, favorecendo a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, além dos reconhecidos

códigos necessários para decifrá-los, ou seja, é preciso possuir capital cultural incorporado. Além dessa apropriação simbólica, a apropriação concreta do capital objetivado requer a utilização de capital econômico, por exemplo, dependendo dinheiro na compra de livros.

avanços nas relações de gênero, não foram suficientes para transformar os padrões no âmbito doméstico.

Nesse sentido, Glaude e Singly (1986), referindo-se à experiência francesa relatam que, depois dos anos 70, as mulheres mostraram-se interessadas em obter uma divisão mais igualitária entre os cônjuges em termos de autoridade e da participação nas tarefas domésticas. No entanto, ressaltam os autores, a participação do homem no trabalho doméstico não é significativa, na opinião de suas parceiras, pois eles se dedicam a tarefas como lavar o carro e realizar pequenos reparos em casa, sendo a maior parte das tarefas efetuadas pela mulher, sobretudo o serviço de limpeza, a compra de vestimentas para os filhos e a preparação das refeições. O que esses autores constataram foi que a mulher que trabalha fora de casa tende a buscar uma posição de igualdade em relação ao marido, enquanto que na situação em que ela é apenas dona de casa, ela tem mais chance de ser uma mulher ‘dominada’.

A divisão do trabalho doméstico inscreve-se numa tradição característica do modelo de família nuclear na qual existe a separação emblemática das esferas pública e privada. Como observa Heinen (2001), os estudos realizados na maior parte dos países ocidentais revelam que a divisão das tarefas domésticas entre os cônjuges quase não alterou o quadro de 15 anos antes. Na França, por exemplo, as mulheres continuam assumindo 80% do serviço doméstico (compras, preparo das refeições, lavar e passar roupa), além de dedicar duas vezes mais tempo do que o marido para cuidar dos filhos. Nesse sentido, alerta a autora, no nível simbólico como na prática, o status do pai e o da mãe são distintos na maior parte dos casos, em que um e outro continuam a ocupar posições assimétricas.

O descompasso nessa divisão de tarefas domésticas foi relatado por Wagner, Predebon, Mosmann e Verza (2005) com base em estudos realizados no Brasil e em outros países. Segundo essas autoras, quando existe divisão dessas tarefas, homens e mulheres as realizam de forma separada, reservando-se às mulheres tarefas como: cozinhar, lavar e passar, enquanto os homens desempenham tarefas de carpintaria e pequenos consertos. Voltarei a esse assunto mais adiante ao tratar das inserções profissionais dos casais.

No próximo tópico, informarei sobre a auto-referência relativa à cor dos participantes.

3.3.4 Auto-referência de cor

No que diz respeito ao item cor, prevalece a cor parda entre os participantes, seguida da branca, havendo uma ligeira predominância da auto-referência “parda” entre as mulheres do que entre os homens. Já as referências de cor “preta” e “branca” equivalem quantitativamente

nos dois sexos. Somente os homens consideraram “mulata” como uma referência identitária de cor.

A compreensão relativa à cor informa sobre as diferenças de significados atribuídos à própria identidade e abrange, além deste atributo externo, outros elementos relacionados à condição existencial em geral. Por essa razão, embora não compartilhe de algumas auto-referências de cor indicadas pelos (as) participantes, o que vale aqui é o que cada entrevistado (a) reconhece em si. Compreendo que a auto-declaração parda, por exemplo, pode refletir uma identidade negra ou branca que se denomina dessa ou daquela forma para fugir aos estereótipos relativos à cor, ou aos preconceitos eventualmente difundidos na sociedade.

Sobre essa questão da cor do brasileiro, Schwarcz (1998) observa que estabelecer uma “linha de cor” no Brasil é algo temerário, já que esta pode variar de acordo com a condição social do indivíduo, o local e a situação, de modo que não só o dinheiro e certas posições de prestígio embranquecem. Para muitos, a “raça”, travestida no conceito de “cor” transforma-se em condição passageira e relativa. Ela está sempre vinculada ao tema da identidade, “de uma identidade que desde a época da colonização foi marcada pela ‘falta’. Nem bem colonos, nem bem colonizados; nem portugueses, nem escravos [...]. Afinal, o que faz do Brazil, Brasil?” (SCHWARCZ, 1998, p. 178).

3.3.5 Opções religiosas

Considerando as opções religiosas, existe predominância da religião católica nos dois sexos, sendo um pouco maior entre os homens. Apenas um homem se definiu como espírita e outro como agnóstico. Entre as mulheres, as opções são: catolicismo, evangelismo, espiritismo e espiritualismo²², sendo que nenhuma se autodenominou descrente em um ser superior. Esse perfil corresponde aos dados do Censo realizado pelo IBGE (2000), em que o catolicismo aparece em primeiro lugar (73,8%) como opção religiosa dos brasileiros, seguido das tradições evangélicas (15,4%). O espiritismo aparece com 1,3% das indicações e o espiritualismo vem junto com outras tradições religiosas, perfazendo um total de 1,8%.

Também na literatura, o catolicismo aparece como a religião predominante dos brasileiros, conforme assinala Jablonski (2003) a partir de dados de pesquisa realizada com pessoas integrantes da classe média carioca em que aparecem 77% de homens católicos e

²² O Espiritualismo é compreendido como sendo uma doutrina filosófica que tem por base a existência de Deus e da alma, admitindo o primado do espírito com relação às condições materiais. De acordo com essa definição, as doutrinas ou religiões como o Judaísmo, o Catolicismo, o Protestantismo e o Islamismo são filosoficamente espiritualistas, pois admitem a existência de uma força superior que é Deus (SALAMANCA, 2005).

59% de mulheres. O autor alerta que tais percentuais correspondem apenas à classe média, o que pode gerar diferenças em relação a outras estatísticas envolvendo todos os segmentos sociais.

A seguir, alguns depoimentos ilustram as opções religiosas do grupo estudado:

Sou catequista da igreja católica. Acho que isso não é bem uma atividade, é um dever do cristão, católico, servir sua comunidade, sua paróquia [...] (Diva, 75 anos)

Vou à igreja [evangélica] três vezes na semana. Lá eu ajudo na limpeza. Pra mim é bom porque eu não saio mesmo... na igreja eu participo dos cultos e ajudo na limpeza [...]. Meu marido não é evangélico. Meus filhos são evangélicos, mas são de outra igreja (Eva, 65 anos)

Embora não seja meu objetivo aprofundar essa questão, observo que a mobilidade de uma religião para outra ou o sincretismo religioso revelado por algumas mulheres (os homens não manifestaram tendência a esse respeito) tem a ver com ocorrências pessoais ou familiares relacionadas a questões existenciais ou à própria esfera do sobrenatural e que podem ser traduzidas nos depoimentos abaixo:

Eu sou católica de batismo, mas eu não tenho uma religião definida. Eu sou espiritualista. Hoje eu frequento a seicho- no ie que funciona como válvula de escape, já que eu não podia pagar para fazer terapia. Frequento, mas não me considero ortodoxa (Leda, 74 anos)

Como eu sou espírita, eu sempre faço atividades filantrópicas junto a creches, abrigos de doentes... Quer dizer, eu vou a qualquer igreja, não tem essa não. Mas eu sigo mais o espiritismo. Depois que meu marido teve uma doença, ficou muito doente, aí eu comecei a frequentar, ele ficou bom e nunca mais eu deixei de ir. Me sinto confortada (Marta, 65 anos)

Apesar do progressivo processo de modernização da sociedade brasileira que traz consigo a laicização e a conseqüente “perda de centralidade” da religião na economia dos sistemas simbólicos, graças aos quais os indivíduos atribuem significado à sua existência (MONTES, 1998), minha compreensão a respeito da crença ou filiação religiosa de quase a totalidade dos entrevistados é que a religião parece representar um alicerce, tendo maior ou menor relevância a depender dos contextos sociais em que essas pessoas foram inseridas e nos quais se (re) inseriram ao longo dos seus cursos de vida. Assim sendo, os graus diferenciados de integração às instituições religiosas podem indicar a maior ou menor relação com o universo sobrenatural, que é buscada seguindo as transformações da vida social, incluindo as ocorridas no próprio campo religioso.

A seguir, apresentarei dados relativos aos casais.

3.3.6 Convergências e divergências

O Quadro 1 contém dados pessoais dos (as) participantes, mediante os quais é possível fazer algumas comparações entre homens e mulheres. São tomados como base nessas análises os aspectos em que eles e elas se aproximam ou se distanciam. Para preservar a identidade dos casais, informações como: naturalidade, tempo de residência em Salvador, nome do bairro onde residem e profissão foram suprimidos do quadro. Entretanto, são feitas observações a respeito desses itens sem relacioná-los a cada pessoa ou casal.

Ressalto que, embora esse quadro contenha dados atualizados no final de 2010, esses devem ser vistos apenas como referências, sem a intenção de enquadrar os (as) participantes, fixando-os (as) em uma determinada condição. Assim, embora a datação contribua para compreender de onde falam os (as) participantes, ela prevê a possibilidade de mudança de suas experiências pela incorporação de elementos não previstos naquele momento em que as pessoas construíram suas narrativas.

Quadro 1 – Perfil dos casais entrevistados (dezembro/2010)

Casais	Idade		Tempo casado	Nº de Filhos	Formação Escolar		Situação laboral	
	H	M			H	M	H	M
Pedro e Diana	51	50	28	Ele – 3 Ela – 4	2º grau incompleto	2º grau incompleto	Desempregado	Autônoma
Jorge e Iraci	54	50	24	3	3º grau incompleto	3º grau	Autônomo	Empregada
Daniel e Dalva	52	52	32	Ele – 4 Ela – 3	2º grau	1º grau incompleto	Autônomo	Autônomo
Clóvis e Norma	64	60	11	Ele – 0 Ela – 2	3º grau incompleto	3º grau	Autônomo	Aposentada
André e Ester	68	62	42	1	3º grau incompleto	3º grau	Aposentado	Aposentada
Tiago e Elisa	75	62	45	4	3º grau	2º grau	Aposentado	Dona de casa
João e Denise	68	63	41	0	3º grau incompleto	3º grau	Aposentado	Aposentada
Mateus e Marta	67	65	40	3	3º grau	2º grau	Aposentado	Aposentada
Adão e Eva	58	65	33	2	1º grau incompleto	1º grau incompleto	Autônomo	Aposentada
Nilton e Clara	65	66	39	2	2º grau	2º grau	Autônomo	Autônoma
Renato e Dulce	68	66	43	2	3º grau	3º grau	Empregado	Aposentada

Casais	Idade		Tempo casado	Nº de Filhos	Formação Escolar		Situação laboral	
	H	M			H	M	H	M
Raul e Isabel	75	71	41	2	1º grau incompleto	1º grau incompleto	Aposentado	Dona de casa
Diogo e Susana	73	72	48	4	3º grau	3º grau	Aposentado na ativa	Aposentada na ativa
Lázaro e Leda	68	74	41	2	3º grau	3º grau	Aposentado	Aposentada
Davi e Fátima	74	74	45	0	3º grau	2º grau	Aposentado	Aposentada
Ângelo e Diva	77	75	48	3	2º grau	3º grau	Aposentado	Aposentada
Omar e Luisa	76	75	50	4	3º grau	3º grau	Aposentado na ativa	Aposentada
Lucas e Sofia	76	79	51	0	2º grau	3º grau	Aposentado	Aposentada na ativa
Samuel e Ruth	81	72	50	Ele – 8 Ela – 7	2º grau	1º grau incompleto	Aposentado	Dona de casa
Júlio e Elza	83	81	60	3	1º grau	2º grau	Aposentado	Aposentada
Marcos e Laura	83	82	01	Ele – 4 Ela – 7	3º grau	1º grau incompleto	Aposentado	Aposentada

3.3.6.1 Faixas de idade

Focalizados individualmente, os 42 sujeitos deste estudo estão na faixa etária que vai de 50 a 83 anos, sendo que quatro homens e três mulheres estão abaixo dos sessenta anos e três homens e duas mulheres estão acima dos oitenta. No conjunto, pensando a parceria, os homens são mais velhos do que as mulheres, havendo apenas quatro mulheres que são mais velhas do que seus maridos, sendo que, em dois casos essa diferença é de 6 e 7 anos.

Esses dados são harmônicos com os resultados de outras pesquisas (ATTIAS-DONFUT, 2004; GOLDANI, 1999; JABLONSKI, 2003; WAGNER; PREDEBON; MOSMANN; VERZA, 2005) em que a média de idade dos homens inseridos numa parceria conjugal é maior do que a média de idade das respectivas companheiras. Aspectos socioculturais envolvidos nesse processo possibilitam que os homens se casem com mulheres mais jovens sem sofrer a crítica dirigida às mulheres numa situação recíproca. Por outro lado, como esclarece Goldani (1999, p. 5), o “costume de as mulheres casarem com homens mais velhos” propicia a elas a condição de ficarem viúvas mais do que os homens, já que é comprovada a maior longevidade delas em relação a eles.

3.3.6.2 Tempo de vida conjugal

O tempo de vida conjugal dos casais varia entre um e 60 anos. Considerando a média desse tempo (retirando o casal com um ano de convivência) temos uma média de 40,6 anos de convivência conjugal. Os menores tempos de convivência são representados pelas segundas uniões: um casal octogenário com um ano de convivência e um casal sexagenário com 11 anos, mas ambos possuem experiência conjugal anterior. Quatro casais estão juntos há 50 anos ou mais, sendo que esse dado foi atualizado há mais de um ano, não havendo informação sobre separações durante esse tempo.

Quanto ao número de uniões, 18 casais se casaram apenas uma vez. As três exceções são devidas: uma, ao casal que se casou duas vezes com o/a mesmo/a parceiro/a; outra resultou da morte do/a parceiro/a e a terceira foi motivada por separações anteriores dos dois cônjuges. No primeiro caso, o casal se separou judicialmente depois de dez anos de casado, ficou separado durante cinco anos e depois voltou a viver junto, estando nessa condição há nove anos. No segundo caso, a mulher era viúva havia doze anos, após um casamento de 48 anos, enquanto o homem era viúvo havia dois anos, depois de um casamento de 53 anos. No último caso, a mulher havia se casado uma vez, antes, tendo mantido uma união de quase 10 anos e ficado alguns anos sem companheiro, até encontrar o atual marido que já havia se casado seis vezes, antes, tendo mantido uniões que duraram, no máximo, nove anos.

O re-casamento mais rápido para os homens do que para as mulheres indica uma correspondência a dados encontrados na literatura (GOLDANI, 1999; JABLONSKI, 2003; PEIXOTO, 2000), apontando para a relevância da questão de gênero na definição dessa condição. Quase todas as uniões produziram filhos (as), como veremos a seguir.

3.3.6.3 Número de filhos

Em relação à prole, o perfil do grupo mostra a tendência atual da família brasileira e baiana (SOUZA, 1995) que é a de ter poucos filhos, fato comum nos países desenvolvidos e em desenvolvimento (ROCHA-COUTINHO, 2005). A grande maioria dessas mulheres é protagonista de um tempo em que aconteceram transformações relacionadas ao controle da natalidade, pelo acesso a métodos anticoncepcionais, além de mudanças sociais relacionadas ao trabalho feminino.

Goldani (1999) discute o pressuposto de que ter ou não ter filhos, assim como o número de filhos constitui potencial para a ocorrência de maior intercâmbio intergeracional, o que é

visto por ela como uma condição de bem-estar das mulheres na velhice. Admite, no entanto, que as pessoas constroem seus cursos de vida tomando decisões que são favorecidas ou impedidas pelas políticas, condições sociais e econômicas nas quais se encontram. Eu acrescentaria que tais decisões são implementadas, ainda, a partir de condições pessoais e subjetivas de querer ou de poder ter filhos. Além disso, o fato de tê-los não oferece garantia aos casais idosos de receberem solidariedade dos mesmos ao envelhecerem.

Considerando todo o grupo, dezoito casais possuem filhos, sendo uma média de 2 a 4 filhos por casal, excetuando-se: um casal que tem somente um filho e dois casais cuja prole consta de sete e oito filhos. Três casais não possuem filhos, sendo que dois deles nunca os tiveram, enquanto o outro, embora tenha gerado dois filhos, esses morreram jovens. Não há filhos resultantes das segundas uniões, o que pode ser compreendido pela idade das mulheres no momento dessa união: uma delas tinha idade em torno dos 50 anos e duas filhas do primeiro casamento, enquanto a outra estava com idade superior a 80 anos e já tivera sete filhos com o primeiro marido. O marido da primeira mulher nunca teve filhos, apesar dos vários casamentos que assumiu, enquanto o outro marido teve 4 filhos com a primeira mulher. A terceira mulher que se casou com o mesmo marido não teve filhos do recasamento.

A pouca quantidade de filhos constatada aqui corresponde a resultados de outras pesquisas brasileiras. A pesquisa de Mourão, Valente e Godinho (2006) realizada com 106 sujeitos da cidade de Osasco, em São Paulo, mostrou a prevalência de 1 a 2 filhos por casal. Já o estudo de Souza, Wagner, Branco e Reichert (2007), realizado na cidade de Porto Alegre, com quatro famílias de nível sociocultural médio-alto e com instrução de terceiro grau apontou a tendência de 2 a 3 filhos por casal.

As proles extensas localizadas através desta pesquisa pertencem a famílias cujas mulheres possuem idade acima de 70 anos e com escolaridade de 1º grau incompleto. Para essas mulheres, a maternidade constituía o principal objetivo quando elas se casaram, conforme seus próprios depoimentos referindo-se às motivações para o casamento:

Só os filhos. Eu me casei pensando em ter filhos [...]. Foi pensando na família. Construir uma família. E não fiz outra coisa. Além dos meus, ainda criei o dele, o mais velho (Ruth, 72 anos, 8 filhos, sendo 7 biológicos)

Eu queria formar uma família, ter filhos. Foi numa época que a mulher não evitava filho. Ia tendo, tendo. Aparecia, era um susto, depois aceitava. Eu nunca tomei remédio pra abortar. Nem evitei. Fazia tabela, mas nunca tomei anticoncepcional, comprimido (Laura, 82 anos, 7 filhos, sendo 6 biológicos)

Nas uniões em que um dos parceiros já tinha filhos, estes acompanharam o pai ou a mãe na nova união formada, à exceção de um caso em que o filho ficou com os parentes com os quais já estava antes da união do pai, e no caso dos viúvos, cujos filhos já eram adultos. Em todos os casos, o sentimento do padrasto ou da madrasta foi relatado de forma positiva em relação ao (à) filho (a) do (a) parceiro (a), que foi criado (a) “como se fosse filho (a)” (Pedro, Clóvis, Ruth).

Desse modo, os cuidados de pai e de mãe, aparentemente, não se limitaram a prover teto e sustento material a esses filhos, mas rodear-lhes de carinho paternal e maternal, supondo a existência de uma sensibilidade em relação à criança e a incorporação da expectativa do comportamento de “pai” e de “mãe” da parte de ambos os cônjuges. Ao acolher os filhos de outros ventres, através do casamento, mulheres e homens acabaram por legitimar tais filhos, “consolidando assim o triunfo do modelo eclesiástico e da moral cristã” (DEL PRIORE, 1995, p.54) e concretizando o exercício da maternidade e da paternidade através dos papéis simultâneos de madrasta e mãe e padrasto e pai.

Em relação aos casais que não têm filhos o pensamento é divergente conforme os investimentos empreendidos nessa direção. Assim, para o casal cujos filhos morreram jovens (20, 22 anos), o fato de não ter filhos repercute como angústia num contexto que envolve a impotência de “não ter podido fazer nada” para mantê-los vivos e o medo pela ameaça de que “a família acabe com a morte do último de nós” (Fátima e Davi).

Já os casais que não tiveram filhos porque “a mulher não conseguiu engravidar”, a falta dos filhos converte-se em uma “falta que não faz falta” porque eles aprenderam a lidar com a vida profissional e a se ocupar com outras coisas que lhe tomaram o tempo (Sofia e Lucas). No outro caso, os cônjuges admitem que a ausência de filhos no casamento “já fez falta”, mas tal situação não impediu de exercitarem o papel de pai e de mãe, criando sobrinhos por “uns tempos” (João e Denise). Além disso, embora Denise reconheça que “filho une mais o casal”, tendo percebido isso quando os sobrinhos ficavam em sua casa, essa falta representa até um benefício, devido à compreensão de que “filho dá muito trabalho quando fica adolescente [...]”, pois “aí começam as brigas dos casais por causa dos filhos”, por não haver concordância quanto à educação dos mesmos.

O menor número de filhos reflete não só a disponibilidade e eficácia dos métodos contraceptivos, mas a melhoria no processo educativo das mulheres (ROCHA-COUTINHO, 2005), cuja percepção lhes propicia a liberdade de definir os rumos que deseja para suas próprias vidas, identificando outras formas de experiência além da maternidade. Como quase

todas as mulheres desta pesquisa sempre trabalharam fora de casa, acredito que o menor número de filhos tenha alguma relação com a valorização das escolhas profissionais.

Com efeito, os novos modos de relação entre as pessoas fazem eclodir diversas formas de constituição da família, e a rigidez anterior do sistema conjugal e de filiação dá lugar à flexibilidade, conferindo uma importância maior à dimensão de escolha tanto em relação ao parceiro e tipo de convivência com quem deseja estabelecer uma união, quanto em relação à definição de ter filhos ou de não tê-los e de quanto ou quando tê-los, sendo essas questões primordiais nos dias de hoje.

No próximo item conheceremos o nível de escolaridade dos participantes.

3.3.6.4 Nível de Escolaridade

Em relação à escolaridade, dez mulheres e oito homens possuem curso de nível superior completo, sendo que somente homens (4) deixaram de completar essa escolaridade. Uma mulher tem mestrado e está cursando o doutorado que é uma conquista recente. Considerando o segundo grau completo, o número de homens e de mulheres se equipara, havendo um casal que ainda está estudando esse nível. No grau fundamental até o ginásio, há mais mulheres (5) do que homens (2) que não superaram esse patamar de estudo.

Em linhas gerais, o resultado da escolaridade desse grupo encontra correspondência com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNDA), divulgados pelo IBGE (2008), no que tange à maior escolaridade das mulheres em relação aos homens. Mas, ao separar por grupo etário, a PNDA refere as mulheres brasileiras até 24 anos com um ano, em média, de escolaridade a mais do que os homens. No entanto, a mesma pesquisa informa que as mulheres de mais de 60 anos constituem um grupo de pessoas com menos tempo de escolaridade, correspondendo a 3,9 anos na média brasileira. Nesse último caso, a pesquisa não corresponde aos dados encontrados aqui, já que existe maior projeção feminina do que masculina na continuidade dos estudos.

Os resultados indicam que as mulheres que menos estudaram foram as que não se desvincilharam do ninho familiar, dando suporte ao marido e aos filhos e oferecendo a esses últimos uma escolaridade que elas não tiveram. É o caso de Isabel (71), Ruth (72) e Laura (82), cujos filhos possuem nível superior completo em diversos cursos. Porém, essa situação não se repetiu em relação a Dalva (52) e Eva (65), que não completaram o primeiro grau e cujos filhos só estudaram até o segundo grau.

Em todo o grupo há homens e mulheres com formação em: filosofia, direito, pedagogia, serviço social, letras, sociologia, geologia, economia, ciências contábeis, administração, medicina, odontologia e farmácia, além de cursos de nível técnico, como: magistério, eletrônica e cosmética. A evidência da ideologia de gênero relativa a algumas profissões não é contundente, havendo homens e mulheres na filosofia, no direito, na medicina, nas ciências contábeis e na administração. No entanto, aqui, a pedagogia, a sociologia, o serviço social e as letras são femininas, assim como a inserção na área da educação, como veremos mais adiante.

3.3.6.5 Inserções profissionais

As inserções profissionais dos 42 participantes correspondem, em geral, à escolaridade de cada um e delineiam cursos de vida que abrangem diferentes profissões e modalidades de trabalho, embora nem todos tenham trabalhado ou trabalhem na profissão de sua formação. No entanto, constata-se que a escolaridade representa um diferencial na inserção das mulheres e dos homens no mercado de trabalho.

Os homens deste estudo trabalharam ou trabalham no serviço público federal, nas Forças Armadas (Marinha e Aeronáutica), na iniciativa privada (indústria; comércio; vendas; construção civil) e como autônomos (profissionais liberais; vendas; comércio; serviços gerais). Já as mulheres trabalharam ou trabalham no serviço público federal, estadual ou municipal, na iniciativa privada (indústria; comércio; vendas) e como autônomas (profissionais liberais; estética; confecção). Comparando-se tais inserções, os resultados revelam-se incompatíveis com a noção de que a inserção das mulheres no mercado de trabalho é “mais fragilizada que a dos homens na mesma situação educacional” (GUEDES; ALVES, 2004, p. 2). Poucas mulheres trabalharam ou trabalham apenas como donas de casa. Dentre as vinte e uma mulheres analisadas, apenas uma (Elisa, 62) nunca trabalhou fora de casa, tendo casado aos 17 anos de idade. Outra mulher (Isabel, 71) deixou de trabalhar no comércio quando se casou, há 41 anos.

Entre os aposentados, há 14 homens e 14 mulheres, sendo que nesse grupo dois homens e duas mulheres continuam trabalhando como profissionais liberais. Os homens aposentados que não prosseguiram com a atividade laboral, em geral não se envolvem com outra obrigação. No entanto, as mulheres procuram dar um sentido de alteridade às suas experiências participando de atividades diversas. Exemplos dessa participação social: quatro mulheres assumem funções em condomínios, como síndicas, sub-síndicas ou participantes de comissão. Uma mulher participa de atividades em grupo da “terceira idade” (junto com o

marido) e outras participam de ações voluntárias de apoio a obras assistenciais em igrejas, abrigos e creches (Norma, Marta, Eva, Dulce, Leda, Fátima, Diva) fortalecendo a noção do papel da mulher como cuidadora de parentes ou de estranhos.

Comparando os dados relativos aos homens e às mulheres, no item “situação laboral”, gostaria de salientar dois aspectos: o primeiro diz respeito à condição de trabalho mencionado como “dona de casa”. Nenhum homem é identificado como vinculado ao setor de atividade “doméstico”, nem adota a rubrica de “dono de casa”. Poderia pensar que isso se deve ao fato de serem apenas “ajudantes” (quando o são) nas atividades de casa, conforme já referido anteriormente. Com as mulheres é diferente. Mesmo as aposentadas que possuem diarista ou empregada doméstica mensalista, ao falarem de suas atividades referem-se, ainda que de forma complementar, à idéia de que “eu também sou dona de casa” ou “eu faço serviço de casa, serviço doméstico”.

A compreensão e a utilização da idéia do que seria “dono de casa” ou “dona de casa”, como expressão equivalente a ambiente doméstico, está amparada em regras relativas ao que seria próprio de um e outro sexo, levando a crer que tais noções vinculam-se ao feminino. Essa expectativa vinculada a cada sexo é um elemento importante da ideologia de gênero que mantém acesos estereótipos relacionados aos homens e às mulheres, estabelecendo-se através das hierarquias de gênero e sustentando-se pela idéia de domesticidade como um componente associado à história das mulheres. Nesse sentido, ainda que alguns homens compartilhem de atividades domésticas, uns mais, outros menos, tal comportamento não é incorporado como algo “comum”, mantendo-se a estratégia de separação das atividades em esferas específicas.

Esse complexo processo de divisão de esferas e de atribuições no campo de gênero, relatado em item anterior e retomado aqui, cria outras bases de diferenciação. Ao utilizar hierarquias baseadas no gênero intensificam-se as desigualdades entre os sexos, definindo para as mulheres atribuições supostamente de menor valor. Sem pretender ser radical neste ponto de vista reconheço, com o feminismo liberal, que essas estratégias inscrevem-se no contexto do patriarcado²³ que traz em seu bojo as diferentes formas de opressão das mulheres.

²³ O *patriarcado* é compreendido como uma forma de expressão do poder político indo ao encontro da máxima defendida pelo feminismo radical de que o ‘pessoal é político’. Na perspectiva de Pateman (1993) esse conceito marca claramente a subordinação das mulheres especificando o direito político conferido aos homens por serem homens, assentando seu poder político no direito sexual ou conjugal. Nesse sentido, de acordo com Safiotti (2008, p. 171-172), em uma sociedade patriarcal, “a submissão das mulheres [...] assegura o reconhecimento do direito patriarcal dos homens”. No entanto, ela observa que, “imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca” disciplinando filhos e outras pessoas de acordo com “a lei do pai” (ibid., p. 153). Tal questão é importante para entender a estrutura hierárquica do patriarcado que confere o direito e o poder de dominar independentemente da figura humana investida deste poder. Além disso, as relações patriarcais ocorrem não só no âmbito doméstico, mas em toda a sociedade civil.

Relativizando, porém, penso que esse processo de opressão decorre de fatores que se associam à ideologia do patriarcado, mas envolvem, ainda, questões relativas à classe social, à etnia, à geração, adquirindo relevos distintos. Além disso, na atualidade, há novas configurações dos sistemas sociais, não cabendo a atribuição de força total/totalizante a um único sistema ou ideologia²⁴.

O segundo aspecto relacionado ao campo profissional traz também a marca do gênero e refere-se à inserção das mulheres na área da educação, o que pode ser justificado por duas razões: uma histórica, remontando ao século XIX, quando começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para a formação de docentes (LOURO, 2000). Nesse tempo, diz essa autora, as instituições de ensino deveriam abrigar os dois sexos, formando docentes homens e mulheres, mas estas começaram a lotar as salas de aula, produzindo uma feminização do magistério, atribuindo-se esse fato ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de emprego para os homens, tanto na indústria como no comércio, favorecendo o acesso feminino a esse campo como “única” chance de preparo para a inserção profissional. Tal tendência foi muito discutida naquela época, expressando-se com argumentos a favor (o magistério era visto como uma extensão da maternidade; trabalho de um só turno) e contra (as mulheres seriam portadoras de cérebros pouco desenvolvidos para cuidarem de crianças).

Tais estereótipos constituíram a imagem das professoras como trabalhadoras dóceis e pouco reivindicadoras, fazendo surgir, ainda, diversas representações ao longo do tempo: educadoras, profissionais do ensino, tias, trabalhadoras da educação, demarcando um lugar para a mulher nessa área. O magistério constituía uma meta para muitas jovens que, mesmo que não seguissem os estudos, viam o curso como uma oportunidade de “esperar o marido” (LOURO, 2000, p. 471).

Além da razão que estou chamando de histórica, há outras que podem ser atribuídas às oportunidades no mercado de trabalho ou à compatibilização com outras atividades em função

²⁴ Acerca dessa questão, Santana e Dimenstein (2005, p. 95) observam que não foi somente o patriarcado que cristalizou o papel das mulheres em casa. “O *sanitarismo*, movimento existente no final do século XIX, também construiu e consolidou formas de pensar o lugar social da mulher no lar”, pois elas tinham a responsabilidade de cuidar da família, mantendo seus membros em casa. Aliadas dos médicos, elas contribuíam com as políticas sanitárias e atuavam como agentes de saúde, reunindo as funções de proteção e educação. Já Toledo (2003), embora admita a participação do patriarcado na opressão das mulheres, atribui ao *capitalismo* a maior preponderância na geração das desigualdades de gênero. Para essa autora, a opressão tem vários aspectos, estando vinculada, por exemplo, ao desemprego, à prostituição e à violência. Além disso, o trabalho doméstico revela-se também como um aspecto dessa opressão, não sendo um problema individual pertinente à mulher, como pensaria o feminismo liberal. O trabalho doméstico, ela afirma, “é um problema do sistema capitalista de produção, uma vez que tem a ver com o processo de reprodução da força de trabalho” (TOLEDO, op. cit., p. 51. Grifos meus).

dos horários, mas que não deixam de ser históricas também, já que as oportunidades são traçadas e captadas com base em códigos relacionados ao gênero. Entretanto, no que pese à tendência de algumas mulheres, aqui, terem se transformado em educadoras, isso não deve ser interpretado como uma vocação feminina, ou como oportunidade para aguardar o casamento.

Como observa Louro (2000), a feminização do magistério e as escolhas femininas ligadas a esse setor devem ser entendidas como resultantes de múltiplos fatores. Para a autora em foco, a visão de que as mulheres teriam tendência para o trato com crianças e as expectativas de que a atividade na educação requer habilidades de paciência, minuciosidade, afetividade e doação, tornando o magistério uma espécie de sacerdócio seriam algumas das possíveis condições para a entrada e a permanência das mulheres nessa atividade. Entendo que tais fatores, ao legitimarem a condição das mulheres na sala de aula, trazem conseqüências que levam a atividade da educação para um patamar de desvalorização em termos de salário e condições de trabalho, o que permanece até os dias atuais.

Para finalizar essa apresentação do universo pesquisado, assinalo que todos os integrantes das díades demonstraram possuir autonomia física e psicológica, à exceção de um homem (Samuel), cujo comportamento “distraído” me inspirou dúvida, somando-se às observações feitas pela mulher de que ele estaria com os sintomas característicos da doença de Alzheimer (dificuldade de orientação em relação ao tempo, colocação de objetos fora do lugar usual, mudança brusca de humor, sai para a rua usando pijama, etc), cuja suspeita confirmou-se posteriormente, quando ele já estava em processo mais avançado e em uso de medicamento para controlar os sintomas. No geral, porém, o grupo compõe-se de pessoas que se mostraram lúcidas no momento das entrevistas, além de terem autonomia financeira, já que nenhum casal depende dos filhos ou de parentes para a sua sobrevivência, nem há evidência de que isso venha a ocorrer.

A partir do próximo capítulo, passarei à análise do trabalho empírico referente aos três eixos propostos. Pretendo iniciar esse percurso mostrando como se configuram as experiências de homens e de mulheres relacionadas à construção das identidades no envelhecimento.

CAPÍTULO 4 - CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS: O OLHAR “PARA SI” NO PROCESSO DE ENVELHECER

“[...] todos são apanhados de surpresa, sendo obrigados a passar através do outro a fim de recuperar uma visão de si mesmos: de que maneira me vê ele? Interrogo meu espelho. A resposta é dúbia: cada pessoa nos vê de uma maneira e nossa própria percepção não coincide certamente com nenhuma delas”.
(BEAUVOIR, 1976, p. 22)

Pensar sobre o envelhecimento obriga-nos a interrogar acerca dos diferentes modos de construção identitária, já que existe nos meios acadêmicos e na sociedade o reconhecimento da multiplicidade de sentidos da categoria velhice. Velhice? Que velhice?

No âmbito do que se convencionou chamar de “velhice” existem gradações que resultam do prolongamento desse período e da reação da sociedade em relação à idade. Conforme já assinalado em outro capítulo, ora os idosos são vistos como integrantes da “terceira idade” ou “quarta idade” (BRITTO DA MOTTA, 2002b; DEBERT, 1997), ora são considerados como partícipes da “melhor idade” - expressão corrente nos dias atuais e cujo teor sugere ser esta mais uma forma de driblar o preconceito social em relação à velhice, abrindo espaço para atender às demandas do mercado de consumo, ainda que se crie, com isso, a oportunidade de construir uma “nova” imagem dos velhos.

Neste capítulo, proponho discutir sobre as construções identitárias no envelhecimento, partindo da noção de identidade como construção, que enfatiza o seu caráter plural e transitório. As discussões sobre essa categoria tem-se tornado freqüentes nas últimas décadas, sendo vinculadas a conceitos como identificação e subjetividade, tornando-se correntes em diferentes áreas e expandindo sua denominação para diferentes campos.

Considerando a abrangência do assunto e a necessidade de delimitação dessa discussão, dou destaque aos aspectos ligados à identidade etária, privilegiando o recorte em torno das narrativas sobre os “significados de velhice”, os “sentimentos em relação à própria idade” e as “interpretações sobre a noção de terceira idade”, ressaltando as experiências relacionadas a essas compreensões. A reflexão sobre os significados que presidem tais narrativas dirige-se, especialmente, para a unidade de análise “indivíduo”, homem ou mulher, pela natureza das questões que geram uma expectativa de resposta individual, sem uma interface “obrigatória” entre os sentimentos e significados atribuídos por um e outro membro da díade conjugal.

Ponho em relevo os eixos “idade” e “corpo” pela recorrência com que surgem nos relatos e por considerá-los referências significativas na revelação dos artifícios utilizados por homens e mulheres para reinventar as construções de sentido acerca de suas velhices. Ressalto, porém, que tais eixos estão relacionados a outras dimensões (educação, segmento social, idade e sexo), sofrendo intervenção dos valores onde são produzidos e resultando em interpretações distintas.

Com efeito, ainda que mulheres e homens compartilhem dos valores de uma mesma geração, elas e eles interpretam tais valores conforme as várias inserções sociais articuladas ao seu “tempo interior”, que representa um período do seu eu - concepção que expressa o conceito qualitativo de tempo na perspectiva de Mannheim (1928). No entanto, reconheço que, em meio à diversidade de sentidos atribuídos às vivências, encontram-se aspectos de igualdades e diferenças que apontam para o caráter dinâmico dos processos identitários, informando sua ocorrência por meio de movimentos, permanências e transformações.

Considerando, pois, que essas pessoas se identificam de modos variados, falando como jovens, ou falando como velhos e velhas, como maridos e como esposas, como pais, como mães e como filhos e filhas, falando “também como avós, como moradores de uma cidade, como mulheres e como homens, como indivíduos de uma determinada camada social e de uma determinada profissão” (LINS DE BARROS, 2004, p. 50), ao pensar sobre a pluralidade identitária desse grupo, cogito ser necessário adotar um ponto de vista flexível em relação ao entendimento sobre os significados que o mesmo atribui ao envelhecimento, as experiências que o envolvem e sobre suas expectativas em relação a esse processo.

4.1 SIGNIFICANDO AS VELHICES “DOS OUTROS”

Ainda que se tenha arquitetado uma nova imagem do envelhecimento para superar os estereótipos negativos, os significados construídos em torno da velhice vinculam-se às “enfermidades”, à “decadência física”, à “dependência de terceiros”, à “falta de motivação” para novos empreendimentos, surgindo alguns simbolismos sobre o “ser velho (a)” que retiram do sujeito a possibilidade de olhar para frente, sinalizando seu caminho para o fim.

Nas falas abaixo, pessoas de diferentes níveis de escolaridade e pertencentes a faixas etárias distintas apresentam suas interpretações acerca do que entendem por “velhice”, indicando que, independentemente da geração em que se situam, existe aproximação de seus pontos de vista sobre esse fenômeno:

Velhice é um processo de decadência física mais avançada. Um homem de 60 ainda está longe de usar uma fralda. Mas um homem com 75, 80 anos com certeza está de fralda. Um homem de 60 vai à praia de sunga e não chama a atenção de ninguém, mas um homem de 75, 80 nem vai à praia porque chama a atenção (André, 68 anos)

Velho está no fim da carreira, no fim da morada (Risos). Não tem mais condição de trabalhar, de sair sozinho. Pode depender dos outros pra fazer as coisas. Se ficar doente tem menos chance de se recuperar porque as forças são menores do que uma pessoa jovem (Eva, 65 anos)

[...] A gente sabe que na velhice o corpo tem um funcionamento orgânico diminuído e, acabou. Não é mais a mesma coisa de antes. Não adianta querer dizer que não acontece nada. Não é verdade. O ciclo de vida tem um limite e a pessoa vai perdendo sua capacidade física mesmo. Isso é um fato (Susana, 72 anos)

A velhice acontece quando a pessoa não agüenta mais sair de casa só, ou quando teve algum problema de saúde e é servida pelos outros. Acho que a pessoa já viveu o seu tempo, passou por dificuldades e continua vivo caminhando para o fim (Pedro, 51 anos)

Essas e outras narrativas dialogam com representações construídas socialmente acerca da noção de “velhice” e correspondem à análise efetuada por Lins de Barros (1998) sobre o assunto. Para essa autora, quando se fala de velhice, sua imagem vem associada, não raro, a valores depreciativos, relacionado a fragilidades físicas e psicológicas.

Com efeito, apesar do processo de envelhecimento constituir-se uma experiência para muitas pessoas, desenhando-se até mesmo como uma experiência coletiva, envelhecer no século XXI ainda representa uma dificuldade, pois “as imagens culturais do declínio e da decrepitude do fim da vida ainda agem sobre as mentalidades” (LANGEVIN, 1998, p. 131). Mesmo que os sinais do envelhecimento estejam presentes nas pessoas, expressando-se tanto no aspecto físico quanto no psicossocial, o critério que define uma pessoa jovem, madura velha ou qualquer outra denominação contém implicações de ordem econômica, social e psicológica, indicando que

Os lugares onde se elabora a legitimidade das fronteiras de idade são múltiplos e procedem de lógicas diferentes. O discurso científico classifica, a medicina prescreve, o mercado de trabalho delimita, o direito fixa limites... (LANGEVIN, 1998, p. 130).

Essa expectativa de limitação em relação aos velhos e às velhas, por vezes atinge o seu presente, estendendo-se ao passado e quiçá ao futuro, já que não se espera que eles e elas vivam suas memórias, sentindo saudades ou remorsos, oportunidade que teriam para refazer seu percurso existencial e planejar o futuro. Ao contrário, a expectativa é de que o (a) idoso (a) tenha “vivido bem” sua vida passada e não sinta medo da morte, pois essa é o que o espera:

Uma pessoa velha tem todas as limitações que a vida lhe dá, nessa idade.... Já viveu sua vida bastante (pausa longa). Não tem medo da morte. Se viveu bem, não tem remorsos. Nem saudade (Ester, 62 anos)

A suposta condição de ter “vivido bem” o passado remete a uma visão comportamentalista expressa por Skinner e Vaughan (1985) em relação ao envelhecimento. Para esses autores, o padrão de comportamento do indivíduo durante seu curso de vida, especialmente na juventude, é que permitirá a adaptação à velhice. Ou seja, existe a idéia de que a capacidade de viver bem (adaptado) a velhice é aprendida, sendo esse preparo realizado ainda na juventude. De acordo com eles, a velhice é, em parte, como outro país, onde se poderá viver bem lá, desde que se prepare para tal, aprendendo a língua daquele país e os hábitos.

Porém, ainda que as pessoas se preparem para envelhecer, se é que isso é possível, as limitações físicas as acompanharão em algum momento do seu curso de vida, caracterizando a experiência de envelhecimento de boa parte delas, conforme abordado por participantes deste estudo. No entanto, apesar de tais limitações, há quem valorize a possibilidade de uma vida com satisfação em virtude da convivência familiar, havendo um sentimento de compensação pela substituição de uma condição de menor atividade social extensa por outra de relacionamento mais próximo, como assinalado por alguns entrevistados, a exemplo de Diogo:

Eu vejo como uma incapacidade parcial importante. As limitações da pessoa vão aumentando com a idade. O ser humano que vive muito passa por isso. Mas, apesar disso, se existe uma menor atividade social, existe também uma maior satisfação com a reunião da família que é muito importante para qualquer pessoa em qualquer idade (Diogo, 73 anos)

Algumas vezes, as referências que identificam pessoas idosas aproximam-se da noção tradicional da velhice, caracterizando-a como uma fase ligada à “experiência de vida”, ou a um fenômeno “normal” que segue o seu curso como um rio. Essa é, por exemplo, a significação apresentada por João e Laura:

Tem cabelo branco. É uma pessoa com 65 anos ou mais. O corpo desgastado pela vida toda. Já viveu tudo. Só resta a experiência para os mais jovens. Eu tive muita experiência de vida e a experiência não morre. Tá aqui (aponta a cabeça). Mesmo que a mente fique cansada, mas não perde a experiência que a pessoa adquiriu na vida. (João, 68 anos)

[...]. Eu vejo a velhice como uma fase da vida. Uma coisa normal para quem vive muito. Ser velho é uma graça de Deus. Ter a bênção de viver 80, 90, 100 anos é maravilhoso. (Laura, 82 anos).

Tal “sabedoria” e “experiência” que a idade traz com o passar dos anos são vistas como “instrumentos” capazes de ajudar o idoso e a idosa a “viver o presente” com a “consciência da própria idade”, conforme evidenciado na narrativa de Davi:

Eu acho que a velhice deve trazer a sabedoria de viver sempre o presente, sem saudosismo. Também não adianta [o saudosismo], porque não vai voltar atrás, mesmo. A experiência adquirida ajuda a enfrentar essa etapa com sabedoria. É o momento da pessoa driblar os preconceitos que são muitos e viver a vida de acordo com a idade que tem, se divertindo com a idade que tem, sem tristezas por causa disso (Davi, 74 anos).

Há narrativas que ressaltam o caráter subjetivo da velhice, colocando como critério definidor da categoria “velho” o seu aspecto psicológico. Nesses casos, as falas são projetadas de maneira impessoal, guardando certa distância de quem fala e atribuindo a responsabilidade a quem se permite envelhecer dentro de parâmetros considerados negativos.

Os relatos abaixo, apresentados por homens e mulheres de nível superior, dão indicações dessa visão da velhice que caracteriza pessoas “sem ideal”, “sem esperança”, “paradas no tempo”, que “vivem se queixando”, entregam-se ao “desprezo”, à “tristeza”, constituindo pessoas “sedentárias”, “rabugentas”, “desenganadas”, “solitárias” e “voltadas para dentro de si”:

Velhice é coisa de pessoa sem ideal, sem objetivo. Pessoa que não tem alegria de viver. E aí, se não soma alegria, os neurônios envelhecem. Uma pessoa desanimada (Diva, 75 anos)

Velha é uma pessoa que não valoriza a própria vida. Vive se queixando que a idade lhe trouxe infortúnios, dores e doença (risos). É a idade da dor, do “com dor”. Descuida-se de si própria, entrega-se ao desprezo (Luisa, 75 anos).

Velhice só pega as pessoas que já não tem mais esperança, nenhuma esperança. Não tem a ver com a idade, mas com suas funções que deixaram ela ficar assim, parada no tempo. Acho que é por isso que eu não me acho velho. Eu sou uma pessoa pra frente, que tem esperança no futuro. Gosto de ser feliz (Omar, 76 anos)

A pessoa fica velha por dentro. Pra mim, não é a velhice dos cabelos brancos. É uma pessoa rabugenta, sem esperança, desenganada, insolente, solitária [...]. Não é a limitação dos membros do corpo. São os comportamentos, a pessoa se volta para dentro de si (Lázaro, 68 anos)

Uma pessoa é velha quando pensa e age de forma sedentária, achando que a vida parou. Ser velho é nos impor limites e aceitar o preconceito de que não podemos mais, de que não somos capazes de buscar e nos proporcionar dias melhores e alegres. Ser velho independe da idade, porque o espírito nunca envelhece. Apenas evolui (Jorge, 54 anos)

Ao construírem tais referências, essas pessoas apropriam-se da relação que, em geral, é feita entre a velhice e certos comportamentos. Quanto mais próxima a pessoa se colocar frente

à insatisfação e ao desolamento, mais será vista como “velha”. Nessas referências, entram em jogo muitas contradições, mostrando que envelhecer implica enfrentar uma série de problemas, havendo perdas simbólicas e perdas reais.

Mas, por outro lado, envelhecer implica em adotar novas perspectivas frente a esses problemas, substituindo perspectivas anteriores. Significa passar da visão da velhice do outro para adentrar na “velhice de si” (CLÉMENT; DRULHE; MEMBRADO, 1998), pessoalizando os sentimentos e expressando suas próprias vivências:

Os sentimentos que eu sinto depois de ficar mais velho são sentimentos de tolerância e aceitação [...]. Acho que isso é um pouco de sabedoria que a gente aprende a ter. Quando a gente é jovem é mais revoltado com as coisas. Depois a gente acaba se acostumando e aceitando que a vida não é sempre do jeito que a gente quer. É preciso ter mais tolerância e aceitação, inclusive com a própria idade que se tem. Como bem lembra a medicina, nós devemos viver os 74 e não os 47. Não podemos simplesmente inverter a ordem das coisas (Davi, 74 anos)

Eu desejaria segurar a juventude²⁵, mas não posso. Mesmo assim, eu não me sinto velha, só quando eu estou triste, aborrecida com alguma coisa. Eu me olho no espelho e não me reconheço, de tanta marca no rosto (Sofia, 79 anos)

Acho que essa idade é uma idade que dá mais experiência de vida do que execução. O que você faz lhe dá experiência. Eu sinto isso em mim. Pode não fazer muito, mas faz com mais cuidado, pela experiência. No meu caso, pela limitação de caráter físico, eu faço sempre menos do que gostaria. É uma idade onde existe mais compreensão do que satisfação. Pelas limitações, eu compreendo que não sou mais o mesmo, ainda que não fique inteiramente satisfeito com o que é possível fazer. Eu gostaria de fazer mais. Mas existe também a aceitação das condições físicas próprias do grupo etário. Eu sei que isso é uma coisa natural do desenvolvimento do ser humano. Eu não posso querer mais do que é possível para pessoas desse grupo. Então eu aceito (Diogo, 73 anos)

Nessas falas, os sentimentos exprimem um reconhecimento da irreversibilidade do curso de vida (não podemos inverter a ordem das coisas; desejaria segurar a juventude), porém, ao mesmo tempo, é dada importância à atitude a seu respeito (é preciso ter mais tolerância e aceitação; aceitação das condições físicas próprias do grupo etário).

Mas, considerando que “todo irrealizável incita a [...] afirmação [de que] comigo é diferente” (BEAUVOIR, 1976, p. 19), ao nos compararmos com outras pessoas da mesma geração etária, tendemos a nos ver como pertencendo a uma categoria diferente. Para essa

²⁵ Metáfora alusiva ao verso do poema **Canção do sonho acabado**, de Cecília Meireles, autora citada em outra fala da entrevistada. Neste poema, a autora diz: “[...] Desejei viver. Demais! Segurar a juventude, prender o tempo com a mão [...]”. É a mesma Cecília Meireles que traça em vários de seus poemas uma imagem da velhice, ora falando da indiferença dos outros, ora resignada e tentando consolar os desamparados, numa alusão às árvores velhas e fortes. Ora, ainda, pedindo desculpas por não ser mais a mesma, dando-se conta das mudanças em seu corpo.

autora, a realidade da velhice nos atinge de fora, constituindo-se à distância e permanecendo para nós como algo inatingível.

Ao analisar a velhice, Bosi (2007) admite como o faz Beauvoir (1976), que ela constitui uma categoria “irrealizável”, pois contém aspectos percebidos pelo “outro”, mas que transcendem nossa consciência. O relato abaixo exprime essa percepção da velhice “dos outros”, sendo ignorada como uma realidade “para si” e, por isso, deve ser afastada:

Quando eu era menina eu ouvia dizer que o mundo ia se acabar no ano 2000 e aí eu pensava: lá, eu vou estar com 50, já vou estar velha, boa de morrer. Mas quando eu tinha 50 eu não me achava velha, a gente vai sempre empurrando pra frente. Depois passei a considerar velha a pessoa de 60 e quando eu cheguei aos 60, eu não me achei velha. Como meu marido está com 74, eu acho que velho é a partir dos 80. Não sei até quando eu vou com isso. Quando chegar aos 80, talvez eu prorrogue e ache que velho é a partir dos 100. Não sei, a gente sempre prorroga cada vez mais (risos) (Elisa, 62 anos).

No entanto, mesmo que seja difícil viver o irrealizável, Beauvoir (1976) alerta para a possibilidade de termos de assumir essa realidade, havendo períodos de nossa vida em que ela é suficiente para nos assegurar de nossa identidade. Para essa autora, a velhice é,

Entre os irrealizáveis que nos cercam [...], o que vemos instigados a realizar de maneira mais premente, mas é também o que, consciente e inconscientemente, assumimos com maior relutância [...]. É por não ser a idade vivida numa modalidade de para-si, por dela não termos uma experiência tão clara quanto a do cogito, que nos é possível nos declararmos velhos muito cedo ou nos julgarmos jovens até o fim (BEAUVOIR, 1976, p. 17-18)

Mas, a transformação progressiva do lugar social dos idosos na sociedade e o esboço da possibilidade de seu reconhecimento como sujeitos psíquicos e agentes sociais (BIRMAN, 1995) redimensionam sua inserção no tempo, impondo outra ordem de existência desses sujeitos. Assim, apesar da explicação de Beauvoir (1976) e da permanência das imagens negativas da velhice, existe uma releitura sobre os velhos atuais que adiciona possibilidades de reinvenção de suas existências.

Partindo do pressuposto de que existem distintos processos ou cursos de vida histórico-culturais, posto que a vida é um processo social e culturalmente organizado (FEATHERSTONE, 1994), compreendo que as interpretações sobre os vários momentos da vida humana estão em interação com as concepções culturais onde se originam (LINS DE BARROS, 2004). Desse modo, “representações sobre a velhice [...] ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos” (DEBERT, 1998, p. 50), evidenciando que a cultura

Não atua [...] de modo homogêneo no interior de uma sociedade e em determinado período histórico. É conformada por determinados sistemas de relações sociais em seus modos de realização que se constituem, ao mesmo tempo, em dimensões básicas da vida social e da sua análise, como as relações de classe, de gênero e entre as gerações (BRITTO DA MOTTA, 2002b, p.39).

Com efeito, apesar de existir uma periodização da vida aceita por diversas sociedades, esta é caracterizada por interpretações e práticas que se diferenciam, podendo haver várias leituras a respeito dos diversos cursos de vida.

As narrativas expostas neste primeiro item mostram os significados atribuídos por homens e mulheres às velhices com as quais eles e elas se deparam no seu cotidiano, porém referem-se, sobretudo, às velhices “dos outros”, sendo raras as falas que aproximam esses significados das próprias experiências. Por isso, no próximo item serão abordados os sentimentos de mulheres e de homens em relação às suas experiências de envelhecer ao confrontar os aspectos que envolvem a própria idade. Foram recolhidos os depoimentos que revelam o olhar de cada pessoa sobre si, ainda que esse olhar se dê através do espelho do outro, e ainda que nada a obrigue a reconhecer-se na imagem que esse outro lhe oferece.

4.2 SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À IDADE: O OLHAR “PARA SI”

De um modo geral, na nossa sociedade a noção de velhice está associada à idade cronológica e a valores depreciativos, como vimos antes. Seguindo uma lógica capitalista, a sociedade contemporânea ignora a velhice como uma categoria fluida, utilizando referências universais e com teor negativista para qualificar as pessoas que passaram dos cinquenta anos, atrelando a essas pessoas uma identidade definida coletivamente.

Nesse sentido, uma das dificuldades quando se estuda representações e práticas ligadas à idade e ao envelhecimento é a referência a processos biológicos universais, que funciona como armadilha, esbarrando em questões que transformam a análise do tema em um discurso homogêneo, embora abordando experiências sociais situadas em diferentes contextos (DEBERT, 1998).

No entanto, uma conjugação de fatores vem delineando um mosaico que revela quão divergentes são as formas de organização social e de expressão das identidades numa sociedade em constante transformação. Por exemplo, a condição de convivência de várias gerações aliada às imagens contemporâneas da velhice contribui para que alguns homens e

algumas mulheres sejam levados a assumir valores que são tradicionalmente vivenciados pelos jovens. Featherstone (1994, p. 63) observa que a maior tolerância em relação aos “adultos infantis” vem acompanhada da “adolescência” do curso da vida, sendo esta uma das tentativas de desconstruir a velhice pela permissão para que os adultos explorem uma identidade mais jovem.

Ao se perceberem envelhecendo, muitos (as) idosos (as) evocam símbolos de juventude que se expressam através da preocupação em buscar uma auto-expressão e uma identidade que se aproxime da imagem que é estimulada pela sociedade. Tais expectativas aparecem nos modos de vestir-se, através da lente de terceiros, utilizada como uma referência externa acerca de sua condição identitária ou, ainda, pela aproximação de gerações mais jovens, como que buscando resgatar o tempo passado.

Tais situações são refletidas nos depoimentos abaixo:

Eu me sinto jovem, minha filha [...]. Minha cabeça é jovem, eu gosto..., eu gosto de meus vestidinhos de alça, desenhando a cintura [...]. Eu só não uso roupa curta por causa das varizes [...]. Tem de passar uma boa imagem pelo menos. O médico me disse que não acreditou quando viu minha idade no prontuário. Ele disse: ‘dona fulana, eu não acredito que a senhora tem essa idade. Seu corpo é de uma jovem’. (Sofia, 79 anos).

Eu convivo mais com jovens porque eu me reciclo e me identifico com eles. Eu leio muito e procuro estar por dentro do que acontece hoje. Se eu não ler, não posso acompanhar os jovens. Eu gosto dos jovens pelo linguajar dinâmico. Com velho não tem muita coisa para aprender, a não ser uma doença nova. Isso eu não quero saber. Gosto de conviver com os meus sobrinhos, porque eu também gosto de música e nós sempre estamos trocando idéias sobre uma nova música gravada, e o papo é bem diferente do papo dos velhos (André, 68 anos).

A idéia de defasagem atribuída aos mais velhos sugere uma ideologia “pró-juventude” relacionada tanto às formas de pensar quanto aos hábitos e comportamentos. Os depoimentos de Sofia e de André constituem uma forma de rechaço ao que é “velho” e “desatualizado”, sugerindo que “a velhice também é um declínio social, uma perda de poder social” (BOURDIEU, 1983a, p. 119) que ninguém quer viver. Nesse caso, os conflitos entre a não aceitação desse declínio e a própria experiência de envelhecer revestem-se de formas “mascaradas” de “identidades jovens”, havendo um interesse e investimento em formas atitudinais que os (as) levam da velhice para a juventude, o que se revela através da preocupação com a imagem corporal e com o pensamento atualizado em relação aos acontecimentos. “Atualizado”, nesse caso, quer dizer “jovem”. Assim, o que sobressai nas falas é o destaque da noção de “juventude” associada a valores e a estilo de vida e não necessariamente a um grupo etário específico (DEBERT, 1999).

Com essa afirmação não pretendo condenar nem defender o “travestismo juvenil” – noção apontada por Birman (1995) como indicativa da postura caricata adotada pelos idosos como se ainda fossem jovens. De acordo com esse autor, “esta forma de pantomina de juventude é a condição de possibilidade dos maiores mal-entendidos nas relações do sujeito com o mundo, sendo a fonte incansável de histórias humorísticas fabuladas no imaginário social” (BIRMAN, 1995, p. 41).

Mas, como nada nos obriga a reconhecer o envelhecimento em nós, a verdade da idade representa para alguns mera aparência, pois o sentimento de juventude permanece vivaz (BEAUVOIR, 1976), manifestando-se sob a forma de rejeição da velhice como em algumas narrativas citadas, bem como em outras falas que são colocadas na terceira pessoa, o sujeito situando-se fora do “problema”:

Claro que existem mudanças com a idade. Requer muitos cuidados que antes a gente não tomava providência. Passa a freqüentar mais o médico, alguns vão para a academia. É uma grande mudança de vida. Quando a idade vai chegando, aos cinquenta, mais ainda depois dos sessenta, os cuidados com a alimentação, com exames periódicos, aumentam muito mais. Às vezes já não dorme tão bem, acorda várias vezes durante a noite (Fátima, 74 anos).

Seja qual for o entendimento acerca de própria condição etária, os sentimentos em relação à idade são colocados na perspectiva que privilegia o seu aspecto de inscrição no plano social, compreendendo que os discursos ou imagens sobre tal dimensão são configurados a partir da materialidade de um *corpo* que pertence a uma determinada geração e sexo para inserir-se ou excluir-se dos diversos grupos e instâncias sociais, e que esse corpo existe como mediador entre os sujeitos e o mundo que os circunda.

Assim, ainda que o corpo coloque limite às condições de vida biológica, não opera de modo abstrato no mundo social, sendo importante considerar que “a construção das identidades depende da construção das imagens do corpo” (FEATHERSTONE, 1994, p. 50). Nesse sentido, o modo de conceber as identidades no envelhecimento seria abandonando o dualismo que separa o corpo da cultura e da vida social. Tornar-se idoso (a) constitui um processo que se manifesta a partir das interações sociais das quais emergem os significados simbólicos que tecem as identidades. Como o corpo é um bem simbólico (BOURDIEU, 2003), pode acolher diferentes valores de acordo com a sociedade onde a pessoa está inserida. Nesse sentido, as atitudes e as performances com que o corpo se apresenta revelam formas

cultivadas e legitimadas socialmente, pondo em ação os jogos de poder de cada campo²⁶ e conferindo distinção (BOURDIEU, 2002) ao seu portador.

Essa referência é válida para a compreensão dos sentidos atribuídos às velhices aqui estudadas e os caminhos escolhidos pelos participantes para construir suas identidades, seja como: “velho (a)” “jovem”, “na idade”, “chegando na idade”, “passando da idade”, ou qualquer outra auto-expressão identitária, produto da visão pessoal em relação à sua condição existencial.

As auto-expressões, que quase sempre se referem ao corpo, ganham sentido sob a influência e a articulação com outras dimensões, sendo perpassadas pela dimensão subjetiva que envolve os pensamentos, os sentimentos e as percepções a respeito das experiências cotidianas e o sentido particular atribuído a tais experiências, como podemos aquilatar mediante as narrativas seguintes:

Eu digo que eu tô chegando na velhice. Já tô cansada. Eu tenho artrose desde os 35 anos. Eu sinto muitas dores da artrose. Eu fiquei uma pessoa mais nervosa, assim: se eu me aborreço, fico toda tremendo. O médico disse que é nervoso. Depressão. Atualmente, eu já não faço as estripulias de antes, como ficar subindo escada pra pegar as coisas no alto. Faço, às vezes, mas não tenho a mesma facilidade de antes (Dalva, 52 anos).

Olhe, eu tenho preocupação em relação à questão do xixi. Acho que estou entrando na terceira idade (risos). Quando eu comecei a ficar fazendo xixi toda hora, eu pensei: tô velha! (risos). Quando eu vou pegar um ônibus que eu sei que vai demorar, eu já fico preocupada, tenho de ir ao banheiro na hora de sair. Eu tento ajustar a vontade de fazer xixi pra não sentir vontade dentro do ônibus. Isso muda um pouco minha rotina [...]. Então, eu tenho medo de usar fralda daqui a uns dois anos. Se eu não cuidar, com 60 eu vou usar fralda (risos) (Iraci, 50 anos).

Esses sentimentos aparecem relacionados a uma “velhice biográfica”²⁷, que depende da perspectiva pessoal em relação a si e emerge a partir da história de vida de cada uma dessas mulheres e da observação das mudanças ocorridas no próprio corpo, podendo conduzir ao abandono de certas atividades e à mudança de vida para ajustar-se à sua condição existencial.

Os sentimentos relativos à idade e ao corpo aparecem, ainda, vinculados a uma “velhice etária”²⁸, pelo acúmulo de anos vividos e que pode ser traduzida, em alguns casos, não em todos, como uma velhice motivada por limitações de saúde e que leva à dependência. Esse é o caso de Samuel, participante que, de acordo com informações fornecidas pela esposa, estaria

²⁶ Campo é um conceito que integra o corpo teórico da obra bourdieuniana, referindo-se a espaços de relações entre grupos com diferentes posicionamentos, disputas e jogos de poder.

²⁷ Utilizo esse termo em consonância com a noção de “acordo biográfico” (CARADEC, 2001) em que o autor fala da negociação da pessoa idosa consigo própria na organização de sua vida e na administração dos modos de relação com os outros.

²⁸ Idem à noção proposta por Caradec (2001)

sofrendo um processo de mudança no curso de vida em função das limitações que vinha apresentando e que foram citadas anteriormente.

A construção identitária de Samuel relacionada à sua condição de vida naquele momento exprimia questões fisiológicas acompanhadas de uma consciência etária para justificar o que estava ocorrendo com ele.²⁹

Eu já cheguei na idade, mas ainda sou disposto e sou capaz de fazer muita coisa, apesar de ficar cansado muitas vezes. A memória também já não guarda tudo como antes. Mas acho que é normal para a minha idade. Eu já não faço todas as atividades que dependem de muito esforço. Também sou assim magrinho... (Samuel, 81 anos).

Esse reconhecimento da própria condição etária exposto por Samuel surge sob a forma de apreensão em outras pessoas, participantes dos grupos focais, registrando o receio de serem atingidas por doenças crônicas e degenerativas, como a doença de Alzheimer. Naquela ocasião, as preocupações dessas pessoas com a velhice giravam em torno de questões físicas ligadas à aparência, ao desempenho na realização de atividades e às doenças incapacitantes, o que se repetiu nas entrevistas realizadas posteriormente.

Além das velhices serem interpretadas em função de aspectos físicos e fisiológicos (artrose, cansaço, incontinência urinária, fragilidade, esquecimento), são também relacionadas a questões psicológicas e existenciais (depressão, nervosismo, medo, apreensão, angústia) sugerindo uma conjugação de fatores relacionados à condição de vida das pessoas. Essas imagens são produzidas por pessoas de idades diferentes e não revelam ligação com o sexo do (a) participante:

[...] Por causa da saúde, às vezes eu sinto uma certa apreensão. Quer dizer, a gente não vai dormir tranquilo. Quando eu tive a parada cardíaca, eu fui pego de surpresa. Não sentia nada de especial, em termos de sintomas. Talvez eu não tenha me precavido devidamente, tomando algumas providências para evitar que isso acontecesse (Diogo, 73 anos)

Às vezes eu estou mais centrada, com menos angústia em relação às coisas da vida. Mas, às vezes estou perdendo a capacidade de fazer coisas que fazia antes, por exemplo, medo de sair à noite. Fico mais precavida. Acho que isso é coisa da idade. Eu tenho dúvida se é da idade ou das coisas da vida mesmo (Elisa, 62 anos)

De um ano pra cá, eu tenho me preocupado com a morte. Eu penso na morte. Achei até que eu estava ficando maluca (risos). Antes eu nunca havia pensado com frequência, mas depois que vi algumas pessoas morrerem de uma hora pra outra,

²⁹ Alguns meses depois desta entrevista tentei um novo contato para complementação de dados, o que foi inviabilizado porque Samuel já estava em tratamento, sendo confirmado pela esposa o diagnóstico da doença de Alzheimer. Como foi colocado em outro capítulo, no momento da entrevista eu havia percebido algumas “distrações” da parte dele sem haver, no entanto, comprometimento do trabalho. Esse fato traz de volta a reflexão assinalada em outra parte desta tese sobre a dinâmica do curso da vida. Tal dinamismo só nos permite apreender instantes da vida humana, não havendo garantia de que eles possam ser captados novamente.

peças ainda jovens que adoecem e morrem de repente. De repente, acabam (Iraci, 50 anos).

Depois dos cinquenta, eu passei a ter maior preocupação e cuidado com a minha saúde, a fazer caminhadas, fazer mais exames, com a responsabilidade de ir mais ao médico para realizar exames preventivos e seguir à risca as prescrições médicas. Acho que a gente começa a ficar com medo da morte (Renato, 68 anos)

Os relatos partem de referências corporais que remetem à preocupação com a saúde (de um corpo que adoecer), à valorização da atividade física como prevenção para animar (um corpo que esmorece) e ao medo da morte (de um corpo que envelhece), situações que surgiram tanto nas discussões dos grupos focais quanto nas entrevistas. O fluxo das mudanças corporais assusta, expondo a tensão instalada entre a condição idealizada e a condição real do próprio corpo, alertando para a possibilidade de seu adoecimento e de sua finitude. Tais preocupações atingem homens e mulheres em idades diferentes, sinalizando para o fato de que o processo de envelhecer tem uma dimensão de gênero, mas a dimensão subjetiva faz com que cada pessoa o vivencie conforme seus momentos particulares e independentemente da idade cronológica que institui formalmente a velhice.

Por vezes, os referenciais de identidade correspondem a certa “consciência etária” e manifestam-se pela compreensão dos limites da própria idade e do corpo. Nesses casos, os idosos e as idosas reconhecem que existe uma relação entre a idade e os eventos que lhes ocorrem, inclusive assumindo comportamentos considerados “condizentes com a idade” e com as possibilidades de obter aceitação da sociedade da qual fazem parte.

Os comportamentos de Diva, expressos abaixo, dão indicações de um estilo de vida que é assumido, também, por outros (as) entrevistados (as). Assim como outros, ela compara-se com pessoas da mesma geração etária, demonstrando que a construção da identidade passa pela análise das identidades dos semelhantes, sendo um elemento essencial nessa operação o reconhecimento por parte dos outros:

Não me sinto nem velha, nem jovem. Meio termo. Acho que de 70-100 é um meio termo. Já estou “na idade”. Mas eu me sinto ajustada pela maneira de me vestir, me maquiar, pelo meu estilo de vida. Porque eu vejo pessoa da minha idade com dificuldade de locomoção, que eu não tenho; com os cabelos deixando ficar sem pintura, que dá um aspecto de mais velha. Eu pinto meu cabelo porque quero dar um aspecto agradável. Penso que estou bem, procuro me manter em atividade, estou bem de saúde e me preocupo com a aparência porque acho importante. Não vou criar a idéia de que sou jovem com 70 ou 80 anos, não é isso. Mas os projetos podem ser sempre jovens (Diva, 75 anos).

Por outro lado, com base nessa consciência etária, há quem reconheça as vantagens provenientes da idade, tirando proveito disso, como declaram Marcos e Diva ao avaliarem os “privilégios” da idade, e Leda, ao se identificar como “reivindicadora”:

[...] A idade tem também seu lado generoso, porque a pessoa está mais disponível para se divertir. E tem alguns privilégios como pagar meia no cinema (risos), ficar na fila de idoso, ou passar na frente de alguém quando tem somente uma fila. É isso (Marcos, 83 anos)

Eu tirei o cartão para andar de ônibus sem pagar. Meu marido disse que é humilhação. Humilhação nada. Direito adquirido. Eu entro de cabeça erguida. E aí eu posso ficar circulando muito mais (Diva, 75 anos)

Eu gosto de reivindicar. Eu sou uma reivindicadora. De tudo que eu acho que devo correr atrás. Se eu for a um banco e a fila estiver grande ou não tiver fila para idoso, vou ao gerente e mando abrir o caixa fechado (Leda, 74 anos)

Identificar os “privilégios” da idade é também uma forma de reconhecer os seus direitos e, por extensão, incorporar a identidade de “militante”, como o faz Leda, ainda que tendo uma atuação individualizada, mas que emerge em oposição ao estigma da incapacidade dos mais velhos de promoverem suas próprias lutas numa sociedade que lhes proporciona alguns direitos, mas que nem sempre são respeitados.

Para esses (as) idosos (as), é mais fácil assumir a velhice, usufruindo as vantagens que a idade oferece e fugindo a certas exigências, como: entrar em fila, pagar passagem de ônibus e pagar mais caro para ir ao cinema. Assim, mesmo não aceitando a velhice com tranquilidade, consideram mais vantagem ser velho do que ser doente, situação que os obrigaria a tomar algumas providências (BEAUVOIR, 1976).

É nessa direção que Mateus coloca seu pensamento, exprimindo a identidade de “velho” no lugar da de “doente”:

Nada a reclamar dos meus 67 anos da minha vida que eu vi chegando devagarzinho, quase sem eu perceber. Só me dei conta porque começam a aparecer alguns problemas de saúde. Nada de mais, apenas a gente tem de se cuidar. Mas é melhor ser velho com saúde do que doente. Doença não é bem vinda de jeito nenhum (Mateus, 67 anos)

Tal compreensão diverge daquela em que a pessoa prefere identificar-se com alguém “doente”, rejeitando a designação de “velha”. Assim, diante das preocupações com o processo de envelhecimento e os estigmas relacionados ao mesmo, apressam-se em produzir narrativas que alertam para o não reconhecimento da velhice como uma condição para si. Como velho é sempre o outro, mesmo quando os indícios relacionados à velhice partem do próprio corpo, é

comum a pessoa sentir-se “inclinada a confundir o envelhecimento com uma doença curável” (BEAUVOIR, 1976, p. 8):

Me sinto uma pessoa na terceira idade, ou na melhor idade como se diz. Mas se não fossem as dores até poderia ser uma “boa idade”, mas meus problemas me atrapalham muito! Não me sinto velha, só com problemas de saúde que me limitam. A única coisa que me queixo é das doenças, das dores, mais nada, nada, nada. Se não fossem essas dores, eu seria a mulher mais feliz do mundo (Clara, 66 anos).

A relação do envelhecimento com a idade produz tais paradoxos, fazendo com que alguns idosos assumam o ponto de vista de alguém que se julga doente e enfatizem a “doença” no lugar da “velhice”. “Muitos consideram insulto qualquer alusão à idade: querem julgar-se jovens, custe o que custar; preferem acreditar que estão doentes, mas não velhos” (BEAUVOIR, 1976, p. 10).

Segundo a mesma autora, existe alguma verdade na concepção de Galeno ao situar a velhice entre a doença e a saúde. Neste trabalho, essa possibilidade foi evidenciada através das narrativas de alguns homens e de algumas mulheres, cujas referências à idade vieram acompanhadas de preocupações com a saúde e o medo das doenças, condição expressa nas discussões realizadas nos grupos focais e nas entrevistas. No entanto, embora exista a tendência de ambos os sexos a agarrar-se à idéia de que a doença torna a pessoa mais propensa a aparentar uma condição de velha, a evidência da relação entre doença e velhice ocorre com mais frequência nas falas femininas do que nas masculinas. Além de serem as mulheres as que mais se queixam das doenças, o que não quer dizer que elas estejam mais doentes do que seus maridos, são elas que mais enfatizam a relação entre essas duas condições.

A “consciência etária” abordada aqui serve de parâmetro não apenas para mulheres e homens julgarem sua própria situação, mas para o julgamento das velhices alheias. Nesses casos, as críticas carregam expectativas preconceituosas e revelam-se com frieza na avaliação do comportamento dos mais velhos (mulheres):

Eu vejo umas mulheres velhas indo a bailes de 3ª. idade, ficam dançando sozinhas, bebendo, chorando..., eu acho ridículo! [...] Mulher não pode andar assim. Se for ao baile e tiver o parceiro dela... Quer ver outra coisa? Vestir roupa curta, botar os peitos de fora, essas coisas que eu acho que não combinam, principalmente se ela não tem um corpo adequado (Denise, 63 anos)

Aqui vêm pessoas de 70 anos pintar o cabelo, fazer escova... eu vejo que são pessoas que estão ‘prontinhas’! Tem também o inverso: mulher que tá na faixa dos 30, 40, tem boa forma e só vem pintar a unha e mais nada. Então, é claro, eu não posso falar com ela: você veio pintar a mão, cadê o cabelo, cadê a limpeza de pele? Seu marido vai sair com outra, tenha cuidado! Talvez ele não vá olhar pra outra que não seja sua

esposa, mas a concorrência lá fora tá grande! É mais a favor dos homens, eu acho (Nilton, 65 anos)

Essas críticas dirigidas contra as mulheres “velhas” revelam que seu corpo está subordinado às relações de poder vigentes na sociedade contemporânea. A reação ao comportamento das mulheres não se dá apenas no âmbito das categorias de idade (terceira idade/velhice) e corpo (adequado/inadequado), mas envolve também o preconceito relacionado a gênero: “Mulher não pode andar assim”, fala Denise, ou, frisando a convicção machista, assegura Nilton: “[a concorrência] é mais a favor dos homens”. Tais aspectos são enxergados “de fora”, mostrando que o envelhecimento, mas também a feiúra e a inadequação são representadas pelo olhar do “outro”.

A consciência em relação à idade, acompanhada da necessidade de modificação de certos hábitos (para manter a qualidade de vida, evitando os abusos alimentares e praticando exercícios), pode produzir a idéia de “problema” referente à aparência física surgindo, em alguns casos, sob a forma de “cuidado” com o corpo e “amor próprio”:

A idade vai ensinando a gente a se cuidar mais. Sábado à tarde, todo sábado eu vou à manicure. Toda semana eu faço minhas unhas no salão, sempre gostei! Não é porque eu sou homem, ou sou coroa que eu não vou me cuidar, me preocupar com a aparência. Então não é. Só preciso diminuir a barriga. Mas agora eu já estou fazendo uma dietazinha, de leve (risos) [...].Tenho que me cuidar, não é mesmo? Eu não posso viver com a aparência descuidada, porque eu mesmo gosto de mim e trabalho com o público (Clóvis, 64 anos).

O envelhecimento traz reflexo em todo o corpo e na mente, também. A imagem que a gente tem do corpo, muda, porque o corpo muda mesmo. Eu posso ir dormir numa boa e acordar um dia, me olhar no espelho e dizer: virgem, o que é isso? Essa não sou eu! [...]. Mas eu gosto muito de mim, por isso eu me cuido muito, vou pra salão, me viro na massagem, tonifico a pele (Ester, 62 anos)

Tais experiências e sentimentos de “crise” em relação ao próprio corpo, construídos no âmbito de uma cultura individualista, são internalizados como fatos individuais (LINS DE BARROS, 2004). A revelação dos sinais do envelhecimento registrados no corpo traz a estranheza de se descobrir como uma “outra” pessoa. Para Corrêa (2003), essa descoberta é uma espécie de reedição do “Estágio do Espelho”, como sugerido por Lacan³⁰. O “outro” do espelho denuncia a condição de que não pode mais satisfazer ao que está diante dele, produzindo a “crise” de que fala Beauvoir (1976) e que é pronunciada em algumas narrativas.

³⁰ A expressão “Estágio do espelho” foi criada por Jacques Lacan (1901-1981), para designar um momento do desenvolvimento psíquico situado entre os 6 e 18 meses de idade, quando a criança se identifica com o outro pela percepção da própria imagem no espelho. Esse conceito indica que o eu é construído a partir do outro, da imagem que lhe é devolvida pelo semelhante.

Esses sentimentos surgem vinculados não apenas ao tempo presente, mas de forma saudosista, a pessoa desejando retornar a uma fase anterior, para ser “menos velho”, como declara Ângelo, ou “menos gorda”, como expõe Denise:

Gostaria de ser menos velho. Velho tem muito problema. A velhice atinge tudo. A saúde principalmente. A saúde é atingida pela idade. Eu tenho problema no joelho. Tenho platina no joelho. Não escuto bem. Eu uso aparelho de audição em um dos ouvidos. Tive um câncer de pele há 10 anos e agora estou com esta ferida que o médico disse que não é câncer, está melhorando, mas eu não sei. Mas eu vou levando (Ângelo, 77 anos)³¹

[...] Se eu pudesse voltar atrás, queria ter o corpo de 18. Eu era magrinha. Desde que tinha uns 45 anos pra cá meu corpo mudou. Mudou muito. Se tivesse pensado antes não teria ficado desse jeito (mostra o corpo, abrindo os braços). Fui deixando, deixando, mas a cabeça é a mesma (Denise, 63 anos)

Porém a saudade não tem como referência apenas a “outra idade”, o “outro corpo”, o “outro dinamismo”. Ela remete a “outras vivências”, valorizando as lembranças, as amizades e a vida em família, como declara Lucas em sua narrativa poética, e André, que põe em relevo as experiências vividas no clima libertário da juventude e, por fim, Dulce, que expõe suas lembranças num tom de lamento:

Eu sinto saudades de outros tempos, não vou dizer que não sinto. A vida na minha família foi a coisa mais espetacular de minha vida. Como éramos felizes! Minha infância foi muito boa... Era uma verdadeira poesia!... Como diz o poeta: “*Oh que saudades que eu tenho da aurora da minha vida. Da minha infância querida que os anos não trazem mais. Que amor! que sonhos! que flores! Naquelas tardes fagueiras, à sombra das bananeiras, debaixo dos laranjais*”³². Eu tinha muita alegria, vivia muito satisfeito, olha você não vai acreditar se eu lhe contar, eu era um rapaz alegre, disposto (Lucas, 76 anos)

(Pensativo) Eu me sinto, na realidade, nostálgico. Eu tenho muita saudade de mim, de minha juventude. Depois que envelhece é tudo diferente. A melhor fase da vida é a que a gente vai pra escola, de farda. Revoltado contra tudo e contra todos. Sinto saudade de minha idade até os 30 anos. Eu acho que a melhor idade das pessoas é entre 20 e 30 anos. Talvez porque foi uma idade ligada, na minha geração, à época do emprego, do casamento... é quando se resolvia as coisas importantes da vida, na minha geração (André, 68 anos)

A idade muda a gente. Eu lembro de quando eu tinha um corpo mais leve, eu era bem ativa, você acredita, eu praticava natação ? tinha o corpo esguio, corria, era uma pessoa bastante animada. Hoje, a idade me limita um pouco. Ando mais devagar,

³¹ Ao retornar no final de 2010, para complementar dados desta pesquisa, Ângelo informou que a ferida que ele desconfiava que fosse um câncer de pele, realmente foi confirmada como tal, já tendo realizado os procedimentos necessários para o tratamento.

³² O poeta a que Lucas se refere é Casimiro de Abreu (1839-1860) e a poesia é *Meus oito anos*

não gosto de subir escadas. Eu sofro com os limites da idade e do peso (Dulce, 66 anos)

Essa forma de expressar-se sobre a vida atual, rememorando o passado, não se traduz num sonho, mas “desempenha uma função [...] de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens” (BOSI, 2007, p. 82), sendo uma forma de tornar significativa a vida atual buscando alento em outra época. A finalidade é reproduzir em si o mesmo aspecto criado outrora, reconstituindo a própria existência. Como diria o personagem de Machado de Assis (s.d.), o Dom Casmurro³³, em obra com o mesmo nome, a finalidade é atar as duas pontas da vida, restaurando na velhice a juventude.

Essa reconstrução narrativa pode consistir em um interesse de mostrar uma imagem positiva de si e definir-se como sendo uma pessoa com outros atributos, além do publicamente reconhecido - “velho (a)”. Essas pessoas fazem questão de assinalar o que havia de positivo em suas experiências anteriores: “você não vai acreditar, eu era alegre, disposto”, diz Lucas; “é quando se resolvia as coisas importantes da vida”, ressalta André, como se na velhice isso não fosse mais possível; “eu tinha o corpo mais leve..., tinha o corpo esguio”, relembra Dulce. Os três utilizam uma linguagem caracterizada por verbos no tempo passado – um passado que eu não compartilhei com eles – por isso, precisam tornar públicas, para mim, essas outras qualidades que os identificam (vam) de forma diferente da que eu posso ver no presente. O recurso ao passado seria uma forma de “colocar em cena as múltiplas faces de sua identidade, os múltiplos fragmentos de sua vida que informam sobre uma trajetória onde o ‘ser velho [a]’ representa apenas um momento de sua história” (MEMBRADO, 2010, p. 14).

Ainda dentro desse contexto de reminiscências, há outros depoimentos que se referem ao corpo, colocando-lhe as limitações produzidas pela idade e estabelecendo uma comparação entre o tempo anterior e o tempo atual. As falas refletem expectativas de padrões corporais engendrados nos tempos modernos em que a imagem é fundamental e ser magro deve tornar-se a regra, não só pela condição de proporcionar uma aparência jovial, mas pela possibilidade de trazer leveza e agilidade e, em consequência, melhor desempenho corporal, como expresso, mais uma vez, por Dulce, e reconhecido por Ester:

Ainda que exista em mim uma disposição interior para fazer muita coisa, mas fisicamente não corresponde à energia que vem de dentro de mim. O corpo pesado de quem é mais gordinha (risos) como eu, né? Fica mais complicado se tiver de realizar alguma tarefa que exija um esforço extra [...]. Eu acredito que seja da idade,

³³ O narrador-personagem fala da pretensão em reproduzir, no espaço onde ele morava, a casa antiga onde havia sido criado, mas não conseguira recompor tal situação, nem recompor ele próprio. Pois, “se o rosto é igual, a fisionomia é diferente” (MACHADO DE ASSIS, op. cit., p. 12).

porque quando eu era jovem eu não me sentia limitada como hoje. Sendo uma mulher sessentona, gorda, já tendo trabalhado muito, já aposentada, e mais, com alguns problemas de saúde, então tudo isso contribui para diminuir o desempenho (Dulce, 66 anos)

A gente não tem mais o mesmo pique que tinha antes. Antigamente eu só andava de salto alto, mas hoje não dá mais [...]. Dói aqui, dói ali, dói acolá... E eu vou administrando. A coluna não deixa. É a idade, não adianta querer fugir. A idade, a menopausa, a impaciência que a menopausa traz e por aí vai (Ester, 62 anos)

O depoimento de Dulce traz à tona a divisão entre corpo e mente. Tal situação corresponde à crítica enunciada por alguns autores sobre essa “divisão” na análise do envelhecimento, bem como expõe o entendimento de que não se envelhece igualmente em todo o corpo (BRITTO DA MOTTA, 1998; 2002b). A entrevistada refere-se à energia que existe dentro de si e que não consegue materializar-se nas ações do dia a dia, informando a condição entre o desejo de querer fazer alguma coisa e a dificuldade em operacionalizar tal desejo. Para Ester, esse sentimento é compreendido como limitação, porém é enfrentado com certa tranquilidade pelo fato de poder “administrá-lo”.

O curso de vida é construído seguindo esse embate, a pessoa interpretando cada momento como “uma crise de identidade” em termos que a coloca frente à “necessidade antecipada de confrontar e resolver” essas crises (DEBERT, 1999, p. 7), tomando como referência os padrões existentes. Os depoimentos analisados aqui correspondem às discussões nos grupos focais em que a expectativa de cada pessoa corresponde às expectativas da sociedade. No entanto, conforme revelado especialmente pelas mulheres, nesses grupos, há o reconhecimento de que “gordura não traz saúde para ninguém” e que é importante ser saudável e preocupar-se com a qualidade de vida.

Essa contingência envolvendo a crise identitária corporal atinge os sujeitos não apenas no envelhecimento, mas em outros momentos da vida, como na adolescência, em que a imagem do corpo se transforma perturbando a pessoa que vive a crise, embora o jovem viva um momento de “transição”, não de “declínio” (BOSI, 2007). Enquanto o jovem alimenta a idéia de sua virilidade e a jovem sua femininidade, o adulto alimenta a ilusão da eterna juventude, então, “aí está a explicação da ‘surpresa’, da incredulidade, do escândalo provocados [...] pela revelação de sua idade” (BEAUVOIR, 1976, p. 17) e pelos acontecimentos relacionados a ela. Embora nem sempre mulheres e homens queiram acreditar,

O coeficiente de adversidade das coisas cresce: as escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas a percorrer, as ruas mais perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados de carregar (BOSI, 2007, p. 79)

Em algumas pessoas, surge o sentimento de “impotência” e de “derrota” em relação à resolução de “crise” relacionada ao corpo, como lamenta Diana, colocando a expectativa de que a pessoa jovem tem maiores possibilidades de obter a imagem corporal idealizada, fato que ela não conseguiu realizar até o momento:

Eu já fiz de tudo para emagrecer e não consegui. Acho que a idade já atrapalha um pouco. Se eu fosse jovem, acho que seria mais fácil manter o peso (Diana, 50 anos).

Mas, a mesma sociedade que institucionaliza a noção de “crise” elabora estratégias para sua resolução, com “a interposição de novas interpretações e a construção de novos comportamentos para a velhice” (LINS DE BARROS, 2004, p. 51). No entanto, isso não elimina o sentimento do corpo que envelhece havendo, “da parte dos próprios idosos, a clara percepção desse processo – tanto do corpo como o da reação social a ele.” (BRITTO DA MOTTA, 2002b, p. 41).

Lembrando o mesmo Dom Casmurro:

Se só me faltassem os outros [...], um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde, mas falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo. O que aqui está é, mal comparando, semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos, e que apenas conserva o hábito externo [...]; o interno não agüenta tinta. Uma certidão que me desse vinte anos de idade poderia enganar os estranhos, como todos os documentos falsos, mas não a mim (MACHADO DE ASSIS, s.d., p. 12).

Entretanto, como “vida diferente não quer dizer vida pior”, assegura o nosso Dom Casmurro, ao mesmo tempo em que a vida atual não aparece com os encantos de outrora, ela também mostra uma nova roupagem, pondo em destaque outras características. Nessa perspectiva, as construções identitárias do grupo estudado aludem também a aspectos “positivos” do curso de vida, surgindo em argumentos que retratam o envelhecimento como um momento propício para a revisão da própria vida, o redirecionamento dos ideais e a criação de coisas novas, conforme discutido nos grupos focais.

Tais argumentos surgem também nas entrevistas, levando homens e mulheres a falarem de situações de: “gratificação”, “entusiasmo”, “realização”, “tranqüilidade”, “estabilidade”, “segurança” e “plenitude”. Essa avaliação aparece na referência aos projetos já realizados, à estabilidade financeira e às expectativas em relação ao devir, às vezes expressando-se com certa urgência relativa aos projetos em curso, o que será discutido com mais detalhes no capítulo seis.

Abaixo, apresento os depoimentos de dois casais com escolaridade superior e a mesma faixa etária, sendo que cada díade possui, ainda, a mesma profissão, porém suas narrativas diferenciam-se no aspecto de gênero. Os homens põem em relevo características ligadas ao “fator econômico”, ressaltando o aspecto da “estabilidade”, enquanto as mulheres falam do sentimento de “realização”, ressaltando uma motivação infindável para a consecução dos seus projetos.

Eu me sinto muito gratificada pelo que já foi construído. Entusiasmada pelo que pretendo fazer. Tranqüila pelo que já consegui realizar. Penso até quando vou continuar com essa capacidade física... Quero que demore um pouco, que dê tempo de continuar fazendo o que planejei. Eu tenho muita coisa para fazer. Estou fazendo e não quero que acabe o tempo sem eu ter feito tudo isso. Eu só me preocupo com isso (Susana, 72 anos).

É uma sensação de segurança no aspecto econômico. Neste aspecto eu consegui alcançar uma certa estabilidade que é muito boa a esta altura da vida, com os filhos criados (Diogo, 73 anos).

(Pensativa): Olha, eu me sinto plena. Me sinto plena como mulher, como esposa, como mãe e profissionalmente também, e nem acredito que eu tenho a idade que a cronologia diz que eu tenho. Eu não acredito, não acredito. Eu penso até que vou viver até o infinito (Luisa, 75 anos)

Ah, penso que estou numa idade espetacular, idade bastante ativa, saudável. Gozo de boa saúde. Sei escolher o que eu quero, o momento do dia para me distrair, fazer o que eu quero. Consegui uma vida estabilizada financeiramente que me proporciona eu viver sem apuros (Omar, 76 anos)

Na teoria como na prática, há sutilezas nos enunciados propostos pelos autores e nas experiências narradas pelos homens e pelas mulheres deste estudo ao tratarem da relação do sujeito com a concretude do processo de envelhecimento. Alguns enunciados teóricos e alguns depoimentos dos (as) participantes parecem colocar um limite para a pessoa envelhecida, situando-a normativamente em determinadas posições sociais. Outros, no entanto, sugerem articulações mais fluidas (BOURDIEU, 1983a; LENOIR, 1998), considerando que o envelhecimento constitui um processo multifacetado, capaz de desenhar experiências distintas.

Bourdieu (1983a) lembra que a velhice, assim como a juventude, é construída na luta entre gerações, como já foi pontuado em outro capítulo. Para ele, é complicada a relação entre idade biológica e idade social, pois cada campo possui leis próprias de envelhecimento e a idade é manipulável. Essa posição do autor enseja o questionamento acerca das descrições estáticas que ignoram a influência dos processos sociais na manipulação das idades. Em relação a isso, Lenoir (1998) adverte:

A 'velhice', assim como a 'juventude', não é uma espécie de característica substancial que acontece com a idade, mas uma categoria cuja delimitação resulta do estado (variável) das relações entre as classes e, em cada classe, das relações entre gerações, isto é, da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações (LENOIR, 1998, p. 71-72).

Vale lembrar, no entanto, que todos esses discursos devem ser compreendidos levando em conta que o processo de envelhecimento não acontece fora do corpo. Assim, as imagens construídas sobre o corpo envelhecido carregam significados revelando que a idade está inscrita no corpo (BRITTO DA MOTTA, 2002b; FEATHERSTONE, 1994). Porém, essa inscrição diferencia-se não apenas como corpo de um ou de outro sexo, mas como corpo de jovem ou de velho (BRITTO DA MOTTA, 2002b), corpo bonito ou corpo feio, adequado ou inadequado. Dependendo da inserção social, o homem e a mulher identificam-se com um padrão corporal específico e sua representação espelha a identidade que cada um atribui a si e aos outros como foi explicitado através das narrativas já apresentadas.

Há, na atualidade, alguns sistemas de representações sociais relativas ao corpo que envelhece. Essas representações baseiam-se em valores provenientes da ciência, sobretudo da medicina e da indústria de cosméticos. As pessoas querem ficar mais bonitas e jovens, havendo uma espécie de obsessão por dietas, exercícios, supondo-se a correspondência entre boa forma e bem-estar (DEBERT, 1999), com a intenção de modelar o corpo para atingir uma perfeição que fará do seu portador uma pessoa com mais possibilidade de sentir prazer e adiar a velhice.

Lins de Barros (2004) admite que

O cuidado e a intervenção no corpo feminino se iniciam muito cedo na trajetória de vida das mulheres, e hoje alcança a velhice através do controle dos sinais corporais do envelhecimento com cirurgias, reposições hormonais, remédios, etc. (LINS DE BARROS, 2004, p. 52).

Considerando o processo de diferenciação entre homens e mulheres, sobressai a seguinte questão: as imagens que se estabelecem sobre o masculino e o feminino começam a partir das relações de poder instauradas pela sociedade de consumo, como também nas relações de gênero e entre gerações. O apelo mercadológico e a variedade de fórmulas colocadas à disposição das mulheres induzem, desde cedo, o segmento feminino a desenvolver a disciplina do corpo para proteger, prevenir ou remediar as marcas do tempo. É uma forma de colocar o corpo a serviço das normas da vida cultural socializando-o e disciplinando-o por meio de procedimentos específicos de educação, subjugação, manipulação e controle, como assinala Bordo (1997).

Em geral, esse controle sobre o corpo é mais intensificado à medida que a pessoa envelhece, apontando para o que Featherstone (1994) chama de “estetização da vida”, uma característica da cultura pós-moderna. Através do corpo, o indivíduo responde às demandas pertinentes à saúde e às imposições relativas à aparência, reunindo a idéia de auto-cuidado funcional e estético. Mas essa normatização acerca da aparência dos corpos não atinge somente as mulheres.

No mundo atual, assistimos a muitas propagandas que induzem os homens a buscarem as novidades em produtos farmacêuticos para manter a aparência saudável. Na prática, os depoimentos acerca da estetização do corpo masculino refletem a preocupação dos homens com sua aparência e a negação da velhice de si, como aparece em alguns depoimentos. Assim como suas parceiras, Omar e Ângelo preocupam-se com a aparência, pintando os cabelos:

Sou muito individual no sentido de ser eu. A opinião da sociedade não contribui em nada com a minha forma de pensar. Por exemplo, eu pinto o cabelo. Mas eu pinto porque não quero ser velho (Omar, 76 anos).

Eu me preocupo comigo, não vou viver de qualquer jeito. A alimentação, cuidar do corpo para não engordar. Até já pinte os cabelos para dar uma aparência melhor (Ângelo, 77 anos)

Como ressaltai antes, a construção identitária ocorre no cruzamento de referências que são originadas entre as pessoas. Desse modo, ao mesmo tempo em que o homem e a mulher avaliam sua própria condição existencial, também criticam a velhice do outro – aquela velhice que a pessoa deixa acontecer sem fazer nada para prevenir, como sugere André acerca da aparência de homens de sua idade, e Clóvis, referindo-se às pessoas que deixam de aproveitar a vida por não terem um corpo cuidado:

[...] Eu não tenho problema. Não tenho dor de nada, tenho horror a fazer uma operação. Se eu precisar de uma, acho que eu prefiro morrer. Não tenho a aparência nem o corpo de velho. Nem barriga proeminente eu tenho. Ainda bem, porque se tivesse eu teria de fazer exercícios, malhar em academia. Eu sou pouco vaidoso, mas é claro que eu não queria ter um corpo desfigurado como muitos homens da minha idade. (André, 68 anos).

Tem pessoas que se preocupam com a idade: não posso ir à praia, por causa da celulite, não posso usar essa blusa ou esse vestido porque é curto e eu não tenho mais idade. Ora, porque não cuidam da celulite pra ficarem mais desinibidas? Eu tenho um pensamento de que a juventude e a velhice estão dentro de nós. A gente escolhe como quer viver. Tem pessoas que encarnam um espírito jovem, já outras, vivem como se velhas fossem, apesar de não terem muita idade (Clóvis, 64 anos)

A crítica masculina faz-se presente nas narrativas mostrando que a preocupação com a aparência dos corpos não é uma prerrogativa feminina, como acentua Nilton:

Hoje em dia, homem também se preocupa. Homem vai a salão, vai para a plástica, vai para a academia. Então tá se preocupando com a própria pessoa, né? Eu até que sou um privilegiado, porque não sou gordo, eu como de tudo que é saudável, então no caso, não teria muito que ir para a academia. O que me preocupa agora é que só estou andando e não estou fazendo nenhum exercício da cintura para cima. Então eu acho que vou precisar de ajuda. Preciso providenciar algum exercício para ajudar nos músculos acima da barriga já que eu faço exercício mais nas pernas (Nilton, 65 anos).

Além disso, os estereótipos relacionados a gênero também estão presentes em algumas falas masculinas, despontando na crítica de homens contra homens, às vezes de forma velada, mostrando que nem sempre os homens cedem à onda atual que os incentiva a buscarem as academias e os salões de beleza:

Eu não acho legal homem pintar os cabelos. Eu não teria coragem de pintar. Deixa aí, a mulher [esposa] não fala nada, eu não vou pintar. Nunca tive vontade (João, 68 anos)

Uma coisa que não fiz foi pintar o cabelo, mas tive vontade. Brincadeira (risos). Deixe eu com meus cabelos grisalhos (risos). Isso não me deixa mais velho, não (Lázaro, 68 anos)

No entanto, apesar de os estereótipos em relação ao corpo “velho” estarem presentes nas falas dos homens e das mulheres há, da parte dessas, certa “benevolência” em relação a eles do que em relação a elas mesmas. Pelas narrativas, as mulheres exigem de si uma aparência condizente com o que imaginam deva ser o padrão aceito. No entanto, elas não fazem referência aos cuidados que os homens devem ter, como ocorre, embora de forma isolada (Nilton e Clóvis), a crítica masculina em relação a elas.

Seriam as mulheres mais tolerantes em relação às “imperfeições” masculinas? Se a tendência dessa resposta for positiva, talvez seja pelo fato de que a condição de ficar fora dos padrões é mais tolerada em relação aos homens do que em relação às mulheres. E sob esse aspecto, um corpo envelhecido precisa ser retocado para que seja reconhecido, valorizado e aceito socialmente. Para Sardenberg (2002b, p. 60), “a construção da mulher como objeto de desejo [...] resulta em investimentos maiores por parte das mulheres em seguir os padrões estéticos impostos ao seu sexo”, contribuindo para o crescimento da indústria e do comércio de cosméticos no Brasil e obrigando-as a se submeter a práticas de remodelagem do corpo que muitas vezes põem em risco suas vidas.

Esse sentido dado ao corpo mais velho, sobretudo ao corpo feminino, através do olhar do outro, refere-se “aos corpos em suas múltiplas manifestações ou expressões: linguagem, apresentação física (roupas, penteados, pintura, adereços), gestos, etc.” (BRITTO DA MOTTA, 2002b, p. 40). Essa autora afirma que o que se espera das pessoas mais velhas é a

manifestação de comportamentos que sejam condizentes com o modelo cristalizado do preconceito social.

Os meios de categorizar as pessoas são definidos pela sociedade que atribui aos membros de cada categoria (jovem, velho) um número de atributos, de modo que ao nos depararmos como uma dessas categorias, somos instados a prever seus atributos e sua identidade social. E com base nessas pré-concepções, “nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências [...]”, fazendo afirmativas em relação ao que aquela pessoa deve ser (GOFFMAN, 2008, p. 12)

Na realidade, ao aderir às demandas mercadológicas, não é exclusivamente a si mesmos que os homens e as mulheres buscam atender, mas a uma coletividade cuja exigência transcende o plano individual, submetendo-se ao plano social para estar de acordo com uma perspectiva globalizada do tipo: todo mundo faz (dieta, exercício, caminhada), eu não posso ficar de fora.

Nessa linha de argumentação, “a pessoalidade acolhe a universalidade” como assinala Pareyson (2001) numa referência ao campo da arte. O indivíduo incorpora à própria imagem o universal que é a “moda” ditada pelo mercado de consumo. Com efeito, o corpo retocado instrumentaliza o homem e a mulher para serem incorporados ao mundo atual que exige tal “revisão” por considerar que nele “só é velho quem quer”.

Numa referência ao caráter de “despersonalização” do artista, o autor em tela argumenta que este se torna “puro olho contemplante”, vivendo “[...] uma contínua renúncia a si próprio por qualquer coisa de mais precioso, um contínuo sacrifício de si, uma contínua extinção da personalidade” (PAREYSON, 2001, p. 100)³⁴.

Transpondo essa metáfora para o nosso campo de estudo, o exercício dos corpos envelhecidos e insatisfeitos dar-se-ia no sentido das mudanças do que é interpretado como estando em desacordo com uma imagem global, construída a partir do mundo exterior. Assim, a aspiração de homens e de mulheres teria implícito o “reconhecimento da esmagadora superioridade da obra³⁵ sobre a pessoa: a arte³⁶ visa à impessoalidade porque o artista³⁷ quer fazer alguma coisa que dure mais do que ele” (PAREYSON, 2001, p. 100) remetendo, no que tange ao envelhecimento, à noção de eternidade do corpo.

³⁴ Pareyson (2001) descreve as várias poéticas da impessoalidade propostas por diversos autores ligados à arte, os quais recomendam o exercício de busca de objetividade, onde haveria um cancelar-se e desaparecer.

³⁵ Para o nosso entendimento, onde se lê “obra”, leia-se “corpo”

³⁶ Leia-se “produção do corpo”

³⁷ Entenda-se “sujeito”

Entretanto, não é somente a aparência física que preocupa o grupo pesquisado quando revela seus sentimentos relativos à idade. Para alguns homens e mulheres, uma forma de “prevenção” contra a velhice ou de “preparação” para viver essa experiência seria o desenvolvimento de aspectos intelectuais, envolvendo a inserção em novas tecnologias que permitam não só a “atualização”, como também a “manutenção de relacionamentos”.

Eu não me sinto velha, apesar das limitações físicas. Somos velhos quando paramos no tempo. Quando não há atualização em todos os sentidos. Precisamos sempre nos renovar assimilando novas informações, nos agregando a novas pessoas, participando da vida como um todo (Dulce, 64 anos).

Considerando depoimento anterior de Dulce, nota-se que ela produz, como outros entrevistados, uma flutuação do seu pensamento acerca da experiência de envelhecimento. Tendo “assumido” os limites da idade, em outra fala, com destaque para a condição corporal, aqui ela ressalta a condição de estar atualizada como uma estratégia de não “parar no tempo” e, conseqüentemente, não envelhecer, pondo em relevo a mente sobre o corpo.

Os envolvimento sociais e a aproximação de novas tecnologias serviriam, ainda, para o desenvolvimento pessoal dos idosos conforme explicitado por Elza que freqüenta, junto com o marido, um grupo que desenvolve atividades dirigidas para a “terceira idade”. Ela diz sentir-se “feliz e realizada”, enquanto Júlio revela que a idade trouxe maior desenvoltura pessoal nos relacionamentos, transformando-o numa pessoa “comunicativa”, o que ele atribui a essa participação:

Feliz, realizada, e me sinto constrangida quando eu vejo idosos que podem ser aproveitados freqüentando grupos de idosos, especialmente faculdades, pra enriquecer seus conhecimentos e que não fazem nada disso (Elza, 81anos).

Me sinto feliz, mais jovem, sou comunicativo. Antes eu era mais calado. Agora não, eu, eu chego num lugar... e não fico mais calado (Júlio, 83 nos)

Além disso, o auto-desenvolvimento durante o curso de vida é visto, ainda, em relação ao plano espiritual, como defende Jorge, cujo sentimento (e argumento) em relação à idade atual é de “crescimento”, sinalizando a existência de um projeto de vida que se encaminha ao lado de outras motivações:

Eu sinto que com a idade eu cresci no plano espiritual. O envelhecimento é um processo tanto para o corpo físico como para o espírito. O corpo físico começa a envelhecer desde o nascimento até o momento de desencarnar. O espírito ao contrário continua evoluindo [...]. É por isso que a espiritualidade nos orienta a estudar sempre, pois todo conhecimento adquirido é somado à evolução já existente (Jorge, 54 anos)

A partir do que foi exposto neste item ressalto que, apesar da condição irreversível que a idade tem no curso de vida, identificando estatisticamente grupos de pessoas e servindo de base para o desenvolvimento de atividades, para os relacionamentos e a distribuição de papéis, ela envolve a avaliação que tem para cada pessoa e para a sociedade, produzindo um sentido ideológico, conforme já foi colocado anteriormente. Desse sentido nascem as expectativas quanto a atividades e relacionamentos com outras pessoas, atribuindo-se a cada uma delas uma posição na sociedade (EISENSTADT, 1976), como será visto no próximo tópico, o qual revela a compreensão das experiências de pessoas que se identificam como integrantes da “terceira idade”.

4.3 IDOSOS E IDOSAS: NOVAS IDENTIDADES?

Neste tópico analiso as interpretações que o grupo atribui à noção de “terceira idade”, espreitando a forma como elaboram suas identidades relativas a essa compreensão. Como foi visto em alguns depoimentos anteriores, as auto-referências vinculadas à “terceira idade” são mais frequentes do que as relacionadas à “velhice”, cujo estigma é afastado pela maioria dos participantes deste grupo. Na sociedade em que vivemos é estimulada a expressão de novas identidades, desencorajando-se as imagens associadas ao avanço da idade, o que transforma os problemas da velhice em responsabilidade dos indivíduos, havendo um processo de “reprivatização da velhice” (DEBERT, 1999, p. 2).

Nesse sentido, a “terceira idade” é uma categoria vista por alguns teóricos como uma “negação da velhice” e um prolongamento da vida adulta (CARADEC, 2001). De acordo com Britto da Motta (1997), ela compreende um modo de vida de pessoas maduras, sobretudo das mulheres que, liberadas das obrigações profissionais e familiares continuam realizando ou ajudando o trabalho doméstico até idades mais avançadas, assim como passam a dedicar mais tempo para pensar em si e aproveitar outros prazeres da vida. Essa autora faz distinção entre a “terceira idade” (envolvendo pessoas de 50 a 60 anos, mais ativas e saudáveis) e a “quarta idade” (incluindo pessoas mais velhas, algumas delas vivendo em instituições e dependentes de terceiros).

A referência a essa categoria, portanto, expressa um modo de vida com mais liberdade, associado a uma meia idade prolongada e ativa e situada mais próxima da juventude do que da velhice (DEBERT, 1998), havendo a substituição de uma imagem negativa da velhice por

expectativas positivas e pela transformação desse momento em oportunidade de consumo. O trabalho político dos especialistas e dos promotores dessa condição consiste em contemplá-la com situações e direitos que permitam ser expressos de modo legítimo, inclusive criando novas possibilidades para atrair aqueles que vislumbra fazer parte dessa nova identidade.

A categoria “terceira idade” possui vários significados que favorecem a emergência de novos valores, novas práticas e estilos de vida, atingindo pessoas de diversas camadas sociais, embora na sua origem a cultura da “terceira idade” tenha-se constituído no âmbito das camadas médias, posto que tal cultura requer a existência de uma “comunidade de aposentados”, dispo de saúde e independência financeira para tornar reais as expectativas de realização de projetos pessoais (DEBERT, 1997).

Na constituição dessa categoria como uma questão social está presente um investimento coletivo para determinação de uma identidade social aceitável, tornando pública a maneira de a pessoa envelhecer, sem ser considerada “velha”, pela eufemização do vocábulo utilizado para nomear os “velhos”.

Desde os primeiros contatos com participantes desta pesquisa, nos grupos focais, ficou evidenciado que os mesmos se auto-identificavam como partícipes da “terceira idade”. Ao se incluírem na “terceira idade”, os (as) participantes deste estudo utilizam referenciais que remetem, quase sempre, a atributos “positivos” como: “alegria”, “beleza”, “disposição”, “atividade” e “participação”, que correspondem a predicados conferidos aos idosos mais jovens e reforçam imagens que mostram o “lado bom” das experiências desse momento de vida. Além disso, esses referenciais caracterizam a visão atual em relação a si e representam a tendência da sociedade em regular a vida social dos mesmos a partir dessas expectativas produzindo, de fato, um “modo de vida” e uma “negação da velhice”. Significa, ainda, uma oportunidade para ir “em busca do tempo perdido”, fazendo as coisas que ainda são permitidas, como exposto abaixo nessas narrativas:

Você pode ter uma pessoa da terceira idade de várias maneiras. Eu tiro por mim. Eu conheço, por exemplo, uma pessoa de 80 que é alegre, preenche a vida buscando conhecimento, continuando a sociabilidade no meio social, continuando a viver como se nova fosse (Omar, 76 anos)

Eu adoro minha fase, adoro, já estou na terceira idade, não estou na velhice. Eu estou me achando mais bonita, me arrumo mais, faço massagens, cuido da minha pele. Sempre cuidei, desde que eu era mais nova. Eu sempre fui vaidosa. Mas hoje eu me preocupo mais. Tem dia que não me acho [bonita], não. Mas eu gosto muito de mim, por isso eu me cuido muito, vou pra salão, me viro na massagem, tonifico a pele... (risos) (Ester, 62 anos).

[...]. Mas tem também o lado bom quando a idade chega. Eu tô vivendo agora. Não tenho mais tanta preocupação com os filhos. Estão todos encaminhados, só faltando um bom emprego (Dalva, 52 anos)

Uma idade onde a pessoa ainda pode fazer muita coisa. Deve aproveitar bem antes de chegar à velhice. A terceira idade é a idade do retorno, de voltar a fazer o que gosta, que o homem volta a querer ser jovem, geralmente se está só, arranja mulheres mais jovens, e as mulheres parecem que ficam mais alegres, mais participativas (Davi, 74 anos)

Apesar das referências “positivas” à “terceira idade”, existem variações nas falas que apontam situações passageiras, outras mais difíceis de superar, havendo contradições nos depoimentos. Se essa idade é capaz de trazer o lado “bom”, possibilitando a obtenção de acordos compatíveis com os anseios pessoais, por outro lado, existem dificuldades suscitadas pelas mudanças propiciadas pela própria idade.

Em alguns casos, as narrativas mostram a compreensão de que terceira idade e velhice são como faces da mesma moeda, deixando transparecer a ambigüidade da própria categoria “terceira idade”:

Terceira idade é a minha fase atual que eu vivo com alegria, louvando a Deus todos os dias por me dar saúde e paz junto ao meu marido. Eu me sinto feliz. Acho que estou tendo uma velhice digna e feliz (Isabel, 71 anos).

Embora também seja vista como uma fase em que a pessoa tem a “família encaminhada” e por isso teria “menor responsabilidade” em cuidar dos filhos que, a essa altura da vida, já seriam adultos:

Foi convencionada como a idade em que homens e mulheres começam a perder as forças e a capacidade de trabalho. É uma fase em que as pessoas já têm a família encaminhada, a fase dos netos. A responsabilidade com a família muda porque já não é mais necessário cuidar dos filhos como antes (Susana, 72 anos)

É válido assinalar que tal narrativa caracteriza a opinião de uma mulher cujos filhos são independentes, distanciando-se da realidade vivida por outras mulheres e homens, cujos filhos permanecem residindo com eles e cujas preocupações os envolvem.

A idéia de que “terceira idade” é uma invenção recente e a crítica ao movimento pró “terceira idade” são evidenciadas em algumas narrativas, sugerindo o reconhecimento dos estigmas ligados à categoria “velhice” que poderiam justificar o uso do termo “terceira idade”:

Pra mim, terceira idade é uma coisa moderna. No meu tempo de criança a pessoa passava da juventude direto pra velhice. (Pedro, 51 anos).

[...] Esse negócio de dizer que a pessoa é da terceira idade pra mim é uma coisa inventada desnecessariamente, assim como dizer que está na melhor idade, boa idade... Tudo isso é só pra dourar a pílula, mas vem dar na mesma coisa. Embora seja difícil o velho ouvir ser chamado de velho (Norma, 60 anos)

Terceira idade pra mim é um negócio de muito ôba, ôba. Em relação ao movimento da terceira idade [...] tem muita fantasia de levar os velhos pra cima e pra baixo, no ôba, ôba (Leda, 74 anos)

De fato, dentro desse esquema da “terceira idade” é que se consolidam muitos programas e atividades de aprendizado e sociabilidade voltados para os idosos, com a finalidade de ocupar o seu tempo, desenvolvendo alguma habilidade. Nesses programas, as imagens sobre a velhice são mescladas com imagens da juventude, sugerindo a possibilidade de um envelhecimento bem sucedido, pela dinâmica que é proporcionada pelos mesmos.

Pensar em uma velhice bem sucedida é uma forma de compromisso com um envelhecimento positivo, com conseqüente “desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário” (DEBERT, 1999, p. 3) que marca, atualmente, a sensibilidade em relação à idade cronológica, pela desinstitucionalização e a descronologização da vida.

Apesar disso, a idade é apreendida em suas várias dimensões. Há relatos que exprimem sua dimensão existencial, conforme argumenta Beauvoir (1976), revelando que o envelhecimento modifica o relacionamento do indivíduo com o tempo e, em conseqüência, modifica o seu relacionamento com o mundo e com sua própria história de vida:

[...] Até quando eu tinha 59 eu dizia para as pessoas: eu não tenho ainda nem 60. E não é brincadeira, não. Quando eu fiz 60 anos foi como se descobrisse que estava ficando velho. A gente vai ficando mais frágil, não adianta querer negar, é da estrutura do indivíduo mesmo. Eu sempre subi em árvore, mas hoje eu já não subo mais (André, 68 anos).

No meu caso, as pessoas me tratam como se eu fosse idosa. Eu não me acho idosa. Terceira idade não é idosa. Ontem mesmo eu fui receber o dinheiro do INSS e a atendente me ofereceu um lugar para sentar, não por gentileza, mas me achando velha, eu vi na cara dela. A única coisa ruim da terceira idade é que as pessoas querem conversar com você como se você fosse gagá. Eu não sou gagá. Eu sou madura, experiente, eu tenho idade, mas eu não sou velha (Sofia, 79 anos)

Assim como as referências sobre a velhice apresentadas anteriormente trazem indicações “negativas”, em relação à terceira idade, elas aparecem também com esse teor, tendo sido expostas nas discussões dos grupos focais e nas entrevistas. Há participantes que a consideram como uma idade onde as oportunidades sociais diminuem, contrastando com a juventude em que a pessoa teria “muitas primaveras pela frente”. Para outros, é uma “idade

difícil”, de “limitação física”, “perda das forças”, “baixa dos hormônios”, pessoa “destruída na vida”:

A terceira idade é uma fase de limitação física. A pessoa já não tem a mesma disposição para as atividades que exigem esforço físico. Eu mesma não sou mais a mesma pessoa (Dulce, 66 anos).

A terceira idade, eu acho que é uma idade bem difícil. Mais a mulher, por causa da baixa dos hormônios. Tem baixa de hormônio, menopausa, baixo tudo (Clara, 66 anos)

Pra mim é uma pessoa madura, mais destruída na vida, o físico e o pensar também (Daniel, 52 anos)

Como ocorreu em situações anteriores, nas referências à velhice, aqui também as falas refletem questões de gênero, postas em relevo por Ester, através da preocupação feminina com a aparência corporal, e da fala de Davi que relata o interesse masculino de alguns homens pelo relacionamento com mulheres mais jovens, bem como o comportamento feminino de maior participação e alegria. Essa atitude feminina é ressaltada na literatura por pesquisadoras como, por exemplo, Britto da Motta (2004) referindo-se às trajetórias femininas na velhice, cuja ocorrência se dá em direção a uma maior sociabilidade.

Os relatos evidenciam, ainda, que a visão do corpo em processo de envelhecimento mostra não só uma consciência do tempo cronológico e da identidade etária decorrente da avaliação pessoal. Esse processo se exprime também pelas avaliações dos múltiplos papéis desenvolvidos na sociedade, envolvendo a condição social ligada ao trabalho das pessoas. Dizer, por exemplo, que tem o “corpo gasto” é uma linguagem comum entre pessoas da classe trabalhadora, o que sinaliza a vivência de classe e a exploração através do trabalho (LINS DE BARROS, 2004).

Os sentimentos em relação a essa experiência sinalizam a posição social dos entrevistados e articulam o corpo e o universo do trabalho. As construções identitárias, nesses casos, aludem (como no estudo da autora citada acima) à noção de “corpo gasto”, “corpo doído”, “trabalho duro”, “trabalho desgastante”:

Desde os 35 anos que a idade foi pegando. O dia a dia. Muitas vezes aparecem as doenças: coluna, hérnia de disco. É diabetes, perdi um pouco a visão por causa disso [...]. Eu trabalhei muito em obra [...]. É um serviço duro, muito duro, pesado. Deixa o corpo caleijado. Às vezes eu trabalhava tanto que ficava cansado até pra pegar no sono. Com a idade, as coisas pioram. Acho que a idade traz muitos inconvenientes. Hoje eu ainda durmo mal, acordo duas, três vezes por noite. Tenho um pouco de insônia (Pedro, 51 anos)

Hoje eu fico cansada mais rápido. É o corpo mais doído, mais gasto pelo tempo. Sei que não sou mais a mesma mulher de antes (Eva, 65 anos).

Acrescento que, no caso das mulheres, há um agravante para a condição do desgaste que é o serviço doméstico, para o qual elas não são pagas, mas têm obrigações infundáveis, como bem assinalam Ruth e Diana:

[...]. O trabalho de casa é muito chato, cansativo, eu já estou cansada, é muito desgastante. Eu fico nervosa de tanta coisa que não acaba de ficar pronta nunca. Você faz aqui, daqui a pouco faz de novo... Eu nunca tive empregada doméstica. Esses anos todos eu cuidei de tudo porque eram muitos filhos e só ele [marido] trabalhava e não ganhava lá essas coisas. O emprego dele era bom porque era seguro, mas... não ganhava muito, porque o nível dele era técnico (Ruth, 72 anos).

Hoje eu vivo cheia de dor na coluna, no quadril, nas pernas... (risos). Muitas vezes eu não agüento mais nada depois que acabo a costura e desço pra preparar o jantar. Fico um 'caco'. Aí eu só quero dormir [...]. Quando chega essa idade tem o problema da menopausa que deixa a mulher mais nervosa (risos). Quando junta com os problemas dos filhos, a luta do dia a dia pra pagar as contas ... (Diana, 50 anos)

Embora pertencendo a gerações diferentes, essas pessoas revelam a condição precária das camadas sociais menos favorecidas em termos econômicos e de educação formal, condições que trazem como consequência a limitação para a inserção no mercado de trabalho, além de outras espécies de desigualdade social refletidas nessas falas.

Pedro é um trabalhador da área de serviços gerais que, em função do afastamento de suas atividades por problema de saúde, encontrava-se sem vínculo empregatício no momento em que foi entrevistado. Eva faz serviços de faxineira e de dona de casa e Ruth passou quase toda a sua vida como dona de casa, tendo trabalhado por pouco tempo em um escritório, deixando o serviço por motivo de incompatibilidade com as tarefas domésticas. Eva e Ruth não concluíram o primeiro grau, enquanto Pedro e Diana ainda estudam o segundo grau.

Embora considerando os (as) participantes deste estudo como integrantes das camadas médias, reconheço a diversidade que existe dentro dessa condição, a qual se estabelece não apenas no âmbito estrutural, mas relacional. Nesse caso, ela apresenta variações quanto à percepção que cada indivíduo tem de seu pertencimento e em relação ao comportamento adotado em função dessa percepção. Ou seja, há uma identidade relativa à posição social que é auto-referida, assim como há uma identidade de idade e de cor que é referida pelo indivíduo de acordo com sua construção identitária em cada dimensão.

Os depoimentos abaixo ilustram a percepção de duas pessoas de sexo diferente sobre a própria condição de classe, cujo perfil foi modificado depois da aposentadoria, refletindo nos seus estilos de vida e na organização de seus projetos, fazendo com que Raul construa para si uma referência identitária de pessoa “econômica”, e Leda desenvolva o sentimento de

“despreparada” e “desprevenida” e, até certo ponto, “responsável” por não ter feito “um pé de meia” para calçar esse momento da vida:

Cada dia que passa eu fico mais velho, é claro, mas não é isso que muda a minha vida, não. É o baixo salário que não me deixa fazer o que eu gostaria de fazer que é viajar. Antes, quando eu trabalhava, consegui comprar duas casas [...] uma casa para morar e outra para o lazer, na praia [...]. Hoje eu tenho de ficar fazendo continha para as despesas que são até menores porque os filhos já vivem por conta própria. Com a aposentadoria, eu tenho de ser mais econômico (Raul, 75 anos)

Eu não me preparei para a aposentadoria, em termos financeiros. Eu não esperava que fosse assim, que houvesse tanta defasagem, de 40% por cento. Quando eu trabalhava, pelo menos tinha algum aumento, se não era tão compensador, pelo menos não era tão ruim. A aposentadoria financeiramente falando é uma droga (Leda, 74 anos)

Esses depoimentos de duas pessoas da mesma faixa de idade e com escolaridades distintas revelam o impacto causado pela aposentadoria na vida de trabalhadores que se afastaram de suas atividades no momento em que, para a sociedade em geral, eles já são identificados como “velhos”, categoria que propicia uma vida mais circunscrita ao “domínio das relações privadas” (SIMÕES, 1998, p. 14), mesmo que este não seja, necessariamente, o objetivo de vida dessas pessoas. Muitas desejam inserir-se em atividades profissionais, ainda que nem sempre tenham oportunidade para isso, ou em grupos sociais, a fim de aproveitar esse momento para expandir seus projetos e estilos de vida.

No entanto, o fato de alguns terem recursos financeiros reduzidos conduz à construção de identidades e de estilos de vida baseada nessas limitações. É nessa perspectiva que, situando a identidade no sistema de diferenças, Bourdieu (2002) destaca como elemento fundamental a posição de classe social. Ele diz que “a identidade social se define e se afirma na diferença” (BOURDIEU, 2002, p. 191). Para esse autor, a identidade encontra-se inevitavelmente inscrita nas disposições do habitus e ela ocupa uma posição determinada na estrutura social pelas oposições fundamentais de classe social que tendem a se impor como princípios fundamentais das práticas e da percepção das práticas.

Com efeito, a construção de identidades apresenta singularidades que remetem ao pertencimento de idade, como demonstrado nas narrativas apresentadas, revela aspectos de gênero, expressando-se por intermédio das construções acerca das relações entre homens e mulheres, mas também ocorre em função das diferentes posições sociais em que essas pessoas estão inseridas.

Neste capítulo, tentei mostrar que a identidade pressupõe um conjunto de referências resultantes da visão sobre si a partir das relações nas quais o sujeito está envolvido. No

entanto, a identidade não constitui um núcleo estável do eu, nem o eu coletivo que um grupo mantém em comum, capaz de garantir uma unidade imutável. Como categoria instável, “as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2007, p. 108), podendo ser pensadas no plural pela variedade de posições ocupadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas.

Com esse argumento, procuro romper com as convenções tradicionais sobre a identidade de “velho (a)” e o significado de “velhice” e da experiência de envelhecer, considerando tais dimensões como sendo influenciadas pelos contextos socioculturais e, portanto, sujeitas a injunções das esferas: social, econômica, política, histórica e subjetiva. A partir dessa compreensão, a velhice é vista como um processo multifacetado, capaz de configurar identidades igualmente multivariadas às pessoas nele inseridas.

Com efeito, as velhices que se inscrevem na contemporaneidade silenciam as representações de outrora e figuram como experiências historicizadas de homens e de mulheres que vivem suas lutas e suas glórias em um processo de negociação constante. Essa perspectiva fluida, heterogênea e posicional da velhice concede a cada pessoa em seu processo de envelhecimento lugares que muitas vezes contrariam a posição idealizada e cristalizada pelas exigências de determinada sociedade.

Nessa perspectiva, ao falar de construções identitárias no envelhecimento, refiro-me a identidades configuradas por diversas velhices, desde as que são compreendidas mediante um projeto de aceitação dos limites de idade e do corpo, situado na dimensão biológica, caracterizado pelo sentido de decadência e deterioração (BIRMAN, 1995; DEBERT, 1999), até as que são vividas através de um “projeto reflexivo do eu”, buscando formas de manipulação e controle do corpo e a adoção de estilos de vida associados às novas visões sobre o envelhecimento, num exercício que conecta o desenvolvimento corporal e o estilo de vida (GIDDENS, 2002). Saliento, porém, que entre esses dois pólos, os indivíduos assumem uma variedade de velhices que relutam para não se tornarem categorias rígidas. Velhices que são engendradas em contextos sociais e políticos que influenciam as formas singulares de construção identitária de seus agentes.

No próximo capítulo, mostrarei a dinâmica do curso de vida de homens e mulheres nos aspectos relativos aos seus estilos de vida construídos durante o processo de envelhecimento.

CAPÍTULO 5 - A DIVERSIDADE DOS ESTILOS DE VIDA: *HABITUS*, GOSTO E DISTINÇÃO SOCIAL

“Essa descoberta da variabilidade histórica e da complexidade cultural aponta o erro de considerar a existência de um único curso de vida. Em vez disso, somos forçados a falar dos cursos da vida, no plural. Em termos de nossa metáfora do rio, isso quer dizer que não temos o mapa de um rio, mas de vários rios”.
(FEATHERSTONE, 1994, p. 61)

Fazemos parte de grupos que, embora partilhem valores construídos na experiência cotidiana, configuram-se em espaços globalizados e com alternativas diversificadas de comportamentos e estilos de vida. Quando me refiro a essa questão, entendo que as pessoas participam das formas de pensar e agir da sociedade onde se inserem, interpretando e expressando tais pensamentos e ações de acordo com o pertencimento de idade, geração e gênero, como venho assinalando neste trabalho.

Abordo, neste capítulo, as expressões dos estilos de vida dos (as) participantes, demarcando alguns aspectos relacionados às vivências individuais e coletivas. Recorto elementos que considero com possibilidades de oferecerem uma visão aproximada dos estilos de vida do grupo relativos ao trabalho, à aposentadoria e ao lazer, apontando os sistemas de preferências dessas pessoas. As análises mostram que as tomadas de posição relativas a tais práticas espelham a visão que a pessoa tem de seu próprio processo de envelhecer, estando relacionadas à especificidade do campo social³⁸ onde se inserem. Essas práticas visam alcançar o bem estar pessoal e o convívio social, conferindo distinção aos estilos de vida de mulheres e de homens com idade acima dos cinquenta anos.

Refiro-me à distinção na perspectiva de Bourdieu (1997; 2002), segundo o qual, a distinção constitui “*diferença*, separação [...], propriedade *relacional* que só existe em relação a outras propriedades” (1997, p. 18. Grifos do autor). Para ele, a distinção é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social, percebida de acordo com as categorias apropriadas a essa estrutura. No entanto, o autor esclarece que a pessoa não busca necessariamente a distinção, embora todo consumo e toda prática, ainda que não sejam realizados com o objetivo de serem vistos, constituem distintivos, posto que há uma diferença

³⁸ Quando Bourdieu (1984; 1997) utiliza a noção de *campo social* refere-se a um espaço específico onde as relações são definidas de acordo com um tipo especial de poder, ou seja, o capital específico (econômico, cultural) de cada agente que joga nesse campo. Os diferentes tipos de capital determinam a especificidade do campo.

reconhecida, legítima e aprovada como sinal de distinção (BOURDIEU, 2002) em relação a outras práticas. De acordo com esse autor, os agentes sociais são capazes de perceber a diferença entre suas práticas e a de outros, e eles podem aumentar essas diferenças através do que Weber denomina de “estilização da vida”. Tais diferenças funcionam simbolicamente como “espaços dos estilos de vida” ou como grupos caracterizados por estilos de vida diferentes (BOURDIEU, 1984).

Seguindo, pois, o referencial teórico bourdieuniano, destaco nesta análise o *habitus* e o gosto que marcam a distinção na estilização da vida desse grupo, produzindo trajetórias que se aproximam em muitos aspectos e se distanciam em outros. Nessa perspectiva, assinalo o pressuposto de que o capital³⁹, de qualquer tipo (cultural, econômico, social, simbólico) é relevante para a lógica simbólica da distinção e para a adoção dos estilos de vida no envelhecimento.

De outro lado, acompanhando o pensamento de Giddens (2002), vale dizer que o estilo de vida é compreendido, aqui, não como área de “consumo”, apenas, vinculada a atividades fora do trabalho. Como práticas rotinizadas, os estilos de vida envolvem hábitos de vestir, comer, modos de agir, incluindo, ainda, a escolha do trabalho e de seu ambiente que constituem elementos básicos das orientações dos estilos de vida, condicionando-os e produzindo diferenças em razão da idade, gênero e geração.

Na ótica bourdieuniana, os estilos de vida são “produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos nas suas relações mútuas [...], tornam-se sistemas de signos socialmente qualificados (como distintos, vulgares, etc)” (BOURDIEU, 2002, p. 192). Por sua vez, o gosto constitui “propensão e atitude de apropriação (material e/ou simbólica) de uma classe determinada de objetos ou de práticas classificadas e classificantes” (BOURDIEU, 2002, p. 193). Ainda conforme esse autor, o gosto é visto como o princípio do estilo de vida, um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica de cada espaço simbólico (trabalho, lazer, móveis, roupas, linguagem, ou *hexis*⁴⁰ corporal), a mesma intenção expressiva.

Partindo da premissa de que os estilos de vida decorrem da interdependência de aspectos socioculturais, entendo que esses espaços simbólicos configuram-se como campos estruturados por relações dinâmicas entre os agentes sociais posicionados conforme os

³⁹ Para Bourdieu (1980), a noção de capital impõe-se como o único meio de designar o princípio de efeitos sociais que se tornam visíveis quando as pessoas obtêm resultados dos diversos tipos de capital.

⁴⁰ No sentido aristotélico, *hexis* significa disposição, diferindo de *diathesis* (estado). No entanto, esses termos são intercambiáveis, operando de modo conjugado na argumentação aristotélica (HOBUSS, 2010). Tal como o *habitus*, a *hexis* incorpora os “esquemas de percepção, de julgamento e de ação” (HÉRAN, 1987, p. 405).

recursos disponíveis, que lhe dão maior ou menor visibilidade, e as instâncias sociais (família e outros grupos sociais, mídia) proporcionando uma variada gama de expressões identitárias esboçadas através das práticas cotidianas. Nesse sentido, vale dizer que, se de um lado uma prática indica o gosto pessoal, simbolizando a singularidade da pessoa, de outro lado, ela aponta quem é essa pessoa aos olhos da comunidade onde vive. Como observa Elias (1994b, p. 151) “a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social”.

O estilo de vida, portanto, é compreendido através da ótica desses autores, revelando-se como um conjunto de práticas que expressam as construções identitárias de homens e de mulheres sendo, de acordo com Giddens (2002), um conceito mais “adotado do que outorgado”. Tais práticas, incorporadas ao *habitus* por um sistema adquirido de preferências e princípios de visão (BOURDIEU, 1997) reproduzem interesses e necessidades pessoais, estando vinculadas a referências socioculturais.

Os próximos itens informam sobre o *habitus*, o gosto e a distinção nos estilos de vida dos participantes. As narrativas revelam o gosto pelo trabalho, acompanhado da preocupação com a aposentadoria, ou da continuidade das atividades profissionais depois de aposentar-se. Expressam, também, as escolhas individuais e conjugais de outras atividades para ocupação do tempo livre, evidenciando mudanças ocorridas nos estilos de vida em função das referências etárias e da visão de mundo que orienta a percepção das situações.

5.1. ESTILO DE VIDA E TRABALHO

Como vimos em capítulo anterior, a visão positiva sobre a velhice está vinculada a vários fatores, em geral sendo associada à capacidade de realizar diversas atividades, incluindo realizações prazerosas. A imagem negativa, ao contrário, está relacionada aos estigmas que normalmente são utilizados para classificar os idosos (PEIXOTO, 2007) e, muitas vezes, vincula-se à limitação para realizar atividades físicas ou intelectuais.

Nas sociedades modernas, um “conjunto de discursos [...] divulgados pela mídia se empenha em desestabilizar expectativas e imagens tradicionalmente associadas ao avanço da idade” (DEBERT, 1999, p. 71). Assim, uma das estratégias para retardar os padrões de comportamento para que contemplem as expectativas de uma sociedade capitalista traduz-se na participação ativa que é vista também como uma forma de dar significado a essa etapa da vida, explorando novas identidades e novas formas de expressão (DEBERT, 1997). Essas

novas identidades e estilos de vida incorporados ou mantidos por essas pessoas remetem às possibilidades que estão disponíveis no seu contexto cultural, mas sua apropriação depende do capital simbólico⁴¹ que as distingue no espaço social.

Os depoimentos abaixo sinalizam os estilos de vida de pessoas que ainda não se aposentaram e que colocam no trabalho uma possibilidade de engajamento social, valorizando, além das realizações pessoais, a conquista de relacionamentos, o que faz com que fiquem “ligadas na vida”:

O trabalho para mim é uma terapia, uma psicoterapia. Converso com as clientes, elas me falam dos problemas delas, eu falo dos meus, é muito bom! Eu gosto de trabalhar, é muito bom! Eu quero fazer um curso para passar minha técnica, porque eu já trabalho há 40 anos, já estou cansada [...]. Mas eu gosto porque é uma forma de ficar ligada na vida. Eu ainda não posso me aposentar, tenho de ir no meu país para ver a documentação que vai servir para eu me aposentar aqui. Mas eu não estou com pressa de aposentar, não, porque meu trabalho eu mesma administro o que fazer e é muito bom estar trabalhando com o público numa coisa que eu adoro! (Clara, 66 anos)

Trabalhei de tudo [...]. Há 20 anos eu trabalho como sapateiro, porque eu gosto (risos). Gosto muito de conhecer pessoas, lidar com problemas diferentes. Às vezes as pessoas chegam aqui e me falam seus problemas e eu dou uma idéia pra resolver e depois a pessoa volta aqui e me diz: olha, aquilo que você falou deu certo (risos). Eu gosto de trabalhar como autônomo porque além de gostar da atividade em si, eu posso criar [...]. Eu gosto da autonomia que o serviço me dá, de fazer o meu próprio horário, de não ter de dar satisfação pra nenhum patrão. Meu patrão sou eu mesmo. Falta um ano pra eu me aposentar. Mas eu não pretendo parar de trabalhar [...]. Meu trabalho não impede, quer dizer, não é nada complicado, não exige muito esforço, porque eu trabalho sentado (Clóvis, 64 anos)

Clara e Clóvis trabalham por conta própria e destacam a liberdade de autonomia gerada pelo próprio trabalho, sendo “patrões de si mesmos”. No entanto, em ambos os casos, está presente a preocupação com a futura aposentadoria, pelas referências aos “fantasmas” da velhice que, nesta pesquisa, ocupam boa parte dos discursos. A “inatividade” é vista como causa de “depressão”, “isolamento”, “tristeza”, “doença”, “estagnação mental”, conforme aludido em muitas narrativas. Essas representações desenham um mapa da velhice centrada no “corpo em movimento”, em que a atividade seria uma forma de preservação do corpo em suas funções biopsicossociais.

⁴¹ O capital simbólico é uma medida do prestígio que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo, permitindo que ele desfrute de uma posição de proeminência frente a esse campo (BOURDIEU, 2003). Esse capital pode ser convertido em capital cultural ou econômico na medida em que tais modalidades de capital são facultadas pelo efeito de valorização exercido pelo indivíduo detentor do capital simbólico, permitindo um reconhecimento imediato de sua dominação sobre os demais integrantes do campo.

Em algumas narrativas, eles e elas ressaltam a relação entre a idade e a capacidade de manter-se “na ativa”. Porém, os estilos de vida são influenciados não só pela idade, mas pela condição profissional, como proclama Iraci:

Eu acho que a idade que eu tenho, 50, não influencia muito no meu estilo de vida [...]. O que pesa é o trabalho em sala de aula. É o cansaço, mais pelas atribuições da vida e do tipo de aluno de hoje em dia [...]. Você tem de agüentar desaforo, rebeldia, droga e tudo o mais e não pode dizer nada, não pode reprovar... É aluno querendo mandar no professor, levando arma pra dentro da sala de aula, metendo medo em todo mundo e o professor tem de ficar calado pra não sobrar [...]. (Iraci, 50 anos)

Essa narrativa espelha a condição atual de violência nas instituições escolares, que constitui um elemento de preocupação para professores, alunos e sociedade, em todos os níveis sociais, mas destacando-se especialmente nas escolas públicas, onde a diversidade de condições sociais pode favorecer sua emergência. Assim, apesar da motivação para o trabalho de educadora, demonstrada em outro depoimento, Iraci é obrigada a conjugar esse interesse com os fatores de exclusão, frustração e desengajamento de alunos “transgressores”, além de renunciar a uma atitude reativa frente aos mesmos, o que revela a interiorização de valores constitutivos de uma “nova” realidade social neste âmbito. Há que se ressaltar, nesse caso, a condição de gênero que molda o panorama nas nossas escolas constituídas, sobretudo, de uma população feminina que assume as salas de aula. Os estereótipos ligados a essa condição (relatados em outra fala da própria Iraci) talvez contribuam, em parte, para que o controle social que, supostamente, seria uma das funções da educação formal, atue de forma diluída, dotando os alunos mais do que as professoras do exercício de poder “dar as cartas”.

Em outro nível de análise, vale dizer, ainda, que a condição profissional de Iraci insere-se numa cadeia de posições que exige diversidade na sua atuação, com implicações para a relação entre as gerações, conforme pode ser inferido de suas próprias palavras:

[...] o tempo todo eu fui mais professora mesmo. Dou aula, dou conselhos, dou muitos conselhos aos alunos. Como professora, a gente é um pouco mãe, psicóloga, conselheira, acompanha a vida dos alunos. Mas eu gosto. Eu sinto falta quando não estou em aula, quando não tenho trabalho. O trabalho ocupa uma parte importante na minha vida. Nas férias eu já fico pensando o que eu vou fazer de melhor no ano seguinte [...]. Eu vivo em função da escola. É o meu jeito de ser. Fui educada para isso. Não é o que acontece com a maioria dos professores. Os novos professores fazem da educação um bico (Iraci, 50 anos)

Além da idade e da natureza da atividade desenvolvida, outra condição que gera vulnerabilidade no âmbito do trabalho é o pertencimento de classe social⁴², que ocorre em função da própria origem da pessoa ou de fatos que sucedem no seu curso de vida. Essas vulnerabilidades produzem, por exemplo, a redução dos recursos pessoais, dificultando a inserção ou a mudança de postos de trabalho, potencializando-se face à posição ocupada nos diversos espaços sociais e em relação às expectativas da sociedade, podendo resultar na expansão ou retração das experiências que se incorporam aos estilos de vida.

O depoimento a seguir ilustra a relação entre o pertencimento de classe social e as oportunidades de estudo para o desenvolvimento profissional e o conseqüente estabelecimento de um estilo de vida diferente em termos de inserção no mercado de trabalho:

Atualmente eu trabalho em casa de família. Faço a limpeza e às vezes eu faço alguma comida. Acho bom porque ganho meu dinheirinho e é uma distração. Trabalho assim há dois anos, duas vezes por semana, porque moro longe e a patroa não precisa de mim todos os dias. Antes eu trabalhava em serviço de limpeza em um colégio. Não era um emprego fixo, era serviço prestado, sem carteira assinada. Mas é um trabalho que eu sei fazer. Aprendi de pequena, na minha família nunca teve empregada [...]. Podia tá fazendo outro serviço se eu tivesse estudado mais [...]. Sou de uma família muito humilde. Meus pais tinham pouco estudo, então eles também não obrigavam eu ir pra escola (Eva, 65 anos)

A distinção (de classe e educação formal) contribui com o estilo de vida atual de Eva, limitando-a em função de seu pertencimento a uma posição social restrita nesses aspectos. O gosto pelo trabalho surge da condição de recompensa financeira e por representar o que ela sabe fazer, uma aprendizagem adquirida na geração anterior e internalizada através da socialização na própria família.

As modificações nos estilos de vida são sempre imputadas ao *habitus* que define, também, o gosto pelas práticas. Com efeito, o *habitus* “é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, sendo produto de toda a história individual, bem como através das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da família e da classe” (BOURDIEU, 2004, p. 131). É o que aparece na fala de Eva, acima, sendo ilustrado, ainda, nas narrativas abaixo:

⁴² Embora a classe social não esteja entre as categorias selecionadas para subsidiar a análise dos dados desta pesquisa, não está excluída. Assim, quando me refiro a “classe social” estou entendendo tal noção na perspectiva de Thompson (1987) que propõe sua análise a partir da idéia de “relação”, criticando a forma como ela tem sido des-historicizada. Para ele, a classe é um “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados [...], algo que ocorre efetivamente [...] nas relações humanas”, existindo como resultado de experiências comuns, sentidas e articuladas a partir da identidade de interesses de um grupo (THOMPSON, 1987, p. 9-10).

Faço tudo todos os dias e ainda cuido dos netos. Se eles estiverem aqui eu trabalho mais porque tenho de preparar o que cada um gosta de comer. O que mora comigo não gosta de comer. Ele come muita fruta, gosta de besteira também, de lanche. Não come feijão, nem arroz, nem frango. Macarrão, só se for com molho branco, uma vez na vida. Gosta de batata gratinada e agora ele come ovo cozido, mas antes não comia. Quando eu faço vitamina eu aproveito e boto as coisas que ele não gosta e bato tudo junto. Aprendi quando tinha meus filhos pequenos e não queriam comer. Aí eu misturava tudo e batia. Mas tem de saber fazer pra ele não desconfiar. Imagine que até minhas filhas agora também não comem mais carne, só soja. Aí eu tenho de fazer almôndega de soja, ou então a soja bem temperadinha pra elas comerem (Ruth, 72 anos)

Eu adoro fazer esse trabalho! Meu pai era sapateiro, conhecido aqui no centro. Ele morava e trabalhava aqui. A vida toda. Eu aprendi com ele, mas ele dizia que não queria filho dele sendo sapateiro pra não ficar cheirando o chulé dos outros (risos) [...]. Pra mim, como autônomo, o maior desafio é ser uma águia, não uma ostra. Sair todos os dias para procurar seu alimento. A ostra fica lá, quietinha, só com a boquinha aberta esperando passar algo que alimente. Se não passar ela continua lá esperando. A águia, não. Ela vai atrás, vai à luta. Assim sou eu, um batalhador de todo dia (Clóvis, 64 anos)

De acordo com Bourdieu (1997), uma das funções do *habitus* é possibilitar uma “unidade de estilo” vinculando as práticas e os bens (entendo como os valores) de um agente ou de uma classe de agentes. Nesses últimos relatos, percebe-se que o *habitus* traduz as características intrínsecas e relacionais das posições assumidas pelos (as) agentes, exprimindo a extensão dessa posição a um conjunto (nos exemplos citados, à família), ou seja, expondo um estilo de vida “coletivo” – abrangido pelas escolhas, valores e práticas dessa classe de agentes.

Como sistema de disposições para a prática, o *habitus* é um fundamento objetivo de condutas regulares (BOURDIEU, 2004). Ao analisar as narrativas de Eva e de Ruth, encontro um ponto de interseção dessa regularidade de conduta que pode estar relacionada à socialização das meninas-mulheres no que tange à percepção, aprendizagem e transferência para a vida adulta das práticas domésticas (cuidar da limpeza e da alimentação) que são resultantes do *habitus*. Esse mesmo caráter do *habitus* é revelado na fala de Iraci, ao referir-se à sua formação para ser educadora afirmando: “fui educada para isso”, questão incorporada como algo “natural” do seu “jeito de ser”.

Aproximando essa discussão da proposição de Scott (1995) quanto aos elementos constitutivos do gênero, suponho que as narrativas de Eva, Ruth e Iraci expressam aspectos simbólicos, contendo noções dirigidas ao feminino, e evidenciam valores que trazem implícito o comportamento esperado, através de mecanismos de controle instituídos socialmente.

No entanto, apesar de certa “regularidade” encontrada em algumas práticas, essas se distinguem graças à dimensão subjetiva do gênero, aos aspectos geracionais e outros que

engendram percepções e práticas diferenciadas, produzindo gostos igualmente distintos e resultando em estilos de vida singulares. Considerando os depoimentos acima, ressalvo que tais dimensões atuam de maneira indissociável, de modo que, ao analisar os estilos de vida ou qualquer outra dimensão, “não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem isolá-las como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente” (SAFIOTTI, 1992, p. 206). Desse ponto de vista, portanto, “nenhuma prática social é jamais a pura expressão ou manifestação de uma relação social única” (COMBES; HAICAULT, 1987, p. 34), embora em suas articulações possa sobressair ora uma, ora outra dimensão.

A seguir, os depoimentos sinalizam como mulheres e homens aposentados procuram manter suas condições físicas e mentais para engajar-se em atividades familiares, culturais, de lazer e político-sociais que promovam a oportunidade de projetá-los em um universo social mais amplo, visto que um dado valorizado na construção de identidades e na definição de estilos de vida no envelhecimento é a capacidade de pertencimento a grupos onde eles e elas possam destacar-se, mostrando sua condição de participação “ativa”. Nesse sentido, ao identificarem tais possibilidades, os (as) aposentados (as) põem em relevo a capacidade de envolver-se em alguma atividade que os coloque em movimento, pois muitos não gostam de “ficar parados”, “de braços cruzados”.

5.2 MODOS DE VIDA NA APOSENTADORIA

O confronto com a idade, através do corpo, muitas vezes acompanhado da doença, do desemprego, da aposentadoria, da menopausa, do receio da viuvez ou da “proximidade” da morte aciona representações sobre a velhice que povoam o imaginário social e enquadram os (as) idosos (as) em um universo temido. Tais representações os (as) conduzem na busca de mecanismos que ajudem a escapar da deterioração corporal já que da idade não conseguem fugir.

O fato de a aposentadoria caracterizar-se pela saída do mercado de trabalho, relacionado ao aspecto de produção da vida e pela entrada na esfera doméstica, onde supostamente o poder seria limitado (STUCCHI, 1998), constitui para muitas pessoas a perda de uma referência identitária fundamental. As idéias vigentes na nossa sociedade sobre o “valor do trabalho”, pela sua condição de atividade que gera bens de troca, e o sentido de prestígio atribuído a quem trabalha povoam o imaginário das pessoas construindo representações que refletem nos estilos de vida que se organizam na aposentadoria.

Embora evitando as classificações, neste trabalho identifico três tipos de decisões tomadas pelos (as) aposentados (as) para ocupação do tempo. Tais decisões dirigem o interesse para um tipo de atividade, onde investem suas energias, mostrando serem pessoas “ativas”, independentemente do objetivo desse envolvimento. Há um tipo que estou chamando de “produtivo”, que prolonga o tempo de participação profissional no trabalho contratual; um tipo ativo “independente”, com atuação em alguma atividade não contratual, orientada por escolhas particulares e com finalidades pessoais. Por último, o tipo “voluntário”, que é difundido em boa parte entre as mulheres e contempla a participação dos (as) aposentados (as) em iniciativas que oferecem um caráter de “alteridade” à ação desenvolvida, mas que não se relaciona com a noção tradicional de produtividade. Tais “modelos” constituem uma divisão artificial, elaborada a partir dos depoimentos sobre os campos do trabalho remunerado e da aposentadoria, não indicando, porém, uma correspondência absoluta das ações pertinentes aos mesmos, nem impondo padrões estanques.

Representam o tipo “produtivo”, as escolhas de Omar e Sofia, ainda que contenham outros elementos além da simples noção de colocar o corpo em um movimento em uma atividade de “produtividade” profissional. Seus relatos mostram a importância concedida à atividade na idade madura e na velhice para “sentir-se útil”, “estar em ação” e “estar em evidência”:

[...]. Quando a gente está acostumado a sair todos os dias para trabalhar, fica difícil parar de vez. O corpo sente essa falta. E eu sou uma pessoa muito ativa, sempre me envolvi com muita coisa ao mesmo tempo. A aposentadoria foi um peso para mim... Porque sou um homem que gosta de relacionamento. Gosto de estar presente, gosto de servir, de ser útil. Depois de aposentado, você já não é visto como alguém que serve. O aposentado se recolhe em casa. Fiquei pensando: será que vou agüentar ficar em casa? [...]. Busquei uma válvula de escape [...]. Não penso em ficar sem trabalhar, porque hoje faço isso porque gosto de servir, não por questão financeira (Omar, 76 anos)

Sempre trabalhei na minha profissão [...], eu me aposentei, mas não parei. Continuei trabalhando. Esses dias eu estou parada porque estou me recuperando da cirurgia. Agora que tive o câncer, o meu médico me aconselhou a voltar urgentemente ao trabalho para melhorar minha cabeça. Eu preciso voltar, eu não sei ficar em casa. Eu não sei ficar parada, de braços cruzados. Só paro quando não tem jeito. Eu gosto de ver gente, de atender meus clientes, de passear no shopping, ver minha família, meus amigos. (Sofia, 79 anos)

A idéia de estar em movimento não significa necessariamente a ocupação de um posto de trabalho ou a busca de um retorno financeiro. Significa manter os relacionamentos na ativa, cumprir o objetivo de “servir” aos outros como narra Omar, ainda que essa tarefa possua uma via de mão dupla, satisfazendo a si e aos outros. No caso de Sofia, essa idéia é julgada como uma forma de terapia, com a justificativa de “melhorar a cabeça”, além da

possibilidade que se abre para atender a outros objetivos sociais, acionada mediante os passeios ao shopping e as visitas aos familiares e amigos.

Nesse sentido, trabalhar durante a aposentadoria simboliza não só uma forma de completar os rendimentos financeiros, mantendo o padrão de vida anterior, mas é também uma forma de integração e socialização que evita o “vazio social” (PEIXOTO, 2004). Tomando como referência o nível de vida dos participantes que prorrogaram sua permanência no trabalho, tal escolha parece ser motivada, sobretudo, pela segunda condição, ou seja, preencher o vazio social.

Algumas vezes, a continuidade das atividades profissionais não segue o mesmo ritmo anterior, seja por decisão pessoal, seja por força de alguma circunstância, como ressalta Diogo:

Minha rotina é de trabalho, ainda. Não tanto como antes, nem como a mulher, mas ainda estou na ativa apesar de aposentado. Não dá para continuar no mesmo ritmo. Hoje eu tenho já algumas limitações de saúde que não me permitem trabalhar como antes [...] (Diogo, 73 anos)

Constitui o modelo de atividade “independente”, aquele que foge às pressões de um trabalho por obrigação, sendo as escolhas efetuadas por aposentados (as) que consideram a aposentadoria um momento propício para a realização de sonhos ou projetos inacabados, como também uma forma de manter-se na “ativa”. É o caso de pessoas como Leda, para quem ser “aposentada” significa a oportunidade de pensar em fazer coisas que lhe dão prazer, priorizando suas escolhas, sem sofrer pressões externas:

Sou APOSENTADA com todas as letras grandes e com todos os direitos de aposentada pra fazer o que eu quero, sem pressão de ninguém. Eu faria outra coisa, logo que eu me aposentei, mas não encontrei, Hoje já não me interessa mais nenhum emprego (Leda, 74 anos)

Para tentar compreender as tomadas de posição de pessoas como Leda, é preciso rever outras falas. Assim, deixar de envolver-se em um trabalho contratual passa a ter relevância maior quando o projeto profissional anterior não foi realizado com satisfação, seja pela estrutura do próprio trabalho, seja pelas relações envolvidas. Vejamos o que Leda e João relatam sobre seus antigos postos de trabalho:

A profissão que escolhi é muito desvalorizada e eu cheguei na empresa no momento da “engenheirocracia”, os engenheiros eram tratados como deuses. Era um desafio muito grande ter de enfrentar a selvageria daquele ambiente. Ambiente selvagem, de falsidade, de falta de preparo dos profissionais. Eu tive dificuldade de adaptação, porque eu sou uma pessoa sensível e com visão além do que as pessoas enxergavam. Eu não conseguia, eu tive uma grande dificuldade em seguir os procedimentos da

empresa porque eu não concordava com tudo e por isso eu era deixada de lado pela chefia. Eu vivia como um peixe fora d'água (Leda, 74 anos)

Ficar sem trabalhar tá bom, tô levando, cansei de trabalhar com gente. Depois de me aposentar fiquei ainda sete anos trabalhando [...]. Trabalhei como autônomo fazendo o mesmo que eu fazia antes. Já tem dez anos que eu não trabalho mais. Agora só mesmo a vida de aposentado. Quando aceitei retornar à atividade me achava forte, ainda. Hoje, não, tô cansado, estressado. Trabalhei com o público, é um trabalho diferente, tem de ter várias máscaras com cada cliente, ele usa uma máscara diferente. A gente cansa de usar tanta máscara, fica cansado (João, 68 anos)

Com efeito, a aposentadoria não compõe um momento isolado da história de vida da pessoa que se aposenta. Ela é integrante dessa história e envolve não só o âmbito profissional, mas todos os setores de sua existência, influenciando-os e sendo influenciada por eles. Assim, as decisões tomadas a esse respeito são perpassadas por outras dimensões, além da trabalhista. Nesse caso, as escolhas feitas por aposentados (as) refletem suas histórias de vida, incluindo sua visão de mundo e os contextos sócio-culturais em que se integram.

Nos casos analisados aqui, a referência maior para essas escolhas é a adoção de estratégias de “ação”, sejam de caráter individual ou coletivo. Mas há quem adote um sentido de plasticidade para a vida de aposentado (a), compreendendo como um recurso “positivo” o envolvimento em outra esfera de ação que não seja o trabalho formal. Essa decisão ocorre na medida em que condições sociais específicas produzidas por diferentes sistemas de disposições permitem tal ajuste na sua trajetória, tornando-a distinta das demais:

Não sou hiperativo, mas me considero um aposentado muito ativo. Onde eu trabalhei sempre gostei de ocupar o tempo. Eu sou assim, se for para trabalhar muito, eu trabalho, mas se for ‘para coçar’, desculpe o termo, eu coço. Eu dizia que quando eu me aposentasse eu iria ficar seis meses de férias. Já tem dez anos e eu sempre estou fazendo alguma coisa. Eu saio muito, eu fico no computador (risos), eu não sinto falta do trabalho (risos). Eu arranjei meu modo de ficar na ativa sem estar trabalhando (Lázaro, 68 anos)

Embora o *habitus* constitua um conjunto de esquemas assimilados, capaz de dar coerência às ações das pessoas, “é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo” (BOURDIEU, 1983a, p. 106). Tal idéia serve para apoiar o caráter de plasticidade do *habitus*, sendo possível inferir que toda pessoa é capaz de criar formas alternativas de expressão, fazendo suas escolhas a partir da necessidade empírica de dar coerência a situações particulares. Assim sendo, o *habitus* compreende um sistema de disposição aberto, confrontado permanentemente por novas experiências e sendo incessantemente afetado por elas (BOURDIEU, 1992).

É possível relacionar tal interpretação à noção de reflexividade apresentada por Giddens (2002, p. 25), ao analisar as transformações da modernidade⁴³. Segundo esse autor, essas transformações afastam “a vida social da influência de práticas e preceitos preestabelecidos”, constituindo, assim, o contexto para a reflexividade, que torna susceptível muitos aspectos das relações sociais. A reflexividade faz com que as práticas sociais sejam examinadas, podendo ser alteradas à luz de novas informações.

Dentro dessa compreensão, o sentimento de bem-estar e tranquilidade por não trabalhar e poder fazer “o que bem entende” e “quando sente vontade” mostra a condição adaptativa das pessoas dentro de uma ordem social constituída por práticas às quais elas podem reagir. É a dimensão subjetiva (SCOTT, 1995) assumindo a primazia em relação aos elementos simbólicos, normativos e institucionais do gênero.

Aqui, o sentimento de bem-estar é narrado como “irresponsabilidade”, pelo caráter de liberdade de escolha que essas novas práticas adquirem com a aposentadoria, liberando a pessoa de fazer as coisas por “obrigação”:

Acho tranquilo ficar sem trabalhar. Eu posso fazer o que bem entendo, sem horário para nada. Eu gosto de ser meio irresponsável, agora que já não tenho mais obrigações com filhos, eu quero mais é curtir. Não pode é ficar encostado num canto, senão fica maluco, a doença logo toma conta. Isso eu não desejo. Tem de fazer alguma coisa, mas nada de trabalho, de me ocupar com coisas que viram obrigação. Isso eu não quero de jeito nenhum. Mas eu tô sempre pra lá e pra cá. Todo dia eu saio, não fico parado em casa. Caminho todos os dias. Tive uma época que queria cuidar de roça. Quando eu trabalhava comprei um sítio em Entre Rios. Tem umas cabeças de gado e eu cheguei a pensar em ficar me dedicando a isso. Mas depois desisti, não quis trabalhadeira, não. A idade não permite nem eu preciso mais disso (Tiago, 75 anos)

Estar aposentada é a melhor coisa que fiz na vida. Estava com 60 anos, no auge da minha vida profissional porque tinha mil propostas para não sair, mas foi um processo consciente, não me arrependi e depois não aceitei nem uma consultoria, nada que se referisse a trabalho, embora eu adorasse o trabalho. Olha, hoje eu sou mais disciplinada. Mais ou menos, agora. Porque quando me aposentei fiquei terrivelmente indisciplinada (risos) com horários, com promessas, obrigações, arre! Eu soltei a franga! (fala muito rápido). Nos primeiros 5 anos eu fui um pouco egoísta. Eu fazia tudo o que eu queria e que a vida profissional tinha me limitado. Eu queria passear, reler os livros que eu tinha lido na minha juventude [...]. Mas depois eu vi que tinha que fazer um ajuste na minha vida porque a indisciplinada estava me levando para caminhos que só satisfaziam a mim mesma. Eu fazia as programações e trazia as pessoas nas minhas costas. Eu tenho a capacidade de fazer isso (Luisa, 75 anos)

Sou aposentado há quase 20 anos. Poderia ter voltado a trabalhar logo que me aposentei, mas estava cansado, o trabalho exigia muito. Quando eu me aposentei logo, eu acordava no mesmo horário de antes, mas depois eu passei a acordar mais tarde um pouco. Hoje eu já estou totalmente adaptado. Não me queixo de estar aposentado, não. E vivo como aposentado, mesmo, não fiz nenhum trabalho nem me

⁴³ Giddens (2002) analisa as transformações da modernidade a partir de três critérios: as novas noções de tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade.

dediquei a nenhuma atividade rotineira pra ocupar o tempo. Só mesmo as caminhadas que eu não considero nada rígido de ter de fazer. Faço porque acho bom, mas não me obrigo (Ângelo, 77 anos)

Como relatado acima, as pessoas buscam o “que” fazer, cada qual do seu jeito. Porém, deixar de buscar uma atividade depois de aposentado/a nem sempre significa que o homem ou a mulher não tenha tido interesse em manter um estilo de vida “produtivo”, no sentido de estar vinculado a compromissos profissionais. Há quem se queixe de ter tentado voltar ao mercado de trabalho, mas convenceu-se dessa impossibilidade em razão das características desse setor na atualidade, pois, em geral, é exigido algum preparo técnico que o idoso não teria obtido, abrindo-se as portas, sobretudo, aos mais jovens, como assegura o casal abaixo:

Não pretendo voltar a trabalhar. Não fiz nenhuma atividade remunerada depois que me aposentei, porque eu gosto da vida que estou levando (risos). Se não tenho um salário astronômico, mas eu estou sobrevivendo, tá entendendo? Não é que eu seja acomodado, mas tenho de enfrentar a realidade. Todo ano as faculdades estão despejando no mercado muita gente jovem, ‘cobra’. Eles sabem mais informática do que eu. Não tem porque ficar me martirizando. Como é que eu vou botar currículo nas empresas, eu com mais de 50 anos, para concorrer com esse pessoal, entendeu? (risos). Eu tô muito satisfeito com a minha vida, podia não ser aposentadoria, ter outro nome. Só mudou meu sistema de vida, mas eu não estou achando ruim (Lázaro, 68 anos)

Esta é a melhor fase da minha vida porque soltei as amarras. O que tem de ruim é que não dão oportunidade da gente fazer alguma coisa. Acham que a gente é velha pra fazer as coisas. Eu até pensei em voltar, não para a mesma atividade de antes, mas as exigências hoje são outras (Leda, 74 anos)

A participação de muitos idosos no mercado de trabalho e em outros espaços onde convivem com gerações mais jovens resulta muitas vezes em limitações que repercutem sobre a sua vida de modo desvantajoso. Nesses espaços, o fundamento do poder dos mais jovens se impõe sobre o poder dos mais velhos, sobretudo quando se produz a substituição desses por aqueles, sob a alegação da falta de atualização ou de maior disposição para o trabalho, para a criatividade e flexibilidade face aos processos produtivos.

Ao retratar os conflitos geracionais no mundo do trabalho, na França, Bourdieu (1983a, p. 119) admite que esse conflito é vivido através de pessoas ou grupos etários constituídos a partir de diferentes relações com o sistema escolar. De um lado, existem os mais velhos que “invocarão a experiência associada à antiguidade, enquanto os jovens invocarão a competência garantida pelos títulos”.

Embora a idade não seja o único referencial associado à velhice, ela tem o poder de impactar, em maior ou menor grau, no curso da vida de mulheres e de homens. Em relação a

isso gostaria de frisar que as possibilidades de inserção profissional decorrem não só da idade/geração, mas de outras dimensões sociais, como o gênero, e refletem as formações culturais de uma sociedade. Nesse caso, a possibilidade de explorar identidades novas e de organizar novos estilos de vida na velhice pode ser limitada por esses aspectos, que atuam de forma conjugada. No que tange às mulheres, a identidade de “velha” pode ser potencializada pelo fato de serem mulheres.

No entanto, apesar do curso de vida ser delineado, sobretudo, pela “sociedade do trabalho”, conforme salientado por Attias-Donfut (2004), numa referência à afirmativa de Martin Kohli acerca do envelhecimento e das relações entre gerações, e a despeito dos determinismos tecnológicos e sociais de que fala Grün (1999)⁴⁴, é evidente que nessas relações há também aspectos positivos que são estimulados pela convivência e troca entre as gerações (PEIXOTO, 2004). Nesse sentido, a relação entre pessoas de segmentos de idade diferentes pode ser profícua ao somar a experiência dos mais velhos à dos mais jovens.

As narrativas de Susana e de Renato acenam para essa condição de partilhar experiências no ambiente de trabalho, produzindo um clima de harmonia entre pessoas de gerações etárias distintas:

Trabalhei muitos anos na universidade [...] como professora [...]. Aposentei faz muito tempo, mas não parei. Continuo em atividade, porque não dá pra ficar parada. Atualmente sou docente titular da universidade [...] e dou aula em dois cursos [...]. Meu trabalho na faculdade é divertido porque... eu sou professora há muitos anos, meus colegas, muitos já se aposentaram, como eu, mas deixaram de ensinar. Mas eu tenho colegas de todas as idades, então o grupo é bastante diversificado. É interessante porque nós compartilhamos as idéias com pessoas mais maduras e com pessoas bem jovens. Eu acho que fica bacana o ambiente assim misturado com gente de todas as idades. Sem falar que os alunos em geral são pessoas jovens (Susana, 72 anos)

[...]. Na minha área, a gente tem possibilidade de ter um leque amplo de relacionamentos, tanto no próprio setor de trabalho, como com os clientes. Claro que alguns são mais próximos, mas de modo geral, o relacionamento é ótimo, independentemente se é um funcionário mais novo na casa ou se é mais velho. Sempre existe a preocupação de manter a harmonia entre todos. Como eu sempre ocupei posição de gerenciamento da equipe, eu sempre tive essa preocupação (Renato, 68 anos)

Grün (1999) afirma que, quando o funcionário mais velho possui grande volume de capital social e cultural, ele resiste à prova da idade, transformando em virtude suas dificuldades. Assim, os demais funcionários não questionam sua competência, e os “eventuais

⁴⁴ De acordo com Grün (1999), esses determinismos oferecem as explicações para os arranjos dos processos de trabalho e das hierarquias entre os funcionários e produzem constrangimentos advindos do choque geracional que confronta a técnica dos novos e a lealdade dos antigos. No entanto, envelhecer no trabalho não significa sempre tornar-se obsoleto, mas pode indicar uma via de ascensão a postos de maior qualificação.

pontos cegos de sua adaptação aos tempos passam a ser lidos [...] como meros detalhes que podem ser providenciados por especialistas”. (GRÜN, 1999, p. 104-105).

Passo a ilustrar o terceiro tipo de envolvimento dos (as) aposentados (as) que põem em ação o sentido de “alteridade”, a qual se manifesta pelas ocupações de caráter voluntário, desenvolvidas para suprir lacunas sociais e burocráticas em condomínios, instituições religiosas, organizações não governamentais e particulares. A participação feminina nesse tipo de atividade tem maior destaque do que a masculina, havendo, porém, dois casos em que marido e mulher participam juntos de atividades voluntárias. Outro casal revelou tal participação, mas com ênfase diferenciada entre marido e mulher.

Abaixo, apresento exemplos da participação feminina realizada fora do domínio da conjugalidade, já que os maridos não compartilham dessas atividades (um deles “está em outra, só faz reclamar”, afirma Denise; enquanto o outro “só anda da cama pra mesa”, diz Ester). Elas revelam algumas facetas de seus estilos de vida de aposentadas:

Eu nunca paro [...]. Não sou de ficar esperando acontecer. “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Ajudo na administração do condomínio, sou subsíndica. E faço um monte de outras coisas. Eu faço tudo isso para dar sentido à minha vida [...]. Nunca parei. Eu não tenho filhos, sou aposentada, acho que entraria em depressão se ficasse sem fazer nada, se não ocupasse meu tempo. Porque a pessoa ficar indo a shopping não acrescenta nada, não (Denise, 63 anos)

Trabalho para o condomínio. Faço parte de comissão, mas quem trabalha mais é a síndica e a subsíndica. É... eu também faço parte de um grupo que realiza um trabalho beneficente. Somos 40 participantes. A gente angaria doativos e organizamos eventos para ajudar a alguma entidade carente [...]. Pra mim é bom porque eu procuro sair da rotina, não ficar só em casa ou na rua, zanzando. É uma forma de contribuir com o próximo. Eu nasci pra isso. Gosto de lidar com pessoas, sendo útil (Ester, 62 anos)

Como eu sou espírita, eu sempre faço atividades filantrópicas junto a creches, abrigos de doentes [...]. Eu faço muitas coisas, não seria possível ficar parada, vendo o tempo passar [...]. É uma forma de dar mais sentido à vida, minha e dos outros. É uma forma de terapia também porque me ocupando não fico com minhoca na cabeça (Marta, 65 anos)

A experiência do voluntariado é vivida, ainda, por dois casais (Susana e Diogo e Dulce e Renato) que atuam conjuntamente, transparecendo o mesmo envolvimento nas atividades que realizam. A seguir, a expressão dessa participação colocada pelas vozes masculinas:

[...]. Lá nós fazemos diversos trabalhos comunitários. Fazemos juntos (marido e mulher), porque a nossa profissão permite isso. É uma comunidade carente. Bastante carente. Nós formamos um núcleo e damos esse atendimento nos fins de semana (Diogo, 72anos)

Participo dos trabalhos sociais da Paróquia Nossa Senhora da Luz na Pituba, junto com minha esposa (Renato, 68 anos)

As narrativas que ilustram este capítulo mostram que a participação ativa é considerada como uma forma de tornar significativa a própria vida, embora nem sempre o (a) parceiro (a) conjugal pense da mesma forma. Não obstante a vida de um seja atravessada pela do outro, o que é significativo para o marido, pode não ser para a mulher. Para ilustrar esse “descompasso”, analiso a repercussão que a participação ativa tem na relação de dois casais (Luisa e Omar e Denise e João). A eles foi perguntado: “o que o (a) respectivo (a) marido/mulher pensa sobre o envolvimento dele (a) em atividades (trabalho formal, voluntário, outros)”:

[...] fulana (mulher) não é favorável a essa minha vida trabalhando sem ter necessidade para isso. Ela questiona porque deixo ela só em casa, porque ela se aposentou e não guarda nada do trabalho, então ela acha que eu deveria fazer o mesmo. Eu penso diferente, se eu puder fazer, enquanto eu puder, eu vou fazer (Omar, 76 anos)

Fulano (marido) acha ótimo eu não trabalhar porque assim eu não ganho mais do que ele (risos) [...]. Mas ele se incomoda com minhas atividades no condomínio. Ele acha que sou uma idiota, porque eu trabalho muito. Mas é inveja, eu digo a ele que é inveja, porque ele já foi síndico e não fez nada pelo prédio. Foi um fracasso (risos), por isso ele se incomoda tanto [...] (Denise, 63 anos)

Nos dois casos, existe uma questão relativa às relações de gênero. Omar alega que a mulher não quer “ficar só” em casa, sugerindo o suposto “encargo” dele de ser “companheiro” ou o “guardião” da mulher que também é aposentada. Já Denise interpreta o incômodo do marido como “inveja”, pois ele não teria conseguido a mesma eficácia que ela na sua administração. Ela ainda levanta outra questão que é a de “subordinação” financeira da mulher em relação ao homem, questão ainda de difícil superação para alguns casais na nossa sociedade.

Em contrapartida, foi indagado também: “sabendo do envolvimento do respectivo cônjuge em atividades de trabalho ou outras, o que ele (a) pensa sobre isso”:

Essas pessoas devem ter as razões delas. Às vezes não sabem como ocupar seu tempo ou tem alguma dificuldade na sua vida familiar. Tem espaços vazios na vida pessoal que vão preencher com trabalho. Então, eu não critico essas pessoas, acho que elas devem ter as razões delas para agirem assim [...]. Meu marido gosta de contatos pessoais. Ele não pode ficar sem falar. Ele adora falar, gosta de ser o centro das atenções [...]. É o perfil dele. Não poderia ficar sem isso, é uma condição genética, de dentro (Luisa, 75 anos)

[...] A mulher é que se mete num monte de coisas: é condomínio, é família, é grupo disso, grupo daquilo. Não para em casa. Nunca vi tanto gás pra gastar. O condomínio toma a maior parte do tempo dela. É subsíndica. Mas é como se fosse a síndica, porque toma a frente de tudo (João, 68 anos)

De fato, essas pessoas sabem o que as move ao trabalho ou ao envolvimento com outras atividades. Como esta pesquisa aborda casais, as relações conjugais ganham importância na análise desse item, supondo-se que as decisões tomadas por um membro da díade refletem não só uma disposição individual, mas expressam a conjuntura conjugal e familiar. Embora não seja objetivo detalhar o assunto aqui, observe-se, por exemplo, o que diz Júlio sobre sua continuidade na atividade de trabalho por tantos anos a mais, depois de aposentado:

(Voz pausada e baixa): Eu sou aposentado calculadamente da primeira aposentadoria há 35 anos. [...]. Depois [de aposentado] voltei a trabalhar durante mais 25 anos [...]. Depois disso trabalhei [...] durante quase uns...10 anos. Quando eu me aposentei, a relação em família piorou um pouco, o relacionamento queria alcançar algo desagradável. Então eu procurei voltar a trabalhar, tudo normal. Porque a gente já tá acostumado. Um homem dentro de casa sentado vendo televisão, causa uma certa, uma certa indiferença da dona de casa (Júlio, 83 anos)

Essa análise feita pelo entrevistado mostra o sentimento em relação à avaliação a que estaria submetido no ambiente doméstico onde, supostamente, quem tem o poder é a mulher, a “dona de/da casa” que pode tornar-se “indiferente” a ele, ignorando sua presença naquele lugar, “sentado”.

Já que o homem não é visto na nossa sociedade como “dono de casa”, o simbolismo de um “homem aposentado” vincula-se, nesse caso, à imagem de “acomodado” ou “intruso”, obrigando-o a tomar assento em outro lugar onde possa demonstrar seu efetivo poder e corresponder à imagem de um envelhecimento ativo.

Certamente existem outras referências que levam maridos e mulheres a re-organizarem seus estilos de vida na tentativa de manter ou recuperar a noção de sujeito do próprio curso de vida e a construir uma imagem positiva para o envelhecimento. Mas,

A construção de uma imagem positiva do envelhecimento [...] não tem como referência a idéia dos velhos como detentores da sabedoria e da experiência. É antes a disponibilidade para o aprendizado e para novas experiências que dá uma identidade ao grupo e uma particularidade ao envelhecimento de cada um (DEBERT, 1997, p. 10).

Neste estudo, o que aparece com mais intensidade é a busca de situações que sejam a expressão de um lócus social marcado pela valorização dos idosos, seja em termos de participação em atividades profissionais, de caráter voluntário, de lazer ou outras, revelando-se em estilos de vida ativos que focalizam esferas distintas da vida humana e põem em relevo aspectos corporais e relacionais. Um dos objetivos nessas buscas é o envolvimento em novas tecnologias que lhes conceda a oportunidade de abrir-se ao novo, reciclar-se e manter-se “antenado (a)”, como propõe Dulce:

Eu tenho me reciclado, usando o meu computador [...]. Eu recebo e envio mensagens todos os dias. Esta é uma forma interessante e barata e atual de manter a mente ocupada e reciclada. Porque através da internet a gente pode ter contato com o mundo inteiro [...]. Nossos neurônios também precisam desse tipo de alimento vindo das relações com outras pessoas [...]. Embora sentindo o corpo cansado e envelhecendo a cada dia, eu tenho consciência de que preciso manter minha mente em atividade (Dulce, 64 anos)

O caráter disposicional do *habitus* conduz os (as) agentes a fazerem escolhas muitas vezes consideradas como tomada de consciência, no sentido individual. Porém, de acordo com Bourdieu (1992), o *habitus* é uma subjetividade socializada, o que significa pensar as escolhas individuais como sendo articuladas socialmente, de modo que os esquemas de percepção e ação postos em prática refletem o contexto de um determinado campo.

Nesse sentido, é válido ressaltar que, na atualidade, existe uma gama de informações veiculadas pela mídia televisiva e jornalística que coloca o exercício mental como uma forma de promover o rejuvenescimento. Essa prática, no entanto, torna-se um signo distintivo apenas para algumas pessoas desse grupo, considerando suas diferenças internas em termos de capital cultural, econômico e o nível de reflexividade, no sentido de Giddens (2002) assumido em relação ao seu processo de envelhecimento.

Em síntese, na realidade contemporânea existe a possibilidade de as pessoas constituírem suas identidades e estilos de vida a partir de um *habitus* configurado não mais por padrões fechados, com um sentido incorporado automática e individualmente. Ao contrário, considerando a relação dialética entre os sistemas de “disposição individual” e a “conjuntura social”, em suas trajetórias, as pessoas acionariam seus esquemas de *habitus* de acordo com os contextos de realização de suas práticas, sinalizando o caráter dinâmico e social do *habitus*, como analisado por Elias (1994b)⁴⁵.

O próximo item permite visualizar melhor essas dimensões, mas posso antecipar que os (as) agentes demonstram maior ou menor aproximação, tendo mais elementos em comum, quanto mais próximos estiverem em termos do capital cultural e econômico. Esses elementos de aproximação ou distanciamento traduzem-se, entre outras coisas, nas formas de lazer e projetos de vida.

⁴⁵ Elias (1994b, p. 150) assinala que o sujeito é composto por várias “camadas” que resultam das experiências vividas em seu curso de vida. Desse modo, o *habitus*, “essa composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social”

5.3 FORMAS E CIRCUITOS DE LAZER

Este item apresenta uma síntese das formas e dos circuitos de lazer empreendidos pelos (as) participantes desta pesquisa, podendo-se interpretar como efeito da lógica da distinção as diversas expressões de ocupação do tempo livre. Como o lazer pressupõe um caráter relacional, pelos valores de integração social que o constituem e por imprimir mudanças nos estilos de vida a partir de gostos diferenciados, serão sublinhadas as relações que os (as) participantes estabelecem nas suas práticas de lazer, focalizando a atenção no aspecto conjugal.

O que constatei através dos dados levantados foi que não existe muita variação nos tipos de lazer dos casais entrevistados, sendo que eles indicam, normalmente, mais de uma opção, distinguindo-se pelo status adquirido em decorrência do capital, seja cultural, econômico, social ou outro. Há evidências de que todos eles identificam-se com as modalidades de lazer disponíveis na cidade, fazendo suas opções em função da conjuntura social (local de moradia, disponibilidade, interesse, o que está na “moda”). Mas é também notório que as escolhas em relação ao tipo ou ao lugar do lazer refletem estilos pessoais e conjugais, sinalizando o interesse individual como também o clima matrimonial.

De forma resumida, as duas opções mais indicadas como formas de lazer foram: *praia*, entre os homens (7) e *televisão* entre as mulheres (9), percebendo-se uma diferença que poderia sugerir o caráter de gênero nestas escolhas: mulheres em casa, maridos no mundo, embora esta afirmativa careça de outros dados, a fim de assegurar tal comparação.

Outras formas de lazer citadas pelas mulheres, com número de indicações equivalentes (5 e 4) foram: leitura, cinema e teatro. Já os homens mencionaram: shopping, televisão, leitura, cinema e caminhada (4 citações cada). Outras opções apareceram de forma diluída tendo de 1 a 3 eleições cada (sinuca, dominó, futebol, internet, natação, pintura, música, dançar, sair com amigos, seresta, barzinho, igreja, trabalho, viajar). Os jogos (sinuca, dominó, futebol), assim como a natação foram mencionados apenas por homens. Já as alternativas como: viajar, dançar, ouvir música, seresta, freqüentar barzinhos aparecem na preferência de homens e de mulheres, com idades variadas. A pintura foi mencionada por duas mulheres, com escolaridade de nível médio (Fátima e Elisa) as quais fazem uso dessa opção, eventualmente. O trabalho foi citado por um homem e por uma mulher, enquanto a dedicação a atividades religiosas foi considerada por duas mulheres evangélicas como sendo uma prática de lazer. Há indícios de um caráter “generificado” e “generificante” de algumas dessas

práticas que aponta para uma tendência “sexuada” das formas de lazer escolhidas pelos (as) participantes.

Esse conjunto de atividades estabelece uma relação entre a natureza da própria prática e sua função para a pessoa, em termos de realização e prazer pessoal. Assim, ainda que possam parecer estranhas algumas dessas escolhas, por sugerirem “trabalho”, o que conta nesse universo descrito é o sentimento de identificação de espaços e de relações que contribuem para a interação social e o prazer obtido através da realização daquela atividade, traduzida como “lazer”.

Nesse sentido, é válido sintetizar, com base em Dumazedier (1999) a perspectiva que traduziria a noção de lazer desse grupo. O lazer significaria a ocupação do “tempo livre” de que se dispõe, depois de cumprir as tarefas “obrigatórias e necessárias”. Nesse caso, de acordo com o mesmo autor, o tempo livre englobaria atividades religiosas, participação política e sindical, reuniões, visitas, jantares, além do tempo reservado para atividades orientadas para a realização pessoal.

Embora tal compreensão abranja o leque de atividades vistas pelos (as) entrevistados (as) como “lazer”, justifico minha posição de restrição à mesma por englobar certas práticas que podem constituir-se em “obrigatórias e necessárias” retirando-lhes o caráter de “lazer” e inscrevendo-se no âmbito de um “trabalho”, como é o caso de tarefas que seguem certos padrões, com dia e hora para serem cumpridas. Nesse caso, seguindo a definição acima, o sentido de “obrigatoriedade” tiraria da atividade o seu caráter de “lazer”. Contudo, é válido ressaltar que é difícil estabelecer a fronteira entre o lazer e o não lazer. De acordo com Magalhães (1991, p. 168), “o lazer pressupõe [...] atividades potenciais que não podem ser medidas/avaliadas em termos absolutos, uma vez que exigem sempre e cada vez mais uma contextualização e uma delimitação”, devendo ser visto mais como uma atitude psicológica da pessoa face à atividade exercida que pode adquirir contornos de lazer.

Pelas narrativas abaixo, pode-se aquilatar as motivações dos casais nessas atividades. As escolhas revelam as construções identitárias elaboradas durante o processo de envelhecimento, expondo um *habitus* individual ou conjugal, de onde se depreende o gosto que move tais escolhas, dando distinção aos casais.

Os dois primeiros depoimentos referem-se a um casal com nível de escolaridade superior, que tem a mesma profissão e a mesma faixa de idade. Vale lembrar que os dois são aposentados, sendo que ele continua em atividade profissional, enquanto ela não compartilha dessa escolha:

Eu leio todos os dias [...]. Uma coisa que não posso deixar de fazer é ler um livro. Jornal, leio pelo menos seis, revista, pelo menos duas, todos os dias. Quando eu falo que leio [...] seleciono os artigos que gosto de ler, mas passo uma vista geral em tudo [...]. Eu gosto muito dos livros evangélicos, atualmente. Leio a Bíblia todos os dias [...]. Claro que tenho lido muitos outros tipos de livros e de autores diversos [...]. Na verdade, gosto muito de livros religiosos, sobretudo os escritos pelos jesuítas. Gosto de sair para dançar também, mas não vamos com tanta frequência. Eu tenho muito lazer em família. Nós sempre estamos nos reunindo com os filhos (Omar, 76 anos)

Primeiro eu gosto muito de ler. Fazer caminhada [...]. A caminhada é um lazer, sinto necessidade [...]. Eu leio, vejo televisão, leio jornais. Vou ao cinema. Compartilho com o meu marido porque está mais próximo. Eu assisto a um programa e comento com ele. Ele assiste a um programa de rádio, aí ele me chama para eu ouvir. Meu marido gosta mais de sair do que eu, mas quase toda tarde a gente sai pra visitar um neto, um amigo, fazer um lanche juntos (Luisa, 75 anos)

Percebe-se nessas falas, a importância de, em algum momento, o casal estar junto no lazer, e em outros, integrar a família, já que o casal tem filhos casados e a família, como eles colocam em outra parte da entrevista, estende-se aos netos, genros e noras, tendo relevância em suas vidas. Mas, ressalto que o interesse demonstrado pelo casal em relação aos mesmos objetivos quando se trata de lazer não significa a anulação de interesses de um ou de outro. As diferenças entre eles surgem em outros momentos na referência a outros assuntos, conforme assinalado antes, e até mesmo na referência ao lazer, havendo gosto diferenciado quanto ao tipo de leitura ou filme que marido e mulher escolhem, mostrando que os estilos de vida conjugais comportam situações particulares, dando-lhes distinção.

O casal, cujos depoimentos seguem abaixo, é aposentado, mora só e não desenvolve atividade laboral no momento:

Meu lazer é ir à praia e gosto também de ir ao teatro e a festas comemorativas com meu marido (Isabel, 71 anos)

Ir à praia, fazer caminhada, ver televisão, ler o jornal. A gente sempre vai junto à praia, porque os filhos estão longe [noutro estado] e também caminhamos juntos e vemos televisão. Às vezes ela não gosta de algum programa, aí vai fazer outra coisa dentro de casa (Raul, 75 anos)

Isabel e Raul possuem o primeiro grau incompleto e estão em Salvador há pouco tempo. Nesse caso, as opções de lazer refletem possibilidades mais restritas em termos do capital social do que o casal anterior. Eles moram longe dos dois filhos, razão que, em breve, fará com que o casal volte à antiga residência no sudeste do país.

Embora a intensidade das relações familiares seja variável, a partir de alguns depoimentos é possível supor que o lazer e a vida familiar estão interligados, pelas

declarações sobre almoços em família, reuniões em festas de aniversários e em datas como o Natal, viagens em feriados e férias de fim de ano quando algumas famílias aproveitam para alugar casa na praia ou utilizar a casa que já possuem. No entanto, é válido salientar que tudo depende do tipo de lazer e se seu interesse está vinculado ao estágio geracional de seus membros, o que aparece também em outras falas que expressam a falta de entrosamento familiar nessas mesmas atividades. Há que se considerar, portanto, a qualidade das relações familiares, a composição e o tamanho da família, além da localização territorial dos seus membros para possibilitar tal integração.

A opção de lazer se manifesta, quase sempre, como uma escolha individual, que pode ou não ser compartilhada com o/a cônjuge ou outras pessoas. No caso dos cônjuges, algumas vezes essa conciliação de interesses ou a sua falta gera divisão interna dos espaços domésticos.

Os casais a seguir, pertencentes a gerações distintas, assim como boa parte dos participantes desta pesquisa, relatam divergências ao vivenciarem as experiências de lazer que, quase sempre, restringem-se ao ambiente da casa, mesmo que, individualmente, essas pessoas desejem, ou até mesmo busquem outros espaços para o lazer:

Meu lazer é ficar vendo filmes na televisão. Fico até tarde. Vejo as novelas e depois assisto filme. Eu a...do...ro! Eu fico aqui [...] sem ter com quem conversar, fulano (marido) não quer sair pra nada, só quer ficar em casa, aí eu sou obrigada a ficar também (Sofia, 79 anos)

Nós não temos nenhum lazer [em comum]. Ela fica no quarto vendo televisão e eu na sala [...]. Ela fica vendo os programas dela lá no quarto e eu fico aqui na sala vendo, vendo... Às vezes eu fico vendo uns programas com mulheres (risos) e ela (esposa) fica doida querendo saber por que eu fico rindo vendo aqueles programas. (Lucas, 76 anos)

Eu estou precisando organizar o meu lazer, porque eu só faço trabalhar [...]. Eu queria que o domingo fosse um dia pra sair todo mundo junto. Minha vida sempre foi atrelada à família. Depois de casada, eu não tive nenhum lazer, sozinha. Nem com eles. Ele [marido] não se digna a me chamar pra ir a nenhum lugar. Sai sozinho, quando sai, porque gosta mais de ficar em casa (Iraci, 50 anos)

Vou à praia de vez em quando. Gosto de exercícios físicos, de andar e correr na praia. Sempre eu vou só. Às vezes minha filha [21] caminha comigo, mas em geral eu vou só. Vejo filmes na televisão, depois que o pessoal vai dormir. Porque eu não vejo novela (Jorge, 54 anos)

Tais divergências nem sempre são originadas pela falta de concordância de interesses quanto ao tipo de lazer, pois, às vezes eles estão fazendo a mesma coisa, em lugares diferentes da casa. Refere-se a aspectos relacionais que os impedem de compartilhar o mesmo ambiente, questão que será discutida em outro capítulo.

Os estilos de vida dos (as) participantes reforçam a idéia, já posta anteriormente, de um envolvimento biopsicossocial dos mesmos, atendendo a um contexto de atividades obrigatórias ou espontâneas. Tais estilos vinculam-se a um conjunto de valores como: *sociabilidade*, permitindo manter o status de “pessoa bem relacionada” (Omar, 76 anos); *liberdade de escolha*, “sempre pensando no momento adequado” para o exercício da atividade (Dulce, 66 anos), procurando a *distração* e o *relaxamento* para se “desligar um pouco das preocupações do dia a dia”, (Isabel, 71 anos) e obter *satisfação pessoal*, por “fazer o que gosta pra relaxar e se descontraír” (Marcos, 83 anos). Todos esses valores estão integrados à conjuntura sociocultural, onde idade, geração e gênero definem seus contornos, a partir das construções identitárias relativas a tais dimensões. A busca de conjugação desses valores motivacionais implica, algumas vezes, em mudança nos estilos de vida, como veremos a seguir.

5.4 MUDANÇAS NOS ESTILOS DE VIDA

Um aspecto importante nas construções identitárias no envelhecimento refere-se à adoção de novas práticas que fazem com que os idosos tornem-se identificados com o seu grupo etário, assumindo novos estilos de vida, tanto relacionados a práticas de atividades dirigidas para si, como relativos às inserções sociais e que envolvam as redes de relações. A narrativa de João revela sua expectativa em relação ao estilo de vida que um idoso deve ter, imprimindo um novo *habitus* à sua trajetória, de modo a assegurar o “seu lugar” nas relações, pois um dado valorizado quando eles e elas falam do lazer é a partilha desse momento com alguém:

Quando a gente vai envelhecendo descarta certos hábitos, passa a andar com pessoas da mesma idade e se afasta mais de outras pessoas mais jovens. Deixa de ir a certos lugares. Não fica bem certos comportamentos [...]. Outro dia um dos velhos que encontro na praça estava querendo se arranjar com uma menina que tinha idade de ser neta dele. Mas só que a garota se engraçou de outro e ficou com esse outro. Aí o cara ficou todo chateado. Ele queria a menina pra ele [...]. O cara tem de entender essas coisas, ter atitude, um comportamento condizente com ele (João, 68 anos)

Essa visão acerca da mudança de comportamento para ajustar-se à “nova” idade sugere uma perspectiva comportamentalista defendida por Skinner e Vaughan (1985). Esses autores ressaltam a possibilidade de as pessoas adotarem modos característicos a essa fase da vida, evitando comportamentos “inadequados”, sendo esse um modo de atribuir uma

significação específica a certos comportamentos em função da relevância considerada para aquela idade. Tal visão põe em relevo, ainda, as dimensões normativas e institucionais do gênero (SCOTT, 1995) ao interpretar qual é a conduta “adequada” para pessoas “velhas”, institucionalizada pelas formas educativas vigentes na nossa sociedade.

Mas esse ajuste identitário que incide sobre os estilos de vida traz consigo muitas mudanças, não só quanto à aproximação ou ao afastamento em relação a certas pessoas. Significa também mudar sua perspectiva, assumindo a responsabilidade pela própria velhice, pois existe o sentimento de que está “ficando velho”, mas quer “viver mais”, como sinaliza Ângelo, e que é preciso deixar de lado certos hábitos e assimilar outros, conforme defende Marcos, pois o corpo oferece “limites”, assegura Davi.

Mudou um pouco o sentimento de que estou ficando mais velho. A gente sente que vai ficando velho. É a própria condição de saúde e do físico, um pouco. A cabeça, ainda está razoável (risos) [...]. A gente muda. É obrigado a mudar os hábitos que tinha antes. Fazer caminhada, ir mais ao médico. Por causa dos problemas de saúde que influenciam [...]. É preciso manter a qualidade de vida. Quero viver mais (risos) (Ângelo, 77 anos)

Com a idade eu passei a fazer mais exercícios, para ativar os músculos, a circulação. Deixei de fumar. Antes eu era um fumante inveterado. Nem pensava que eu conseguiria largar o cigarro. E larguei de vez. Eu disse: a partir de hoje, eu não fumo mais. E não fumei (Marcos, 83 anos)

As mudanças de vida vieram acompanhadas da idade. Eu não faço as mesmas coisas que fazia aos 40 anos. Hoje eu viajo menos por causa da idade. Hoje tudo é mais moderado, porque o corpo dá alguns limites. Cai um pouco aquela disposição, dinamismo de fazer as coisas. Não é à toa que o famoso arquiteto Niemeyer disse que ‘a velhice é uma merda’. É mesmo, ele tem razão (Davi, 74 anos)

O destaque dado às falas masculinas é para mostrar que a preocupação com o corpo, a velhice e a saúde não é um assunto apenas das mulheres, embora, como disse em outro capítulo, nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, as queixas femininas a esse respeito são mais frequentes do que as masculinas.

As mulheres também fazem referências às mudanças no estilo de vida a partir do sentimento de que estão envelhecendo, e de que a idade muda o corpo e muda também o gosto pelas práticas, sendo preciso buscar uma integração nos seus estilos de vida por meio de novas atitudes.

O relato de Dulce constitui um desses exemplos:

Alguma coisa muda no nosso modo de viver. Mudanças físicas, mudanças pelo peso do corpo que me impede de fazer coisas que fazia antes. Eu não vou mais para certas festas tumultuadas. Tenho mais serenidade nas minhas escolhas, no meu lazer. Fazer coisas mais em família (Dulce, 66 anos)

Os relatos que tratam das mudanças de estilos de vida deles e delas aludem tanto ao exercício de atividades, quanto às relações sociais, no sentido de buscar uma aproximação entre o que fazer e com quem relacionar-se, atendendo as expectativas em curso na sociedade atual, o que é observado, também, quanto aos modos de vestir-se:

Minha vida sempre teve uma dinâmica boa. Não existe nenhuma mudança radical no meu estilo de vida. Procuo me alimentar tudo certinho, andar mais... Passei a pintar os cabelos, porque não me sinto velha. Não uso mais mini saia (risos). Então, tem algumas mudanças que a idade leva você a fazer pra ficar mais de acordo. Eu não posso usar uma roupa só porque eu gosto. Não. Eu tenho de ver se é adequada para a minha idade (Isabel, 71 anos)

As mudanças nos estilos de vida mostram perspectivas vinculadas às questões físicas, como já foi mencionado anteriormente, mas também em relação a outras feições que envolvem, por exemplo, a filosofia de vida refletida nas experiências de envelhecimento de cada pessoa. Nesses casos, as mudanças referem-se, sobretudo, às formas de pensar, à visão de mundo que se adquire como o passar dos anos, oferecendo à pessoa um novo referencial identitário e favorecendo as mudanças no seu curso de vida:

Na minha idade atual, eu mudei meu estilo de vida, eu evoluí para melhor, ficando mais flexível, ouvindo mais... Sou menos exigente com bens materiais, já não fico mais preocupado com o que devo ter ou não ter. Aprendi a ser menos exigente. Faz parte do amadurecimento que a vida traz quando a idade chega lá pelos 50, 55 anos, por aí. Eu cobro menos de mim. E dos outros, também. Fiquei mais tolerante, quem sabe, mais sábio (Mateus, 67 anos)

Minha forma de viver hoje é pensando sempre em valorizar o que acontece a cada dia. Hoje consigo ver a vida de forma diferente, com mais maturidade em relação à qualidade de vida e a valores na vida cotidiana (Jorge, 54 anos)

Há pessoas que, em decorrência de algumas circunstâncias, são obrigadas a romper com um dado estilo de vida, como ocorreu com Diogo e Luisa que reconhecem essa mudança como oportunidade de revisão desse mesmo estilo de vida, tornando-se mais “comedido”, e menos “aventureiro”, segundo Diogo e mais “reflexiva” conforme Luisa, que redimensionou algumas práticas:

Minha vida mudou muito depois dos 66 anos. Até essa idade, eu sempre fui muito ativo e administrava o serviço onde trabalhava. Mas um ano depois da minha aposentadoria eu sofri uma parada cardíaca e fui obrigado a usar marca passo [...]. Eu fiquei restrito a certas atividades e tive de deixar de me aventurar em qualquer coisa. Hoje em dia eu não posso mais ser um aventureiro. Tenho de ser comedido na minha vida como um todo. Por necessidade mesmo. Questão da saúde. Ser precavido, o que eu não era antes (Diogo, 73 anos)

(Fala pausada): Atualmente, meu estilo de vida está bastante diferente, limitado em parte por causa da doença que tive [câncer de mama] [...]. Mas alguma coisa boa veio para mim. Eu fiz algumas reflexões que foram válidas. Tenho ido menos à praia, já não saio mais sozinha. Tenho me dedicado mais à cozinha [...]. Vou mais ao cinema, visito amigos. Antes, eu só visitava os filhos, por questão de prioridade. Não foi só a doença, a aposentadoria também me proporcionou isso (Luisa, 75 anos)

A velhice caracterizada pelo acúmulo de anos vividos e acompanhada de alguma limitação de ordem física ou psíquica pode assumir uma forma adaptada. Assim, embora os homens e as mulheres não se sintam capazes de fazer “tudo” como antes e renunciem a algumas atividades, modificando seu *habitus*, eles e elas buscam a economia de esforços administrando o estilo de viver de acordo com tais limitações, mas de maneira a manter a autonomia e conservar os hábitos e os relacionamentos, o que reflete na estilização da vida:

Eu escolho o que vou fazer de acordo com minhas possibilidades [...]. Em termos de esforço físico... Eu sou muito preguiçoso. Eu sou preguiçoso, gosto de dormir, acordo tarde (risos). Não tem ninguém cobrando, nenhuma atividade obrigatória, então eu relaxo [...]. Eu não vou pra academia pra levantar maromba. Com a minha idade eu vou fazer certas atividades, correr... pra quê? (risos) Pra acontecer o que aconteceu com o filho de ACM? (Lázaro, 68 anos)

Nesta idade, embora eu seja capaz de fazer muita coisa ainda, mas não acho facilidade em tudo. Mas eu vou buscar suprir essa lacuna fazendo alguma coisa para a minha idade [...]. Posso fazer aquilo que eu gostaria de continuar fazendo, caso a idade permita... .. (pausa longa). Digamos que eu sou um velho, pela idade, mas um velho jovem de espírito, porque é assim que eu me sinto. Eu gosto de dançar, de sair [...]. Eu frequento os lugares que tenham pessoas da minha faixa de idade. Gosto de dançar as músicas do meu tempo (Omar, 76 anos)

Oferecendo praticamente as mesmas justificativas, o casal Laura e Marcos também regula seus estilos de vida buscando harmonizar interesse, necessidade e possibilidade:

A minha idade eu acho que influencia meu estilo de vida de forma positiva, porque eu não deixo de fazer as coisas. Agora, é o caso. Eu só faço o que posso, sem exagero. Mas graças a Deus, eu não dependo de meus filhos nem do marido pra nada. Sei me virar sozinha. Eu faço minhas caminhadas quando estou disposta, procuro dormir bem, não exagero na alimentação. Comida leve. E ainda tem uma coisa importante que me aconteceu, foi que eu me casei de novo e meu estilo de vida está ótimo (Laura, 82 anos)

É certo que a idade influencia em tudo. As pernas não têm mais aquele domínio. As primaveras, a gente queira ou não queira, mudam nossa vida. Nos fins de semana eu tomo uma cervejinha, sem nenhum abuso. Quando eu era jovem, eu não me preocupava com o resultado de beber um pouco mais. Hoje já não dá mais pra abusar (Marcos, 83 anos)

Destarte, os sentimentos relacionados à própria identidade geracional fazem com que os idosos e as idosas demarquem seus espaços de atuação e seus movimentos dentro deles. A

maneira de encarar o corpo e as possibilidades vinculadas a ele é um aspecto fundamental do *habitus* que, no dizer de Bourdieu (2002), exprimiria o *habitus* de classe. O reflexo desse *habitus* sobre o corpo, chamado de “esquema” ou “hexis corporal” envolve, além de sua aparência, os cuidados de higiene, postura, funções fisiológicas e estilos em relação às práticas corporais (dormir, caminhar, dançar, comer, beber). Os esquemas elaborados para a manipulação dos signos de que o corpo é portador e produtor fazem parte das estratégias organizadas pelos grupos em um determinado espaço social, como observado nas falas dos (as) integrantes desta pesquisa.

Assim, ao envolver-se em atividades e espaços sociais, culturais e de lazer específicos, ou em outras escolhas que os (as) “ajustam” a uma faixa etária – o que corresponderia à dimensão normativa do gênero (SCOTT, 1995) - o argumento do grupo é organizar seu percurso existencial de maneira mais adequada à sua idade, sendo essa uma forma de identificação de um grupo etário que é portador de um *habitus* de classe.

A organização desse percurso, porém, nem sempre envolve práticas e locais tradicionais como os descritos até então. Ao estruturar a existência individual, a partir de novas construções identitárias, o sujeito do envelhecimento recria novas formas de experiência pela percepção que tem do seu novo *habitus*. Com efeito, as mudanças nos estilos de vida revelam-se como um processo que, além do caráter prático e político da experiência, acrescenta elementos simbólicos para a sua constituição.

No depoimento abaixo, vemos um “novo ator político” (SIMÕES, 1998) que se apresenta através do discurso que trata dos desafios enfrentados pelos aposentados. João revela o caráter distintivo relativo à identidade de “provedor de informações” de um grupo de idosos (homens) que se reúne numa praça central da cidade:

[...]. Depois de tomar o café eu saio para andar [...]. Aí paro pra conversar com o pessoal [aposentados]. Eles me perguntam sobre dúvidas que eles têm da aposentadoria, porque eles sabem que eu sou uma pessoa informada. Eu me informo de tudo o que trata das mudanças e eles querem saber o que o governo vai fazer com os aposentados... (risos). Explico as inovações na política dos aposentados, do governo, mudanças ligadas à aposentadoria. Eles acham que eu sei das coisas. Mas é porque tem muitos que não acompanham todos os noticiários, não lêem o jornal todo dia (João, 68 anos)

Ao recorrer à explicação de como atua junto a um grupo de sua geração, o aposentado que não pode ser o “provedor financeiro”, como era antes (hoje eu já não contribuo como queria. O dinheiro tem de dar primeiro pra comprar os remédios, que são caros), resgata o valor simbólico de ser “útil”, sendo “provedor de informações”, transmitindo os conhecimentos que ele domina e sentindo-se recompensado pela possibilidade de projeção em

um universo onde há identidade geracional e cultural. Diria, complementarmente, que há também uma identidade espacial, já que esse grupo distingue-se de outros, no que tange à experiência narrada, por se encontrar em uma praça pública, criando um lugar de discussão de suas experiências, a partir de suas outras identidades.

A noção de uso do espaço é importante quando se trata de descrever o estilo de vida de pessoas em processo de envelhecimento. Neste sentido, é válido notar que, quase a totalidade dos homens e das mulheres entrevistadas tem uma vida preenchida com alguma atividade que é realizada “fora da residência”. Em termos do lazer, no entanto, observei a utilização do espaço variando entre localizações internas e externas à casa.

Prossigo a análise explorando algumas narrativas através das quais é possível perceber as distinções de estilos de vida entre os (as) participantes, a partir dos modos de apropriação do espaço urbano e suas relações com a contemporaneidade.

5.5. A CONTEMPORANEIDADE E OS ESTILOS DE VIDA NA CIDADE

A ligação entre os estilos de vida e a contemporaneidade é facilmente perceptível nos depoimentos de homens e de mulheres. Vimos em narrativas anteriores que os estilos de vida incluem dimensões ocupacionais às quais as pessoas se integram de acordo com um *habitus*, visando a diversão, o desenvolvimento pessoal, a participação social, ou simplesmente atender sua liberdade criativa, supondo-se, a partir desses envolvimento, a dimensão subjetiva dos estilos de vida.

Essas considerações são suficientes para sinalizar que os estilos de vida refletem a relação de cada pessoa com as oportunidades que ela encontra em um tempo e espaço sociais. Na contemporaneidade, envelhecer numa cidade como Salvador pressupõe um estilo de vida modulado pela estrutura urbana em seu sentido “morfológico duplo”, como coloca Lefebvre (1969), ou seja, considerando seu aspecto prático e material, de um lado e, de outro, o social, envolvendo as relações humanas que, como sabemos, tendem a se tornar cada vez mais complexas. No entanto, a apreensão dessas oportunidades materiais e relacionais passa pelo crivo pessoal permitindo, então, sua diversidade.

O reflexo desses fenômenos surge nos relatos que descrevem gostos e práticas caracterizadas pelo espírito de uma época, especialmente de quem vive em uma cidade grande, em que o estilo de vida relativo ao lazer e a outros campos é preenchido em boa parte

com a noção de “consumo”, orientado pelo mercado (ir ao shopping, ao cinema, ao teatro, assistir televisão, usar a internet, ler um livro, viajar):

[...] O shopping é o recreio natural e diário que oferece (Salvador). Fora isso, infelizes são aqueles que não se encontram consigo mesmos, fazendo o que gostam para ocupar o seu tempo com alguma utilidade que lhes agrade. Mas eu acho bom viver na cidade, na cidade grande, onde as chances são maiores pra tudo: emprego, educação, a parte da saúde (Mateus, 67 anos)

[...] eu sou muito rueiro. Eu gosto muito de shopping. Eu fico vendo vitrines, encontro um conhecido, converso... e o tempo passa Hoje eu tenho computador, então incorporei o uso do computador. Gasto muitas horas no computador [...] Por não trabalhar, meus hábitos são mais elásticos (risos) de não fazer nada. Sou um privilegiado de fazer o que quero fazer, na hora que quero, sem estar na contramão (Lázaro, 68 anos)

Partindo do pressuposto, já assinalado anteriormente, de que a vida é um processo social e culturalmente organizado (FEATHERSTONE, 1994), entendo que o grupo focalizado elabora seus estilos de vida pondo em destaque as características da vida urbana e moderna, assimilando seus aspectos. Nesse sentido, o shopping e o computador citados em algumas falas, constituem elementos significativos de um estilo de vida “atual” das camadas médias urbanas, revelando um *habitus* de classe, no sentido bourdieuniano.

Conforme já foi referido em capítulo anterior, um dos aspectos da vida moderna são os avanços tecnológicos que trouxeram modificações nos hábitos pessoais e influenciaram todas as áreas: conjugal, familiar, social, lazer, profissional, afetando a vida de boa parte da população e criando novos estilos de vida, dentro e fora do domínio doméstico. Os dois relatos abaixo são exemplos dos novos modos de vida dos segmentos médios da população, que atingem grande parte dos (as) entrevistados (as):

[...]. Eu não sei fazer nada na cozinha. Quando a empregada não está eu pego marmitta, almoço fora. Não quero me consumir com isso, não. Esquento o que tiver, no microondas, não quero saber. Meu marido não me dá trabalho, se colocar ovo frito ele come e fica feliz (risos). Tem homens que exigem mesa posta, o meu não tem nada disso (Ester, 62 anos)

[...] quando almoçamos em casa, tiro o tradicional cochilo que é revigorante. Mas nós almoçamos muito fora, geralmente no shopping. Quando isso acontece, nós passeamos um pouco e depois retornamos. À noite assistimos os noticiários na televisão e vemos a novela das oito, agora, nove (Davi, 74 anos)

Por um lado, tais mudanças criaram facilidades que proporcionam maior liberdade às pessoas, inserindo-as em um mercado de consumo alimentício que tem crescido nos últimos anos - o de restaurantes especializados em “comida a quilo”, os serviços de *delivery* e os *fast-*

food, e em um mercado tecnológico que envolve todo mundo. Mas, como vivemos em uma “sociedade de massa”, onde instituições poderosas incentivam o sonho de consumo, mobilizando novos hábitos, o apelo à novidade e aos modismos que se sucedem a todo instante embora tendo seu lado positivo, estimula as formas individualistas de comportamento das pessoas, como aparece em algumas narrativas que ilustram este capítulo. Tal situação faz eco à noção de “instantaneidade do tempo” (BAUMAN, 2001), em consequência da qual, as pessoas são obrigadas a mudar as formas de convívio humano e de ações do cotidiano. Os serviços de *fast-food* são exemplos desse caráter instantâneo da contemporaneidade que é refletido nas relações humanas.

Outro aspecto abordado sobre a vida na cidade diz respeito à valorização do que Salvador tem a oferecer aos idosos, destacando as facilidades de acesso a serviços essenciais e o leque de opções disponíveis como um atrativo importante, conduzindo à idéia de que na cidade os mecanismos de circulação e de intercâmbio tanto materiais como humanos são mais abundantes do que em outros espaços.

Considerando a condição de envelhecer na cidade, destaco o que diz Fátima, que mora em uma região central e Clóvis, que reside em um bairro afastado do centro. Ela enfatiza as feições práticas e utilitárias do viver urbano, enquanto ele ressalta o lado prático-relacional:

Envelhecer na cidade tem uma grande vantagem que é poder contar com bons médicos e hospitais. Porque os idosos precisam muito desse serviço. Eu ainda moro perto da igreja que frequento, moro perto de tudo. Na cidade ainda tem um lazer mais diversificado (Fátima, 74 anos)

A cidade não está preparada para as pessoas que estão envelhecendo [...]. Mas mesmo assim eu gosto daqui. Eu nasci e me criei aqui [...]. Eu gosto desse clima de província. Conheço todo mundo e todo mundo me conhece [...] (Clóvis, 64 anos)

Morar “perto de tudo” é um ideal que se destaca em outras falas de homens e de mulheres que valorizam o fato de residirem em bairros estruturados com todos ou quase todos os serviços de que precisam: mercados, farmácias, hospitais, igrejas, escolas, praças, lojas ou shoppings, praia e o próprio trabalho. Esse ideal parece representar algo particular de pessoas que vivem em uma cidade como Salvador, onde os deslocamentos tornam-se cada vez mais difíceis por causa dos engarrafamentos de que a grande maioria dos participantes reclama, impedindo ou limitando o seu acesso aos locais desejados. Morar perto de tudo possibilita um uso funcional das coisas do lugar, melhorando a pertinência da relação espaço/tempo, ou como diria Mayol (2005, p. 44-45) concede “o máximo de tempo a um mínimo de espaço”,

favorecendo o exercício do conhecimento do lugar, dos trajetos cotidianos, das relações e dos sentimentos de reconhecimento.

Por outro lado, conhecer “todo mundo” sugere uma perspectiva que instrumentaliza a pessoa para viver o cotidiano, assumindo o seu lugar na rede de relações sociais inscritas em seu ambiente. O processo de reconhecimento do lugar onde essas pessoas habitam, que se estabelece graças à coexistência e o uso de espaços comuns é decisivo para a apropriação das relações que se realizam nesses ambientes. Nesse caso, a cidade aparece como uma velha conhecida, mas é, sobretudo, em cada bairro, onde é possível realizar-se um entrosamento com a vizinhança. O sentido de comunidade é valorizado e buscado pelas pessoas que residem nessas localizações, onde existe uma identidade em relação às pessoas e aos lugares.

Ao falarem sobre o lugar onde moram, casais como Ruth e Samuel, João e Denise, Clóvis e Norma, Clara e Nilton, Daniel e Dalva, Ester e André, por exemplo, fazem referência à farmácia da esquina, à feira do bairro, ao supermercado ou à padaria. Mas eles não se esquecem de “seu” fulano com quem se encontram quando saem às ruas do bairro, havendo uma recuperação da socialidade entre vizinhos e conhecidos com quem trocam opiniões.

O bairro, nesse caso, “aparece como um lugar onde se manifesta um engajamento social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (Mayol, 2005, p. 39), dando a cada pessoa um sentido de aconchego e de partilha.

O interesse em morar “perto de tudo” e ou conhecer “todo mundo” tem, portanto, um caráter de socialidade e de solidariedade que, no envelhecimento, assume uma importância maior para os (as) entrevistados (as), já que suas referências relacionais estão fortemente centradas em contextos coletivos: trabalho, família, grupos (igreja, associações, condomínios, amigos da praça). A ação de participar dessas atividades junto a outras pessoas favorece a formação e a manutenção de coletividades, criando referências comuns, sejam de natureza etária, profissional, educacional, política, familiar ou outra qualquer, dando lugar à construção e à reconstrução dos significados dessas relações.

Mas, embora a cidade propicie “novidades” na área do consumo e oportunidades a algumas pessoas de residirem em localizações privilegiadas, por estarem próximas dos serviços e das pessoas, há também lacunas que são apontadas por integrantes deste grupo. Uma das lacunas refere-se à falta de espaços e opções para os idosos terem um estilo de vida com qualidade, considerado sob determinados pontos de vista:

Como toda cidade grande, não tem vantagem nenhuma [...]. É diferente na cidade pequena em que as pessoas podem botar a cadeira na porta de casa e ficar

conversando. Aquilo já é uma higiene mental [...]. Aqui os idosos têm de ficar presos em casa, enquanto numa cidade pequena as pessoas ficam mais livres [...]. Em Salvador a pessoa fica confinada dentro de casa. E a pessoa adoce e o médico nem sabe o que a pessoa tem porque a medicina não olha esse lado (Tiago, 75 anos)

Além da visão crítica da vida urbana há, neste depoimento, como em outros, uma visão idealizada sobre a vida na cidade, pondo em relevo características vinculadas às lembranças de uma Salvador antiga, onde boa parte da população ainda residia em casas no lugar de apartamentos e podia conversar com o vizinho através da janela, ou sentar-se na frente de casa no fim da tarde como se vivesse numa cidade do interior, também naquela época.

Em Salvador, não temos reduto para os idosos. A cada esquina a gente encontra reduto para jovens. Em outras cidades, no Rio, por exemplo, os velhos são tratados de modo diferente. Mas tem a vantagem de guardar muita coisa de cidade provinciana. Aqui mesmo onde moramos, temos muita coisa perto, ainda é possível sair na rua com tranqüilidade. As pessoas se conhecem, se falam quando passam. O velho que mora na Ribeira, por exemplo, muitas vezes tem o mesmo horizonte de antes. Mas daqui a mais uns anos não tem mais condições, porque a cidade cresce e vem a situação de perigo, de sair sozinho. Tem a questão da violência também (Ester, 62 anos)

A visão da cidade no envelhecimento surge mimetizada com essas lembranças marcadas por ideais de uma sociabilidade sem as restrições impostas pela violência urbana atual. Com efeito, “quando a cidade se transforma em um lugar [...] inóspito, ao invés de um lugar onde as pessoas se sintam inseridas na harmonia de uma comunidade urbana, o lazer estará restrito a espaços e tempos determinados” (ROLNIK, 2000, p. 1), fazendo com que as pessoas não vivam o lazer de forma abrangente, com o sentido de prazer que percorre o cotidiano.

Ao avaliarem suas experiências de viver em Salvador, Elisa e Nilton situam os aspectos que interferem nos seus estilos de vida nos dias atuais. Ela aborda questões relacionadas à organização da cidade, enquanto ele ressalta a dimensão de classe social na distinção do estilo de vida. Ambos destacam a limitação do lazer ao espaço doméstico, em virtude da violência na cidade:

Menina, eu acho que a situação não é boa, não. Meu marido, que anda de ônibus, reclama (risos), eu não sei porque não ando de ônibus, mas ele diz que o ônibus não pára no ponto. Quer dizer, é uma falta de respeito com os velhos [...]. Eu vejo pelas filas nas lojas. Às vezes a gente tem de ficar pedindo, cadê a fila preferencial? [...]. Salvador não tem passeio para o idoso andar. Eu tiro pela rua onde eu moro que dizem que é uma rua importante [...]. Os passeios estão todos estragados. Eu não tenho mais coragem de sair à noite por causa da violência. E os engarrafamentos? Ah, nem queira saber. Eu digo pra fulano (marido) pra gente se mudar pra o Rio, pra Copacabana. Lá é que é lugar pra idoso morar (risos). Salvador tem o trânsito caótico, o transporte é ruim [...]. Acho que isso tudo interfere na qualidade de vida do idoso. Não saio daqui pra morar em outro lugar porque meus filhos moram aqui (Elisa, 62 anos)

Eu acho que, embora não tenha nada muito específico, a cidade oferece boas condições para quem sabe aproveitar. E tenha dinheiro, claro [...]. Tudo depende da condição econômica. Se a pessoa mora perto da praia, aí não, não precisaria tanto de dinheiro porque a praia é de graça em princípio. Mas ela não vai fazer mais nada, não vai tomar uma água de coco, uma cervejinha, né? [...]. Eu na verdade, não saio muito. A gente fica muito em casa, vê filme. Às vezes eu fico no computador, na internet. Hoje em dia, a pessoa idosa já não pode se aventurar de sair à noite por causa da violência (Nilton, 65 anos)

Dessa forma, embora a cidade ofereça algumas possibilidades para os idosos desenvolverem seus estilos de vida em espaços coletivos, há o aspecto da violência e do medo em expor-se, fazendo com que algumas pessoas limitem suas escolhas ao espaço individual da casa, convertendo tal condição em um *habitus*. E, como não raro acontece, essa composição de estilo de vida elaborada pelos casais, muitas vezes transforma-se em outro *habitus*, ainda mais individualizado, por dotar cada membro da díade de um isolamento mútuo no interior do isolamento do par.

Tal estrutura nem sempre revela o mesmo padrão de valoração conferida ao *habitus*, pois o casal pode expressar um tom emocional diferente, inclinando-se a vê-lo de forma independente. Enquanto um encontra satisfação nesse tipo de prática individualizada, o outro pode ressentir-se da falta de compartilhamento. No entanto, conforme aparece nos relatos, a partilha dos estilos de vida pelos casais é positivamente avaliada por eles e, quando isso não ocorre, a falta é ressaltada como uma experiência que gera insatisfação, caso se transforme em uma prática habitual.

Por outro lado, os ideais de morar “perto de tudo” e conhecer “todo mundo”, que atraem tanto, supondo a idéia de “ímã” que seduz as pessoas para um determinado ponto (BARROS, 2007), por certo são componentes da insatisfação de quem reside em área não coberta com todas essas facilidades. Em contraste a essa situação surge o desconhecimento ou a distância da vizinhança, desfavorecendo as relações comerciais e de amizade e a inserção no ambiente social de um modo geral.

Esse é o caso de Sofia, que mora em área afastada do centro de Salvador e, como assinalou em outro depoimento, gosta de ir ao shopping, de visitar a família e os amigos, atividades que acabam sendo prejudicadas porque ela mora “longe de tudo” e de todos:

[...]. Pra mim o que me seduz é a confusão da cidade, as pessoas circulando. Principalmente que a gente vai ficando velha, precisa das coisas, não pode ficar longe de tudo [...]. Hoje é um isolamento total, porque minhas vizinhas têm a vida delas, não dá pra ficar na casa delas na hora que eu estou disponível. [...]. É um lugar longe da civilização. Tem o básico [...], mas é tudo longe, tem de ir de carro e eu dependo dele (Sofia, 79 anos)

A entrevistada traz à tona a importância levantada também por outros (as) acerca da experiência de envelhecimento na cidade no que tange às relações sociais que, como sabemos, sofrem a influência dos diferentes modos de vida das sociedades atuais. Nesse sentido, ainda que se valorize e se conheça todo mundo que mora no prédio ou no bairro, existe o reconhecimento de que esse contato próximo em termos físicos não assegura a mesma distância para o contato social, pois, como observa Wirth (1991, p. 103), “o mundo urbano tem em alta conta o reconhecimento visual. Vemos o uniforme que denota o papel dos funcionários e esquecemos as excentricidades pessoais que se acham ocultas por trás do uniforme”.

A valorização das relações interpessoais para os idosos foi assinalada também nos grupos focais, entendendo-se que as exigências da vida moderna e a tecnologia propiciariam certo “desligamento” nas relações familiares entre as gerações e entre as pessoas em geral. Tal compreensão remete à análise de Simmel (1991), para o qual os fatores que produzem a racionalidade nas ações ligadas às relações econômicas são os mesmos que propiciam a impessoalidade e a atitude *blasée*— um modo distante e reservado que caracteriza as relações interpessoais na sociedade urbana.

O exame dessa questão é importante para ajudar a compreender algumas experiências de quem vive na cidade, as quais fornecem uma perspectiva reveladora da feição utilitarista das relações interpessoais, encontrando sua expressão em depoimentos como esse:

As pessoas são menos ligadas entre si. Eu vejo por aqui onde moramos. Se não encontro as pessoas dentro do elevador, eu nunca vou saber quem mora no meu prédio [...]. A gente não se liga, ninguém vai na casa de ninguém. Parecem estranhos. Ou são estranhos mesmos, porque não se conhecem (Mateus, 67 anos).

O soteropolitano não visita ninguém. É cada um na sua. A cidade grande tem esse defeito: cada um vive dentro de sua casa e não se importa com mais ninguém. O pessoal do interior é mais acessível, mas o baiano da capital, não (Leda, 74 anos)

A decorrência desse tipo de relacionamento é evidente quando pessoas idosas (ou de qualquer idade) e que moram sozinhas precisam recorrer a alguém em busca de solidariedade. O elo que liga socialmente classes de pessoas em um condomínio, bairro ou cidade é enfraquecido por vivências individualizadas que limitam o acesso entre elas:

[...] Apesar disso tudo, se um de nós ficar sozinho nesse apartamento, eu acho um horror, porque na cidade a gente não tem a mesma liberdade de bater na porta do vizinho como faz no meu interior. Aqui, todo mundo se dá bem, mas ninguém incomoda ninguém. Se precisar mesmo, até incomoda, mas evita. Só num caso extremo (Fátima, 74 anos)

Em suma, as opiniões favoráveis ou não em relação a viver em Salvador configuram estilos de vida no envelhecimento que são construídos em consonância com a percepção que se tem desse habitat. Nesse sentido, remeto a Bourdieu (2008), ao tratar sobre os efeitos do lugar onde se habita, alegando que, se o habitat contribui para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o habitat através dos costumes sociais. Os espaços de moradia são também espaços sociais nos quais os idosos vivem suas experiências de envelhecimento, sustentados por um *habitus*.

Mas, do mesmo modo que os (as) agentes são influenciados (as) por esse *habitus*, também o transformam socialmente, conforme as expectativas específicas em relação a cada situação:

[...]. Como nós somos de fora, quando chegamos aqui eu procurei me aproximar dos vizinhos, dando um bom dia, encontrava quando eu ia caminhar, parava um pouco, conversava... Logo que chegamos, eu fui lá na casa da vizinha me apresentar... Ela me recebeu bem. Porque a gente não pode viver isolado, ainda mais que nós não conhecíamos ninguém (Isabel, 71 anos)

Como vivemos em sociedades complexas, abrangidas pelas grandes metrópoles, os estilos de vida revelam a “heterogeneidade e diversidade de experiências e costumes, contribuindo para a extrema fragmentação e diferenciação de papéis e domínios, dando um contorno particular à vida psicológica individual” (VELHO, 1981, p. 17). Assim, embora o envelhecimento seja, em princípio, uma experiência comum a todos, os diversos modos de envelhecer fazem com que os idosos desenvolvam novas sensibilidades e recodifiquem distintamente sua velhice, que se expressa nos estilos de vida, mostrando que essa experiência está relacionada “às condições materiais e simbólicas que identificam socialmente cada indivíduo” (PEIXOTO, 2004, p. 9), conduzindo os casais a posições distintas nas diversas dimensões sociais.

A partir dessa compreensão, impõe-se a possibilidade de pensar homens e mulheres como agentes na construção e na re-ordenação de suas identidades, seus estilos de vida, bem como de seus projetos de vida, assunto que será abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 6 - PROJETOS DE VIDA: A HORA É AGORA

“A vida é assim [...] *Cada um de nós compõe a sua história e cada ser carrega em si o dom de ser capaz de ser feliz.*¹

Se não realizei tudo o que queria, eu não me desespero. Penso noutra coisa e vou em frente. A vida da gente passa rápido [...].

Mas é a vida que a gente gosta. *Ninguém quer a morte*². O maior projeto é viver.”
(Isabel, 71 anos)

A institucionalização do curso da vida, característica da modernidade, além de regulamentar a vida pela seqüência das idades significou, ainda, a constituição de perspectivas e de projetos de vidas pelos quais as pessoas se orientam e planejam suas ações individuais e coletivas (DEBERT, 1998). Todas as culturas têm de lidar com o tempo, e “não há sociedade em que os indivíduos não tenham sentido de futuro, presente e passado” (GIDDENS, 2002, p. 22)

No entanto, antes de haver uma preocupação social com a velhice, os idosos eram pouco visibilizados, de modo que suas motivações não eram reconhecidas. Era como se eles fossem seres do passado, como acentua Birman (1995, p. 19), alguém que “realizou seu percurso psicossocial e que apenas espera o momento fatídico para sair inteiramente da cena do mundo”. Desse modo, a pessoa era atirada para o fim, sem ter a condição de refazer algum traço de sua existência ou de criar um novo cenário no qual pudesse marcar sua presença e imprimir seus desejos.

Ao colocar essa discussão aqui, assinalo como o fiz anteriormente, que em qualquer momento do curso de vida as pessoas possuem desejos de realização, seja por motivações individuais ou movidas por um sentimento coletivo, com objetivos imediatos ou de longo prazo. Esse argumento encontra apoio na expressão de Sartre, referido por Beauvoir (1976, p. 99) ao assinalar que “é o futuro quem decide se o passado está vivo ou não”. Por essa perspectiva, a visão do futuro constitui uma referência para a formulação de ações no cotidiano das pessoas que acreditam construir a própria história.

¹ Referência à música interpretada por Maria Bethânia Veloso (1990): *Tocando em frente*: “Todo mundo ama um dia, todo mundo chora. Um dia a gente chega, no outro vai embora. Cada um de nós compõe a sua história e cada ser em si carrega o dom de ser capaz. De ser feliz [...]”.

² Referência à música interpretada por Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (1982): *O que é, o que é?*: “[...] Somos nós que fazemos a vida. Como der, ou puder, ou quiser... Sempre desejada. Por mais que esteja errada, ninguém quer a morte. Só saúde e sorte...”

Este capítulo discute as experiências individuais e as dos casais em relação aos projetos de vida, envolvendo realizações já concluídas ou a concretizar-se, revelando as motivações e o nível de satisfação com tais realizações. Ao longo do curso de vida, algumas possibilidades são concretizadas, outras são reinterpretadas à luz das experiências comuns e outras, ainda, permanecem em aberto sob diversos argumentos que aludem a uma perspectiva individual, conjugal ou familiar e a fatores sócio-econômicos. No entanto, seja qual for o elemento que influencie a organização dos projetos de vida, tais projetos são vividos de modo heterogêneo, mesmo que sejam compartilhados como “projeto coletivo”.

Como esta pesquisa concentra a atenção em pessoas casadas, a análise dos projetos não pode prescindir da referência ao que pode ser considerado como o seu primeiro projeto comum – o casamento. Interpretar esse projeto como um produto das relações de gênero revela um ponto fundamental para compreender a experiência de construção dos demais projetos no envelhecimento.

Portanto, abordo em primeiro lugar as narrativas que tratam das motivações³ para casar-se, a fim de compreender como eles e elas iniciaram seu vínculo conjugal. Embora esses motivos sejam atribuídos ora às famílias de origem, ora a cada envolvido na relação, ou ao “acaso”, presumo que as razões para o projeto do casamento não são isoladas entre si e não dependem apenas do (a) agente do projeto. Ou seja,

[...] por mais que o casamento, a união entre parceiros, esteja envolvido por um forte halo de escolha, de opção, de liberdade, fica claro que está fortemente vinculado e ancorado a um conjunto mais abrangente, que é legitimado por valores e representações em que o indivíduo está longe de ser a força-motor ou o ponto nodal (VELHO, 1989, p. 38).

Assim, registram-se nessas escolhas diversos elementos, como a família, a religião, os status sociais, as origens étnicas, dentre outros, que se associam às questões individuais, produzindo por vezes ambigüidades e dúvidas pela coexistência de elementos diferentes, que nem sempre são evidentes, mas criam uma tensão social nas relações conjugais, podendo estender-se às demais relações.

³ Refiro-me, aqui, às motivações “conscientes” para a decisão de casar-se admitindo, porém, a existência de motivações inconscientes e a não separação entre elas. Referências a essa perspectiva encontram-se, por exemplo, em WILLI, Jürg, especialmente nos capítulos V, VI e VII do livro **La pareja humana: relación y conflicto**. Madrid: Ediciones Morata, 1978. Recomendo, ainda, os textos de PINCUS, Lily; DARE, Christopher. *O contrato secreto do casamento*. In: **Psicodinâmica da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981 e de EIGUER, Alberto. **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. Nestes trabalhos, encontram-se interpretações abrangentes acerca das relações, conflitos e rupturas no âmbito familiar, dando-se atenção particular às relações matrimoniais sob o enfoque psicanalítico.

No primeiro item, coloco algumas idéias sobre o casamento e a família, já que o estudo se dá nesse universo, compreendendo que essa contextualização ajuda a visualizar as estratégias utilizadas por homens e mulheres para a realização dos demais projetos individuais ou conjugais que serão esquadrihados nos itens seguintes.

6.1 O CASAMENTO E A FAMÍLIA COMO PROJETOS

Ao longo da história, as configurações familiares fizeram com que o casamento ganhasse novas dimensões em decorrência das transformações culturais, econômicas e tecnológicas que promoveram na sociedade a necessidade de reformulação de valores sociais, familiares e individuais, já referidos anteriormente no capítulo três. Como coloca Giddens (1993, p. 16), “em um mundo de igualdade sexual crescente [...] ambos os sexos são levados a realizar mudanças fundamentais em seus pontos de vista e em seu comportamento” na relação entre eles.

Essas mudanças, no entanto, não eliminaram alguns sentidos em relação ao casamento, justificando a minha colocação, aqui, de dois aspectos citados por autores selecionados para esse diálogo e que são refletidos nas narrativas de participantes deste estudo.

O primeiro aspecto diz respeito ao caráter associativo dos seres humanos, sendo esta uma condição inerente aos homens e às mulheres. Em todas as sociedades as pessoas têm sobrevivido pertencendo a agregações sociais, embora tais agrupamentos variem em termos de organização e diferenciação de práticas, não sendo obrigatória sua ocorrência por meio do casamento. A família pode ser interpretada como um desses grupos onde o ser humano desenvolve suas interações e, longe de estar desaparecendo, ela tem mostrado possibilidades de se reconstruir, apresentando novas faces. De acordo com Minuchin (1982), enquanto as sociedades primitivas contam com grandes agrupamentos e uma distribuição durável de funções, em sociedades industriais são exigidas novas habilidades, além da capacidade de adaptação rápida às situações sócio-econômicas.

Outro ponto a ser levantado é relativo ao caráter institucional da família, que encontra correspondência nas narrativas aqui analisadas. Ainda que a palavra “família” seja tão comum e o tipo de realidade a que se refere esteja próximo da experiência cotidiana (LÉVI-STRAUSS, 1982), inscrevendo-se de forma evidente na nossa prática (LENOIR, 1998), essa noção está vinculada a um caráter institucional, sendo o casamento, em seu sentido mais amplo, visto como a base para tal institucionalização.

Em seu sentido institucional, a idéia de “família” é revestida da noção de objetividade, ou seja, é sentida como uma realidade com a qual os indivíduos se defrontam na condição de fatos externos. Nessa perspectiva, “todas as instituições aparecem da mesma maneira como dadas, inalteráveis e evidentes” (BERGER; LUCKMAN, 2007, p. 85), sendo conduzidas através das gerações que as interiorizam, recolocando-as em suas consciências como algo objetivo e legitimado.

Mas, embora a família esteja submetida a esse processo de objetivação de que falam Berger e Luckman (2007), é também fruto da história humana (FIRESTONE, 1976; SILVA, 1982), estando sujeita às determinações dessa história, tendo intrínseca relação com a dinâmica social. Destarte, as mudanças nas funções que lhe são atribuídas e o próprio conceito do que sejam funções familiares também são influenciados pelas mudanças ocorridas na sociedade (ARIÈS, 1978; ELIAS, 1994a). Como observa Firestone (1976, p. 19), a família biológica sempre existiu em todos os lugares, mas o “Reino da Natureza não reina absolutamente”, o que significa pensar o grupo familiar como uma realidade não só biológica, mas histórica.

Com efeito, uma instituição caracteriza-se pelo partilhar das ações por um grupo particular de pessoas, pelo controle que exercem sobre seus membros e pela sua historicidade que possibilita suas transformações. No entanto, é válido ressaltar, com base em Vaitsman (1994) que, apesar das transformações nos modelos de família (e casamento), esses ainda são marcados pela dicotomia entre as práticas dos casais, produzindo debates com diferentes tons políticos, a exemplo das discussões feministas.

A crítica feminista à família é no sentido de considerá-la uma “unidade básica de reprodução homem/mulher/criança” (FIRESTONE, 1976), com um poder de distribuição inerentemente desigual. Como o casamento começa com um contrato, sendo esse um “princípio de associação e uma das formas [...] de instituição das relações sociais [...], como a relação marido e mulher” (PATEMAN, 1993, p. 20), o interesse feminista ao criticar o contrato matrimonial é que seu objeto diz respeito a uma espécie de “propriedade” que as pessoas teriam umas sobre as outras, como no contrato trabalhista⁴.

Embora os casais abordados mostrem algumas características distintas na estruturação de suas famílias, em geral, tal organização revela um sistema de valores e de crenças geradas por matizes culturais que evidenciam elementos da família nuclear surgida na modernidade.

⁴ Analisando a estrutura de instituições sociais da Inglaterra, Austrália e Estados Unidos, nos anos 80, Pateman (1993) afirma que o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres, ainda que eles não desfrutem dos direitos exercidos sobre elas como no século XIX (quando existia a condição legal de propriedade), mesmo assim, a sujeição subsiste em algumas localidades.

Essa família propaga exigências e expectativas em relação aos filhos, tendo um controle social por parte dos pais, o que torna menos significativas as presenças de outros parentes e vizinhos, havendo o enfraquecimento de laços de solidariedade mais diversificados (VELHO, 1981).

Além disso, apesar de todas as variações nesse modelo de família, ele tem como característica fundamental a distinção entre a vida pública e a vida privada, pela nuclearização, atribuindo a responsabilidade da casa e a educação dos filhos à mulher e a responsabilidade econômica ao homem, sendo esta a estrutura familiar dominante na sociedade capitalista do século XX (POSTER, 1979)⁵.

Tais considerações tornam-se mais evidentes ao analisar os argumentos que levaram homens e mulheres ao projeto do casamento e aos estilos de vida familiares. Eles e elas fizeram suas opções por motivos diversificados, refletindo o que vigorava na sociedade de seu tempo. Mas, casar para ter filhos e construir uma família é o discurso da maioria, independentemente da idade e do sexo.

Outro dado característico desse grupo é que todos os filhos oriundos dessas relações foram educados na família, seguindo o esquema institucional do casamento, tendo o pai e a mãe vivendo juntos e onde a autoridade paterna sobressai em relação à materna, em boa parte das díades. Nesse sentido, conforme os argumentos de Pateman (1993) e Safiotti (2004), os casais sofreriam a influência da concepção patriarcal pelo favorecimento assimétrico nas relações de gênero.

Não cabe, aqui, uma discussão mais prolongada acerca do desenvolvimento da estrutura familiar patriarcal, exposta em trabalhos de historiadores como Freire (1987), revistos por Corrêa (1993) e outros, mas vale salientar que tal modelo, conforme Samara (1989; 2004) era a base da sociedade paternalista, em que o relacionamento entre seus membros estimulava a dependência em relação à autoridade paterna. De acordo com Matos (2000), a família brasileira configurou-se como família patriarcal, mantendo um regime de poder por laços consangüíneos e de compadrio. Tal modelo serviu de base para a historiografia brasileira caracterizá-la como família extensa, porém ela existiu ao lado de outras formações, havendo diferenças não só relativas à sua estrutura, como também relacionadas aos valores, com diferenças regionais e distinções de classe, conforme avaliado por Samara (1989; 2004).

⁵ No Brasil, esse processo ocorreu em uma conjuntura histórica que fortalecia o “projeto individualizante [...] com a ampla veiculação de uma propaganda que enfatizava o consumo e o sucesso material” (VELHO, 1981, p. 70), sendo a expressão de um segmento que viveu a problemática da ascensão e do sucesso material no final dos anos 1960 e início da década de 1970, como já foi assinalado em outro capítulo.

Meu entendimento, por ora, tentando um ajuste entre a teoria e a realidade analisada é que a família atual ainda constitui-se como um modelo hierárquico, embora vinculado a transformações sociais que fazem emergir comportamentos mais flexíveis em busca de um modelo de relações mais igualitárias.

Tendo colocado essas caracterizações, destaco algumas narrativas sobre o projeto do casamento, colocando como exemplo um dos motivos que mais sobressaem nos depoimentos – a formação e a continuidade da família, como descrito por esses casais:

Ai meu Deus! Casar é bom porque tem a família, os filhos, os netos, pra dar continuidade à família (Elisa, 62 anos)

Ah, pra mim... casar é a melhor coisa do mundo, a formação da família. Só tem coisa boa no casamento. Pra mim então, foi muito bom (Tiago, 75 anos).

O casamento para mim era um objetivo de vida, porque eu queria formar uma família. Sempre pensei em construir um lar. E eu realizei meu objetivo com um homem que conheci ainda criança (Marta, 65 anos)

Estar casado, pra mim, significa amor, surgimento de mais uma família, respeito mútuo, etc. A gente luta para que as coisas dêem certo (Mateus, 67 anos)

Ao pretender a formação de uma família, as pessoas colocam em jogo os acordos para o estabelecimento do vínculo de convivência, configurando o casamento como um palco de negociações que iniciam antes de sua constituição. Exemplo disso está contido na fala de Samuel, que levou em conta, na relação dual, a suposta condição materna da mulher, a fim de poder encarregá-la da maternidade do filho que ele trazia de uma relação anterior:

Eu já tinha um filho com outra mulher [...]. Ela criou com muito amor como se fosse seu filho [...]. Foi bom porque casando a gente forma uma família. Ter estabilidade com uma mulher... Ter alguém que me ajudou a progredir e cuidou dos nossos filhos (Samuel, 81 anos)

A mesma situação ocorreu com Diana e Pedro, que iniciaram o casamento levando junto a primeira filha dela. Em ambas as situações, os casais iniciaram a vida a dois, com três. Ou seja, eles começaram o casamento com a complicação adicional de acomodar o (a) filho (a) entre eles e, ao mesmo tempo, acomodarem-se junto à criança, formando uma tríade. Embora eles não tenham relatado dificuldades em relação a isso, penso que o desafio dos mesmos foi o de construir as identidades: conjugal (com uma criança entre eles); paterna (de pai ou padrasto) e materna (de mãe ou madrasta), considerando que esse (a) filho (a) não resultara de um projeto comum, embora tendo sido incluso no projeto de ambos.

Além da formação de uma nova família, um dos motivos para o casamento sugeridos nas narrativas é a concessão dada ao outro de responsabilizar-se pela organização de sua existência, colocando-a no “rumo certo”, sendo essa uma situação mais evidenciada nas narrativas masculinas, o que remete à questão histórica das relações de gênero de que “mulher” organiza melhor as coisas, é mais econômica, mais cuidadosa, noções características de uma ideologia que enfatiza a diferença, colocando cada qual no “seu lugar”.

Os relatos a seguir mostram que tal idéia atravessa gerações:

Segundo ela (mulher) tudo que eu consegui foi graças ao casamento (risos). Não por herança dela [...]. Mas quando a gente é solteiro, não economiza. Tudo o que entra, sai. Quando casa, não, tem de economizar (Tiago, 75 anos)

[...] acho que o casamento é uma coisa ótima principalmente para o homem. Porque o homem precisa assentar o juízo, não ficar pulando de galho em galho [...]. A mulher é mais centrada nesse sentido do amor. Acho que isso mudou um pouco, mas ainda mantém essa diferença de comportamento de homem e de mulher (Davi, 74 anos)

[...] Casei com uma mulher ajuizada, isso ajudou nos planos do casal, foi bom, conseguimos ter uma casa própria (João, 68 anos)

Eu tava só em Salvador, não tinha uma vida organizada, ainda. Casar foi bom porque a mulher ajudou a botar as coisa no lugar (Adão, 58 anos)

Até os 23, 24 anos eu não me preocupava com nada, mas quando me casei fui obrigado a me tornar sério, um homem direito, pai de família. Antes eu não ligava pra nada, namorava com uma e outra, sem me preocupar com ninguém (Pedro, 51 anos)

No caso de algumas mulheres, a idéia de casar vem acompanhada do medo de ficar solteira e do desejo de libertar-se da pressão paterna ou materna, ou da repressão, especialmente a repressão sexual, já que quase todas se casaram virgens. Ao mesmo tempo, ao pleitearem a formação da família com a geração de filhos, elas associam o casamento à possibilidade de não serem estigmatizadas como “mães solteiras”. Para essas mulheres, o casamento representa uma forma tácita de serem vistas como sérias e respeitadas, ainda que tal preocupação, na atualidade, soe como ultrapassada, já que o entendimento é de que qualquer mulher, de qualquer idade ou estado civil deve ser respeitada, e sua seriedade não deve ser vinculada a nenhum status social.

Essas preocupações com o casamento podem ser observadas nas falas seguintes:

Eu me casei porque naquele tempo ninguém ficava sem casar. Era mal vista a mulher que não se casasse. Quem não era casada era mal vista e quem separava também [era mal vista] (Sofia, 79 anos)

[...] a mulher que ficava pra titia, como se dizia no interior [...], era olhada como se tivesse algum problema. Eu era a única mulher na minha casa. Meus irmãos homens

também se casaram, mas a mulher era mais olhada do que os homens sobre o casamento (Fátima, 74 anos)

[...]. Aí, um dia, quando eu já estava terminando a faculdade, eu tinha 26 anos, minha mãe chegou pra mim e cobrou que eu tivesse um relacionamento estável [...]. Pra mim, ela queria que eu desse uma definição na minha vida. Acho que ela pensava que eu era ‘sapatona’ [...]. Casei porque queria ser mãe, mas não queria ser mãe solteira (Leda, 74 anos).

Vale dizer que as mulheres que se incluem nesse perfil são, em sua maioria, nascidas e socializadas antes da década de 50, portanto, antes da expansão da participação feminina no mundo público. Ainda que algumas delas tenham tido tal acesso, fazem parte de uma geração cuja construção de identidades era baseada em critérios de auto-realização diferentes dos critérios das décadas seguintes, em que as mulheres passaram a buscar relações mais igualitárias. Além disso, vale lembrar com base em Diehl (2002), que o preconceito em relação às mulheres que não se casavam variava conforme o contexto em que elas viviam, podendo ser maior ou menor dependendo de fatores como: o poder aquisitivo e posição social da família, morar em cidades ou capitais mais ou menos avançadas.

Algumas vezes, as motivações que dirigem a decisão de casar-se estão associadas a questões das famílias de origem, mostrando indefinição das fronteiras do sistema parental e do sistema conjugal, tornando esse último vulnerável à influência do primeiro. Nas narrativas abaixo, os homens surgem como os “salvadores”, ocupando a função do “pai” (ou da mãe) e sendo “provedor” de afeto às mulheres eleitas que “acatam” a condição proposta:

Minha mãe gostava muito dela. E o pai dela tinha morrido fazia pouco tempo. Então minha mãe pediu para eu casar logo. A gente casa para ter um lar organizado (Ângelo, 77 anos)

Eu conheci meu marido por acaso. Mas foi por um erro (risos) [...]. E acabei me casando, talvez por comodismo, costume de estar perto, e a mãe dele gostava muito de mim. De bom, só os filhos (Diva, 75 anos)

Foram uns amigos que me apresentaram ela, mas eu já conhecia a mãe dela. A velha estava doente. Eu pedi a mão dela (filha) em casamento. Não demoramos muito para casar, não (Samuel, 81 anos)

Conheci ele através de minha mãe, foi mais ela que orientou para que eu casasse, do que minha vontade mesmo. Ela estava doente, eu estava cuidando dela. Aí ele (marido) falou com ela que queria se casar comigo. Ela não teve como não aceitar. Minha mãe dizia que só morreria quando eu me casasse (Ruth, 72 anos)

Mas a companhia do (a) parceiro (a) é buscada, também, com o sentido de alcançar uma correspondência “igualitária” no relacionamento, conforme descreve o casal seguinte:

Pra mim o casamento significa parceria e companheirismo. Um não pode querer ser mais que o outro, não. É um ajudando o outro a cada dia, procurando se entender, sempre (Renato, 68 anos).

O casamento para mim tem sido de muitas alegrias, muito companheirismo, muito carinho, muito amor. Cada dia mais tenho um carinho especial pelo meu marido [...]. Temos muitas coisas em comum [...]. Buscamos sempre estar juntos, compartilhando tudo com bastante equilíbrio das partes. Sempre procuramos o entrosamento, sempre estamos nos respeitando nas diferenças (Dulce, 66 anos)

A constituição da família de Renato e Dulce parece ter sido estabelecida sobre elementos comuns ao casal, destacando-se o domínio das relações (companheirismo, carinho, amor, compartilhamento) como o motivo para chegarem ao casamento e mantê-lo. O casal parece ter buscado a confluência de propósitos comuns e, como assinala Badinter (1986), essa colaboração através da complementaridade favorece a igualdade de poder nas relações conjugais. Nesse caso, a cooperação (um ajudando o outro) funciona como aglutinador de esforços para a sua sobrevivência. Eles compreendem o entrosamento como uma base para as situações em que precisam fazer negociações, reconhecendo que, apesar de as diferenças existirem, os interesses podem ser equilibrados.

Algumas vezes, a busca de companhia expressa-se como um fator da vida prática, em que é preciso “dividir”, “multiplicar”, “somar” alegrias, ou “diminuir” o sofrimento nas horas difíceis. Atribui-se uma linguagem matemática ao casamento que, supõe-se, produziria “dividendos” simbólicos através de gratificações pessoais obtidas ao longo do curso de vida conjugal, ainda que alguns casais submetam o relacionamento à “prova dos nove”, conferindo o resultado do “investimento afetivo” através da observação de situações que correspondam às suas expectativas (apoio, diálogo), como narra esse casal:

Quando a gente casa, quer casa, companhia... uma pessoa para dividir a sua vida, ficar ao seu lado pra apoiar nas horas difíceis. Pelo menos isso nós temos, porque ela me apóia e eu apóio ela, principalmente na doença (João, 68 anos)

(Tom de voz alternada entre a firmeza e a languidez): Primeira coisa, eu não gosto é de dormir só. Segunda, tem com quem dialogar, companheirismo, sair, dividir os problemas, né? [...] (Denise, 63 anos)

Mas, considerando que o casamento é um projeto aberto por envolver experiências pessoais que vão sendo construídas, cogito que a existência de casado (a) implica em modificação nos padrões de interação conjugal e, com isso, pode vir a transformar a forma de expressar os motivos que originalmente levaram ao casamento, dando-lhe outra tonalidade.

Uma demonstração de que as relações sofrem intervenção das malhas do tempo surge na fala de Denise, ao completar seu relato:

[...] Embora ele nem seja tão companheiro assim. Já foi mais. Ter com quem brigar, porque até com um ‘cachorro’ é bom a gente viver para brigar também com o cachorro. Ter com quem dialogar, brigar, dar sentido à vida (Denise, 63 anos)

O senso comum compreende que “o cachorro é o melhor amigo do homem”, mas a minha atenção foi despertada ao ouvir esse depoimento, onde o cachorro é colocado no mesmo nível do marido, já que Denise dá a entender que precisa de um “ente” para estabelecer a interação (através da briga) – que, supostamente, poderia ser um cachorro, havendo, aí, uma relação de dominação dela sobre o “cachorro”, hipoteticamente mais frágil ou menos poderoso do que ela.

Não estou perdendo de vista o fato de que pode haver importantes correlações entre um homem e um cachorro, e que isso proporcionaria discussões extensas. Contudo, do ponto de vista do que exponho aqui – relações conjugais – o argumento de que “até com um cachorro...” compreende uma crítica à própria relação conjugal, cujas implicações surgem em outras falas dela e de seu marido. Mesmo assim, avanço minha interpretação no sentido de não excluir a possibilidade da experiência de compreensão mútua no âmbito da conjugalidade desse casal.

Por outro lado, pensando na condição múltipla, contraditória e contingente da pessoa, não podemos falar dela “como se estivéssemos lidando com uma identidade unificada, homogênea. Em lugar disso, temos que nos aproximar [dela] como uma pluralidade” (MOUFFE, 1993, p. 32), o que torna compreensível o argumento de Denise em que ela põe em relevo aspectos contraditórios: de aproximação (dialogar, companheirismo) e de afastamento (para ter com quem brigar), supondo que os desentendimentos colocariam o casal, ora na mesma margem, ora em margens opostas da relação.

Com efeito, do mesmo modo que a pessoa constitui-se a partir de diferentes posições de sujeito e conforme as diversas formações discursivas (MOUFFE, 1993), as razões para o casamento não possuem fronteiras fixas, implicando a coexistência de vários motivos constituídos por essas diversas posições de sujeito.

Algumas pessoas acreditam na “sorte”, no “acaso” e no “destino” do encontro e do casamento (Lázaro chegou a dizer que foi por “acaso do destino”), sendo essas expressões mais freqüentes nos discursos masculinos do que nos femininos. É como se eles se colocassem de fora dessa decisão, submetendo a relação conjugal à “prova da sorte”. Esse

tema renderia muita discussão, não fosse o espaço restrito ao objetivo proposto para este trabalho. Lucas e André ilustram tais situações:

Eu casei porque era jovem, estava entusiasmado, achava que seria para sempre feliz. Mas não dei sorte [...] (Lucas, 76 anos)

O casamento é baseado muito em sorte. Encontrar a outra metade perfeita eu acho que é sorte, entendeu? [...]. (Pensativo). Eu namorei muito e casei com o amor de minha vida. Mas eu acho que isso foi sorte, acho que é sorte (André, 68 anos)

Mas não foi apenas a “sorte” que, supostamente, uniu alguns casais. Eles foram também unidos pela “conveniência” capaz de criar condições para construir novas identidades e estilos de vida, como é insinuado em vários depoimentos. Aqui, Leda e Lázaro vislumbraram o casamento como uma “tábua de salvação” para resolver suas saídas dos espaços sociais que eles pretendiam deixar para trás:

Eu conheci ela por um acaso do destino, como se diz. Eu estava saindo do seminário [...]. Casar é bom pra ter companhia, pra dividir as alegrias e tristezas [...] (Lázaro, 68 anos)

[...]. Tanto ele quanto eu estava pensando em encontrar uma tábua de salvação. Ele queria sair do seminário e eu queria sair da casa dos meus pais (Leda, 74 anos)

Ao examinar as narrativas, vale acrescentar que nem sempre os projetos concretizam-se da forma como foram planejados. Nesse sentido, há falas que associam a realização do projeto a significados divergentes daqueles atribuídos inicialmente. Existe um limite e uma margem de manobra possível, como diria Velho (1981; 2003), para a percepção e a realização dos projetos, que inclui não apenas a vontade dos (as) agentes, mas as circunstâncias a eles relacionadas. Como homens e mulheres possuem uma biografia, estão sujeitos (as) à ação de outros (as) agentes que também têm suas biografias, bem como às mudanças socioculturais. Compreende-se, pois, que

[...] o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Em qualquer cultura há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes (VELHO, 1981, p. 69).

Dentro da própria família há discontinuidades e diferenças individuais que incidem sobre a unidade familiar ou conjugal, transformando motivos, desejos e necessidades e dando

novos significados e direções aos projetos de vida. Nesse sentido, fica claro que, embora homens e mulheres tenham realizado o projeto de casar para terem “companhia”, há quem prefira, na atualidade, viver só, avaliando como aspecto negativo da relação o fato de “ter de ficar junto quando [...] prefere ficar só” (João, 68 anos). Mesmo que o “ficar só” seja apenas um desejo esporádico, “porque não gosto de solidão. Às vezes eu quero ficar só, mas não gosto de viver só. Eu tenho meus momentos de querer ficar só. Acho que todo mundo tem. Só que é uma fase, não é a vida inteira” (Dalva, 52 anos). Portanto, se o argumento era realizar-se pelo casamento, hoje esse projeto é reavaliado em suas diversas feições, havendo o reconhecimento da possibilidade de modificá-lo, porque “não sei se casaria com a mesma pessoa [...]” (Luisa, 75 anos). Ou, talvez, “se eu me descasasse, não me casaria de novo, sabe por quê? Eu não gosto de dar satisfação, gosto de voltar pra casa a hora que eu quiser. Gosto da independência” (Ester, 62 anos).

Sob a ótica de gênero, são as mulheres, mais do que os homens, que expressam uma avaliação do projeto do casamento de forma contundente, aludindo a um possível cancelamento de tal projeto, caso tivessem a oportunidade de repensar sobre ele. A idéia que desponta com frequência é que eles não viveriam sem casar-se, mas elas, sim. Por outro lado, a maior ou menor satisfação com o casamento não está vinculada ao tempo de casamento, nem ao fato de seus maridos serem ou não o provedor principal. Assim, não é possível afirmar que as mulheres mais velhas estariam acomodadas em relação à manifestação de suas próprias avaliações sobre o casamento, ainda que sejam dependentes de seus maridos.

Em relação ao projeto de ter filhos, que foi concretizado pela maioria dos casais, não chegou a ser efetivado por todos, havendo a alegação de que “eu nunca senti falta de ter filho me chamando ‘papai’, papai...” (João, 68 anos) e também “não sou muito ligada, não (Denise, 63 anos, mostrando expressão labial de desprezo). “Depois de um tempo não veio mais a vontade de ter filho e nós deixamos pra lá” (Sofia, 79 anos). “Como não tive experiência com criança, na infância, porque só tive um irmão [...], então eu não senti a falta de ter filho” (Lucas, 76 anos).

Por outro lado, há casais que gostariam de ter uma prole maior, contudo “Eu só tive dois filhos. Trabalhando fora, não dava pra ter mais” (Leda, 74 anos). Sem dúvida, “eu tinha vontade de ter mais filhos, mas as circunstâncias não permitiram. Acho que é porque quando eu era criança, as famílias eram numerosas. Eu fiquei com essa idéia de família com muitos filhos” (Lázaro, 68 anos).

Outras vezes, o projeto de ter filhos não teve a durabilidade esperada, produzindo “uma satisfação incompleta, porque realizamos um projeto que foi destruído depois [...]. A vida fez

com que invertêssemos a ordem das coisas: enterramos os filhos e não, como natural, os filhos...” (Davi, 74 anos). “Os filhos morreram cedo demais e isso acabou [...] não fazendo sentido de realizar outros projetos” (Fátima, 74 anos).

A morte dos filhos priva o casal da presença e da experiência de compartilhar projetos pensados para serem vividos conjuntamente, constituindo uma ruptura com o passado e com o futuro. Para Beauvoir (1976), se somos idosos e vemos morrerem pessoas de nossa geração, sabemos que elas levam o nosso passado e isso causa sofrimento, porque com elas desaparece uma infância e uma adolescência de cuja lembrança essas pessoas eram detentoras. No entanto,

Os velhos ficam inconsoláveis com a perda de pessoas mais jovens, por eles associadas ao futuro, sobretudo quando haviam sido por eles geradas, educadas ou formadas: a morte de um filho ou de um neto representa a súbita ruína de um empreendimento; torna absurdamente inúteis os esforços e sacrifícios por eles realizados, as esperanças que nele haviam sido fundadas (BEAUVOIR, 1976, p. 104).

Os projetos modificam as pessoas e suas trajetórias (VELHO, 2003), do mesmo modo que as alterações nos cursos de vida fazem com que sejam modificados os projetos e, até mesmo, se desista deles. Mas essas decisões ocorrem numa arena de conflitos, fazendo surgir diferentes formas de lidar com a questão, como veremos no próximo item.

6.2 PROJETOS CONJUGAIS: CONSENSOS E DISSENSOS

Os nossos projetos, assim como nossa vida cotidiana, são estruturados espacial e temporalmente. Vivemos em um espaço geograficamente determinado, manipulamos instrumentos e objetos e lidamos com pessoas numa teia de relações humanas situadas em torno de um “aqui” relativo ao meu corpo e um “agora” do meu tempo presente (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Seguindo o pensamento desses autores, cogito que o mundo dos projetos não é tomado apenas como um aqui e agora, nem se esgota nas presenças imediatas, mas abraça situações e pessoas que vão além do presente, sendo dotado de um sentido e constituído numa ordem designada não apenas por mim. Os projetos conjugais envolvem diferentes níveis de aproximação e distância espacial e temporal e portam elementos intersubjetivos. Para o nosso propósito aqui, interessa pensar, sobretudo, em termos temporais, inclusive da dimensão subjetiva.

A temporalidade é uma dimensão intrínseca da consciência humana. O tempo que encontramos no cotidiano tem seus limites e segue padrões impostos sócio-culturalmente. Mas uma das questões fundamentais para a pessoa pensar os projetos é interpretar a existência dessa realidade e, ao mesmo tempo, identificar o patamar de sua temporalidade subjetiva (no sentido mannheimiano) e a de outros envolvidos nos seus projetos.

Para não exceder o âmbito dessas idéias, passo a ilustrar os projetos dos casais entrevistados, ressaltando que, embora esses apareçam como sendo projetos comuns, devem ser entendidos dentro de uma complexidade onde os diferentes níveis de temporalidade estão presentes, gerando alguns dissensos, indicando não haver completa simultaneidade entre as temporalidades de marido e mulher. Assim, embora o objetivo dos projetos conjuntos seja expor a idéia de um “nós”, sabemos que este não opera sem a presença de um “eu” e um “ele” ou “ela”, por isso, os consensos se baseiam em atos de inclusão e de exclusão.

No caso a seguir, circunstâncias ligadas à saúde do marido e, talvez, a diferença de idade do casal sejam elementos que fazem com que ambos interpretem diferentemente a vivência do envelhecimento, havendo interferência na definição dos projetos:

[...] o único projeto que a gente faz e que não tem muita discórdia (risos) é de viajar, continuar viajando. Mas assim um projeto, eu falo que vou pro asilo quando ficar mais velha, ele não gosta que eu fale, não dá resposta. Ele já me disse que não sabe se isso vai acontecer porque ele pode morrer antes. Ele teve um câncer e eu acho que ela fica com medo de morrer antes de ir pro asilo (Elisa, 62 anos)

Eu gosto de viajar e a mulher também gosta de viajar, então, é unir a fome com a vontade de comer. Ela vive dizendo que é pra gente ir morar num abrigo de velhos quando ficarmos mais velhos. Eu não posso fazer um plano desse, eu só faço plano de curto prazo. Eu sei lá se vou tá vivo e se vou ficar mais velho? (Tiago, 75 anos)

Não há uma trajetória única para cada casal, mesmo que marido e mulher aproximem-se em diversos aspectos e busquem a coerência para a continuidade de sua identidade conjugal. Mas a tentativa de integrar as experiências de um e outro encontra um caminho de expressão, sobretudo, nos depoimentos femininos. Com frequência as mulheres têm aspirações que envolvem o casal, interagem com os maridos em busca de adequações e envidam esforços para sua concretização. Nessa perspectiva, pode haver conflito sempre que haja valores e interesses divergentes entre os cônjuges, correspondendo em alguns casos a barreiras intransponíveis.

Essa questão merece um exame mais cuidadoso, mas no momento gostaria de enfatizar a existência da diferença, do conflito e do confronto entre os atores envolvidos nesse processo de elaboração e realização de projetos como um campo que implica em relações de poder. Dessa forma, no sistema de relações dos casais, os projetos seriam construídos dentro de uma

concepção em que o poder ocupa um lugar, intercambiando esse lugar conforme a dinâmica das relações de gênero.

As negociações cotidianas dos casais são relativas a diversos aspectos que compõem as relações conjugais, constituindo micro-relações de poder, na linguagem foucaultiana. Tais relações são definidas como políticas diárias vinculadas a estratégias que compõem os discursos de marido e mulher, podendo resultar em acordos para ambos, ou em relações de dominação. No entendimento de Foucault (2004), o poder circula, sendo que cada um de nós exerce o poder e também sofre sua ação, havendo pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social, embora alguns lugares sejam preponderantes e produzam um efeito de supremacia em relação aos demais.

Os depoimentos seguintes ilustram as relações de poder dos casais sobre um mesmo objetivo. Nessas práticas, são evidenciadas algumas dificuldades de comunicação entre os cônjuges, em que um coloca no outro a responsabilidade pela realização ou não do suposto objetivo comum, não chegando a um consenso:

O fato é que a gente nunca planejou as coisas, talvez por falta de objetivos comuns. O que nós gostaríamos, sei lá, acho que ela não quer, fala que quer, mas na hora “h” dá para trás, seria mudar de casa [...]. Eu já tentei vender, mas [...] fica até difícil a pessoa avaliar o imóvel com tanta coisa velha dentro (Lucas, 76 anos)

Não adianta nem quebrar a cabeça, não me lembro de nenhum projeto nosso (pausa longa). Eu queria que ele vendesse aqui, mas ele não se interessa. Eu queria mudar para um apartamento mais perto de minha família, mas ele não quer. Sozinha eu não posso mudar. Dependendo dele, infelizmente. (Sofia, 79 anos)

A relação de poder desse casal inscreve-se no “impasse” para a formação de uma aliança que favoreça as negociações e a realização dos projetos conjuntos. As diferenças nos modos de decidir sobre um mesmo assunto tornam-se pontos de discórdia e confronto de forças de ambas as partes. Tal disputa, de acordo com as evidências surgidas em outras falas, tem como consequência as decepções que revelam a ruptura com os ideais traçados no começo do casamento. Lucas e Sofia são exemplos de casais que parecem compreender a realidade conjugal a partir do referencial individual, centrando-se em necessidades e desejos pessoais, tendo dificuldades de realizarem concessões em relação ao outro pela falta de entrosamento afetivo que paira sobre a conjugalidade e é refletida em diversas narrativas do casal.

Como o casamento é um processo sujeito a mudanças contínuas, estando essas relacionadas ao próprio curso de vida dos cônjuges, os casais estão sujeitos a sofrer desapontamentos, vivendo situações de conflito em decorrência da limitação ou supressão de

acordos estabelecidos com base no compartilhamento nas suas relações de poder. A parceria é percebida como valorização recíproca, promovendo a confiança e a cumplicidade nas relações conjugais, enquanto a supressão de acordos causaria o sentimento de dominação de um agente sobre o outro:

Eu digo que minha qualidade de vida piorou depois que ele se aposentou. [...]. Quando ele estava trabalhando eu aproveitava a ausência dele e resolvia as coisas. Eu resolvia tudo de casa. A gente combinava melhor as coisas. Ele confiava e deixava eu resolver. Esse apartamento mesmo fui eu que escolhi [...]. Ele não tinha tempo. Até o dinheiro eu é que manobrava. Agora, ele não mexe uma palha pra nada. E eu não tenho autonomia com o dinheiro. Ele só faz as coisas quando quer [...] (Elisa, 62 anos)

Ela quer mudar daqui, mudar as coisas, eu digo: quieta, mulher, pra quê mudar? não é? Já estamos velhos, aqui tá bom (risos). Só se for pra um lugar melhor, mas eu gosto daqui (Tiago, 75 anos)

É corrente neste estudo a motivação individual ou conjugal de *mudar* de residência, tendo objetivos diversos: ficar mais perto da família de origem ou dos filhos, voltar à cidade natal, buscar um modo de vida mais tranquilo, viver em um espaço menor depois da saída dos filhos, facilitar o acesso aos serviços que utiliza, renovar a vida e criar outros laços.

A iniciativa de mudança das camadas médias é discutida por Velho (1981) ao expor a delimitação do campo de possibilidades para a realização de projetos específicos. Mudar ou permanecer, diz o autor, é um dilema que surge em qualquer camada social, mas é nas camadas médias, que esse dilema se expressa com mais vigor, talvez por ser o universo social mais exposto às ideologias de modernização⁶.

Essa possibilidade de mudar de um lugar para outro é uma maneira de distinguir pessoas ou grupos enquanto unidades capazes de expor um gosto. Mudar pode ser interpretado como a atualização do *habitus* de classe (BOURDIEU, 1983b), no sentido da pessoa ter interiorizado as práticas de um grupo expressando-as de modo coerente com as práticas de outros agentes. É do sistema de disposições de uma classe que nasce a possibilidade de alguém revelar uma motivação e realizá-la. Mas, como bem coloca esse autor, o *habitus* gera práticas ajustadas ao presente e ao futuro inscrito no presente, sendo eficientes na medida em que existam condições para tal (BOURDIEU, 2004). Para ele,

⁶ No seu estudo, o autor observou que nas camadas médias instáveis, sujeitas a pressões de todo tipo, o problema da identidade está presente, na ascensão ou no descenso, de modo que o projeto de *permanecer* está ligado à família e à religião, enquanto a *mudança* surge como um processo de individualização, de destaque da pessoa em relação à família e ao lugar de origem, sendo que a religião aparece de forma secundária (VELHO, 1981).

O mais importante das diferenças na ordem do estilo de vida e, mais ainda, da ‘estilização da vida’, reside nas variações da distância com o mundo – suas pressões materiais e suas urgências temporais – distância que depende, ao mesmo tempo, da urgência objetiva da situação no momento considerado e da disposição para tomar suas distâncias em relação a essa situação (BOURDIEU, 1983b, p. 84-85)

Nesse sentido, pode-se avaliar que, embora algumas pessoas tenham projetos de mudança, distinguem-se ao fazerem suas escolhas em conformidade com seus gostos, suas condições materiais e suas temporalidades. Distinguem-se, ainda, no aspecto de negociação com a parceria, quando esse gosto não se inscreve no domínio da conjugalidade e nem no tempo subjetivo da parceria, podendo ou não atingir o consenso.

No entanto, apesar do caráter complexo das negociações para a elaboração dos projetos, quase todos os casais têm a noção de que o envelhecimento marca um momento de aproveitar a vida, e isso implica em (re) estabelecer algumas metas, novas ou antigas. É o que mostram as narrativas, exprimindo os envolvimento desse grupo em práticas diversas, revelando que o nível de participação do mesmo corresponde ao argumento de Beauvoir (1976, p. 98) de que “[...] existir consiste em temporalizar: no presente, visamos o futuro através de projetos que ultrapassam nosso passado [...]. Meu passado é o em-si que eu sou na condição do já superado; para tê-lo, é preciso que eu o mantenha em existência por meio de um projeto”.

A linha de desenvolvimento dos projetos é referida pelas histórias de vida, deslocando-se à medida que os agentes envolvidos estabeleçam um “diálogo com o tempo” (GIDDENS, 2002), obrigando a pessoa a interrogar-se sobre o futuro, como demonstrado por esse casal:

O que nós planejamos? Não tem muita coisa. Viver com saúde e harmonia e comprar um carro novo para viajarmos pelo sul do Brasil. Não pensamos em grandes realizações porque já passamos por poucas e boas. Pensamos em comprar outra casa, mas talvez não justifique se envolver em aporrinhações de mudança. Temos de organizar tudo com cuidado para não ter aborrecimentos desnecessários. Pensar bem antes de dar início para não nos prejudicar (Raul, 75 anos)

Continuar vivendo a vida em paz e com saúde. Viajar e viver. Viver e viajar (risos). Eu vejo a vida como o maior projeto. Viver pra mim, já tá muito bom. Eu falo pra ele: vamos seguindo a vida. Deixando a vida nos levar, como diz a música⁷ Mas sem deixar de segurar as rédeas, porque cada um de nós compõe a sua história (Isabel, 71 anos)

Os pontos de referência para as trajetórias desse casal partem dele mesmo, reconhecendo que é preciso organizar, ter as rédeas do curso de vida para construir projetos, cujas realizações tenham um sentido ético para consigo mesmo (não nos prejudicar). Nesse

⁷ Referência à música de Jessé Gomes da Silva (Zeca Pagodinho): *Deixa a vida me levar* (2002)

aspecto, resgato as contribuições de Giddens (2002, p. 74) ao falar sobre o eu como um projeto reflexivo, pelo qual a pessoa é responsável, pois “somos não o que somos, mas o que fazemos de nós mesmos” e o que cada um (a) se torna depende das ações de reconstrução nas quais se envolve. Nesse sentido, “o futuro é pensado como cheio de possibilidades, mas não aberto ao livre jogo das contingências” (GIDDENS, 2002, p. 76).

Em outra parte da mesma obra, o autor em tela refere-se à efemeridade do curso de vida, que é constituído de “passagens” pelas quais a pessoa precisa transpor. Mas essas passagens envolvem perdas e põem em interação o risco e a oportunidade, a partir do que o indivíduo negocia as transições significativas em sua vida.

Entretanto, no idoso, o envolvimento com alguns projetos pode significar um risco que ele não pode ou não quer enfrentar, e por isso sua ação pode diminuir em função do auto-conceito. Conforme Bandura (1977), para que uma pessoa funcione bem na interação com o ambiente não depende apenas de saber o que tem a fazer, mas envolve também o sistema de crenças sobre sua capacidade de fazer (auto-eficácia). Para esse autor, as pessoas tendem a evitar situações que consideram superiores às suas capacidades, condição evidenciada em narrativas apresentadas em capítulos anteriores, no reconhecimento das identidades no envelhecimento e nas escolhas ou nas mudanças dos estilos de vida.

Assim, ao falarem de seus projetos, alguns casais exibem a identidade de “velho (a)” como uma marca limitante:

Nós pensamos em fazer algumas viagens. Mas eu não me animo de fazer viagens longas, que tenha de andar muito. Tem viagem que você não para e nós não somos mais jovens. Eu não quero ficar correndo pra acompanhar o grupo, nem vou ficar no hotel por não agüentar certos passeios. Então é melhor nem ir (Laura, 82 anos)

Mudar para um apartamento menor porque velho não pode ter muito trabalho (risos). E viajar bastante enquanto a gente tem vida. Agora cada vez mais encurta o tempo de fazer as coisas. Eu quero fazer uma viagem de navio com ela, mas ela se cansou muito na viagem que fizemos à Argentina (Marcos, 83 anos)

É certo que, ao envelhecermos, tornamo-nos instáveis, pois o “devir individual insere-se num devir social, não havendo coincidência entre ambos: esse desnível se produz em detrimento do velho” (BEAUVOIR, 1976, p. 121). A idéia de estar submetido a uma condição fatídica por causa de doenças graves ou da própria morte, ou a morte de familiares, associada aos estigmas relacionados ao envelhecimento, coloca um freio nas decisões de algumas pessoas que são forçadas a levar em conta esses acontecimentos na hora de planejarem suas vidas, já que não vislumbram meios de sincronizar seus projetos em relação a esses fatos.

Não temos um projeto específico. Acho que nessa idade, não adianta muito ficar planejando muita coisa. Eu tinha o sonho de poder viajar, ir ao exterior, mas... a gente velha é uma merda, tem muito problema. Pode adoecer na viagem... (Fátima, 74 anos)

Nenhum previsto. Com a morte dos filhos parece que só nos resta esperar a nossa morte. Talvez ficar mais próximos dos amigos. Principalmente os amigos que nos foram fiéis até hoje (Davi, 74 anos)

Essas narrativas encontram correspondência em Beauvoir (1976) que, mesmo reconhecendo a importância dos projetos, admite que o movimento da história destruirá amanhã o que construiu hoje, de modo que, segundo ela, o que o idoso realiza está tão ameaçado quanto ele próprio, que se transformou em uma pessoa rejeitada. Para a autora em tela, o traçado da existência é “constantemente alterado pela queda de nossos projetos numa realidade prático-inerte⁸ [...]”. Por este motivo, nosso caminhar não representa um progresso certo, seguro, mas antes um movimento titubeante [...]” (BEAUVOIR, 1976, p. 120) que nos impede, às vezes, de seguir em frente, imobilizando-nos.

Estamos, sem dúvida, imersos numa temporalidade e o nosso curso de vida é organizado em função disso. Com efeito,

O conhecimento de minha morte inevitável torna esse tempo finito *para mim*. Só disponho de certa quantidade de tempo para a realização de meus projetos e o conhecimento deste fato afeta minha atitude com relação a estes projetos (BERGER; LUCKMANN, 1985, 45. Grifo do autor)

Decerto, “ninguém quer a morte”, mas a atitude em relação a ela não pode ser compreendida sem referência à segurança relativa e à previsibilidade da vida individual e, ao mesmo tempo, sem considerar que a expectativa de vida é correspondentemente maior, sendo a morte adiada (ELIAS, 2001). Entretanto, tendo conhecimento dos limites do curso da vida, existe pressa para a realização dos projetos. A pessoa pode até mesmo antecipar-se ao reconhecer que está “ficando velho (a)”, devendo aproveitar as oportunidades “agora”, como colocado pelo casal Susana e Diogo. Afinal, “a hora é agora”, enquanto “pode”, afirma Diana, pois os filhos vão se casar e os pais precisam preparar-se para a velhice que está a caminho, “usufruindo da morada”, complementa o marido Pedro:

⁸ Sartre qualifica de prático-inerte ao conjunto de coisas portadoras da marca da ação humana, objetivadas no mundo: os instrumentos culturais que utilizo, meu saber, minhas relações, obrigações e ocupações, e onde cada pessoa cria seus interesses. “Sou aquilo que eu fiz e que me escapa, constituindo-me imediatamente como um outro” (BEAUVOIR, 1976, p. 111)

Atingimos todos os ideais planejados. Daqui pra frente, devemos aproveitar tudo, cada minuto. Eu vejo ainda muita possibilidade para o futuro, mas não podemos perder tempo. Eu penso que nós temos pressa quando chegamos nesta idade. Tem que fazer acontecer. E logo! (Susana, 72 anos)

O que poderia considerar talvez como projeto nosso atualmente são as pequenas viagens. Essas eu tenho tentado aproveitar ao máximo para ficar com a família, veraneando. Porque depois do meu problema cardíaco, eu não gosto de viajar pra longe. Mas a gente precisa aproveitar o tempo para estar cada vez mais com a família (Diogo, 73 anos)

Nós queremos terminar essa obra aqui pra poder alugar tudo e mudar daqui [...]. Isso a gente pensa desde que os meninos eram pequenos [...]. Agora eu falo: vamos agilizar, porque daqui a pouco todo mundo se casa e aí tá na hora da gente mudar nossa vida. Tem de aproveitar enquanto ele (marido) ainda pode fazer. A hora é agora (Diana, 50 anos)

Acho que é ter boa saúde pra usufruir da morada e ver os filhos bem na vida. Garantir uma boa formação deles e depois investir em nós, viajando um pouco (risos). Mas antes eu preciso terminar isso aqui, fazer o acabamento porque depois eu pretendo vender e mudar pra minha terra (Pedro, 51 anos)

Nessa busca das realizações conjuntas, proporcionada através da cumplicidade e da complementaridade de esforços que favorecem a convivência e a sobrevivência do casal, há cônjuges que encontram alguns obstáculos decorrentes de expectativas diferenciadas em relação ao próprio curso de vida, a exemplo de Elisa e Tiago, citados anteriormente, e de Iraci e Jorge, cujos relatos seguem abaixo, o que torna mais lentas as negociações na elaboração dos projetos conjugais.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo etário, as narrativas de Iraci e de Jorge registram diferenças entre o tempo subjetivo da mulher em relação ao do marido, situação que se repete com outros casais:

Nossos projetos foram poucos, nunca pensamos em muita coisa. Atualmente eu vivo dizendo [...] vamos ver se a gente vai para um espaço maior, mais perto da faculdade dos meninos. Vamos, vamos, vamos. O tempo está passando! (Iraci, 50 anos)

Não temos nada especial. Talvez mudar para outro apartamento mais central, mas depende de vender este aqui. Como é próprio, a gente vai deixando pra depois. Acredito que no momento temos outras coisas mais urgentes (Jorge, 54 anos)

De acordo com Badinter (1986), a relação dos casais caracteriza-se por uma incessante busca de tornar-se completo, já que os cônjuges possuem características diferentes. A complementaridade constitui um laço que une por meio de um acordo de respeito às diferenças que pode oscilar entre a igualdade e a desigualdade nas relações, marcadas pela ideologia patriarcal, podendo resultar em dominação de um sobre o outro.

Neste estudo, os registros de busca de complementaridade para a definição e a realização dos projetos estão vinculados, com frequência, à questão financeira. Assim, embora haja evidências de maior inquietação feminina do que masculina para desenvolver projetos conjuntos, esses estão sujeitos à decisão masculina para a sua realização porque, em geral, são os maridos que detêm o maior poder financeiro, conforme insinuado pelas mulheres. Ou, mesmo quando existe equivalência nesse setor, a decisão parece estar subordinada ao interesse do marido.

Ressalto, porém, que não só a questão financeira, mas também os estilos individuais constituem uma marca preponderante nas negociações conjugais, o que, aliado a outros elementos dá o tom dessas negociações, como pode ser visto nos depoimentos de Ester e de André:

[...] eu gostaria de estar morando num lugar melhor, mas primeiro eu não pude e segundo eu tive um marido que *foi* muito comodista. Meu filho que morreu que era muito vaidoso, falava: minha mãe, todos os meus amigos se mudam, só nós não mudamos. Cheguei a olhar um apartamento maior, mas ele (marido) não concordava em mudar. Ele dizia: eu? depois de aposentado, eu vou entrar em dívida, ficar pagando apartamento pro resto da vida? Eu não [...]. Eu queria dar uma condição mais confortável a eles (filhos), mas não consegui. Primeiro, eu tinha que ter a aprovação dele (marido). E por ele não saía. Se eu tivesse dado mais um empurrão, porque ele sempre foi levado a empurrão, por mim, não sei se ele lhe contou, aí ele teria aceito, mas agora só tem ele e eu... quando precisei de um apartamento maior não tive... (Ester, 62 anos)

Se não tivesse sido preguiçoso, tão indolente, eu teria ido longe na minha vida, porque eu tenho condições intelectuais para isso. Faço muita leitura, tenho capacidade mental para isso, mas preferi não inventar nada. Adoro rotina, porque se o dia de hoje é bom, o dia de amanhã pode ser também como o dia de hoje (risos). Mas eu não me arrependo. Vivi sempre no sentido da acomodação. Mas cumpro com meus deveres, nunca tive cartão de crédito, trabalhei em banco. Minha mulher tem todos os cartões e eu vejo como ela consome e se consome. Mas mesmo assim, não deixei de fazer nada o que quis. Sou uma pessoa metódica, tenho as coisas definidas, não entrei em aventura. Procurei ser racional, não me desesperar, procurar ser comedido sem ser frio, porque a emoção é uma coisa boa no ser humano. Aprendi com meu pai que também era assim. Já meu filho puxou à mãe, vive cheio de cartão de crédito (André, 68 anos)

Retomando a ótica bourdieuniana, cabe lembrar que

[...] a maior parte das estratégias econômicas de alguma importância, como o casamento [...] ou a compra de um bem imobiliário [...] são produto de uma deliberação coletiva em que podem estar refletidas as relações de força entre as partes interessadas (os cônjuges, por exemplo) e, através deles, entre os grupos em confronto (as linhagens de origem dos cônjuges ou os grupos definidos pelo capital econômico, cultural e social que cada um deles detém). De fato, já não se sabe quem é o sujeito da decisão final (BOURDIEU, 2004, p. 132)

Considerando, ainda, a articulação entre a definição dos projetos e o poder instaurado nas relações conjugais, é válido acrescentar mais um dado sobre as relações de poder. Assim como Scottt (1994), Bourdieu (1997) concebe o poder de modo relacional:

O campo do poder [...] é o espaço de relações de força entre diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (BOURDIEU, 1997, p. 52).

O autor em pauta acentua a dimensão relacional e mútua dos indivíduos cuja existência subsiste na e pela diferença, ou seja, “enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real” (BOURDIEU, 1997, p. 49). Nesse sentido, a definição dos projetos elaborados individual ou conjuntamente estaria sujeita à luta dentro desse campo de poder, pensado como um espaço de relações de força em que a realidade é compreendida como “exterioridade mútua dos elementos que a compõem” (BOURDIEU, 1997, p. 48).

Mas a tensão entre a individualização dos anseios pessoais e a conjugação dos interesses da díade pode produzir resistência em níveis variados e em pontos diferentes da rede conjugal, gerando efeitos de repressão ou satisfação, em que o homem ou a mulher exerce o poder de decidir se, como, com quem e quando vai direcionar sua vontade para a realização de seus projetos de vida. É evidente que as decisões acerca da primazia do “individual” ou do “conjugal” são influenciadas por dimensões sócio-culturais de gênero, posição social, educação e pelas próprias experiências de envelhecimento.

As narrativas que serão discutidas no próximo item são expressivas da visão colocada desde o começo deste trabalho de que essas experiências são plurais, havendo espaço para a espera e para o enfrentamento, para a frustração e para a satisfação de projetos individuais pensados e realizados no curso do envelhecimento. A noção de sujeito como portador de múltiplas posições inscritas nas relações sociais (MOUFFE, 1993) ajuda a entender as equivalências e as dispersões entre as escolhas de uns e os propósitos de outros.

6.3 PROJETOS INDIVIDUAIS: REVENDO DESAFIOS

Estou denominando de “projetos individuais” aqueles que têm como referência um ou outro membro da díade, amparando tal noção na idéia de “indivíduo [...] como sujeito,

unidade mínima significativa da vida social” (VELHO, 1989, p. 24). Tal idéia incorpora a noção do indivíduo ser portador de especificidades que servem de referência às suas construções identitárias, aos seus estilos de vida e às suas realizações.

Ter projetos é uma forma de dar direção ao curso de vida, implicando sempre em seleção em função de desejos e motivações, dentro de um campo de possibilidades que fornece à pessoa uma *margem relativa de escolha* (VELHO, 1981) resultando, ainda, do contexto das experiências de cada um. Esse contexto é caracterizado por dimensões sociais e envolve as possibilidades que cada pessoa vislumbra para si a partir desses aspectos, constituindo-se em escolhas diferenciadas. Essa diferenciação surge de acordo com cada situação em que “o indivíduo vai priorizar uma das facetas de sua inserção social” (LINS DE BARROS, 2004, p. 52), ressaltando ora uma, ora outra dimensão.

Através dos depoimentos que caracterizam as histórias individuais é possível identificar o modo como mulheres e homens se posicionam frente à elaboração de seus projetos de vida e qual dimensão ganha destaque em um dado momento. O tempo presente constitui o palco onde se dá a revisão de realizações passadas e se constrói cenários futuros, e “mesmo que não haja consciência das circunstâncias sociais que dão condições para a concretização do projeto, quem faz as opções e define seu futuro acredita que tem alguma forma de controle sobre sua trajetória” (LINS DE BARROS, 2006, p. 31).

Tal idéia corresponde à compreensão expressa por Velho (1981), segundo o qual o sujeito se organiza para a realização de objetivos específicos. Esse autor ressalta a importância da dimensão consciente da ação, aspecto abordado também por Giddens (2002) ao falar do projeto reflexivo do eu, em que valoriza a consciência da situação como uma condição para criar a mudança⁹. Em relação a essa consciência da ação, Bourdieu (2004) alerta para o fato de que as condutas mesmo sendo objetivamente orientadas para um fim, não são necessariamente produto de uma estratégia consciente, questão que retomarei adiante, no último item deste capítulo.

Essa discussão aponta para a idéia de individualização inscrita na definição dos projetos pessoais, sem esquecer, no entanto, que tal individualização ocorre a partir das relações com outras pessoas. Lembrando Bourdieu (2004, p. 131-132) “o sujeito não é o *ego* instantâneo de uma espécie de *cogito* singular, mas o traço individual de toda uma história coletiva”. Ou,

⁹ Acerca dessa questão, Giddens (2002, p. 37) observa que as mudanças nas vidas pessoais sempre demandaram a reorganização psíquica, e o que nas culturas tradicionais era vivido como ritos de passagem, permanecendo no nível da coletividade, na atualidade “tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social”.

como afirma Velho (1981, p. 28), “mesmo que o ator viva a sua experiência como única, ele de alguma forma reconhece-se nos outros através de semelhanças [...]”.

Assim, o caráter autônomo é experimentado como forma de dar sentido à própria existência, mas, ao mesmo tempo, constitui um modo de vida relativizado pela presença do outro nessa configuração existencial. Em outras palavras, o “meu” projeto possui conexões mais amplas do que a simples circunscrição “individual”. Como observa Velho (1981), ele é percebido como a criação de alguém em interação com a própria história e com o sistema sociocultural.

Voltando à noção de *habitus*, em Bourdieu (2004), ressalto que a definição dos projetos de vida, do mesmo modo que a estruturação dos estilos de vida tem uma relação de homologia face à posição que as pessoas ocupam em um determinado espaço social, não ocorrendo de forma mecânica. Bourdieu (2002; 2004) alerta para o perigo da leitura “substancialista” a esse respeito, ou seja, considerar cada prática em si mesma e por si mesma, desvinculando-a da posição que o (a) agente ocupa no espaço social e da situação disponível de práticas possíveis, o que Velho (1981) chama de campo de possibilidades. A relação de homologia identifica a presença ou não de práticas e bens possíveis de produzir signos de distinção (BOURDIEU, 2002).

Para delimitar o escopo deste item, examinarei a seguir os projetos individuais, destacando narrativas cujos argumentos relacionam-se às dimensões de idade/geração e gênero, valorizando, ainda, a avaliação que os participantes fazem de suas realizações pessoais.

6.3.1 Idade para projetar: o tempo como referência

Ao serem indagadas acerca de seus projetos, as pessoas são colocadas em uma condição de ter de olhar para frente. No que tange a esse aspecto, concordo com os autores que abordam o futuro de pessoas com mais de cinquenta anos como sendo um período mais curto do que o passado já vivido. Isso me ajuda a compreender a contradição relativa ao sentimento identitário dos (as) participantes deste estudo.

Nas referências ao tempo presente, a identidade de “velho (a)” não faz parte da compreensão auto-identitária da maioria dos participantes, como vimos no capítulo quatro. Contudo, a alusão ao devir faz com que eles e elas “acordem” e levantem a bandeira da “idade” como argumento que serve para restringir ou expandir sua trajetória no futuro.

Os relatos abaixo pertencem a pessoas que, ao falarem do sentimento em relação à própria idade, em capítulo anterior, não se consideram velhas. No entanto, esse reconhecimento aparece quando elas falam dos seus projetos futuros, revelando a consciência de que a trajetória futura é mais curta do que a passada:

Eu quero me aposentar pra ter meu dinheirinho e poder fazer minhas coisas sem depender do marido. Agora que já tô velha, mesmo, não arranjo mais emprego... (Eva, 65 anos, aposentada no final de 2010).

Acho que o único projeto agora é levar este trabalho até os últimos dias, não sei quantos anos tenho a mais. É o que eu penso, não sei se estou errado... Se eu fosse 'mais jovem' ao entrar nesse ramo, talvez eu tivesse um resultado melhor. Então, eu não vou lamentar, mas o que eu aprendi não vai durar muito tempo por causa de minha idade atual (Nilton, 65 anos)

Pessoalmente, cuidar das plantas. Adoro plantas!. Outros projetos, não tenho. O que eu queria, agora não dá mais, pela idade. Era ter estudado medicina (Ruth, 72 anos)

No que tange à questão geracional, observo que os mais jovens, assim como os mais velhos ocupam posições não tanto opostas quando falam de seus projetos, seja em termos de pôr em ação uma idéia ou desistir da mesma, não existindo posições fixas de um ou de outro grupo.

Os depoimentos a seguir mostram que a consciência etária não coloca essas pessoas em margens opostas do curso da existência, não sendo forte a diferença, por exemplo, quanto à valorização do estudo como projeto e não havendo limitação de tempo para a efetivação de tal iniciativa, o mesmo ocorrendo em relação a outros projetos:

Eu realizei mais do que pretendia [...], realizei muitas outras coisas que eu nem havia pensado [...]. Inventei agora que vou fazer o doutorado [...] Poderia deixar isso pra lá, mas eu gosto da vida acadêmica e me sinto disposta (Susana, 72 anos)

Eu estou todo satisfeito. Pessoalmente, eu tinha o projeto de estudar, porque não tive a chance quando era criança. Entrei na escola já adulto, por minha vontade mesmo e me formei agora (segundo grau). Se eu fosse pensar na idade não teria estudado. Não foi fácil, mas eu consegui, graças a Deus (Daniel, 52 anos)

Eu estudo inglês pela internet desde 2009. É um curso de um ano e meio. Quando terminar um módulo eu pretendo continuar. Pra mim não tem tempo difícil (riso) (Lázaro, 68 anos)

Enquanto essas pessoas seguem seu curso de vida, sem se intimidarem com a idade para iniciar um projeto de seu interesse, há outras como Leda (mulher de Lázaro), que seguem a margem inversa por se sentirem incapazes, pelo medo do fracasso, por acreditarem que não dá mais tempo (Nilton), ou porque o cansaço impede o prosseguimento do projeto iniciado, como analisa Diana.

Eu não fiquei satisfeita [...]. Não era para eu ter parado de estudar. Isso pra mim é muito desolador. Eu não estudei o que eu queria, e a profissão escolhida não me trouxe a satisfação que eu pensei que encontraria nela [...]. Eu queria voltar a estudar: medicina, teatro, uma especialização na profissão podia ser. Mas eu não me vejo capaz de acompanhar um curso [...], eu queria ter estudado medicina, como minha irmã, mas me sentia incapaz e a vaidade não deixou que eu perdesse. Agora é tarde demais (Leda, 74 anos)

(Fala pausada): Sinceramente, eu não me sinto muito bem, sabe por quê? Porque talvez eu deveria terminar meus dias trabalhando... na minha profissão, certo? Não foi assim. Então... é... só por esse lado eu acho que eu estaria me sentindo um pouco fracassado... Por outro lado, digamos, por causa do dia a dia, adquiri outros conhecimentos que não havia imaginado [...]. Mas eu queria dar uma virada nessa parte, fazer um curso para me atualizar na minha profissão, mas acho que não dá tempo, já estou ficando velho demais para começar de novo (Nilton, 65 anos)

Eu estou satisfeita com o que eu consegui. Ter filho, eu queria dois. Vieram dois a mais, mas não atrapalhou os meus planos. Agora o pior é que eu parei de estudar porque não agüentei. Deixei pra estudar muito tarde, depois dos quarenta é que voltei pra escola. Eu só sabia o básico, mesmo. Depois dos 40 eu fiz o primeiro grau e o segundo eu não completei (Diana, 50 anos)

Por outro lado, existem pessoas na faixa dos cinqüenta a sessenta anos cujas escolhas focalizam fortemente o presente, situação que corresponde à preocupação de pessoas mais velhas, para as quais é fundamental aproveitar o tempo que resta fazendo agora o que lhe apraz:

Eu só sonho com as coisas já encaminhadas. Não sei ficar sonhando com coisas que eu não posso conseguir, ou que vão demorar muito de acontecer. Procuo viver mais o presente (Pedro, 51 anos)

A esta altura da vida, pedir a Deus que me dê saúde e tranqüilidade. E uma velhice digna. No resto eu já me sinto realizado [...]. Mas não tenho mais sonhos como antes. É só isso, curtir com a mulher os últimos anos de vida (Marcos, 83 anos)

Essa aproximação de propósitos entre pessoas de idades diferentes está vinculada, nos casos citados acima, ao reconhecimento da doença (Pedro tem doença de Chagas), ou da velhice de si (Marcos), alertando para a relação conhecida entre doença e velhice (BEAUVOIR, 1976) como determinante de nossas construções identitárias, nossos estilos de vida e nossos projetos. Nesse caso, tanto a percepção de uma quanto da outra condição leva as pessoas a situarem seus projetos no presente, pois quem sabe o que acontecerá amanhã?

Ainda que haja uma expansão do conhecimento capaz de conferir uma sensação de segurança no controle efetivo de algumas doenças e que podem ser úteis também para compreender melhor a velhice e a morte, há limites no plano social da vida humana. Elias (2001) afirma que, no nível biológico (eu acrescentaria, ainda, no nível psicológico), parece

que nos deparamos com uma barreira intransponível quando tentamos entender o controle humano sobre o envelhecimento e a morte.

No que tange à questão do gênero, existem algumas especificidades que serão discutidas no item seguinte.

6.3.2 Gênero e projeto de vida

Indiscutivelmente há variações importantes na interpretação do curso de vida por homens e mulheres, e a rede de significados produzida a partir daí reflete sobre os projetos de cada um. Vale a pena analisar alguns relatos, registrando certas peculiaridades.

Ao avaliarem projetos individuais, é freqüente a ênfase concedida, pelos homens, ao domínio profissional, destacando aspectos vinculados à carreira, à parte econômica, ao sucesso, ao prestígio, especialmente no segmento com maior capital cultural, como nos exemplos a seguir:

Eu posso me orgulhar de ter alcançado o sucesso que alcancei na minha vida profissional [...]. Eu ocupei cargos de confiança, entendeu? cargos que naquela época eram desejados por muita gente e eu consegui graças ao meu nível de amizade com as pessoas certas. Eu acabei sendo privilegiado [...]. Eu era solicitado para funções em locais importantes, com pessoas importantes (Omar, 76 anos)

[...] Tive um bom emprego, me estabilizei profissionalmente e financeiramente e meus filhos estão encaminhados (Tiago, 75 anos)

Já as mulheres, mesmo valorizando o aspecto da carreira articulam, com maior freqüência do que os homens, esse interesse ao setor familiar, como nas falas de Luisa e Elisa, esposas dos homens citados acima:

Eu não merecia tudo isso que eu pensei para mim e minha família. Meus méritos, minha satisfação. Ultrapassei as coisas que pensei fazer na vida. Eu fiz mais do que pensei fazer. Eu realizei mais do que pensei realizar. Desde o casamento, os filhos que consegui ter e criar, vê-los formados, seguindo suas vidas [...]. Esse é um projeto de todo pai e toda mãe – ver os filhos resolvidos na vida (Luisa, 75 anos)

Faltou eu ter uma profissão, ser economicamente independente, isso é essencial. Faltou decisão minha de fazer alguma coisa por mim. Falei a vida toda e não fiz nada [...]. Nos projetos do casal [...] conseguimos realizar bem. Não planejamos ter quatro filhos, mas tivemos. Criamos e educamos bem os filhos, nos entendemos... Eles se casaram bem. Estão cuidando da vida deles (Elisa, 62 anos)

No entanto, ao se referirem a projetos profissionais futuros, há alguns elementos de aproximação entre homens e mulheres, como nos relatos abaixo:

Abrir um espaço pra fazer uma lojinha com as roupas que eu faço, pra sair daqui dos fundos pra frente da rua (Diana, 50 anos)

Gostaria também de voltar a uma atividade de trabalho na política, mas encontro resistência da família (Omar, 76 anos)

Existem, ainda, algumas aproximações nos projetos de homens e de mulheres relacionados aos domínios do *lazer* (viajar, curtir a vida); *mudanças de hábitos* (fazer caminhada, freqüentar academia, emagrecer); *aposentadoria* (ocupação do tempo) e *familiar* (inclusão nos projetos).

O item onde essa aproximação se faz de forma mais ampla é nos projetos relativos ao lazer, sendo que boa parte tem projetos de viagem, independentemente do capital cultural ou social, de ter tido ou não essa experiência anteriormente, variando apenas em relação aos destinos que revelam um pouco o gosto e o poder econômico de cada pessoa, distinguindo-a das demais:

Viajar, adoro viajar. Gostaria de ir à Europa, eu nunca fui... Conhecer essa cultura que todo mundo fala que é magnífica! (Clara, 66 anos)

Viver junto da família e continuar viajando, não de carro. Ir a lugares que eu não conheço (Tiago, 75 anos)

Destaco que esse segmento da população – os idosos – representa uma boa fatia do mercado de consumo, e as viagens incluem-se no âmbito das ofertas desenvolvidas para tal segmento, o que pode favorecer ainda mais o desejo dessas pessoas atenderem a esse objetivo. Basta acompanhar os programas organizados pelas agências de viagem e, até mesmo, por algumas instituições religiosas que, aproveitando a demanda crescente pelas viagens, investem nessa direção sob o argumento de ser um roteiro turístico, religioso ou uma combinação dos dois.

Seja qual for o caráter desses roteiros, na atualidade, os idosos são vistos como membros de uma sociedade onde há muitos (as) aposentados (as), com reservas financeiras, motivados (as) pela vida, interessados (as) em conhecer novos lugares e encontrando nessas viagens roteiros e hotéis adaptados para atenderem à sua faixa etária. Por outro lado, todas essas estratégias geram situações complexas, na medida em que são capazes de expor diferentes recursos simbólicos ligados a campos distintos, permitindo que essas pessoas articulem seus projetos, mas nem sempre consigam mover-se nos diversos planos, não havendo uma correspondência entre o projeto e o prestígio capaz de ser obtido através dele.

Portanto, as opções de viagens existem, mas a estratificação nos segmentos médios da população cria algum tipo de tensão que limita a consecução de projetos dessa natureza.

Repetindo o que já foi colocado em capítulo anterior, o aumento crescente da expectativa de vida faz surgir, ainda, a preocupação com a boa forma e a saúde, sendo esse um projeto idealizado pelos dois sexos, além de ser um estilo de vida:

Perder peso, emagrecer, esse é o mais importante agora (Diana, 50 anos)

De forma mais pessoal, eu preciso fazer exercício, eu quero voltar a pensar nisso para não ganhar peso e eu só faço exercício da cintura para baixo (Nilton, 65 anos)

As auto-definições acerca de como a pessoa se sente e se identifica nesse momento do curso de vida surgem como um caminho de individualização que expõe o que ela quer ao organizar seus projetos e não existe, aqui, um caminho único. Os conteúdos narrativos primam pelo que é diverso:

Eu sempre tô buscando, sou uma pessoa que não pára. Não sou uma derrotada. Não deixo nada pela metade, mesmo que eu perca. (Denise, 63 anos).

Não sou uma pessoa ambiciosa, mas acho que poderia ter conseguido mais. Só não sei se seria mais feliz. Eu estou satisfeito. É meu jeito. Se eu não estivesse satisfeito estaria aqui cheio de gastrite [...]. Sou feliz por ter vivido assim. Fui realizando o que a vida foi me oferecendo (Lázaro, 68 anos)

As aproximações em relação à idealização dos projetos atingem, também, homens e mulheres que desejam permanecer em atividade depois da aposentadoria, incluindo coisas novas no curso de vida para preencher o tempo vazio, manter a sociabilidade e evitar a acomodação e a doença, como alega esse casal:

Daqui a uns dois anos eu já posso me aposentar e eu já estou preocupada, pensando o que fazer depois que me aposentar. Eu não quero ficar parada. [...]. Eu não me vejo fazendo outra coisa diferente do que eu faço hoje. Mas eu vou precisar arranjar alguma coisa nova para fazer. Fazer alguma coisa para não estagnar mentalmente, não enferrujar [...] (Íraci, 50 anos)

Voltar a estudar. Fazer o curso de direito e construir uma aposentadoria para quando chegar aos sessenta não ter muitas preocupações. Até lá eu já devo ter terminado o curso e posso trabalhar na área. Eu não quero é ficar acomodado (Jorge, 54 anos)

Em alguns projetos, a família surge como elemento que pode restringir a sua concretização, especialmente se o produto desta realização tiver uma proposta de uso coletivo (mulher, filhos) não aceita. Outras vezes, a família transforma-se no motivo principal para os

projetos, insinuando-se, ainda, como uma dimensão significativa dos estilos de vida. Os relatos de Ângelo e de Denise ilustram essa questão:

Eu tenho um projeto que seria a casa de campo ou casa de praia pra passar fins de semana com a família. Mas eu não posso realizar sozinho meu sonho porque a família não concorda. Aí eu tenho adiado. Não sei se vai dar certo (Ângelo, 77 anos)

Viajar mais e reunir a família mais vezes em comemorações (Denise, 63 anos)

Os (as) participantes deste estudo, integrantes das camadas médias, casados (as), residentes em área urbana, realizam suas escolhas de estilos de vida e definem seus projetos de vida com base na posição que eles e elas ocupam no espaço social, resultando daí os signos de distinção, percebidos de modo diverso.

De forma resumida, os projetos de vida de homens e de mulheres refletem os valores assimilados por eles e elas no curso de suas vidas. Há um conjunto de motivações expressas nas respostas à questão “o que leva você a empreender um projeto”? que não distingue enfaticamente o que seria relativo a homens ou a mulheres, nem possuem relação com suas idades.

Esse conjunto diz respeito à autonomia e independência financeira para a realização dos projetos, no sentido de não envolver outra pessoa na decisão nem na realização financeira do mesmo, seja para complementar os recursos faltantes ou tomá-los de empréstimo. Outras motivações destacam o interesse, a persistência e a ambição como elementos propulsores dos projetos, sejam individuais ou conjugais. O grupo põe em relevo, ainda, valores como criatividade, distinção (fazer algo diferente), dinamismo (evitar a monotonia), crescimento pessoal, conhecimento, conforto e qualidade de vida. Finalmente, identifiquei outro grupo de motivos para a condução dos projetos ligados ao relacionamento e à afetividade: a família, a possibilidade de estar junto, com o significado de troca, de socialização e bem-estar. Esses valores são percebidos como pertinentes à realização do projeto se houver uma articulação entre eles, estando implícita a idéia de que não existe uma separação rígida entre os mesmos.

Por outro lado, homens e mulheres desistem dos projetos motivados por questões financeiras, pela percepção de limitação da idade e da saúde, do interesse e pela discordância de pessoas envolvidas nos mesmos.

Discutirei a seguir as narrativas que revelam a própria trajetória de vida como projeto.

6.3.3 A vida como projeto

“A impermanência das coisas, das pessoas, das relações [...] revela o acre sabor do nada” (MAFFESOLI, 2001, p. 116). Talvez por isso, o sentimento em relação à vida como sendo uma “passagem” ou “aventura” esteja presente em alguns depoimentos de homens e de mulheres ao falarem sobre seus projetos. Nesse caso, as pessoas deixam-se levar de forma um tanto “natural”, seguindo o que a história fez e faz delas (BOURDIEU, 2004), ainda que elas também sejam artífices dessa história.

Retomando Bourdieu (2004) com a idéia do *habitus* como produto de toda a história individual e da história coletiva da família e da classe, deduzo que os projetos são respostas adaptadas às exigências de um campo, produto do encontro entre um *habitus* e um campo, entre essas duas histórias mais ou menos ajustadas. Com efeito, se o “*habitus* e o campo estiverem afinados, o *habitus* ‘cai bem’ e [...] suas antecipações precedem a lógica objetiva” (BOURDIEU, 2004, p. 131).

Essa proposição não apaga a possibilidade de “escolha” assinalada por Velho (1981), alertando para a dimensão consciente do projeto, aspecto levantado também por Giddens (2002) e colocado anteriormente. Ela situa as práticas (incluindo o projetar) em uma relação dialética entre a *orientação* em relação a um fim (BOURDIEU, 2004; GIDDENS, 2002; VELHO, 1981) e a *propensão*, constituída pela incorporação de elementos apreendidos como possibilidades, mas sem atribuir-lhes, necessariamente, um caráter consciente ou determinação mecânica (BOURDIEU, 2004).

Os relatos expostos neste item informam sobre esses dois aspectos. Embora alguns deles exalem a idéia de que os homens e as mulheres deixam-se levar como joguetes de sua história de vida, nada fazendo para mudar seu curso, sabemos que essa mesma história não ocorre de forma indeterminada. Nesse sentido, olho para as narrativas tentando recuperar seu sentido de expressão pessoal, produto de uma criação de pessoas que têm uma biografia e são capazes de, interagindo com o espaço social, modificar suas trajetórias, fazendo escolhas e tendo preferências dentro de um campo de possibilidades (VELHO, 1981).

As narrativas a seguir mostram a forma com que se revestem os projetos de pessoas que tomam sua trajetória como projeto de vida:

O maior projeto é viver. *Viver e não ter vergonha de ser feliz.*¹⁰ Porque a vida é bonita. Não é mesmo? Eu me considero uma pessoa feliz. Na medida do possível eu

¹⁰ Referência à música interpretada por Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (Gonzaguinha): *O que é, o que é?*: “Eu fico com a pureza da resposta das crianças. É a vida, é bonita. E é bonita... Viver! E não ter a vergonha de

procurei educar bem meus filhos, ser companheira do meu marido, estar perto da família, dos amigos, procurando ter a mente voltada para o bem e fiz e estou fazendo uma caminhada feliz. Isso tudo é meu projeto de vida. A vida mesmo, que é só uma passagem (Isabel, 71 anos)

[...] Eu nunca fico sem projeto de vida e me preocupo em realizar porque se não realizar a gente enfraquece. Para mim a vida toda é um projeto com divisões em subprojetos. Você entende. E eu agradeço todo dia a Deus por esse projeto maravilhoso que é a vida que ele me deu para eu realizar [...]. Mas eu só assumo alguma coisa, algum projeto que eu possa continuar exercendo minha liberdade. Eu sou rebelde (risos), ai, ai, ai, Conceição (Diva, 75 anos)

A partir desses depoimentos, entendo que a compreensão do curso de vida como projeto encontra sua explicação nas práticas que as duas entrevistadas descrevem (criação de filhos, sociabilidade envolvendo pessoas diferentes, projetos inseridos nesta trajetória, liberdade), como parte dessa trajetória, dando-lhe o sentido de “projeto”. Cada um desses elementos pode ter uma importância reduzida, mas se inscreve em uma estrutura de conjunto (trajetória de vida) na qual adquire sentido e à qual confere sentido (MAFFESOLI, 2007).

De acordo com Velho (1981, p. 106), a noção de “trajetória como projeto” pode ser útil para compreender o sentido da trajetória, seu ritmo e direção, devendo essa “ser dimensionada e relativizada com a tentativa de perceber o que possibilitou essa trajetória particular e não outra”. O esforço que empreendo aqui é o de não deixar de lado a consideração de que a existência individual ou coletiva é perpassada por questões sócio-culturais e históricas, mas que, independentemente da idade/geração e gênero, as pessoas possuem uma “margem relativa” para fazerem suas escolhas, favorecendo a escolha de uma ou outra trajetória, um ou outro projeto.

É o que ressaltam os participantes desta pesquisa:

Meu maior projeto é continuar vivendo, tranquilo, sem maiores aborrecimentos, vivendo intensamente, buscando a realização disso, tomando bastante água de coco e vivendo o dia de hoje. Tem coisa melhor do que perambular, sem preocupação, na cidade, no shopping, na praia, em qualquer lugar, sem ninguém lhe controlando? (risos) Esse é um projeto magnífico! Acho até que é uma aventura, não é mesmo? (Omar, 76 anos)

Quero estar feliz amanhã como estou hoje. Estou ótimo. É o bem estar interior. Não maltrato ninguém, não devo nada a ninguém. Então, meu projeto é ser feliz, sempre. Ser feliz sem sair dos meus princípios, da minha linha, porque a gente é muito tentada a sair dos princípios. Meu projeto de vida é ser essa pessoa que eu sou. Acho que se eu mudar esse projeto, se eu fizer alguma coisa para mudar, aí... eu vou achar que tenho 68 anos... (risos), vou achar que vou fazer 70, que vou chegar pra idade, então, eu não quero... (risos). O melhor projeto e o mais difícil (risos) é viver sendo feliz. Cada dia é um dia e a gente tem de cuidar dessa trajetória, buscando a felicidade. Não desejo nada mais (Lázaro, 68 anos)

ser feliz. Cantar e cantar e cantar a beleza do ser, um eterno aprendiz... Ah meu Deus! Eu sei, eu sei que a vida devia ser bem melhor e será. Mas isso não impede que eu repita: é bonita, é bonita e é bonita [...]”.

Enquanto Omar parece querer escapar a uma lógica de controle externo sobre si mesmo, deixando a vida correr, por entender, talvez, que a “labilidade existencial” (MAFFESOLI, 2007) pede práticas flexíveis, como expressa em outras falas, Lázaro permite esse controle, pondo uma ordem em sua trajetória ao seguir princípios que correspondem à sua formação religiosa referida em outras narrativas.

A noção de que as pessoas são conduzidas pelo que a história fez delas para se ajustarem ao mundo histórico e realizarem o futuro potencialmente inscrito nesse mundo (BOURDIEU, 2004) causa, em alguns, a impressão de que não fazem parte do mundo onde vivem, pela percepção discordante entre sua visão de mundo e a de outras pessoas, embora seu projeto seja “viver e deixar os outros viverem”:

Às vezes eu digo que esse aqui não é o meu mundo. Porque eu vejo as pessoas perdendo a chance de viver a vida realizando seus projetos, indo atrás. Perdem muito tempo com picuinhas. Então eu acho bom meu modo de viver. E meu projeto é sempre esse: viver e deixar os outros viverem. É assim a vida, não podemos carregar problemas, mágoas, desespero, não! Eu vou vivendo um dia de cada vez. Mas não quero ficar onde estou, quero ir para frente [...] (Clóvis, 64 anos)

O aspecto de individualização ressaltado em algumas narrativas faz eco às contribuições giddianas no que diz respeito ao projeto reflexivo do eu¹¹. Para Giddens (2002), o curso de vida é visto como uma série de “passagens” que envolvem perdas, sendo que

A integridade pessoal [...] vem da integração das experiências da vida com a narrativa do auto-desenvolvimento – a criação de um sistema de crença pessoal por meio do qual o indivíduo reconhece que sua primeira lealdade é devida a si mesmo (GIDDENS, 2002, p. 78).

Nesse sentido, mais do que uma tarefa de auto-conhecimento, a reflexividade subordina-se ao objetivo de construir e reconstruir um sentido de identidade satisfatório. Considerando que o curso de vida seria um projeto, isto significa mapear pontos de sua trajetória como uma condição para planejar o futuro, construindo tal trajetória de acordo com sua condição identitária daquele momento, como analisa Sofia:

(Tom de lamento): Eu, meu Deus, eu tinha tantos planos... Mas hoje eu não projeto nada que vá demorar de eu conseguir. Porque eu não me sinto mais a mesma. Meu

¹¹ Acerca da reflexividade do eu, Giddens (2002) observa que ela é contínua e que a cada momento ou a intervalos regulares, a pessoa é instada a auto-interrogar-se sobre o que está acontecendo e o que pode fazer para mudar. O sentido integrado do eu se daria, segundo ele, a partir da reflexividade com perguntas de auto-observação sobre seus pensamentos, sentimentos e ações.

projeto é sempre de acordo com o momento que estou vivendo. Hoje eu penso em coisas mais simples que não tragam complicação para eu resolver. Que eu possa fazer por mim mesma [...]. Nem sempre posso fazer tudo o que eu quero (Sofia, 79 anos)

Como já foi assinalado em capítulo anterior, o efeito do envelhecimento se estende não apenas sobre o corpo do indivíduo, mas sobre a sua vida em geral. A percepção das mudanças corporais ou a incapacidade de dar respostas de acordo com as expectativas conduz a pessoa à consciência de um envelhecimento físico, mas também de um envelhecimento social. A reflexividade sobre tal processo torna-se uma das bases para a definição dos projetos de vida.

O tempo cronológico refletido no envelhecimento do corpo tem sua função revista a partir dos fatores sócio-culturais em curso, sendo difícil imaginar que uma pessoa desenvolva a consciência sobre o seu processo de envelhecimento sem levar em conta os fatores que integram o tempo social. Os sinalizadores do tempo vinculados à “idade”, ao trazerem marcas visíveis ao corpo estabelecem certa ordem nas coisas. Essa ordenação tem o caráter de regulação social de um processo “natural” e nos faz consolidar uma consciência de que o tempo cronológico integra e é integrado pelo tempo social na construção de identidades, na organização dos estilos de vida e na elaboração dos projetos

O próximo capítulo pretende contribuir para o desenvolvimento e possível complementação das reflexões apresentadas até aqui, sendo um espaço onde os entrevistados expressam seus pontos de vista sobre as experiências de envelhecer juntos.

CAPÍTULO 7 - ENVELHECER JUNTOS: PARCERIA OU SOLIDÃO A DOIS?

“Mas o que aprendemos antes de mais nada da companhia de outros é que o único auxílio que ela pode prestar é como sobreviver em nossa solidão irremível, e que a vida de todo mundo é cheia de riscos que devem ser enfrentados solitariamente”.

(BAUMAN, 2001, p. 45)

Nos três últimos capítulos, procurei apontar as diferentes formas de construções identitárias de homens e de mulheres em processo de envelhecimento, compreendendo que, no nível das representações, essas identidades espelham a relação dos sujeitos com a sociedade onde estão inseridos. Do mesmo modo, ao sondar seus estilos de vida, observei aspectos socioculturais que emergem da reciprocidade entre as escolhas individuais e as formas coletivas de viver em uma sociedade urbana contemporânea. Por fim, os projetos de vida individuais e ou conjugais estão ancorados em valores que refletem interesses da pessoa que deseja efetivá-los, estando vinculados, ainda, a um conjunto mais abrangente de elementos tanto materiais quanto humanos.

Mas o processo de envelhecer a dois é bem mais complexo do que o simples registro de identidades, estilos de vida ou projetos de vida. O esforço que realizei até aqui, recortando dimensões para trabalhar de forma mais direta os três eixos propostos possui apenas um efeito didático. Cada capítulo desta tese, assim como cada narrativa, ainda que fale de forma circunscrita sobre um dos eixos, caminha ou sobrevoa por outras dimensões e eixos, revelando a não fixação e a não restrição das experiências e das falas a um determinado eixo. Nesse sentido, estilos de vida são reveladores das formações identitárias e podem sugerir projetos de vida de homens e de mulheres em processo de envelhecimento sendo, todos eles, marcados pelas vicissitudes históricas e sociais da época de sua construção.

Tal visão me fornece subsídios para pensar que ouvir as narrativas sobre as experiências de envelhecimento a dois é, talvez, a principal forma a partir da qual é possível captar o sentido de tais experiências. Meu interesse não recai nos depoimentos em si, mas na tentativa de recuperar, através dos relatos, um pouco dessa experiência que vem sendo narrada desde capítulos anteriores e que abarca, concomitantemente, várias dimensões e eixos.

O objetivo deste capítulo é identificar os significados da experiência de envelhecimento a dois, compreendendo que tais significados sucedem em meio às transformações ocorridas no grupo familiar e conjugal, sobretudo na segunda metade do século XX. Tais mudanças sobrevêm por influências sociais, econômicas e políticas e sua percepção contribui para o surgimento e a compreensão de uma nova perspectiva sobre as relações de gênero.

Os aspectos selecionados para essa análise são relativos à convivência da díade, sendo passíveis de revelarem tensões constitutivas da identidade conjugal. Abordam o ponto de vista dos casais acerca de situações que facilitam ou dificultam as relações a dois no envelhecimento, informam sobre os modos de lidar com a sexualidade na idade madura e o nível de participação da díade nas experiências de envelhecimento de marido e mulher. Em suma, as falas incorporam dimensões comuns à experiência conjugal, mas não indicam, necessariamente, que haja um padrão de igualdade do grupo como um todo, ou mesmo entre os parceiros, capaz de conformar um desenho em que se compartilha de um mesmo sentimento em relação à experiência de envelhecer juntos, pelo fato de haver uma identidade conjugal.

Algumas narrativas são colocadas aos pares, considerando as falas de marido e mulher, para que possamos ter uma visão da unidade casal nos aspectos cujas questões são formuladas remetendo a um sentido de parceria e compartilhamento. Outras põem em relevo questões de gênero ou ligadas à faixa etária das pessoas, lembrando aspectos geracionais. Passo a seguir, à análise dos processos vividos pelos casais, buscando compreender a dimensão relacional e intersubjetiva dessas experiências.

7.1 APESAR DE TUDO, JUNTOS!

Reúno neste tópico os relatos que fazem referência à importância das relações de conjugalidade, informando os aspectos que facilitam a convivência dos casais. Algumas vezes, as razões elencadas para manutenção da díade expressam correspondência entre marido e mulher, requerendo do outro alguns cuidados na forma de companhia, alimento ou remédio e revelando uma relação complementar de bases iguais. Ou seja, as expectativas do casal soam como sendo do mesmo nível, com as mesmas caracterizações. Talvez por serem pessoas que se consideram na terceira idade, sendo poucas as que se acham velhas, as falas que se referem a possíveis doenças correspondem a uma preocupação com o futuro, embora no

presente eles e elas já apresentem queixas dessa natureza, conforme reveladas em outros momentos deste trabalho. Tal situação desponta de uma projeção da “necessidade” do outro como alguém que poderá oferecer o que ele (a) não tem ou não poderá dispor no momento necessário.

A expectativa da presença de um (a) parceiro (a) para enfrentar a solidão, sobretudo na hora da doença, repete-se na experiência de vários casais, inclusive daqueles que possuem filhos ou outros familiares. Nesse aspecto, tanto os homens quanto as mulheres, sem distinção de idade, associam a presença do (a) parceiro (a) à sensação de apoio recíproco nesses momentos em que os filhos, para quem os tem, talvez estejam ocupados com suas próprias vidas. Em geral, os casais valorizam a conjugalidade com base em argumentos utilitários, semelhantes aos que os levaram à união conjugal:

(Pausa longa) O companheirismo, fazer um suco de pepino, um chá, oferecer um guaraná. Fazer o gosto da pessoa, botar a mesa, perguntar: você está doente? (João, 68 anos, sem filhos)

Ter alguém para acompanhar você ao médico na hora da doença, pra ficar com você fazendo companhia principalmente na hora da necessidade, da doença. É ruim não ter alguém nessas horas. Passar mal e estar sozinho. Adoecer. Morrer só. Eu não gosto de viver só. Nem gostaria de morrer, sozinha (Denise, 63 anos, sem filhos)

[...]. O tempo passa, os filhos se vão, se casam e o marido e a mulher ficam sós. Então é necessário buscar um sentido de harmonia, de união dos dois. Já sabe que não vai ser fácil. O casamento é como o mar: às vezes é calmo e sereno e outras vezes, revoltado e tempestuoso. Mas um precisa do outro no dia a dia (Davi, 74 anos, sem filhos)

Acho que estar casada tem a vantagem de ter o companheirismo do marido. Ter alguém ao lado no amanhã, na velhice, para se apoiarem, ter uma companhia (Fátima, 74 anos, sem filhos)

(Pausa) Acho que quando a gente fica sozinho, o casal, dentro de casa, eu e minha esposa temos gosto diferente no sentido de programas assim... Então, cada um tem se... seu quarto no sentido de poder assistir programas diferentes [...]. Isso não significa que estejamos dormindo em quartos separados, mas... como a casa ficou grande [...], então... na hora que eu quero ver meus programas eu vou para o outro quarto. Mas o que você quer saber é... eu acho que é importante o casal se dar bem, se apoiar porque na velhice eles vão ficar mais necessitados um do outro [...] (Nilton, 65 anos)

É importante ter um companheiro, ter com quem conversar, sair, compartilhar os problemas. Alguém para ver o que está acontecendo quando você fica doente. Às vezes os maridos são chatos, mas eu converso aqui com as clientes e elas dizem que é assim mesmo. Minha médica (ginecologista) falou que é a menopausa, os homens também tem menopausa (Clara, 66 anos)

Uma espécie de “acordo” para manter a relação conjugal no envelhecimento quando o clima emocional não é favorável pode ser encontrada nos discursos de alguns casais, como

por exemplo: ver os programas de televisão em locais separados, como foi colocado por Nilton; deixar o marido “quieto no seu silêncio”, sem insistir em conversar com ele, como relata Clara; dormir em camas separadas, como acontece com Sofia e Lucas, ou dividir a cama ao meio com almofadas, como declara Iraci.

Alguns casais desenvolvem a noção de convivência conjugal que mais se parece a uma “luta”, às vezes colocada em termos simbólicos, seguindo o caminho do silêncio, outras vezes incorporando agressões verbais, não havendo, entretanto, relato de agressão física entre os cônjuges. Esses casais constroem o espaço de interação estritamente necessário para que possam sobreviver na sociedade conjugal que, algumas vezes, transforma-se em uma sociedade dividida e hostil e que traz, cotidianamente, ameaças à sua sobrevivência.

Nesse sentido, de suas narrativas não emana o romantismo que, supostamente, um dia foi utilizado como recurso para revelar a existência de um “nós” conjugal:

Quando eu me casei eu acho que tava era cego, completamente cego. Não conhecia a personalidade dela. Não conhecia era nada. Hoje a gente está junto por obrigação. O compartilhamento fica uma coisa obrigatória, tipo: cuidar das coisas de casa [...]. A gente se ajuda no que não tem jeito. Se eu ou ela adoecer, um faz companhia ao outro pra ir ao médico, ou faz um chá, esquenta a comida. Nada mais (Lucas, 76 anos, sem filhos)

Casada é sempre melhor do que ser só. Mas nunca vai ser a mesma coisa, sempre. No início tudo são flores, é aquele amor, aquela paixão [...]. Mas depois, entra na rotina, na monotonia. Aí vêm os dissabores, as angústias e tristezas, a depressão pela falta de companheirismo... Às vezes eu me pergunto por que não saio desta [relação]. Mas a educação que eu tive foi essa, a mulher tem de ser companheira até o fim. Uma amiga me disse que a gente sempre acha que as coisas com a gente são diferentes. São sempre piores do que com os outros. Mas não é bem assim. Todo mundo tem seus problemas, também. Se casa, tem problema. Se não casa, tem problema também. Ela [a amiga] não casou e diz que tem problema por causa disso. Ah, eu nem sei o que é melhor ou pior: se é estar acompanhada, bem ou mal, ou se é estar só. Pelo menos tem alguém para lhe dar um apoio, um remédio na hora que você está na cama, doente (Sofia, 79 anos, sem filhos)

A conjugalidade dos casais situados nessa rede de tensões adquire contornos transparentes, deixando à mostra seus desequilíbrios amorosos. A emergência dessas formas de relações pode ser percebida nos discursos de pessoas mais jovens e nos de pessoas mais velhas, o que me leva a cogitar que tais versões conjugais não estão vinculadas a uma determinada geração.

Nos dois casos relatados a seguir, poderíamos dizer que, em termos etários, um casal (Jorge e Iraci) pode ser filho do outro (Ângelo e Diva). Embora tenham idades distintas, as mulheres se aproximam em alguns aspectos: possuem nível superior completo, sendo a escolaridade maior do que a de seus respectivos maridos; ambas têm a mesma formação

profissional e o mesmo número de filhos. Como a maioria das mulheres participantes desta pesquisa, Diva (75 anos) e Iraci (50 anos) tiveram oportunidade de entrar no mercado de trabalho adquirindo, com isso, o poder de romper com uniões indesejadas, se assim o desejassem (GOLDENBERG, 2005).

Para os dois casais citados a seguir, assim como para outros, os significados das relações de conjugalidade no envelhecimento expressam a valorização da família e dos filhos, o que funciona como uma estratégia para organizar e manter a existência conjugal:

Parece redundância, mas é justamente isto: manter junto a família. Mesmo com as diferenças de gênio. Quando a gente casa está cheio de esperanças, boas, que a vida, que tudo se realize de acordo com o que a pessoa pensa. Uma família bem organizada, criar bem os filhos. Muitas vezes também as pessoas que se... casam, naturalmente tem gênios diferentes e a vida não é levada como deveria ser em termos de harmonia e convivência (Ângelo, 77 anos)

Está relacionada aos filhos. Os frutos que vieram: são ótimos, todos estudaram, não fumam, não se drogam [...]. Também um pouco de estabilidade financeira, porque eu sozinha não estaria morando neste apartamento [...]. Mas tem isso: os filhos, a estabilidade econômica, eu tenho de agradecer a Deus. Relação nossa de marido e mulher, não tem. (Em tom de voz mais baixo): Ele não gosta de ser incomodado e não incomoda. Até a linha telefônica é separada, cada um tem a sua. Quando ele foi fazer a cirurgia da próstata eu descobri por acaso, porque ele quase não fala. Ele vive no silêncio dentro de casa. (Em tom de lamento): Eu fico triste pelo fato dele ser assim. Acho que ele precisa de um tratamento porque eu acho ruim pra ele e para a família (Diva, 75 anos)

Pra mim, o mais importante é a família que eu construí com ela. Houve algumas mudanças na nossa vida, mas pela família vale a pena o sacrifício. Eu estou casado com a mulher que me encantou e ainda encanta. Apesar dos pesares... sou louco por ela! (Jorge, 54 anos)

É bom os filhos terem um pai por perto, eu vejo assim, mais desse lado. Pra não ser criados somente pela mãe... porque o lado mulher, eu não vejo vantagem, não... Pra ter uma companhia, tem esse lado o casamento. Mesmo que a gente saiba que não vai ter [companhia] quando a gente quer, mas pelo menos tem um adulto por perto na hora de uma dor. Quando eu sinto alguma dor e ele não está em casa, eu fico mais preocupada. Com ele em casa, pelo menos sugere alguma coisa e toma alguma providência de levar ao médico, tomar algum remédio... (Iraci, 50 anos)

Vimos no capítulo anterior que os casamentos foram contraídos, em geral, sob a alegação de constituição de uma família, da geração e formação dos filhos, além de pretenderem buscar uma companhia, sendo esse o motivo apresentado também pelos casais acima citados. No envelhecimento, esse ideal é mantido por muitos casais que justificam a permanência em uniões que já se desfizeram em termos afetivos, mas são mantidas simbolicamente sob o argumento de manter o vínculo familiar.

Essa idéia corresponde à explicação de Giddens (1993, p. 171) de que “a presença dos filhos [...] serve tão frequentemente para introduzir tensões em um relacionamento quanto

para sustentá-lo”, suposição compartilhada por Denise (63 anos) em uma de suas narrativas para justificar sua decisão de não ter tido filhos, já que “filho une mais o casal, mas também atrapalha quando chega à adolescência”.

Considerando o modelo de família sugerido por Lévi-Strauss (1982): origem no casamento, composta de marido, esposa e filhos unidos por laços legais, direitos, obrigações e sentimentos, percebe-se que esses casais seriam tidos como famílias tradicionais. Há, no entanto, contradições entre o instituído e o vivido, e os sentimentos resultantes das experiências conjugais no envelhecimento nem sempre correspondem àqueles que envolveram o casal no início do relacionamento. Cada casal cria suas demandas, produzidas pelo cruzamento de novas e antigas exigências, por aspirações individuais e coletivas, não sendo necessário repetir que “este processo está longe de ser linear e que seus resultantes são, portanto, complexos” (FIGUEIRA, 1987, p. 21)

Com efeito, a “trama conjugal” (GIDDENS, 1993) é construída dentro de um esquema que combina aspectos da dinâmica cultural de gênero e das dinâmicas pessoais reveladas pelas histórias de vida de cada pessoa, desvendando as feições intersubjetivas das conjugalidades. Nesse sentido, tanto as mulheres quanto os homens tratam o casamento como um espaço relativamente seguro, onde organizam uma base doméstica para os investimentos afetivos familiares, sendo principalmente os filhos os maiores objetivos desses investimentos. Tal situação justificaria o argumento de que “apesar de tudo” ou “apesar dos pesares”, continuam juntos, pois se subentende que, por trás do “apesar de” existe um “graças a” (aos filhos, apoio na hora da doença), que faz com que o casal chegue junto ao envelhecimento.

Encontrei, algumas vezes, diferenças entre marido e mulher no que tange à importância concedida às relações de conjugalidade o que, no entanto, parece não constituir um impedimento para compartilharem as experiências de vida comum. Ou seja, apesar de os códigos que sustentam o ponto de vista de cada um serem divergentes, existe uma correspondência em termos daquilo que um e outro valorizam em suas relações:

Eu jamais seria celibatário, não gostaria de ser celibatário. O que nos mantém juntos é o apego que tenho a ela e a meus filhos, é o apego à família. O homem não pode viver só. Eu não saberia ficar só, em qualquer idade eu não conseguiria. Apesar de qualquer pesar, de todo o estresse que às vezes acontece no dia a dia, do controle (risos), é melhor assim. Eu não saberia viver sem ela (Omar, 76 anos)

(Fala pausadamente): Compreensão..., tolerância..., companheirismo..., admiração, porque é..., e manutenção da individualidade [...]. Eu não mudei para ser o que ele quer, para ficar apagada, não. Continuei sendo o que eu sempre quis ser: uma mulher que pensa na família, porque faço muita coisa para manter unida a família, mas não me anulo por causa disso. Em muitos momentos, eu faço o que eu quero, que eu penso que vai ser bom para mim. (Luisa, 75 anos).

A primeira parte do depoimento de Luisa parece um “pedido” (ou seria uma resposta à fala do marido?) para que tenha “compreensão” e “tolerância”, apesar dos pesares (estresse) que ele menciona. A noção de “companheirismo”, presente em sua fala e em outras falas (femininas e masculinas) para justificar o projeto do casamento, atesta a possibilidade da relação se manter nesse momento da vida, o que não quer dizer que seja a regra, já que existem situações onde o companheirismo não é reconhecido como parte da relação conjugal.

No que tange a esse casal, gostaria de salientar a última frase de Omar quando afirma que não saberia viver “sem” a mulher. Em uma das falas registradas no capítulo anterior, Luisa afirmara que, se casasse novamente, “talvez não casaria com a mesma pessoa”, uma pista que indica a possibilidade de poder viver “com” outro e “sem” o marido. É nesse ponto que visualizo a vigência de códigos distintos mantendo a relação do casal. Enquanto ele põe em relevo seu sentimento de apego (que poderia levar a pensar numa relação de dependência emocional e simbiótica, requerendo a atenção “desta” mulher), ela demanda autonomia, valorizando a individualidade, reconhecendo a insegurança do marido, como sinaliza em depoimento colocado mais adiante.

No itinerário conjugal são construídos modos particulares de “ser companheiro (a)”, de lidar com o (a) parceiro (a), desenhando roteiros comuns, mas também vias secundárias, que atendam a motivações individuais, não sem incluir problemas de ambas as partes relacionados às individualidades ou às conjugalidades.

Nesse território comum da conjugalidade são compartilhadas as experiências que sustentam os vínculos da amizade, do amor, do apego, das trocas, da inserção de um na história de vida do outro. Mas tudo isso é possível se houver “admiração”, de acordo com Luisa, “cumplicidade” e “respeito”, conforme boa parte dos casais:

[...]. É a aceitação do outro como o outro é, que se traduz nas suas diferenças. Cada um de nós é cheio de surpresas. É preciso aceitar a diferença do outro, a individualidade. O nome já diz, é individual, não repete o que eu sou. Por isso às vezes tem a surpresa. É o que eu não conheço, não está em mim e eu vou descobrindo [...]. O ser humano tem suas surpresas que nem ele próprio sabe (Lázaro, 68 anos)

Manter a cumplicidade nos assuntos do casal e dos filhos. Manter o respeito um pelo outro, respeito à individualidade. Eu sou bem diferente dele. Você já deve ter observado. Mas nós procuramos ter esse respeito ao outro, a essas diferenças (Leda, 74 anos)

Relendo as narrativas de Luisa e Leda, percebo que elas exprimem o sentimento de outras mulheres desta pesquisa, em que a busca de negociação com o marido em prol da individualidade é um elemento constitutivo da relação conjugal. Embora não tenha sido

pesquisado o modo como esse processo se desenvolve nessas relações, suponho, a partir de outros relatos das mesmas, que tal ocorrência se dá ao longo da vida conjugal, iniciando nos primeiros momentos do relacionamento. Julgo como elementos favoráveis a essa condição, o fato de ambas serem mulheres com o mesmo capital cultural dos maridos, estando inseridas desde sempre no mercado de trabalho, concorrendo com eles nesse âmbito.

No caso de Leda, existe outro aspecto da dinâmica cultural de gênero que fortalece sua fala sobre a manutenção das individualidades, além de tornar mais compreensível o discurso de seu marido sobre a aceitação das diferenças entre ambos: ela sempre ganhou mais do que ele. Porém, se tal situação encontrou um aparente equacionamento para esse casal, é preciso dizer que ela produziu desconforto no ambiente de trabalho de Leda, como ela mesma declara: “Uma vez me aborreci no trabalho porque um colega se referiu a ele como se ele fosse gigolô. Ele não era gigolô, apenas ele ganhava menos do que eu”¹². Essa declaração revela que gênero é um importante princípio organizador da estrutura da nossa sociedade.

Ao analisar as falas de marido e mulher em relação a ter “compreensão”, “lealdade” e “compromisso” com o (a) parceiro (a), constatei que essas expectativas ecoam nos discursos masculinos e femininos. Para homens e mulheres em idades diferentes, esses seriam aspectos importantes para manter a conjugalidade e preservar as individualidades, como ressaltam os casais abaixo citados:

Acho que é importante manter o compromisso com a pessoa, a fidelidade, o companheirismo. Respeitando a forma de cada um ser. Não querer mudar a pessoa (Marta, 65 anos)

É importante respeito pelo que o outro pensa. Respeito, cumplicidade. Procurar estar junto, fazer as coisas do casal sempre buscando um acordo (Mateus, 67 anos)

Eu casei virgem. Até hoje eu não soube que ele teve alguma mulher na rua. [...]. A lealdade é muito importante [...]. Se não tiver amor, compreensão e respeito o casamento está desfeito [...]. Depois a liberdade. Antes eu era presa, só saía com meu pai, minha mãe, uma pessoa responsável. Eu tive mais liberdade de passear, de viajar (Elza, 81 anos)

Poder compartilhar o lazer, presentear. Você faz um turismo, aí vai com sua esposa. Chega lá... compra aquilo que ela mais gosta... aí chega lá... volta tudo às mil maravilhas (fala baixo) [...]. A compreensão, o respeito, o respeito, a lealdade. Ser leal com sua esposa. E vice-versa, também (Júlio, 83 anos)

¹² Ganhar menos do que a mulher ou passar por dificuldades financeiras, ainda que seja uma situação momentânea, é um desconforto que reflete nas relações de alguns casais aqui entrevistados, dificultando decisões que envolvem o manejo do dinheiro, a despeito da propalada “compreensão” das diferenças, conforme registrado em alguns depoimentos. Sabemos, no entanto, que a política sexual estigmatiza homens e mulheres, guiando-os conforme algumas regras que dificultam mudanças nas suas representações acerca das relações de gênero. Além disso, numa sociedade capitalista, o capital possui valores intrínsecos vinculados às relações de gênero, sendo a conjugalidade “diretamente determinada em muitos dos seus aspectos relacionais, pelos valores depositados no dinheiro” (NETO; FASOLO; CANEVER, 2007, p. 245)

Com efeito, o casal contemporâneo é confrontado por duas forças paradoxais entre a manutenção da individualidade e da conjugalidade. Embora a constituição da conjugalidade demande a criação de uma “zona comum de interação”, uma identidade conjugal (que produziria o “apego”, o “compromisso”, a “cumplicidade”, a “lealdade”, o “acordo”, relacionados a um ideal romântico de conjugalidade), os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada membro da díade do que os laços de dependência entre eles (FÉRES-CARNEIRO, 1998), pondo em evidência a individualidade.

Prefiro pensar que essas duas dimensões articulam-se dialeticamente, sendo que ambas têm o poder da primazia, embora sua emergência ocorra em momentos distintos e de acordo com o campo de forças (conforme a ótica bourdieuniana), dependendo das estratégias de poder postas em ação nesse campo. Desse ponto de vista, a conjugalidade não é absoluta em todas as situações, havendo rearranjos dentro das relações conjugais que permitem o destaque das individualidades, mesmo em idades mais avançadas.

Para quem se casa jovem e mantém-se casado (a), mesmo mudando de parceiro (a), o casamento abarca praticamente toda a idade adulta, atravessando momentos distintos que, segundo Willi (1978) seriam de quatro ordens: a primeira seria a “fase de formação do par conjugal”, na qual se adquire atitudes para a vida íntima em comum; depois viria a “fase de estruturação e produção”, durante a qual o casal aprende a superar os problemas conjugais e vive para a realização de objetivos comuns visando um futuro próximo, assegurando um status social e profissional dentro do qual organizam seus estilos de vida. O terceiro momento seria a “crise da meia idade”, em que os filhos já não precisam da presença dos pais para seu desenvolvimento e o casal dispõe de mais tempo livre. Por fim, o autor sugere um quarto momento na vida matrimonial que ele chama de “matrimônio ancião”. Nesse momento, os parceiros conjugais teriam alcançado, em boa medida, uma identidade que lhes permitiria ter uma convivência comum com a separação de tarefas, seguindo o curso de vida assentados nessa imagem de si. Nesse cenário, o casal acabaria caindo em uma situação de “crise de identidade” que seria, na ótica de Willi (1978), uma segunda puberdade. Considerando as idades e o tempo de casados dos homens e das mulheres deste estudo, os mesmos estariam vivenciando as duas últimas fases propostas por esse autor

A “segunda puberdade” aquece o sentimento de maior liberdade dos cônjuges para recuperar as possibilidades de vida que consideram terem sido obstruídas por causa do casamento. Surgem, então, ressentimentos e questionamentos em relação ao mesmo, de modo

que cada parceiro (a) não se dispõe (eu assinalaria, nem sempre se dispõe) a subordinar seus interesses aos do (a) parceiro (a).

Essa argumentação do autor em pauta ajuda a compreender algumas narrativas expostas neste trabalho em que homens e mulheres colocam em dúvida se o que planejaram para a vida em comum, efetivamente acontece. Vimos essa situação narrada no capítulo anterior em referência ao projeto do casamento, quando algumas pessoas disseram que não tiveram “sorte”, não se casariam novamente ou, ainda, não casariam com a mesma pessoa. Entendo essas expressões como resultantes de um “projeto reflexivo do eu” (GIDDENS, 2002), como já coloquei antes, pelo qual ocorreria a emancipação em relação às formas anteriores de pensar acerca do casamento.

No entanto, como essa emancipação não se dá em termos absolutos, as pessoas seguem seu curso de vida mantendo a conjugalidade e tentando o equilíbrio entre a liberdade da individualidade (de pensar, de efetuar escolhas, de mudar o que pode ser mudado) e a responsabilidade conjugal. Como sinaliza Giddens (2002, p. 196) acerca de uma política de emancipação, “a liberdade supõe agir responsabilmente em relação aos outros e reconhecer as obrigações coletivas”, o que traria como conseqüência, o jogo dialético entre ir ou ficar, separar ou permanecer junto, fazer um projeto conjunto ou separado, ter um lazer conjugal ou individual.

Esse jogo tem, às vezes, uma longa duração, por se tratar de conjugalidades construídas há alguns anos. Mas, embora os casais sigam alguns códigos de conduta que os identificam como “casal”, a “parceria” ocorre como resultado de negociações que tomam como referência elementos não necessariamente relativos aos membros da relação conjugal, como vimos nos relatos anteriores. A partir daí, eles estabelecem regras de convivência e habilitam novas identidades, onde “ser casado (a)” é apenas mera convenção, sujeita à ilusão de auto-sustentação, que insiste neste padrão devido às pressões socioculturais vigentes, mas aponta para o confronto nas convivências, como veremos no próximo item.

7.2 DIÁLOGOS DIFÍCEIS: NÃO SEI O QUE FAZER COM ELE/ELA

O que levaria os casais a tal situação no envelhecimento? Este trabalho não tem respostas conclusivas para esta pergunta, já que não existem referentes privilegiados para manter as relações de trocas conjugais dentro de parâmetros evidentes. Para compreender as narrativas, sigo as pistas lançadas pelos próprios cônjuges, tentando privilegiar as feições

simbólicas e afetivas e valorizando a noção de envelhecimento como uma experiência que transforma a pessoa. Em qualquer época do curso de vida, de acordo com o discurso dos entrevistados de diferentes idades, existem situações que favorecem a aproximação ou o distanciamento de marido e mulher. Como existe possibilidade do alcance de maior longevidade das pessoas, a duração dessas condições pode ser grande, expondo o casal a períodos longos em que ficam sujeitos a sentimentos geradores de harmonia ou de estresse.

Alguns casais fazem referência às “mudanças” decorrentes da saída dos filhos de casa, ou à preocupação com esse fato, por deixarem o “ninho vazio”¹³ o que obriga o casal a voltar a atenção para si. Nessa condição, algumas pessoas sentem a aproximação entre marido e mulher como uma oportunidade de viver mais “um para o outro”, como exemplifica Pedro, ou como ameaça, pelo fato de não saber como lidar com essa situação, sobretudo se a relação conjugal for conturbada, conforme se depreende do depoimento de Diva:

[...] nós superamos os problemas do casamento, que sempre tem, e conseguimos chegar a essa fase da vida sem se despedaçar, sem ir um pra cada lado como acontece muito hoje em dia. Temos um bom convívio [...]. Quando ficarmos sós, acho que vai ser melhor porque eu espero que os problemas que hoje temos com os filhos já não vão ser mais preciso a gente resolver. Será só eu e ela, a gente pode cuidar mais de nós mesmos, pensar em nós, viajar um pouco (Pedro, 51 anos)

Agora os filhos ainda moram aqui, mas quando eles resolverem sair, aí não sei como vamos ficar nós dois nesse apartamento. Se já tem problema de ficar calado, aí é que vai ser. Ai, ai. Mais velho, mais calado. Quanto mais a vida passa mas eu acho que piora (Diva, 75 anos)

Tais mudanças somadas às perdas relativas a processos biológicos e sociais (menopausa, doenças, trabalho, aposentadoria, relacionamentos) ganham uma dimensão ampliada fazendo com que o casal confunda problemas das relações conjugais ou de outra natureza com problemas do envelhecimento, como aparece na fala de Diva, acima.

Com efeito, existe referência à mudança nas relações conjugais bem antes da “saída” dos filhos da casa dos pais, o que assegura o problema nas relações e não no envelhecimento. Em relação a essa questão, alguns homens se ressentem da falta ou diminuição da atenção da mulher com a “chegada” dos filhos. Júlio (83) e Davi (74) têm essa memória, mostrando a sobrevivência da lembrança de um passado remoto que se desloca até o presente nas representações gestadas nas vivências de marido e pai. Para eles, o que marca as mudanças ocorridas na conjugalidade é “quando [a mulher] divide a amizade entre o marido e os filhos.

¹³ Em algumas culturas, a saída dos filhos de casa é vista como geradora de desestruturação familiar, nomeando-se esse fato de “síndrome do ninho vazio” – um sofrimento que é associado à perda do papel parental depois que os filhos deixam a casa dos pais (SARTORI; ZILBERMAN, 2009).

Têm umas que é só os filhos, os filhos, os filhos” (Júlio, 83 anos). Assim, “logo quando as crianças nasceram, houve mudança no nosso relacionamento por causa dos meninos. Ela se dedicava só a eles. Mas depois tudo normalizou” (Davi, 74 anos).

As observações sobre mudanças do (a) parceiro (a) partem de homens e de mulheres. Há quem reclame também dos problemas decorrentes da aposentadoria, em geral sendo provocados pela permanência do homem em casa, obrigando o casal a dividir mais intensamente os espaços e os problemas. Outros aludem à menopausa ou à andropausa, às doenças, situações que podem gerar mais estresse de maridos e de mulheres, mais cobranças, modificando os modos de “ser conjugal”.

Tais situações, transformadas durante o curso de vida e transformadoras de uma convivência de anos, surgem nos depoimentos seguintes, mostrando as dificuldades e as contradições nas relações:

É estar muito junto, no sentido de que, quando eu tinha mais atividade, antes de me aposentar, aí não tinha tanta pergunta, ela já sabia para onde eu ia. Hoje, que estamos muito juntos, e eu sou caseiro, quando eu saio, tem pergunta. Não sei se é investigação ou proteção (risos). Ela diz que eu demoro muito quando eu saio (Omar, 76 anos)

Você se preocupar muito com o outro. Isso me atrapalhou muito. Dar satisfação ao outro. As cobranças com o que vai fazer com o dinheiro. Depois que se aposentou ficou mais chato com as cobranças. Gostaria de ser mais independente nessa parte financeira. Se eu tivesse feito uma faculdade como meus pais queriam, talvez eu estivesse agora vivendo de outra forma (Elisa, 62 anos)

[...] os dissabores, a agressividade, o mau humor mata tudo. Você não tem idéia do que está acontecendo aqui em casa. Quando eu vou lavar os pratos ela desce as panelas todas e manda eu lavar, porque diz que estão sujas. Ela quer me aporriinhar ou então eu acho que ela não está boa da cabeça. Agora que eu fico mais em casa, depois de aposentado, eu tô vendo melhor o que ela é. Antes eu ficava até a semana toda fora de casa. Depois eu fiquei mais caseiro e isso não foi bom. Eu fui notando mais as diferenças entre nós, avaliando mais as coisas e senti que se eu tivesse tido o cuidado devido, eu não teria chegado à situação atual que cheguei [...] (Lucas, 76 anos)

Hum... o que dificulta são as mudanças que acontecem em relação a doenças. O casal fica mais vulnerável aos problemas do dia a dia. Acaba estressando mais. A doença cria uma série de dificuldades no relacionamento, porque as pessoas às vezes não aceitam e acabam jogando para o outro a responsabilidade da situação. Mas ninguém tem culpa de adoecer (Fátima, 74 anos)

Outros relatos fazem referência à personalidade do (a) companheiro (a), ao “gênio”, à “insegurança”, à “calma”, como justificativas para as dificuldades na convivência do casal. Algumas vezes, a pessoa reconhece haver dificuldade de sua parte para resolver a situação.

Nesses casos, é possível que tal problemática não se restrinja, apenas, ao período do envelhecimento:

Quando a mulher é chata como a minha, difícil, gênio ruim [...], não há homem, não há pessoa que agüente. Um trabalhador veio aqui outro dia, e me disse: dona fulana está maluca (risos). Eu disse: não, ela é assim mesmo. Está nervosa. Aí ele: não, senhor, ela está maluca com certeza. Pra você ver, até as pessoas que não convivem aqui direto acham isso [...]. Eu tenho amigos que tiveram o cuidado de avaliar bem a situação deles e oportunidade de sair da situação. Eu tive oportunidade, mas não tive coragem (Lucas, 76 anos)

Oh, no meu caso, o ciúme dele. O ciúme que ele tem de mim. Ele morre de ciúme. Mas eu tenho para mim que ele não é ciumento. Ele é inseguro diante de mim (Luisa, 75 anos)

A calma demais, às vezes me irrita. Eu sou mais agitada. Vamos fazer, vamos fazer [...]. Eu sou persistente: eu quero, eu posso, eu faço. Eu sou muito autoritária (enfática). Ah, sou! (Elza, 81 anos)

As narrativas apresentam contradições que só podem ser compreendidas à luz da noção dialética da existência humana. Vimos no item anterior uma colocação masculina sobre o não saber viver “sem” a mulher. Se fôssemos tecer detalhes sobre os relatos dessa pessoa encontraríamos a contradição nela mesma quando reconhece que o “estar muito junto” cria dificuldade para a convivência conjugal.

Mas, se é difícil viver “sem” ela/ele, cada um sabe disso por sua própria experiência. Aqui, também aparece a alusão contrária: não saber o que fazer “com” ela ou ele, numa referência às assimetrias percebidas na relação a dois, seja pelos modos de vida habituais, seja pelas mudanças de hábitos no processo de envelhecimento. Ora o que incomoda é a situação do outro “trabalhar demais”, ora é o “ciúme” ou o seu “desligamento”. Esses clamores têm conotações “positivas” que refletem formas de proteção, e “negativas”, pondo à mostra uma censura ao comportamento do (a) companheiro (a). Porém, tais narrativas demonstram uma necessidade de poder do (a) autor (a) sobre a outra pessoa:

A única coisa que eu vejo como desvantagem na convivência de tantos anos é que tem que pensar em dois e não em um. E pensar em dois tem suas complicações que precisa administrar. Ela trabalha demais agora, enquanto eu já não posso mais me arriscar tanto assim, por causa dos meus problemas de saúde. Ela também tem os dela, mas não pára, só vive inventando coisas. Eu não sei o que fazer pra ela diminuir esse ritmo intenso (Diogo, 73 anos)

O ciúme dela atrapalha muito. Eu sou muito dado, me relaciono com todo mundo. Já ela, não, é toda certinha, gosta de tudo nos mínimos detalhes, quer saber de tudo na hora certa, é assim. Eu falo pra ela mudar essa maneira, assim rígida de ser, mas não tem jeito. Não sei mais o que fazer pra ela ser mais light (risos), mais maneira, menos ciumenta (Clóvis, 64 anos)

[...] até hoje ele quer controlar minhas saídas. Fica me ligando, quer saber que hora vou chegar. Eu digo a ele: sai também. O que é que eu faço pra você sair daí? Porque você não sai, só fica aí com suas leituras? Não sei mais o que fazer. É dali pra mesa, pra lá de novo. Ninguém tira a atenção dele dali (Ester, 62 anos)

Eu sempre achei ele muito desligado, até hoje [...]. A esta altura, o que é que eu posso mais fazer com ele, assim desligado de tudo? (risos). Mais nada (Diva, 75 anos)

Será que é mesmo possível fazer “alguma coisa” com o outro que não expressa uma correspondência à imagem que criamos dele (a)? Analisando os relatos encontro, ao lado das queixas, uma justificativa que as compensa, como se o (a) queixoso (a) desejasse, de algum modo, anular o protesto ou o sentimento vinculado ao mesmo pelo fato de perceber a impossibilidade de exercer tal poder sobre o outro. Nesse sentido, a perspectiva de vida comum, alterada em decorrência das situações descritas anteriormente, passa a depender do nível de tolerância das parcerias para continuarem assumindo suas identidades conjugais. Supondo que nada podem fazer, admitem que é “melhor com ele (ela) do que sem ele (ela)”. Assim, avançam a possibilidade de terem estilos de vida atuando na construção dos utilitarismos, já mencionados, mas dentro de um horizonte emocional com pouca sintonia, como veremos a seguir.

7.3 COMPANHIAS SOLITÁRIAS: O SILÊNCIO QUE MATA

Algumas falas colocadas em capítulos anteriores revelam o descompasso entre marido e mulher referentes aos estilos de vida e à elaboração de alguns projetos que, supostamente, seriam projetos conjugais, ou estariam na dependência da decisão do casal para sua realização. Tal descompasso, em alguns casos, atinge outras dimensões da vida matrimonial, desvelando uniões marcadas pela solidão conjugal. Assim, embora as pessoas mantenham o vínculo institucional do casamento e utilizem alguns códigos (uso de aliança no dedo, dormir na mesma cama) que sustentam o status de “casadas” e expõem, inclusive, o tipo de relação entre os cônjuges, a experiência de cada membro da díade mostra sua identidade solitária.

Alguns casais participantes desta pesquisa não conversam enquanto estão juntos, em casa. O acesso a essa informação foi obtido através das mulheres, já que nenhum homem falou do próprio silêncio, nem fez menção aos silêncios da companheira. Os depoimentos abaixo mostram o cenário conjugal de algumas mulheres que, embora tenham a presença do marido, sentem-se sós, já que a linguagem privilegiada pelo “companheiro” é o silêncio:

O que é pior é a falta de diálogo [...]. Uma vez eu precisei da opinião dele para uma coisa importante e ele não respondeu. Se for para falar de nós, aí é que ele não fala mesmo. Fica calado o tempo todo. Nunca vi igual. Uma vez eu disse a ele: às vezes a pessoa não usa a voz, de repente quando precisar não vai ter (risos). Não durou dois meses, ele começou a falar fino, parecia que a voz ia desaparecer (risos) [...]. Aí eu pensei: meu Deus, foi praga minha! (risos) [...]. Foi ficando com problema por falta de exercício, de falar. Depois foi melhorando e voltou (Diva, 75 anos)

Ah, é que ele não gosta de conversar. Ele é muito calado, calado, calado (enfática). É capaz de ficar um dia inteiro sem falar comigo. Sem briga. Só calado, pensativo. Eu não sei como ele fica assim e não se incomoda. Mas quando isso acontece, eu deixo ele lá no seu silêncio e vou fazer outra coisa. Eu gosto de conversar, dialogar, mas quando ele está assim todo fechado eu não insisto. Não insisto! (enfática). Mas eu acho que não falta amor. Quando minha filha ganhou neném [...], eu fui para lá ficar com ela. Fiquei dois meses e ele ficou aqui sozinho. Ele não pode ficar só (enfática). Ele não queria que eu ficasse lá tanto tempo... Ficava ligando: ‘vem, vem, vem, você quer que eu fique louco?’ (Clara, 66 anos)

A mudez é a pior coisa no casamento. Entre nós existe monólogo, não há diálogo. O diálogo é muito importante. Eu boto tudo pra fora. Ele não. Ele não dialoga. Não tem reciprocidade na convivência dentro de casa, como é que eu digo? Não tem troca, diálogo. Eu falo sozinha [...]. A falta de conversa, de comunicação é triste. Eu fico adivinhando o motivo do mau humor dele, a cara feia. Só vive enfezado. Eu preferia que me batesse, me xingasse, mas não ficasse calado, enfezado. Mas a natureza a gente não pode mudar. Ainda assim, eu gosto muito dele (Ester, 62 anos)

Não existe mais cumplicidade entre nós, não existe mais aquela paixão... [...]. Ele não compartilha as coisas comigo. Não conversa. Não dialoga sobre o que se passa [...]. Não quer que eu leve problema pra ele discutir e resolver. Fica na dele e pronto. É um silêncio que mata. Eu não posso dizer que tenho um companheiro, aquela pessoa que eu esperava que ele fosse quando me casei. Eu não. Eu tenho um marido, mas do que adianta? Ele não me serve de companhia. Eu sou só, sozinha (Iracema, 50 anos)

De acordo com Giddens (1993), as mulheres tendem a discutir com mais facilidade do que os homens sobre os sentimentos e os problemas das relações conjugais. Assim sendo, são elas que tomam a iniciativa para conversar, buscando alternativas para manter o relacionamento. Além disso, a decisão de separação, quando ocorre, também é uma iniciativa predominantemente feminina (FÉRES-CARNEIRO, 2003b).

Suponho, a partir desses argumentos e das narrativas femininas, que as mulheres também procuram resolver outras situações pertinentes à família e ao casal, tomando providências antes mesmo de os maridos serem envolvidos. Um fenômeno que fortalece essa situação, nos dias de hoje, é o fato da independência econômica das mulheres que dá a elas o sentido de autonomia pessoal em assuntos antes reservados aos homens. É o que vemos no relato a seguir:

Como eu já lhe disse, ele é um fi-ló-so-fo, tem um jeito de viver diferente, tranquilo. Diferente de mim. Eu já sei que é assim, mas eu gostaria que ele se incomodasse mais com as coisas que acontecem, mas ele não se altera com nada! Eu aceito,

embora isso me desgaste muito. Eu estou falando e ele nem... sai pra rua, volta quando quer. Não é uma pessoa ruim, mas me acaba quando age assim. O que eu posso fazer sem ele opinar, eu faço. Esse apartamento mesmo eu comprei sozinha, com meu dinheiro (Leda, 74 anos)

O sentimento de falta de diálogo decorre não apenas do silêncio dos maridos, mas de situações de hostilidade do casal, cuja forma de interagir é por meio da agressão. O casamento de Lucas e Sofia tem sido marcado, de acordo com seus depoimentos, por desgaste e sofrimento. Ambos expõem a rotina do casal de forma direta, com as cortinas do palco conjugal abertas, embora ela estabeleça politicamente algumas fronteiras, preservando parte das vivências emocionais relacionadas ao casal. Ao falarem sobre a convivência do casal, marido e mulher declaram:

[...] Eu me sinto cansado, totalmente arrasado, sem graça. É tanta exigência que ela faz... Olha, você não sabe o que é uma pessoa passar o dia inteiro sendo aporrinhado. Eu não agüento mais. Eu queria ter uma oportunidade de viver a vida como todo mundo vive, sem agressividade constante, permanentemente atuando em cima de você. No dia a dia normal, eu não tenho nenhuma oportunidade de conversar com ela, porque a conversa termina invariavelmente em agressão. De ambas as partes. Eu já cheguei a xingar ela de “vaca”. Você veja a que ponto nós chegamos (Lucas, 76 anos)

[...] Claro que no casamento há dissabores, tristezas... Muitas tristezas, mas eu levei com toda a força. As pessoas mudam, e mudam muito. No início tudo são flores, o maior amor. Depois, minha filha, o amor se transforma e aí... (Sofia, 79 anos)

Casais como Lucas e Sofia, Ângelo e Diva e Jorge e Iraci formam uma cultura conjugal característica dos seus vínculos atuais, diferente daquela que embasou seus planos ao saírem de suas famílias de origem, que apontava para projetos comuns, supondo-se a motivação conjunta para seguirem adiante. Juntos, eles continuam, mas sem os componentes do diálogo, da afetividade e da sexualidade que, de acordo com Bustos (2001) seriam os eixos norteadores da relação dos casais para a organização dos projetos comuns, os quais teriam papel primordial no fortalecimento do vínculo conjugal pela cooperação entre marido e mulher. No entanto, embora tais pessoas vivam juntas, envelhecem sozinhas, uma vez que, em momentos relevantes de suas trajetórias, uma não faz parte da vida da outra. Pelos casos relatados, vemos que não existe amor, nem carinho, nem palavras. Só o silêncio, como violência da linguagem muda.

Voltando a atenção mais diretamente para a afetividade e a sexualidade conjugais, gostaria de evidenciar, a seguir, as singularidades discursivas encontradas nos relatos dos

cônjuges, indicando interseções ou desencontros na abordagem desses aspectos no âmbito do envelhecimento.

7.4 AFETIVIDADE E SEXUALIDADE NO ENVELHECIMENTO

Os modos de viver a sexualidade, em qualquer época do curso de vida, devem ser compreendidos como questões da sociedade e da cultura (LOURO, 2011). Nesse sentido vale lembrar, com base em Foucault (1981), que a sexualidade não é um fenômeno natural, mas produto das forças sociais e históricas.

Assim como esses autores, não tenho dúvida de que a sociedade trata de forma desigual e valoriza diferentemente tal prática, atribuindo-lhe valores de legitimidade e ilegitimidade, acolhendo o que considera integrado às formas de vida relacional, ou desprezando o que avalia como estando fora dos padrões aceitos socialmente, conforme a posição que alguém ocupe no espaço social. Pessoas idosas também estão sujeitas aos processos de classificação e hierarquização vigentes em uma determinada cultura, sendo cobradas e vigiadas independentemente do sexo, condição social, raça/etnia, religião e localidade onde vivam.

Para o nosso entendimento, faz-se necessário explicitar o que estou chamando de sexualidade. Embora a atribuição de valores e significados dados aos corpos mude através do tempo (NICHOLSON, 2000), quando falamos em sexualidade, não podemos desvinculá-la do corpo. No entanto, de acordo com Louro (2011), a compreensão de estudiosos sobre esse tema supõe que a sexualidade implica mais do que corpos, estando envolvidos: valores, linguagens, rituais, comportamentos, fantasias que são mobilizados para expressar desejos e prazeres.

Os estudos de Foucault (1981) acerca das rupturas nos mecanismos de repressão da sexualidade mostram dois momentos desse processo. O primeiro teria ocorrido durante o século XVIII com a emergência das proibições sexuais, a valorização da sexualidade adulta e matrimonial, destacando as regras da decência, a contenção e os pudores da linguagem. O segundo teria emergido já no século XX, quando os mecanismos de repressão começaram a diminuir, passando das interdições sexuais a uma relativa tolerância das relações pré-nupciais ou extra-matrimoniais, eliminação em parte da lei que condenava os perversos e redução dos tabus relacionados à sexualidade das crianças. Esse processo mostra a história da sexualidade como uma construção social, o que nos permite entender, hoje, a pluralidade de significados relacionados a ela.

As narrativas de pessoas de mais de cinquenta anos indicam que a sexualidade está presente na vida de homens e de mulheres, não havendo depoimentos que reproduzam o preconceito de que “velho (a)” não faz sexo ou de que seja assexuado (a). Entretanto, o discurso que revela tal compreensão não se aplica a todos (as) os (as) idosos (as), já que o exercício da sexualidade, como eles e elas reconhecem, não depende somente da idade, mas de fatores como: saúde, afetividade, diálogo e confiança, trazendo à tona o clima conjugal. Desse modo, se “falta hormônio” (Denise), “não tem conversa” (João), não existe diálogo e não existe palavra ou, se o “sonho acabou” e “não há mais nada” (Sofia), talvez o tempo tenha imprimido sua marca nas relações, alterando sua forma. Nesse sentido, as vivências nesse setor, conforme narradas por essas pessoas, corresponderiam ao pensamento exposto por Cecília Meireles em um de seus poemas acerca do tempo¹⁴.

As insatisfações e as decepções de alguns casais com o próprio relacionamento conjugal e sexual envolvem expectativas idealizadas de como deveria ser o (a) parceiro (a) ou o relacionamento de um casal depois de anos de convivência. De acordo com Falcke, Diehl e Wagner (2002), estruturar o relacionamento tolerando as frustrações em relação a expectativas individuais é relevante para o “encaixe” das experiências de ambos na formação de um relacionamento conjugal.

Alguns depoimentos sobre a experiência da sexualidade conjugal são apresentados de forma alternada entre a pessoa que fala e a terceira pessoa, situação repetitiva em relatos anteriores, referentes às construções identitárias sobre o envelhecimento. É o que acontece, por exemplo, com João e Denise. Os dois iniciam seus discursos fazendo alusões generalizadas, admitindo que o sexo no envelhecimento é mais “comedido”. Depois, reconhecem a própria situação como a de um “deserto”, faltando “conversa” (João) e faltando “hormônio” (Denise). Em seus relatos destacam-se, sobretudo, feições ligadas ao curso de vida humana, com ênfase na parte biológica, além do aspecto psicológico, vinculado à afetividade e às relações a dois:

O ser humano tem de amar e ser amado. Não é à maneira do jovem. Seria com menor frequência, mais comedido. Era assim que acontecia comigo. Com a idade, fui ficando mais comedido. Hoje a coisa tá comedido demais, tá vazia pra lhe ser sincero. Eu me sinto num deserto. Aqui em casa não tem conversa, não tem mais nada. A gente pouco tá se falando, imagine fazer sexo! (João, 68 anos)

O sexo na minha idade não é a mesma coisa de quando a gente é novinha. Primeiro, a mulher perde os hormônios. Muda mais pra mulher [do que para o homem]. Se

¹⁴Em “Retrato natural” Cecília Meireles (2001) diz que [...] o tempo seca a beleza, seca o amor, seca as palavras [...], seca a saudade, seca as lembranças e as lágrimas [...]. O tempo seca o desejo [...]

não tomar hormônio, ela não tem vontade.... Claro que tem o carinho, o aconchego, que eu acho que satisfaz para o idoso [...] (Denise, 63 anos)

Mesmo os casais mais jovens fazem rodeios para falarem do assunto, colocando seus argumentos de forma generalista, reservando menos tempo para falarem de si, indicando que a sexualidade é um assunto que gera inquietações:

Essa questão é devida aos dois. Muitas vezes o casal vive como amigos. Quando tem saúde sempre rola pra os dois. Mesmo assim, o carinho é válido, não só o sexo. Muitas vezes quando um dorme fora da cama, o outro sente. Acostumado a dormir um com o outro, quando um viaja, ou adoece, faz falta a companhia... de tá ali, perto. No nosso caso, sempre houve um entendimento. Se um não está com vontade, não se briga por isso (Pedro, 51 anos)

Apesar de ser importante, eu não sou mais a mesma. Mudou, não sei... Talvez novos interesses, não de outro homem, mas ocupação da mente com outras coisas, trabalho, preocupações, cansaço, menopausa... Ele reclama muito, ele diz que eu só vivo cansada, que eu só quero dormir, que eu estou velha (risos) (Diana, 50 anos)

Para algumas pessoas, existe a compreensão de que a sexualidade não se restringe ao ato sexual e sua manifestação se dá de diferentes maneiras, transformando a expressão dos afetos em carinho, companheirismo, amor, romantismo, como assinalam Laura e Marcos, viúvos, casados em segunda união:

O mais importante no relacionamento de um casal é a afetividade, o carinho. Se não houver afeto o resto não tem graça. A afetividade é o principal. Ter companheirismo, um companheirismo bom. É o que eu estou sentindo agora, o zelo, o cuidado, o tratar bem... O amor acima de tudo... A parte do sexo não é da mesma forma como seria antes, quando éramos mais jovens. Mas isso é esperado. Se o sexo não é do mesmo jeito, não importa, porque tem a afetividade, o desejo de abraçar, acariciar. Toda noite a gente dorme sentindo esse carinho. Ele não dorme sem fazer um carinho [...]. Não deita sem abraçar, sem acariciar, me dizer palavras lindas, como se fôssemos jovens namorados (Laura, 82 anos)

O sexo é muito importante. A sexualidade é mais uma forma de relacionamento. Não fica só na parte espiritual. Materializa o afeto e é bom para o relacionamento do casal. Estou muito satisfeito, tudo é realizado dentro das condições da idade, com romantismo, sem estresse. Com envolvimento e sem cobrança dos dois lados (Marcos, 83 anos)

A partir desses depoimentos, podemos inferir que nem sempre os (as) entrevistados (as) com idades mais avançadas revelam problemas para falar sobre a prática da sexualidade. Assim pensam Elza e Júlio:

Olhe, existe, mas não como aquele de princípio, da meia idade. Tudo é mais lento e demorado. Antes, molhava o teto, agora molha a sandália (risos, risos, risos). Você nunca escutou isso de ninguém, não foi? (risos) (Elza, 81 anos)

[...] quando a gente vai fazer um turismo, leva um perfume, uma camisola, uma blusa bonita... Aí quando chega lá, começa a se vestir, aí acontece (risos). Acontece. Quando fazemos turismo aí fica mais estimulado vendo coisas bonitas.... que só vai você, naquele quarto bonito, aí acontece (Júlio, 83 anos)

Contrariando o que diz o senso comum, a sexualidade é exercida na idade madura e na velhice, ganhando contornos particulares que parecem depender mais da qualidade da relação do casal do que da condição física do corpo para expressar desejo, conforme aparece nos depoimentos dos dois casais mais velhos, entrevistados para esta pesquisa e citados acima.

Há casais que subordinam a prática da sexualidade à presença dos filhos, argumentando sobre a falta de liberdade provocada pela presença dos mesmos, conforme Jorge, que denuncia o comportamento de esquiva da mulher que, por sua vez, alega falta de confiança em relação ao marido justificando, assim, sua recusa em relação à atividade sexual do casal:

[...]. Minha mulher acha que chega a uma fase da vida que a gente não tem mais idade para namorar. Na nossa casa não se fecha a porta do quarto para os meninos (filhos) não pensarem que a gente está namorando. Quando eles estão em casa não se fala em sexo ou qualquer assunto mais picante, mesmo eles estando na sala e nós no quarto. [...] sexo só se for surdo, mudo, parado e rápido (Jorge, 54 anos)

Acho que a idade não interfere, não muda a vontade. O que muda é... em função da falta de confiança, se não está tendo diálogo, não pode haver sexo. É uma questão dos conflitos que atrapalham a relação e a afetividade do casal e o sexo fica prejudicado (Iraci, 50 anos)

Há homens que insinuam a realização de suas fantasias pela visão de imagens eróticas, sugerindo que o corpo torna-se, ao mesmo tempo, o lugar da renúncia (produzida por alguma limitação, por cuidado ou proteção) e o lugar do prazer (pela satisfação do desejo e da fantasia):

[...]. o relacionamento afetivo e sexual nessa fase da vida, eu penso o seguinte. Não sei nem lhe responder, porque... eu já não tenho atividade sexual há muito tempo.... Acho que sexo é uma coisa boa no seu devido tempo, quando a pessoa está em plena atividade. Mas a gente não.... (pausa). Desde que (Luisa) começou com a doença (câncer de mama), aí mudou. Influenciou porque começamos a nos afastar do sexo a partir daí. Para proteger, por cuidado. Mas também tudo vai do interesse da pessoa. Depende também da parceira que você está. A idade faz com que o interesse vá desaparecendo. Mas eu não vou dizer que eu vendo um corpo bonito na rua, na televisão, no cinema, eu não pense, não tenha fantasias [...] comigo mesmo. Mas fica só nisso. Não passa disso (Omar, 76 anos)

O discurso da mulher de Omar segue outra direção, limitando as fronteiras entre a vida privada e o mundo social:

[...] se as pessoas gostam de sexo e de manifestar afeto através do sexo, acho que devem fazer o quanto podem. Não tenho preconceito [...]. Se a pessoa tem algum

problema, alguma doença, aí deve procurar ajustar as coisas. Existem alternativas de ter prazer sem ser através da genitália. Cada casal deve encontrar sua melhor forma, não é? (Luisa, 75 anos)

Apesar de negarem uma vida sexual com o (a) companheiro (a), algumas pessoas declaram que não têm problemas, percebendo-se uma diferença relativa a gênero nas narrativas. Os homens ressaltam o aspecto biológico e funcional da sexualidade, expressando o que fizeram ou fariam. Já as mulheres, apenas insinuam sentimentos, providenciando outras vias de acesso e fugindo desse roteiro.

As avaliações desses homens e dessas mulheres acerca da própria sexualidade mostram “surpresa” com resultados de exames, achando-se “vigorosos”, “sensuais”, “em cima”, privilegiando nas narrativas alusões à boa forma e aparência física, demonstrando preocupação com o corpo. Nesse sentido, há nuances nas falas que apontam o “vigor” como um elemento relativo ao “masculino” e a “sensualidade” harmonizando-se com o discurso “feminino”.

Cito alguns depoimentos dos quais é possível extrair sinais das construções identitárias masculinas e femininas relacionadas à sexualidade:

[...] Mas eu tô bem, me sinto bem, ainda nesta parte. Eu fui fazer um exame de testosterona e me surpreendi! (ar de surpresa). O médico disse que o nível estava ótimo (ar de contentamento!). Já viu?, fiquei surpreso e... contente também. Eu digo oh!... (risos) (João, 68 anos)

[...]. Agora eu lhe digo, apesar dessa minha vida mais... reclusa, eu estou bem de saúde, me acho vigoroso, ainda. Não como quando era menino, jovem, mas pela idade, não vou dizer que tudo acabou (risos) (Omar, 76 anos)

Eu acho que estou voltando à minha fase da juventude. Em pensamento, em sentimento e em desejo. O médico mandou eu fazer um exame de PSA e me disse: rapaz, você está ótimo!. Eu disse a ele: doutor, eu não posso ver um rabo de saia, fico doido (risos). E eu preciso ficar me satisfazendo sozinho, porque a mulher não quer nada com a hora do Brasil. Eu me transformei num verdadeiro... (risos). Ele me disse: rapaz, se você está assim, ótimo! Aproveite! (risos). Era bom se você tivesse uma companheira (Lucas, 76 anos)

Eu seria uma pessoa que daria tudo de mim à pessoa que eu amo. Tudo que complete o relacionamento do casal ele deve fazer: inovar, sair, dançar, ver filmes mais românticos... Mas eu me sinto só nesse aspecto aí, apesar de achar que a sensualidade ainda existe em mim (risos). Mas fiquei decepcionada com ele. Eu dou nota um. Nesse um o que vale é porque através do sexo eu trouxe os filhos. Imagine, sem uma terapia e eu agüentar tudo isso! [...]. Eu nunca senti nenhum prazer. Ele nunca se preocupou e eu também nunca fiquei cobrando. Quando eu me oferecia, ele sempre tinha uma desculpa: vou dormir, amanhã vou acordar cedo. Um dia ele me disse assim: vamos marcar um dia certo, uma vez por mês? Dia certo? Isso aí me matava! Um homem normal quando faz sexo fica até mais estimulado, não é? Sofri, fiquei revoltada, mas depois eu disse: gente, não pode ser assim, tenho de sair, dar a volta por cima [...]. Nunca meti os pés pelas mãos, nunca fiz nenhuma bobagem. [...] (Diva, 75 anos)

O quê? (ar de espanto). Ah, minha filha tem mais de trinta anos que não sei o que é isso. Não existe mais nada [...]. Mas eu estou em forma, ainda. Eu não arranjei outro nesse período, não, mas eu continuo com tudo em cima [...]. Eu não sonho mais com essas coisas. O sonho acabou faz tempo [...]. Nós não tocamos nesse assunto. Minha mãe me deu vergonha, orgulho, brio, decência. Isso faz parte da minha educação doméstica. Eu não falaria nunca com ele sobre querer, não querer fazer sexo. É a mesma coisa de ver ou de encontrar ele com outra na rua e ir tirar satisfação. Eu não pergunto nada, eu ignoro, faço de conta que não vi e nem sei. E isso já aconteceu. Ele já foi, fez, e voltou. Que aconteceu, aconteceu, mas eu não dei ousadia de tirar satisfação (Sofia, 79 anos)

Sobre essas questões, é válido lembrar que não podemos ignorar as características de uma sociedade patriarcal da qual somos herdeiros (as). Nesse sentido, a despeito dos discursos da existência (ou da possibilidade) de uma “nova mulher” (KOLLANTAI, 1979), nos dias de hoje, e de protestos contra a submissão das mulheres ao Estado, à família, ao marido (à sociedade), as mulheres e os homens participantes desta pesquisa guardam fortes resquícios de uma “pedagogia de gênero” (DÉPÊCHE, 2008), situando seus discursos a partir de valores instituídos socialmente. Assim, os estilos discursivos sobre questões da sexualidade são delimitados pela referência à materialidade do corpo que propicia a distinção entre referentes “masculinos” e “femininos”, concedendo ênfase aos primeiros.

Ainda nessa perspectiva, merece destaque o fato das expressões “vigor” e “sensualidade” sinalizarem certa dissociação entre relação sexual e afetividade, pois quando se fala de vigor, tal referência vem associada a “virilidade”, “masculinidade”, “ação sexual”, enquanto sensualidade alude a uma insinuação da relação sexual, a um comportamento de sedução, fruto de uma cultura que valoriza o “instinto”, a “auto-afirmação” e o “prazer” masculinos e a “afetividade”, a “beleza” e a “atração” femininas, embora isso já tenha mudado em nossa sociedade, mas não o suficiente para permitir um lugar equivalente entre mulheres e homens integrantes deste estudo. No que diz respeito a esses modos masculinos e femininos, eu acrescentaria que essa visão em relação ao corpo e à sexualidade tem um peso importante nos relacionamentos afetivo-sexuais, sejam intra-conjugais ou extra-conjugais, e levam a outras perspectivas separatistas, concebidas de acordo com o aspecto normativo e institucional do gênero, conforme exemplifico a seguir.

No que tange às relações fora do casamento, embora três mulheres (Dalva, 52; Clara, 66 e Sofia, 79) tenham feito referência ao comportamento de infidelidade dos maridos, a experiência de ter tido relações extra-matrimoniais foi relatada apenas por um homem que considera a prática da sexualidade como o “mais importante” aspecto da relação marido-mulher. Como nessa relação existe problema, ele justifica sua conduta de infidelidade arranjando namoradas:

Olha, acho tudo de importante. Pra mim, o sexo é a coisa mais importante do que o resto de tudo. Pelo sexo a mulher controla o marido. Se (Sofia) quisesse ela me controlaria [...]. O homem só procura fora o que ele não encontra dentro de casa. Se eu tivesse a atenção dela em casa eu não teria arranjado mulher fora. Ela não se mostra interessada, nunca se mostrou interessada nessa área [...]. Eu gosto. Sempre gostei. Por isso eu tive de arranjar umas namoradas (risos) [...]. Todas elas continuam minhas amigas. Todos esses contatos nunca acabaram em briga. A profissão que eu tinha [...] me facilitava as coisas. Eu tinha liberdade de ficar à vontade, sem levantar suspeitas (Lucas, 76 anos)

Apesar de ter mantido essas relações, Lucas permanece casado e insatisfeito, tendo declarado que terminava tais relacionamentos sempre que as parceiras exigiam que ele se separasse da esposa ou quando sugeriam uma relação oficial. Ele explica que nunca escondeu seu estado civil e sempre lembrava a elas que era casado e que não lhes prometera largar a esposa. Tal atitude talvez ilustre a clássica separação entre a “esposa” e a “amante” ou, colocando a questão nos termos expostos por Goldenberg (2009, p. 50): “mulher da casa” e “mulher da rua”, “santa” e “puta”, “lugar da família” e “lugar do prazer sexual”. Como não houve declaração de infidelidade feminina, nesta pesquisa, fica a dúvida se essas expressões ou expressões correlatas traduziriam as relações extra-matrimoniais das mulheres.

Como o tema da sexualidade é polêmico, eu não esperava confissões abertas dos (as) participantes, especialmente por não conhecê-los (as). Comparando os depoimentos masculinos e femininos, notei maior naturalidade na abordagem do assunto por parte dos homens do que da parte das mulheres. Percebi, inclusive, discordâncias nos depoimentos de marido e mulher ao falarem do mesmo assunto, dando-me a impressão de que um ou outro mostrava uma estética diferente da experiência vivida de fato, havendo maiores reservas por parte das mulheres do que dos homens.

Penso que o aspecto feminino da entrevistadora interferiu nessas declarações. Sobre essa questão, levantei duas suposições, não necessariamente excludentes. Primeira: as falas expressam a real percepção de cada um sobre suas vivências nesse setor, ainda que sejam discrepantes entre marido e mulher. Segunda: as falas impõem uma censura ao tratar com outra pessoa da intimidade conjugal.

Se minha primeira suposição estiver correta, então os homens seriam mais descontraídos do que as mulheres para falar de sexo. No segundo caso, a censura acerca da sexualidade é tipicamente um reflexo da ideologia de gênero que remonta ao contexto sócio-histórico de educação das mulheres que as preparou para serem recatadas. Acerca disso tudo, permaneço no terreno das suposições, já que não aprofundei as questões para tirar alguma conclusão.

De um modo geral, os relatos apresentados nesta parte do trabalho indicam que os sentimentos relacionados ao corpo não terminam com o processo de envelhecimento, podendo manifestar-se em desejos e necessidades sexuais, satisfeitos ou não, ou desejos culturais, familiares, sociais, religiosos como realizado por vários (as) entrevistados (as), a exemplo de Diva:

Você sabe que o amor que fortalece a gente não é só do marido, do homem. É o amor do filho, do amigo verdadeiro, de uma vizinha boa... Deus me deu muitos dons que eu posso compartilhar com outras pessoas amigas, outros irmãos, outras famílias [...] Eu não morri, quando vejo coisas bonitas (risos) eu fico feliz. Só não vejo novela porque não saberia o que fazer com toda a emoção (risos) (Diva, 75 anos)

Como foi colocado no capítulo anterior, na elaboração do projeto do casamento, homens e mulheres deram destaque à família, havendo uma espécie de contrato implícito na relação, onde se destaca como prioridade a família e os filhos, tanto da parte masculina como da feminina. Algumas mulheres e uns poucos homens destacaram o casamento como uma via que daria acesso ao encontro de um (a) companheiro (a), focalizando a *relação a dois*. Presumo que, uma vez cumprida a “missão familiar”, com o nascimento e a criação dos filhos, alguns cônjuges “se desobrigam” do relacionamento sexual, passando a ser esse um aspecto de menor peso na relação a dois e que não produz muitas cobranças entre os casais. Associado a isso, ocorrem queixas de baixa de hormônios, sobretudo reconhecida pelas mulheres, além de outras situações pertinentes ao domínio da conjugalidade que alteram a motivação relacional sob todos os aspectos.

Vale dizer, ainda, que para algumas mulheres, o desenvolvimento de relações sexuais na relação conjugal não constitui o aspecto mais importante do casamento. Elas valorizam o companheirismo, a afeição, a amizade e a confiança como substitutivos dessas relações. Mas, considerando cada entrevista como um todo, acrescento que, apenas em poucos relatos foi possível apreender sinais de uma convivência conjugal com manifestações dessa natureza, envolvendo todos esses elementos ou indicando que os casais sentiam-se “amados”.

Finalizando este item gostaria de salientar os seguintes aspectos observados nas narrativas acerca da importância da sexualidade e afetividade nas experiências de pessoas com mais de cinquenta anos. O primeiro deles foi a impessoalidade dos (as) entrevistados (as) para tratarem do assunto, evitando as auto-referências. O segundo aspecto refere-se à atribuição de responsabilidade ao (à) parceiro (a) pela forma de sexualidade mantida pelo casal, e o terceiro é relativo ao gênero: as mulheres admitem, mais do que os homens, a condição de diminuição do próprio desejo sexual em decorrência da idade ou de outras circunstâncias, sendo mais condescendentes do que eles em aceitar a “abstenção”, assumindo

uma posição submissa em que a “culpada” é ela, conforme acentua Leda (74 anos): “Eu não tenho vontade porque tenho problemas e também não fiz reposição hormonal, então não faz falta [...].Mas meu marido vai morrer fazendo sexo, ele é viril, é questão de cabeça. Eu não sei como ele não me largou ainda”.

Como foi evidenciado em depoimentos expostos em outro capítulo, as identidades são construídas em torno de questões que incidem sobre a aparência do corpo, o cuidado com a saúde e a disposição para participar de atividades em geral. Mas elas se organizam também em torno de outras vivências e setores da vida humana, como a afetividade e a sexualidade. Esses aspectos ganham importância particular na vida dos integrantes desta pesquisa, por serem pessoas que vivem maritalmente e por isso foi dado espaço, aqui, para essa discussão.

Em relação a isso, faço outra observação: as formas através das quais os casais exercem a sexualidade e vivem seus desejos corporais estão atreladas às negociações que se dão em torno dos mecanismos de conjugalidade e individualidade. Compatibilizar esses mecanismos torna mais complexa a construção de identidades nesse âmbito, pela importância de transcender a individualidade, inscrevendo-a num processo coletivo de conjugalidade. Nesse sentido, os referenciais identitários definidores da sexualidade dos idosos casados, ainda que apontem para um dos pólos (individualidade, conjugalidade) na realidade, cada um deles supõe e contém o outro.

A partir daí, podemos inferir que os cônjuges estariam lidando com a complexidade de uma rede tecida entre esses dois pólos e cuja configuração não é plena, homogênea, nem simples. Daí minha insistência em apontar para o sentido diverso das experiências de envelhecimento, que continuo abordando no próximo tópico.

7.5 SIGNIFICANDO AS EXPERIÊNCIAS DE ENVELHECER JUNTOS

Começo este último item dando uma mirada nas narrativas de um casal com experiência de re-casamento, já que em toda a tese não fiz referência a esse assunto. Quando a pessoa se casa, em geral, é jovem e tem pela frente um rol de expectativas fundadas nas representações acerca de sua parceria e de suas próprias potencialidades como pessoa, homem ou mulher.

O re-casamento deste casal, realizado em idade mais avançada mostra que, embora ele esteja envolvido com as esferas econômica, familiar e social, há um horizonte emocional claramente diferenciado dessas esferas, o que contribui para o aparente avanço de formas de

conjugalidade sintonizadas com os aspectos de afetividade do casal. Em vários trechos de suas entrevistas, cada um parece priorizar os espaços passíveis de troca, reeditando experiências passadas e focalizando o universo conjugal.

Não estou sugerindo a renovação das relações conjugais pelo re-casamento, nem assegurando que essa possibilidade de re-edição ocorra com todas as parcerias de segundas uniões, já que outros fatores contribuem para as diferentes versões de conjugalidade¹⁵. Além disso, uma visão estritamente romântica dessas relações pode impedir de enxergar a dimensão transformadora das experiências, mesmo daquelas que aparentemente não revelam conflitos.

A seguir, portanto, exponho as falas de um dos casais mais velhos deste estudo, narrando sobre as experiências de envelhecer juntos. Ressalto que ambos estavam viúvos quando se reencontraram e já se conheciam desde a adolescência, quando tiveram um rápido namoro, o que fornece um pano de fundo diferenciado para o relacionamento dos dois:

O principal, o importante é ter um companheiro que a gente confie e respeite mutuamente [...]. Eu fui felicíssima no meu primeiro casamento. Eu me casei porque eu gostava dele. Eu queria formar uma família [...]. Da segunda vez, eu não programei me casar de novo. Nem imaginei que isso ia acontecer, eu com 80 anos!. Mas aconteceu e eu estou muito feliz de ter reencontrado uma pessoa que foi da minha adolescência. Ter um companheiro nessa altura da vida, os filhos criados. Uma pessoa em que eu posso confiar. O que podemos querer mais? Só continuarmos nos amando e sendo felizes (Laura, 82 anos)

É muito importante a vida conjugal. Da primeira vez eu me casei porque perdi minha mãe. O pai eu tinha perdido cedo. Eu era o filho mais velho. Fiquei numa situação de falta de apoio da família, sem pai e sem mãe. Eu sou muito chegado à família. Ficamos sós, os 4 irmãos homens [...].Pra mim o casamento significa viver com alguém em quem você confia, (emoção) que é companheira em todos os momentos da vida, seja nos bons ou nos momentos difíceis. Eu tive momentos magníficos com minha primeira esposa (emoção). Meu segundo casamento (emoção). Desculpe. Eu não pensei em me casar logo quando fiquei viúvo, mas eu re-encontrei ela que já estava viúva há mais tempo (emoção). Desculpe. Foi ótimo a gente se unir. Os filhos todos encaminhados, vivendo a vida deles. E aí, só nós dois, envelhecendo a cada dia. Ao lado dela ficou melhor (Marcos, 83 anos)

Um aspecto que sinalizo nessas narrativas é o fato de ambos falarem sobre as duas relações como se fora uma “unidade”, referindo-se a elas de forma “complementar”, como se uma fosse regulada pela outra e a referência à atual relação dependesse do discurso sobre a anterior.

Outro ponto diz respeito à emoção revelada ao falarem sobre o (a) parceiro (a) anterior. Marcos mostra-se bastante emocionado e chora ao falar de três mulheres de sua vida: a mãe

¹⁵ Neste trabalho, como já coloquei no capítulo de apresentação dos participantes, tive a oportunidade de conhecer três casais re-casados, sendo que um deles casou duas vezes com a mesma pessoa. Se fizesse uma análise em separado dessas uniões veríamos as especificidades de cada uma, a começar pelo fato de que em uma delas, há filhos em idade adolescente e em outra há filhos adultos e um neto morando com o casal, mudando completamente o design conjugal dessas famílias.

que ficara viúva ainda jovem, tendo recebido seu apoio por ele ser o filho mais velho; a primeira mulher, que morreu de repente, e a mulher atual. As referências a essas mulheres destacam-se pela importância que ele atribui a cada uma delas, deixando transparecer sinais de uma relação de apego que ele temia ou teme perder. São experiências emocionais constituídas de perdas e ganhos, supondo-se no ganho (nova esposa) uma possível perda, sentimento favorecido pelo contexto da entrevista que revelou um complicado conjunto de emoções enquanto Marcos falava de suas experiências conjugais.

Por sua vez Laura, ao falar do primeiro marido, destaca seu próprio papel de suporte emocional e material, pelo fato de o mesmo ter ficado doente durante vários anos, dependendo dela para substituí-lo nos negócios do casal e cuidar dos filhos. Em nenhum momento da entrevista ela coloca-se numa posição de dependência afetiva em relação aos homens com os quais se casou, embora enalteça o fato do encontro e casamento com ambos.

Esses depoimentos retratam experiências que acenam para a questão de gênero, já relatada anteriormente, em que os homens geralmente ficam menos tempo solteiros ou sós do que as mulheres (PEIXOTO, 2000), o que sugere, talvez, menor autonomia masculina para uma vida solitária. Por outro lado, ainda seguindo esse enfoque, cabe ressaltar que, assim como Laura, outras mulheres participantes desta pesquisa mostram-se capazes de construir enredos diferentes dos que construíram na época em que se casaram, na medida em que se descobrem com possibilidades de transformar suas experiências, inserindo-se em novos espaços, seja por escolha pessoal ou como resultado de alguma contingência. Na urgência em adaptar-se a uma nova condição de sua existência, as mulheres assimilam uma “nova” filosofia de vida, fortalecendo a consciência de sua individualidade independente (KOLLANTAI, 1979), lançando-se no mundo e ocupando os espaços compreendidos como sendo de direito. Estas declarações, no entanto, não têm o intuito de generalização dessa condição para o universo masculino ou feminino, negando a liberdade, autonomia e capacidade de escolha de ambos os segmentos, nem deixando de reconhecer a dependência como um ingrediente importante na manutenção dos laços entre pessoas de qualquer geração.

No que tange a outros casais, a experiência de envelhecimento a dois é sentida com base em elementos que regem as relações conjugais de um modo geral e que já foram descritos anteriormente, sendo o mais comum a alusão ao apoio da parceria. No entanto, há quem coloque a família de origem como referência para situar o significado de envelhecer juntos, destacando o modelo parental de viver a velhice:

Pra mim é como se ainda fosse o início [do casamento]. Pra mim, o importante de envelhecer juntos é o apoio de um ao outro. Eu não acredito que me sentiria bem

vivendo só. Aí entra sem dúvida a parte que eu mesmo vivi na infância com a minha família. Uma família de 11 filhos, um pai festeiro... a gente tinha a sensibilidade de viver bem. Minha mãe participava até um limite da festança dele. Você acredita que meu pai ia para a Associação Atlética com 80 anos de idade e era o último a sair? Ele amava uma festa, a alegria, as pessoas! Eu gostaria de chegar à idade dele com aquela alegria, aquele vigor! (Diogo, 73)

Quando os dois se sentem envelhecendo, acho que junto é melhor até para enfrentar o medo da doença e da morte. Mas ele (marido) tem horror à velhice. Não gosta de velho. Me critica porque diz que eu só ando com velho. Meu pai vai fazer 100 anos e minha mãe tem 90¹⁶. Acho o maior barato os dois juntos. Eu digo a ele (marido) que quero viver muito, ficar velhinha junto com ele (risos). Ele fica chateado, mas ele sabe que está ficando velho (Ester, 62 anos)

Outras pessoas ressaltam a capacidade de se verem no espelho do (a) companheiro (a), compreendendo o processo de envelhecimento dele (a) a partir do seu próprio e vice-versa. A visão desse processo inclui o conhecimento teórico sobre o curso de vida e ou a experiência de viver próximo ao (à) cônjuge ou a outras pessoas idosas. Sobre o significado de envelhecer juntos, eles e elas declaram:

Para mim é compreender as mudanças que ocorrem no outro, porque participamos do mesmo fenômeno. Seria difícil se estivéssemos vivendo etapas diferentes do ciclo vital. Mas nós estamos no mesmo barco, fazendo a mesma viagem, com o mesmo destino. Então, não resta outra coisa senão compreender as ocorrências, o que vai acontecendo com ele. Porque se ainda não aconteceu comigo, um dia poderá acontecer, em algum momento (Susana, 72 anos)

É importante você estar com uma pessoa que já lhe conhece. É difícil porque a pessoa já vem de longa data vivenciando as mesmas qualidades e os mesmos defeitos da outra pessoa [...]. Mas ficar sozinho, não é bom. Acho que eu não ficaria. Se ela morrer primeiro, não sei o que faria. Se eu for primeiro, acho que ela também vai sentir. A gente se acostuma com o outro e como não dá para viver só... Só e velho, já pensou que desgraça não seria? (Omar, 76 anos)

Quando eu vejo dois velhinhos juntos eu fico pensando que devem ter enfrentado muita coisa na vida. Para mim, envelhecer juntos é ter atenção e valorizar o outro nas suas alegrias ou infortúnios. Tornar-se disponível, dar abertura ao outro para as confidências, para as lembranças boas. As ruins, não precisam ser lembradas, mas se forem, devem ser acolhidas porque podem ser uma forma de desabafo. Fazem parte da história de cada um (Luisa, 75 anos)

Envelhecer junto ao (à) cônjuge, tendo alguém mais íntimo que conhece, ainda que isso possa significar uma dificuldade no dia a dia do casal, como declara Omar (76 anos), trata-se de uma situação desejada por quase todos (as) os (as) entrevistados (as), como podemos aquilatar a partir dos discursos desse casal:

¹⁶ Já me referi anteriormente a esse casal, que estava previsto para participar desta pesquisa, mas morreu poucos meses depois da entrevista de Ester, e após o homem completar 100 anos.

O envelhecer juntos tem sido uma experiência grandiosa. As limitações dele, quer sejam físicas, quer sejam intelectuais, como o esquecimento, são vistas com muito carinho e aceitação e não com cobrança. Ele esquece as coisas com facilidade e não é dado à leitura, a não ser a técnica [...] (Dulce, 66 anos)

Pode parecer uma repetição do que já disse antes, mas se não for junto, eu acho que ficaria difícil envelhecer. No nosso caso existe uma comunhão, uma amizade que ajuda a enfrentar os dias futuros já que nos tornamos mais fracos quando ficamos velhos. Eu não sinto ainda esse peso, mas com certeza se for viver muito passarei por isso. Ter uma companheira até lá vai ser muito bom para mim (Renato, 68 anos)

Mas, apesar da valorização do (a) companheiro (a), há quem lamente envelhecer junto à parceria atual, desejando transformar essa experiência em outra dos sonhos: mudando de parceria, ou confiando na mudança do cônjuge na esperança de viver dias melhores. Esses são os projetos do (a) entrevistado (a) abaixo para atender à motivação de envelhecer junto, com respeito mútuo e “em paz”:

Envelhecer junto com a minha mulher, pra mim é uma tremenda decepção. Agora eu digo que deveria ser a coisa mais agradável que poderia acontecer a duas pessoas que estão nessa idade. E eu digo que isso é possível. Mas, infelizmente, comigo e ela, não é. A gente podia adormecer sorrindo e amanhecer cantando. Mas eu acho que estou perdendo muito tempo e oportunidade de ter um envelhecimento mais agradável. Eu não mereço o envelhecimento que está acontecendo comigo. Eu sou uma pessoa alegre, sou comunicativo, gosto de gente. Estou tendo um desgosto atrás do outro, é muito aborrecimento o tempo todo. Da hora que eu me levanto à hora que vou dormir. Olha, eu vou lhe dizer, se eu tivesse chance eu ia reverter essa situação [...]. Pensando única e exclusivamente em ter um pouco de paz e curtir a vida como ela deve ser [curtida], como ela deve se apresentar na velhice. Com respeito e ser respeitado. Não é fácil, porque eu não estou livre para fazer o que realmente eu pretendo e queria fazer. Esse projeto seria realizado se houvesse a separação nossa. Se eu tivesse condições, já teria separado. E aí, poderia arranjar outra mulher pra viver minha vida em paz (Lucas, 76 anos)

Ah, minha filha, no meu caso é saber lidar com a dificuldade do marido que não fala (risos). Ser criativa para descobrir como abordá-lo em cada momento que eu precise me dirigir a ele. É difícil conviver com alguém que não consegue entrar em contato com você e nem deixa você penetrar no seu mundo, dialogando sobre o cotidiano do casal. Isso é que seria maravilhoso: duas pessoas de idade, sentadinhas, já pensou nós dois aqui na varanda, ou lá no jardim, sentados conversando sobre amenidades? (risos). Ou mesmo sobre dificuldades, momentos difíceis, tanto faz. O importante é o diálogo de coração para coração. Mas eu ainda tenho fé em Deus que um dia, nem que seja no fim da vida, isso vai mudar, que eu vou conseguir esta transformação dele, nem que seja um tantinho assim (faz o gesto), no finalzinho da vida (Diva, 75 anos)

A realização do projeto ideal de envelhecimento a dois, segundo Lucas e Diva, depende do outro cônjuge para acontecer. Ambos aguardam essa mudança do (a) parceiro (a) para se sentirem realizados em suas formas de vida atuais. Lucas utiliza em muitos trechos de sua entrevista a conjunção “se” e verbos no pretérito, enquanto Diva, que é uma mulher religiosa e envolvida em ações beneficentes dirigidas a outras pessoas, atribui a Deus a co-responsabilidade para que possa conduzir a própria vida.

A ação de tomar conta da própria vida

envolve risco, porque significa enfrentar a diversidade de possibilidades abertas. O indivíduo deve estar preparado para fazer uma ruptura mais ou menos completa com o passado, se necessário, e deve contemplar novos cursos de ação que não podem ser guiados simplesmente por hábitos estabelecidos. A segurança alcançada pela estrita obediência aos padrões estabelecidos é efêmera, e em algum ponto se romperá. Ela trai um medo do futuro em vez de fornecer os meios de dominá-lo (GIDDENS, 2002, p. 72)

Esse autor apresenta alguns exemplos de situações ligadas a doenças, perda do emprego, separação do cônjuge e dificuldades financeiras, as quais criariam alguma dificuldade para a pessoa “tomar conta da própria vida”. Esses fatores, aliados ao medo da solidão na hora da morte seriam, para os homens e as mulheres integrantes deste estudo, os motivos mais alegados para justificar o valor dado à experiência de envelhecer juntos.

A consciência da possibilidade de continuar envelhecendo, ou seja, vivendo mais, traz inquietação para algumas pessoas pelos fantasmas relacionados ao envelhecimento. Culturalmente, ficar velho é uma condição que coloca a pessoa mais próxima da morte, e as pessoas temem a morte, como sinaliza Elias (2001). Talvez por isso, eles e elas alertam para o fato de não desejarem ficar “muito” velhos (as), o que significaria estar próximos (as) de morrer e ou ficar doentes e depender de outras pessoas, como declaram Dalva e André:

Eu penso que se for viver uma velhice, eu ainda fortinha, é bom. Mas viver em cima da cama é ruim. Peço a Deus que me prepare pra levar se for pra eu ficar muito velha, viver em cima de uma cama e os outros cuidando de mim. Eu não quero ficar velha demais. Só quero viver enquanto eu puder cuidar de mim mesma. Nem quero dar trabalho pra marido. Ele nem é muito companheiro hoje, imagine mais velho (Dalva, 52 anos)

[...] envelhecer junto é bom porque as pessoas se completam enquanto vão envelhecendo. Ela (Ester) tem um olhar muito fantasioso, muito poético sobre a realidade. Já eu sou mais seco. De outro lado, viver junto é bom para ajudar a aliviar os sofrimentos da vida, há sempre um que acaba segurando a barra do outro. É a companhia. Eu não saberia enfrentar tudo sozinho. Acho que ela também não. Eu só não quero viver pra depender de usar fralda, ficar dependendo dela ou de outras pessoas, usando fralda em cima da cama. Eu tenho medo de morrer. Acho que todo mundo tem, mas não quero fugir da morte e cair na doença que também não é bom (André, 68 anos)

Por outro lado, há também a condição de escrever a própria história, encarando as situações humanas com alegria como é mencionado por Isabel em suas narrativas, fazendo uma ligação entre a vida e as músicas que lhe agradam. Sem dúvida, as músicas são uma forma de retratar a própria vida, e Isabel apóia-se nelas para incrementar a sua história e

transformar a experiência de envelhecimento e, com ela, o tempo, como o faz a música: cantando, sorrindo, alegrando, enfim, pulsando:

Nós fazemos a nossa história: nascendo, crescendo, sofrendo, envelhecendo e morrendo. Ninguém quer morrer, mas é o caminho natural do ser humano. Eu estou fazendo a minha história, você está fazendo a sua. Todo mundo tem uma história que pode ser bonita ou não, e pode ser contada com alegria ou com tristeza. Minha mãe partiu aos 93 anos e nós cantávamos '*Nós somos jovens, jovens, jovens...*'.¹⁷ Porque ela foi com essa idade, mas ela tinha uma história linda para ser contada e uma cabeça boa. Não teve um companheiro até o fim da vida, mas era feliz. Eu vejo isso e procuro aproveitar minha companhia que eu acho que vai ser melhor ter ele no fim dessa história. Tem de ir aproveitando [...]. *É preciso amor para poder pulsar*¹⁸ (Isabel, 71 anos)

Ao mesmo tempo em que as pessoas não gostariam de envelhecer “demais” para não dependerem de outras pessoas, elas preferem viver essas experiências, inclusive a da morte, ao lado de pessoas conhecidas:

Ah, envelhecer junto de minha nega velha é tudo de bom. Pra mim tá ótimo. Minha felicidade é envelhecer junto dela, um cuidando do outro. O amor é muito importante para uma pessoa viver junto [...]. Quando se tem um gato ou um animal qualquer de estimação a gente não quer que ninguém toque a mão. É a mesma coisa com o marido ou a esposa. Só se chegar a determinação de Deus. Aí não tem jeito. Mas eu não gostaria de encerrar minha vida aqui na terra numa cama de hospital. Eu não. Se eu puder escolher eu prefiro morrer perto dos parentes e conhecidos, do que jogado lá (Daniel, 52 anos)

Elias (2001) lembra que, atualmente, a morte é menos pública do que antigamente, fazendo-nos pensar que o arrefecimento do caráter público da morte acentua o seu aspecto de individualização presente nas sociedades modernas. Em épocas antigas, as moradias favoreciam que as pessoas ficassem mais próximas umas das outras e os eventos, inclusive o nascimento e a morte, contavam com a participação de todos da comunidade. No entanto, ao longo do processo civilizador, as atitudes das pessoas em relação à vida e à morte sofreram mudanças vigorando, com frequência, rotinas institucionalizadas nos hospitais e clínicas para fornecerem uma estruturação social para a situação do adoecer e morrer.

Segundo o autor em tela, na atualidade, o tratamento dos mortos (eu acrescento o dos enfermos) saiu da mão da família para as mãos de especialistas. Ele afirma:

¹⁷ Música interpretada pela banda Pimenta Nativa: “Bate, bate, bate coração de novo e mostra a cara do meio do povo. Sinto no corpo o teu calor. Transo uma nova dança. Invento uma alegria. Aqui na terra é festa todo dia, contagiando com amor, fazendo tudo o que quiser. Banho de espuma, sol e mar. Lavar a alma, bater na palma da mão e cantar. Nós somos jovens, jovens, jovens. Somos do exército do reggae do amor. Me deixa à toa, que a vida é boa pra quem quiser se liberar, sentir a emoção que está no ar. Voar, voar, voar”

¹⁸ Referência à música interpretada por Maria Bethânia Veloso (1990): *Tocando em frente*, citada anteriormente

Hoje as coisas são diferentes. Nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura (ELIAS, 2001, p. 30-31)

Abrindo um parêntese nessa discussão, penso que esse modo específico de lidar com os moribundos e os mortos tem correspondência com o modo de tratamento dedicado aos mais velhos na nossa sociedade, produzindo a morte social pelo abandono afetivo que obriga cada pessoa a ser cuidadora de si.

A doença e a morte são fenômenos individualizadores, cujas vivências são realizadas por si e consigo, já que ninguém adoece a doença do outro, nem morre a morte do outro para amenizá-las. No entanto, ainda que isso não ocorra, muitos desejam envelhecer, adoecer e morrer “junto a” alguém que possa presenciar tais experiências.

Algumas pessoas ensaiam diálogos com o (a) parceiro (a) sobre os “projetos” relativos a essas experiências. Nesses momentos, um dos valores que está presente nas falas é a liberdade de poder escolher o lugar onde tal situação deva ocorrer, sobressaindo sempre a família como o lugar mais citado, indicando que a experiência de envelhecimento sintetiza alguns princípios que envolvem não só a pessoa ou a díade, mas o sistema familiar e social em geral.

Os pontos de vista que emergem dos diálogos conjugais sobre o envelhecimento e que particularizam tal experiência adquirem sentido na medida em que são lançados a esses outros sistemas numa tentativa de obter adesão:

Eu desejo morrer sem dar muito trabalho. Claro que a gente não escolhe como nem a hora, mas eu gostaria que fosse rápido, de preferência em casa, se for possível [...]. Quando conversamos sobre esses problemas, quando acontece com alguém, eu sempre falo isso. Ela (esposa) não me leva a sério, não dá andamento na conversa. (Diogo, 73 anos)

[...] Mas eu já disse: vou para um asilo, não quero depender de ninguém. Fico lá com os outros velhinhos (risos). E quando morrer não quero que gastem com enterro, ficar embaixo da terra? Não. Eu prefiro ser cremada. Mas ele não tem paciência de ficar falando esses assuntos. Nem se altera com o que eu digo (Elisa, 62 anos)

Para alguns casais com problemas de relacionamento conjugal, ou que não têm filhos ou outros parentes por perto, o medo de adoecer e morrer sem amparo torna preocupante a vivência do envelhecimento:

Envelhecer junto... essa questão foi a que mais me pegou. Eu vejo assim, é olhar pra trás... olhar pra frente... e ver que é uma história de vida que não dá pra jogar fora. Poderia ser diferente, poderia ser melhor, ou pior. Não sei. Mas eu lhe confesso que

está sendo difícil porque eu não sei se vou ter a confiança de estar doente e ele cuidando de mim. Sinceramente, não consigo me sentir bem pensando nisso. Pensar que vou adoecer, vou precisar dele, vou morrer? Eu me sinto desamparada. Acho que não vamos separar mesmo... vamos envelhecer juntos. Não tem jeito (Iraci, 50 anos)

Como eu disse a você, eu não gosto de viver só. Por isso eu acho importante ter alguém, o marido, ou... alguém, alguém. Eu não tenho filhos, mas eu ... não gostaria de ficar uma velha só, adoecer... É ruim. Nem morrer desamparada, sozinha. Eu me preocupo com isso [...] (Denise, 63 anos, sem filhos)

Envelhecer junto é o prazer de carregar a cruz juntos e usufruir dos bons momentos da vida. É o conversar gostoso. Como diz o poeta: 'Não choremos a mocidade. Envelheçamos rindo, como as árvores fortes envelhecem'¹⁹. Para nós é um pouco mais difícil por sermos só nós dois. Quando um se for, o outro ficará ainda mais só (Davi, 74 anos, sem filhos)

Como ninguém gosta de envelhecer só e como existem conflitos em muitas relações conjugais relatadas aqui, minha expectativa era de que os filhos fossem citados como prováveis companheiros nesse momento do curso da vida, o que não ocorreu. Embora os (as) entrevistados (as) valorizem a presença dos filhos, acentuando sua importância para a harmonia familiar, alguns casais não depositam nesses a expectativa de obterem sua solidariedade na velhice.

No conjunto dos depoimentos, os pais e as mães colocam que, além de não dependerem atualmente dos filhos, eles não visualizam essa possibilidade na velhice. Admitem, com naturalidade, que eles estão cuidando da vida deles:

[...] ai, ai, ai. Filho pensa é na própria conveniência deles. Eles falam: pai, porque você não compra aquela casa de praia que você quer? Tudo bem, eles podem até querer que a gente se divirta mais, tendo uma casa de praia. Mas eles esperam que o pai compre ou alugue. Eles estão é já pensando o que vai ficar pra eles (Diva, 75 anos)

Eles têm preocupação com a saúde de ambos por causa dos nossos problemas de saúde [...]. Mas nós não cogitamos ter necessidade dos filhos para nos apoiar na velhice. Cada um já tem suas obrigações com as famílias deles (Diogo, 73 anos; filhos casados, independentes)

[...]. Esse povo jovem e adolescente [...] faz chantagem, tudo é problema, com eles. Mas na hora de ajudar, ser solidário, aí a coisa muda totalmente. Só se preocupam com eles mesmos e mais nada. Os pais que se virem para dar conta deles e de tudo. Não se abalam por ninguém. Não tem a menor consideração com o sofrimento dos outros. Não se oferecem para fazer um chá na hora da dor, é incrível. Se a gente pede ainda faz cara feia. O rapaz é desligado como normalmente acontece com os homens [...]. Eu fico triste, porque fico pensando que eu sou tão presente na vida deles, corro de um lado pra outro pra não deixar faltar as coisas [...] Às vezes eu penso: será que é a realidade de hoje, da geração atual? Parece que não tem sentimentos. No meu tempo era diferente... a gente se preocupava mais com os outros. A educação que eu dei e que dou a eles não é essa de ignorar os outros, não.

¹⁹ Referência ao poeta Olavo Bilac (1865-1918), em um dos poemas alusivos à velhice

Eu procuro passar a idéia de respeito, amizade, não me considero durona. Sou uma pessoa amiga, paro para escutar [...]. Mas não sei aonde eu errei pra ter em casa esse tratamento frio... Não sei se estou querendo demais. Não sei. Nos estudos não dão trabalho, ainda bem. Espero que consigam depois arranjar seus empregos, ser independentes e realizados na profissão (Iraci, 50 anos; filhos de 23, 21, 17 anos)

Para quem não possui filhos, como o casal Denise e João, essa falta não muda a percepção que eles têm sobre a noção de solidariedade dos filhos em relação aos pais idosos:

[...] eu não queria ser um entrave na vida dos filhos... [...] Eu sei que a dependência é um caminho. Eu vejo minha família envelhecendo e eu sou uma das mais novas, não vou ter quem cuide de mim. Mas eu vejo também pessoas conhecidas que têm filhos e às vezes ficam lá.... Se for uma doença que demore, no começo ainda dão apoio, mas depois, some todo mundo (Denise, 63 anos)

Como não temos filhos, eu me previno cuidando da saúde, porque tenho medo de ficar numa cadeira de rodas e não ter nem quem olhe pra você. Se tivesse filho e ele pudesse e quisesse, porque ainda tem isso. O filho nem sempre se dedica aos mais velhos, aos pais. Ou porque não pode, trabalha, ou porque é do jeito da pessoa. Dizem que filho só valoriza os pais quando eles morrem (João, 68 anos)

Como já foi explicitado em outro capítulo, alguns filhos adultos convivem com os pais, sendo essa permanência vista com naturalidade, tornando “invisível” para os casais e para os filhos a dependência desses. Levando em conta tal convivência, ressalto que as declarações de pais e de mães de não considerarem os filhos como prováveis parceiros no envelhecimento soa de forma estranha, dada a importância que eles e elas concedem a tais relações e pelo fato de que, provavelmente, algum membro da díade vai ficar viúvo e vai depender dos filhos.

Além disso, vivendo em uma sociedade que acena com uma expectativa de vida mais longa, conforme já foi mencionado anteriormente, e considerando os aspectos socioeconômicos vigentes na nossa sociedade, mostrando filhos desempregados ou em sub-empregos, a condição de convivência de gerações diferentes torna-se atual, especialmente em famílias cujas residências foram sendo ampliadas em sua construção original para abrigar filhos casados ou separados, criando uma extensão dentro da família nuclear, como ocorre com alguns casais (Adão e Eva; Pedro e Diana; Daniel e Dalva).

Essa extensão da estrutura física e relacional pressupõe uma condição de solidariedade evidente, devido a uma maior aproximação física entre os integrantes da família, o que, no entanto, nem sempre ocorre:

[...] com o de 30, o mais velho, e a nora, o relacionamento é péssimo. Eles não se preocupam com a gente. Moram no andar de cima da casa e passa a semana, final de semana, feriado e eles não são capazes de descer e perguntar: “minha mãe, meu pai quer alguma coisa? Você tá bem? Olha, eu fiz um doce, um cozidinho, você quer um pouco?” E o resto nem se fala. Pedir pra ajudar numa conta de luz, nada. Só querem

ficar no bem bom e não ligam pra mais ninguém. Eu até já me acostumei. (Eva, 65 anos)

Eva tem expectativa de que haja solidariedade na divisão não só do teto – solidariedade concedida por ela e pelo marido a esse filho casado - mas também no compartilhamento do afeto, compreendido como uma proposta que encerra o interesse e o cuidado com o outro, pressupondo valores que ela cultiva e que estão inscritos em uma espécie de “código moral”, onde consideração e solidariedade são ingredientes necessários para manter esse grupo. Nesse caso, o apoio mútuo parece ser um aspecto moral da convivência entre membros familiares, que é desejado, mas não é realizado.

A rede de solidariedade familiar que, em tese, inclui morar perto, no mesmo prédio/casa, garantindo um teto para todos, parece não ter o mesmo efeito para a função de dividir responsabilidades domésticas dos que moram na mesma casa ou de ajuda mútua em outros aspectos, conforme as narrativas de casais que vivem nessas circunstâncias.

Analisando a composição das famílias pesquisadas, vale lembrar que, quase a totalidade é constituída de poucos membros, sendo uma parte composta atualmente apenas pelo casal. A família extensa do início do século XX em que conviviam pais, filhos, parentes por consangüinidade ou por afinidade e empregados deu lugar a uma família com um número reduzido de pessoas, convivendo basicamente os pais e os filhos (HINTZ, 2001) surgindo, raramente, alguns netos nas formações familiares estudadas aqui. De um modo geral, a família atual inclui, cada vez menos, parentes e agregados²⁰. “Falta-lhe o envolvimento da grande família de outrora em que o bando de primos fazia as vezes de irmãos, e onde tios, parentes e agregados acompanhavam a criança desde o berço” (BOSI, 2007, p. 423).

Outra feição desse quadro mostra a existência de famílias menos numerosas morando longe das famílias de origem, mantendo as ligações afetivas, mas não as relações de dependência, o que explica, em parte, o cenário desenhado aqui acerca das expectativas de pais e de mães em relação às redes de solidariedade envolvendo os filhos. Embora os casais valorizem a proximidade geográfica de filhos e de outros parentes, tal proximidade não garante maior ligação afetiva, nem assegura o apoio mútuo, em razão de fatores diversos.

Esse cenário corresponde às observações de Peixoto (2000, p. 102), segundo a qual, “grande parte dos estudos sobre as relações familiares considera que a proximidade geográfica é um elemento fundamental para a solidariedade familiar e a criação de laços

²⁰ Esse quadro pode ser resultante de fatores sociais e econômicos, fazendo predominar uma família nuclear ‘enxuta’, embora tendo membros de gerações distintas. Mas pode ser resultante, ainda, de fatores culturais ou emocionais que contribuíram para que os casais privilegiassem esse tipo de configuração constituída de menor número de pessoas.

afetivos”, embora isso não constitua uma regra. Por outro lado, conforme essa mesma autora, a distância espacial não é sinônimo de distanciamento afetivo, já que as pessoas podem fazer uso do telefone para se comunicarem, ou da internet, como relatado por alguns homens e mulheres sobre seus contatos com os filhos e netos .

Essas considerações mostram que, justamente por expor configurações distintas, essas famílias não fazem a mesma avaliação nem possuem as mesmas expectativas em relação ao apoio dos filhos no envelhecimento. Suponho que tal ocorrência seja reveladora de trajetórias de vida que absorveram as mudanças sociais e a transformação dos valores culturais, mas também a coexistência de valores tradicionais e modernos (LINS DE BARROS, 2004) relativos às relações familiares e às experiências de envelhecer.

Pelas análises obtidas aqui referentes a esse aspecto, suponho que os valores modernos sobrepõem os valores tradicionais no que tange à solidariedade entre as gerações. Poucas famílias evidenciam a manutenção de valores de troca mais efetivos no âmbito familiar. Esses desacordos apontam para alguns conflitos entre os segmentos que se encontram em interdependência, seja dentro da geração constituída de pessoas de idades semelhantes, como marido e mulher, ou entre gerações diferentes, como colocado neste último item.

Sabemos que o processo de envelhecimento é re-significado pela pessoa que envelhece e pela sociedade que, em cada época e em cada cultura, estrutura o cenário que norteia os direitos, os deveres, os comportamentos e as expectativas. Na prática, essa perspectiva corresponde a algumas experiências narradas pelos casais, em que eles não cogitam a parceria dos filhos no envelhecimento e, às vezes, nem a companhia do (a) parceiro (a) conjugal, significando seu curso de vida com base nos cenários modernos, caracterizados pelo individualismo das pessoas.

Não podemos esquecer que há muitos atravessamentos nessas experiências, pertinentes às dimensões sociais de gênero, de idade e geração, associadas às dimensões ontológicas relativas à segurança de supostos referenciais que o indivíduo adota. Todos esses elementos são perpassados por fatores sócio-econômicos, que ocupam lugar de destaque na sociedade. Esse contexto impacta “sobre os hábitos e os modos de comportamento, como também nos padrões de pensamento e de sensibilidade” (GIDDENS, 2005, p. 456), produzindo identidades flexíveis, estilos de vida diversificados e projetos de vida que podem ser renovados em função das relevâncias estabelecidas por cada pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando me propus a desenvolver este estudo, minha intenção era obter a compreensão acerca das experiências de envelhecimento de pessoas casadas, com idade acima de cinquenta anos e residentes em contexto urbano, o que, de imediato, já indicava um leque de questões a serem investigadas. O estabelecimento de três eixos de análise, a partir dos quais desenvolvi a questão principal da investigação, foi a estratégia que utilizei para delimitar o estudo e atender o objetivo proposto.

No entanto, apesar de estabelecer tais fronteiras, reconheço que a pesquisa produziu muitos dados que não puderam ser analisados por requererem uma discussão mais aprofundada, o que exigiria um tempo maior para a sua finalização. No que tange, portanto, ao objetivo, minha avaliação é de que ele foi alcançado, mas não esgotado em todas as suas faces, já que cada eixo foi privilegiado nos pontos mais relevantes surgidos das narrativas. Nesse sentido, posso dizer que a utilização da abordagem feminista sob a ótica perspectivista ofereceu certo conforto, pela compreensão de que este trabalho expressa um ponto de vista sobre a realidade, não a realidade completa, sendo esse o meu compromisso como pesquisadora.

Na análise do objeto – experiências de envelhecimento de pessoas casadas - foi colocada em perspectiva a compreensão das falas, privilegiando aspectos afetivos e simbólicos das narrativas de homens e de mulheres, pensando nessas experiências como possibilidades plurais. Com efeito, ao compreender a diversidade imposta por um campo de estudo pleno de desafios, assumi a premissa de que o processo de envelhecimento constitui uma construção localizada histórica, social e culturalmente, sendo composto de experiências contextualizadas e com múltiplos significados. Assim, ainda que seja apreendido como um fenômeno biológico, o envelhecimento reveste-se de um caráter cultural na medida em que mulheres e homens desenvolvem atuações e significados variados para suas experiências a partir de suas inserções sociais.

Por outro lado, estudar as experiências de envelhecimento tomando como foco pessoas casadas significa promover não só a articulação entre essas experiências e as relações de gênero, mas submeter a análise a uma variedade de interpretações. Nesse sentido, apesar de supor a possibilidade de “mútua aceitação e negociação” (MATOS, 2000, p. 166) entre os cônjuges nas suas relações e construções identitárias, na organização de estilos de vida e na idealização de seus projetos, não encontrei uma condição única e invariável de

envelhecimento relativa a tais categorias, pois a conjugalidade não garante aos casais um efeito totalizador do tipo “somos casados, envelhecemos juntos e, portanto, temos uma condição existencial equivalente”. Ao contrário, vale ressaltar que a dimensão individual que está contida na relação conjugal permite a cada membro da díade a definição de sua própria trajetória pessoal no âmbito das construções identitárias, dos estilos de vida e dos projetos. Mas, como as identidades são fluidas, os vínculos afetivos e conjugais não estão assegurados de maneira definitiva e completa de modo a garantir que as vivências conjugais no envelhecimento ocorram de modo uniforme.

Quando penso no envelhecimento como uma *experiência*, compartilho da leitura que Scott (1999) oferece ao relacionar a experiência à linguagem, insistindo na condição de que os sujeitos são constituídos em meio a conflitos e contradições, através de situações e posições que lhe são facultadas, que possibilitam escolhas, mas que são limitadas pelas dimensões sociais que os constituem, obrigando-os a um fazer-se permanente.

O percurso teórico-epistemológico foi guiado pelos eixos relacionados à questão principal da pesquisa. Nesse aspecto, foi fundamental escolher um “eixo” analítico capaz de acolher a diversidade teórica assumida nas análises, os aspectos de variedade dos dados levantados, a pluralidade das experiências dos integrantes do estudo e o meu lugar de fala, possibilitando a teorização sem a exigência de uma visão “linear”, “sintetizadora”, “universal” e “absoluta”.

Ao integrar o perspectivismo ao escopo deste trabalho, encontrei a possibilidade de abranger aspectos que são marcados, primeiramente, pela crítica a referências de processos biológicos universais que, neste trabalho, dizem respeito à idade cronológica e ao envelhecimento. Em segundo lugar, contribuiu para fortalecer a idéia de gênero como categoria relacional (SCOTT, 1994; 1995) e idade e geração como categorias sociais e históricas (DEBERT, 1998), possibilitando olhares não “normativos” ou “estanques” acerca dessas e de outras categorias, e pondo em relevo a compreensão do *lugar* de onde se fala. E, finalmente, através dessa abordagem identifiquei a noção de parcialidade do conhecimento, ao oferecer uma descrição de particularidades do processo de envelhecimento e, ao mesmo tempo, transcender os particularismos. Por esse ângulo, tornou-se possível identificar similaridades nessas experiências, em termos de idade, gênero e geração, sem uniformizar o grupo.

Ao trabalhar com tal abordagem, compreendo que o envelhecimento, assim como as categorias de gênero e geração não equivalem a formas abstratas, mas são consideradas enquanto processos, movimento histórico, no tempo. Parafraseando Dias (1994, p. 373),

vistas dessa forma, as categorias delineiam as diversidades da conjuntura social e afastam-se do seu “significado obrigatório” (BRUNER, 1997, p. 31).

O perspectivismo está de acordo com o pensamento mannheiniiano ao referir-se ao problema das gerações no seu aspecto qualitativo. Mannheim (1928, p. 123) afirma que “o problema das gerações é considerado como [...] o problema da existência de um tempo interior que não pode ser medido, mas apenas experimentado em termos puramente qualitativos”. Inscrita numa ótica historicista, tal noção substitui a idéia de um desenvolvimento linear da história e do mero significado cronológico (positivista) de geração, de tempo e de envelhecimento.

Dentro dessa formulação cabe lembrar que as pessoas recebem influências decorrentes de fatos sociais, intelectuais e políticos constituindo uma geração por estarem sujeitos a influências comuns. No entanto, embora esses indivíduos sejam contemporâneos, suas experiências são vivenciadas subjetivamente, conforme identificado nas análises.

Essas considerações acerca do perspectivismo me instigaram a assumir a responsabilidade por aquilo que analiso. Ao mesmo tempo, elas provocaram o entendimento de que as explicações sobre o que produzo “não dependem da lógica da ‘descoberta’, mas de uma relação social de ‘conversa’ carregada de poder” (HARAWAY, 1995, p. 37).

Com essa noção epistemológica levei em conta na análise a integração das condições de produção, seus pressupostos, seu lócus de produção, em vez de optar pelo que Haraway (1995) chama de “truque de deus”, numa referência à noção de transcendência do conhecimento, que obscurece o seu caráter localizado e o apresenta como um resultado final e uma lei universal, sem descortinar o processo e a sua localização no mundo.

Considerando que os conhecimentos situados correspondem a uma incorporação dos saberes a partir de sua localização sócio-histórica, procurei assumir a temporalidade histórica do objeto de estudo. Busquei, então, temporalizar os conceitos de “idade” e de “velhice” e de seus correlatos “terceira idade”, “velho (a)”, “idoso (a)”, assim como as categorias: experiência, gênero e geração, além das dimensões identidades, estilos de vida e projetos de vida.

As análises mostraram que mulheres e homens integram-se à vida social pela assimilação dos valores e normas que vigem na sociedade, conduzindo suas ações de acordo com o próprio sistema de apreensão desses valores e normas. Nesse sentido, pude constatar que as construções identitárias, os estilos de vida narrados por eles e elas e seus projetos são referenciados pela dinâmica que integra seus cursos de vida e que sofrem a influência de aspectos econômicos, sociais e políticos, sendo gênero uma referência marcante.

Tal consideração sugere que os significados atribuídos às experiências de envelhecimento expressam formas de pensamento, sentimento e comportamento cujas características estão vinculadas aos padrões socioculturais. Nesse sentido, o trabalho contribuiu para expor que homens e mulheres justificam o próprio comportamento e o de outras pessoas idosas com base nesses padrões e em expectativas relacionadas ao que é considerado importante ou adequado para cada idade e cada sexo em uma determinada conjuntura social.

O sistema sociocultural, como definido por Pronovost (1998) corresponde a um sistema simbólico, em que os padrões de pensar e agir são apreendidos e partilhados por muitas pessoas. Tais padrões referem-se a sistemas de expectativas em relação a modos de comportamento em uma determinada situação, servindo para organizar as pessoas na sociedade de acordo com suas particularidades e seus diferentes aspectos, tais como: a idade, a geração e as relações de gênero. A referência ao mesmo como um sistema simbólico pressupõe que a sociedade e a cultura influenciam na configuração das identidades, dos estilos e projetos de vida dos sujeitos aqui estudados.

Este trabalho também mostrou que não é possível obter uma generalização dos seus resultados. Assim, ressalto que, ainda que os modelos culturais – de família, de homem, de mulher, de idoso ou de idosa, de avô ou de avó, etc. - sejam mediadores dos pensamentos e das ações que as pessoas partilham socialmente, constituindo-se em práticas socioculturais, esses modelos são concebidos de forma particular por cada pessoa, propiciando a diversidade das experiências.

Com base nessa perspectiva de diversidade, procurei enxergar a experiência de envelhecimento e as relações de conjugalidade como categorias instáveis, sujeitas às transformações e às dinâmicas socioculturais. A compreensão de tais experiências foi buscada, então, dentro do contexto social em que elas ocorrem, integrando os significados a partir daí, os quais se expressam mediante as diferentes formas de relações estabelecidas na ocupação dos espaços, na organização do lazer, nas percepções das redes de comunicação dentro da família, nas visões sobre a velhice, entre outras.

Por essa ótica, a categoria gênero mostrou-se útil como uma referência analítica que ajudou a visualizar as construções sociais realizadas no âmbito das relações entre os sexos, revelando-se como uma maneira de significar relações de poder. Além de auxiliar a análise dos significados sociais presentes no processo de envelhecimento dos (as) participantes, focalizando as ligações entre mulheres, homens e estrutura social, por meio desta categoria

percebi as relações de poder que influenciam esse processo e que são institucionalizadas pela sociedade através de suas instâncias sociais.

Mas, se é possível considerar o poder como parte da discussão de gênero, é preciso que fique claro que esse poder pode ser partilhado gerando liberdade e igualdade, como também pode ser exercido de modo restrito, criando desigualdades. Assim, é primordial colocar em relevo “duas modalidades essenciais de participação nesta trama de interações, dando-se a mesma importância à integração por meio da igualdade e à integração subordinada” (SAFIOTTI, 2008, p. 160-161).

Ainda na perspectiva de gênero, os resultados indicam que as relações conjugais são fortemente influenciadas pela ideologia patriarcal, proporcionada pela forma de distribuição das tarefas domésticas, pela responsabilidade assumida ou outorgada pelo/ao homem na provisão dos recursos de subsistência familiar, mesmo nos casos em que a mulher trabalha e contribui com tal subsistência, e pelas negociações e decisões assumidas em relação a projetos individuais ou conjugais, especialmente quando envolve a parte financeira da família.

Mesmo que nessas experiências algumas mulheres signifiquem o poder, exercendo-o de formas diversas, especialmente marcadas pelas transformações que ocorrem na conjuntura social moderna, e incorporem novos valores e identidades, os valores tradicionais continuam vigentes, justapondo-se uns e outros. Convivendo com os riscos e as incertezas de uma “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001) essas mulheres produzem um discurso traduzido nas formas de interpretação da vida conjugal, em que buscam manter ou recriar os laços afetivos, por vezes já desfeitos. Ressalto, entretanto, que alguns homens também modelam suas experiências de envelhecimento no seio de uma conjugalidade que, embora seja mantida por tentativas de re-elaboração dos vínculos conjugais, foi idealizada de acordo com antigos códigos, que prevalecem e influenciam suas decisões no âmbito conjugal.

Nessa perspectiva, em vez de ser uma criação recente, o jogo de poder dos casais evidenciado nos discursos revela-se como uma reprodução do modelo que foi perpetuado ao longo do casamento, como consequência das condições assumidas por eles em relação aos papéis de pai, mãe, marido, mulher, estimulando uma cultura conjugal patriarcal, apesar das mudanças que, eventualmente, tenham sofrido no decorrer das experiências conjugais e de envelhecimento.

As narrativas dos casais favorecem importantes considerações para a compreensão de suas experiências no envelhecimento demonstrando que, em termos das relações de gênero, tais experiências são vividas a partir de perspectivas distintas, que incluem o gênero, mas também os aspectos subjetivos de cada pessoa, homem ou mulher. O trabalho desvendou que,

ao mesmo tempo em que gênero constitui um elemento que denuncia particularidades das relações conjugais, também informa sobre a subjetividade presente nessas relações, marcadas pelas características de cada pessoa.

Pude constatar que a busca de “consenso” empreendida pelos casais na organização de seus estilos de vida e projetos é realizada a partir de negociações que visam alcançar o entendimento da perspectiva do outro cônjuge. Mas não só. Ela objetiva, ainda, manter a união do par e/ou da família, evitando conflitos. Nessa dinâmica, além de reconhecerem as diferenças inerentes ao outro cônjuge, os casais valorizam a complementaridade cooperativa entre eles.

Concernente ao aspecto geracional, as análises não identificam referentes absolutos relacionados a determinadas idades, que possam expor diferenças nos valores que acompanham as experiências dos (as) participantes mais jovens e mais velhos. É válido lembrar que a noção de geração assumida nesta pesquisa envolve a proposição de Mannheim (1928, p. 137), que vem articulada ao conceito de grupo de idade, mas não se restringe ao mesmo. Por essa ótica, o autor põe em relevo a significação histórica e social de geração que é “determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência [...]”.

Essa consideração acompanha o argumento de Attias-Donfut (1988), através do qual a autora afirma que pertencer a uma geração não se resume à identificação desta a um evento histórico ou a um grupo com função de integração social, mas a consciência de geração é da ordem sócio-temporal, inscrevendo o sujeito como temporalidade. Com essa referência temporal, a geração não teria uma existência autônoma, embora isso não elimine a consciência de geração como um componente da consciência do tempo, nem a marca sócio-histórica que assinala sua especificidade.

Tomando por base essas idéias, ao analisar os depoimentos de homens e de mulheres, mais jovens e mais velhos (os /as participantes tinham idades que variavam de 50 a 83 anos, em 2010), procurei não delimitar seu pertencimento de geração centrando-me em referências etárias, apenas. Mas, a partir dessa noção, busquei a identificação de valores expressos nas concepções que apontassem para práticas sociais relativas a um tempo social. Nessas análises, identifiquei a existência de associação entre geração e outras categorias de análise (BRITTO DA MOTTA, 2005), especialmente em relação a gênero, pela revelação de posições marcadas por grupos de mulheres ou grupos de homens, o que foi destacado na análise. Mas, não é possível estabelecer fronteiras rígidas no interior das narrativas, porque as categorias emergem de forma associada. Há pontos de vista de ambos os sexos e de pessoas de idades

diferentes que se aproximam (por exemplo, ao falarem da velhice vinculada a enfermidade, a decadência e a dependência de terceiros), revelando a dificuldade em conceder primazia a uma das categorias envolvidas na narrativa e indicando que os simbolismos sobre a velhice não se diferenciam conforme as dimensões de gênero e geração.

No que tange aos três eixos (construções identitárias, estilos e projetos de vida) que guiaram a análise do material levantado, apresento algumas considerações. Como foi discutido no decorrer deste trabalho, a vivência do envelhecimento ocorre de forma diferenciada conforme o maior ou menor grau de desgaste do corpo (BEAUVOIR, 1976; STUART-HAMILTON, 2002), mas essa dinâmica é condicionada não apenas pelo aspecto fisiológico, que normalmente é ressaltado na análise do envelhecimento. Ela é determinada, ainda, pelas mudanças em curso na sociedade e pelo gênero e outras dimensões sociais, adquirindo formas distintas a partir dessas categorias. Como coloca Featherstone (1994, p. 50), “os corpos não operam no mundo social como coisas em si mesmas, ao contrário, sua capacidade de operar é mediada pela cultura”

Os resultados indicam que os homens e as mulheres percebem o seu processo de envelhecimento, surgindo nos relatos alusão a aspectos negativos e a aspectos positivos. Há variação nessas interpretações, que não estão vinculadas ao sexo, nem ao fato de a pessoa pertencer a uma geração etária mais nova ou mais velha. Ou seja, tanto homens quanto mulheres admitem os sinais de que a velhice está a caminho. Em termos geracionais, há pessoas na faixa dos cinquenta que reconhecem que estão velhas. Por outro lado, há pessoas de mais de 70 anos, cuja referência identitária é a de ser um “menino” ou um (a) “jovem”, pela disposição e por se sentirem ligadas na vida.

Essas referências identitárias expõem o caráter subjetivo da velhice que surge também em outros depoimentos. E revelam, ainda, a dificuldade em estabelecer uma identidade única para os integrantes do grupo, mesmo daqueles situados em uma determinada geração. Para Britto da Motta (2002b, p. 42), essa dificuldade ocorre por ser a fixação da identidade de velho “indesejada e dúplice, ou ambígua, principalmente quando referida ao corpo: a aparência ‘desgastada’[...] e a mente – ou a essência dos sentimentos – “jovem”.

A dificuldade na identificação das pessoas que compõem os grupos etários acima dos cinquenta anos leva a designações e à criação de expectativas em relação a si e às outras pessoas, tornando-se conhecidas expressões como: “adultos jovens”, “velhos jovens” ou “jovens de ontem”. Contudo, essa “onda” multirreferencial para identificar esses adultos não cobre todas as tendências de classificação e interpretação das idades, pois a identidade etária constitui a expressão de um processo heterogêneo que é o envelhecimento.

Pelo fato de a velhice definir-se também a partir do outro e nem sempre a própria pessoa se sentir velha com a idade que possui, algumas pessoas fazem referência à dificuldade em aceitar condições impostas com base na idade, situação que retira da pessoa uma condição que ela avalia como sendo pertinente à sua idade, como é o caso daqueles (as) que gostariam de permanecer vinculados (as) ainda ao mundo do trabalho assalariado. De fato, esta pesquisa mostrou que convivemos com o embaçamento das fronteiras etárias (FEATHERSTONE, 1994) fazendo com que a categoria “velhice” passe a ter várias inflexões (CARADEC, 2001), produzindo representações conforme a necessidade ou o objetivo.

De acordo com esse último autor, na contemporaneidade, existem dois pólos imaginários da velhice. O primeiro indica a imagem de “aposentado ativo” que aproveita a vida mostrando-se útil à família e à sociedade, enquanto o outro aponta para uma “pessoa dependente”, solitária e que fica à espera da morte. São esses dois pólos que engendram a divisão da velhice em “terceira idade” e “quarta idade”. Como a primeira corresponde a uma negação da velhice e ao prolongamento da vida adulta, a segunda constitui-se, de fato, a “verdadeira velhice”.

Na realidade, as referências socioculturais sobre o envelhecimento organizam as representações sobre esse processo e orientam os comportamentos das pessoas, em seus estilos de vida e projetos, fazendo surgir diferentes interpretações e diversas práticas, as quais são traduzidas pela valorização das idades e do corpo. Essas diferentes concepções mostram que os conceitos sofrem intervenção dos valores que delineiam o lugar e o tempo nos quais eles são produzidos.

Do ponto de vista sociocultural, ao analisar os depoimentos de homens e de mulheres em que mostravam preocupação com o corpo que envelhece, compreendi que as construções identitárias relativas a esse aspecto ocorrem em uma arena de lutas por força de determinados sentidos e não de outros, tecendo aquilo que nos tornamos (FOUCAULT, 1981). Assim, os domínios político, econômico, da sexualidade, da classe social e do discurso se articulam, cada um com seu peso, favorecendo maior ou menor intensidade da experiência conforme a primazia concedida a um ou a outro domínio.

De um modo geral, as imagens construídas pelos (as) participantes desta pesquisa mostram que o estigma da velhice não agrada, havendo a utilização de estratégias para tentar adiar os sinais impressos pelo tempo, ou esquivar-se do estigma de “velho”. No entanto, as narrativas também evidenciam que a idade não constitui apenas uma categoria que estigmatiza e classifica, já que devido a seu sentido ideológico, ela envolve a avaliação que tem para a pessoa e para o grupo do qual faz parte, delineando expectativas de atividades e de

relacionamentos, de modo que a cada um é atribuído um lugar dentro dos contornos da vida humana (EISENSTADT, 1976). Desse modo, participar de muitas atividades, estender o período de vida laboral, aproximar-se de pessoas mais jovens são algumas das atitudes de homens e de mulheres que se auto-denominam integrantes da “terceira idade”, sendo poucos os que admitem a velhice para si.

Destarte, embora as mudanças culturais exijam a modificação de comportamentos, ao mesmo tempo, coexistem com uma série de tradições de base religiosa, étnica, racial, como assinala Velho (1981), exigindo a negociação constante do indivíduo com as formas existentes, numa interação que ajuda a ligar os mundos pessoais aos públicos (GIDDENS, 2005). Nesse sentido, pude observar que o processo de reconhecimento do envelhecimento de si não se dá de forma isolada, sendo um fenômeno relacionado às ocorrências de vida individual ligadas ao corpo porém, ao mesmo tempo, ele é articulado às dimensões sociais. Assim, ainda que as identidades construídas resgatem a noção de dinamismo na velhice, colocando homens e mulheres em um cenário de “atividade”, há também referência a um corpo cansado ou gasto pelo tempo e pelas atividades que desenvolvem, sendo influenciadas, ainda, por limites colocados pela sociedade que normatiza o curso de vida com base na idade.

Essas referências de identidade aplicam-se a todos os setores da vida humana, incluindo o da sexualidade. Nesse aspecto, embora os depoimentos indiquem não haver preconceitos de que “velho (a)” não faz sexo, tal compreensão não se aplica a todos (as) os (as) participantes. Nos relatos, o sexo é referido com sendo mais “comedido”, “deserto”, “faltando diálogo”, “faltando hormônio”, com descrições que aludem especialmente às feições biológicas, colocadas como argumento para justificar a compreensão da falta ou da sua moderação.

No entanto, identifiquei que a sexualidade é compreendida de forma mais ampla, também, como possibilidade de expressão do carinho, amor e companheirismo entre os cônjuges, ganhando contornos particulares que parecem depender mais da qualidade da relação do casal do que de suas idades cronológicas.

Contudo, como as pessoas integram um processo histórico dinâmico, constituído de questões culturais de poder e não poder, dever e não dever, ser e não ser, de pensar e agir dessa ou daquela maneira, tal processo torna a experiência de envelhecer um fenômeno dialético e, por excelência, contraditório, o que é evidenciado nos depoimentos de homens e de mulheres. Ora eles e elas enxergam uma face da velhice como parte de sua identidade, ora rejeitam essa mesma face ou, ao mesmo tempo em que se dizem jovens, admitem que a idade não lhes permite mais o exercício sexual ou a participação em determinado tipo de prática.

Com efeito, ao se identificarem como pessoas da “terceira idade”, homens e mulheres distanciam-se dos estereótipos da velhice, atribuindo a identidade de velho (a) a outras pessoas, relutando a assumir a categoria que Beauvoir (1976) denominou de “irrealizável” por conter aspectos percebidos pelos outros, mas que transcendem a nossa consciência.

A incorporação da consciência da idade propicia o surgimento do caráter de responsabilização do indivíduo por sua velhice, traduzido nas narrativas por noções que caracterizam a responsabilidade em ir mais ao médico, em cuidar da saúde e do corpo ou, ainda, a pretensão de aproveitar o tempo que resta, privilegiando o dinamismo e os contatos com pessoas, promovendo uma interação do corpo e da mente para evitar o vazio social (PEIXOTO, 2004).

Por tudo isso, pude concluir que há uma desconstrução da categoria velhice (DEBERT, 1997; 1999; FEATHERSTONE, 1994), que visa corresponder às demandas da sociedade contemporânea. A internalização da noção de “terceira idade”, as denominações “melhor idade” ou “velho jovem”, assim como a transformação da velhice e da aposentadoria em períodos de atividade constituem algumas das estratégias para superar os estereótipos associados à velhice que influenciam a construção de identidades de homens e mulheres no envelhecimento, desenhando seus estilos de vida e demarcando os projetos a serem desenvolvidos por eles e elas.

As análises mostram que as tomadas de posição relativas a tais práticas espelham a visão que a pessoa tem de seu próprio processo de envelhecer, estando relacionadas à especificidade do campo social, no sentido de Bourdieu (1984; 1997). A noção de *campo social* refere-se a um espaço específico onde as relações são definidas de acordo com um tipo especial de poder, ou seja, o capital específico (econômico, cultural) de cada agente que joga nesse campo.

As práticas empreendidas pelos atores deste estudo visam alcançar o bem estar pessoal e o convívio social, conferindo distinção aos seus estilos de vida. Nesse contexto, despontam narrativas que diferenciam a velhice de outras idades da vida, vinculando-a a noções tradicionais de decadência – o que impediria o dinamismo almejado - existindo, ainda, o preconceito contra os velhos, especialmente em relação às mulheres, no que tange ao modo de vestir, aos lugares que freqüentam e a outros comportamentos, expondo estereótipos relativos à idade e ao gênero. Esses estereótipos são também utilizados por homens e por mulheres nas referências a si, em momentos de definição de práticas que, segundo eles e elas devem ser condizentes com a própria idade.

Os estilos de vida dessas pessoas possuem um caráter de ocupação, aos quais eles e elas se integram de acordo com um *habitus*, visando a continuação da vida profissional, a diversão, o desenvolvimento pessoal, a participação social, ou simplesmente atender sua liberdade criativa, supondo-se, a partir desses envolvimento, a dimensão subjetiva dos estilos de vida.

Tomando como referência o nível de vida dos participantes que prorrogam sua permanência no trabalho, tal escolha parece ser motivada, sobretudo, pela condição de relação social do que pelo aspecto financeiro da ocupação. A análise permite mostrar diversas maneiras de articular as formas de engajamento na aposentadoria, havendo a continuidade das atividades profissionais para dois homens e duas mulheres que seguem a trajetória anterior, obedecendo, quase sempre, às mesmas regras de organização do tempo para o cumprimento dessas atividades.

Especialmente as mulheres estão envolvidas em atividades não profissionais, com caráter de voluntariado pela natureza que as atividades propiciam, relativa ao cuidado de pessoas ou situações que não resultam em ganhos financeiros para elas. A continuidade dessas atividades ou a possibilidade de incluir-se em atividades que antes não foram possíveis assumir traz para essas pessoas o prazer de ocupar o tempo, renovando seus estilos de vida, promovendo a continuidade das ligações sociais e intergeracionais, além da constituição de novas identidades.

A questão geracional e de gênero torna-se presente através das experiências de afastamento de atividades profissionais pela dificuldade de uma nova inserção. Portanto, os estilos de vida refletem a relação com as oportunidades que encontram em um tempo e espaço sociais. Apontam, ainda, gostos e práticas caracterizadas pelo espírito de uma época, especialmente de quem vive em uma cidade grande, em que o estilo de vida relativo ao lazer e a outros campos é preenchido em boa parte com a noção de “consumo”, orientado pelo mercado (ir ao shopping, ao cinema, ao teatro, assistir televisão, usar a internet, ler um livro, viajar).

No que tange ao lazer, há evidências de que essas pessoas identificam-se com as modalidades de lazer disponíveis na cidade onde moram, fazendo suas opções em função da conjuntura social (local de moradia, disponibilidade, interesse), refletindo também estilos de vida pessoais e conjugais que sinalizam o interesse individual como também o clima entre os cônjuges.

Considerando a teoria de Bourdieu (2002) de que a diferença é um princípio que possibilita a estruturação da sociedade, compreendo que os gostos, as percepções e os

interesses que organizam os estilos de vida dependem, de certo modo, da posição que se ocupa na hierarquia social. Nesta ótica, ficou evidenciado que as escolhas refletem uma condição sociocultural de idade/geração e de gênero, além das características dos lugares onde eles e elas habitam.

Nas sociedades urbanizadas, como a nossa, os segmentos médios da população têm mais oportunidade de acesso às dimensões de consumo do lazer, pois a posição que ocupam no espaço social lhes permite fazer escolhas diversificadas como, por exemplo, ir ao shopping ver vitrine, comprar, ou simplesmente ficar em casa desfrutando de um programa de televisão ou do acesso à internet. Em muitas residências, existe alternativa para marido e mulher ficarem sozinhos, individualmente, se assim o desejarem, ajustando seus interesses conforme as necessidades pessoais, indicando um *habitus* característico dos segmentos médios da população em nossa cultura e, ainda, que a dinâmica familiar influencia a escolha dos estilos de vida dos cônjuges, sendo influenciada também por ela.

Analisando as referências apresentadas pelos (as) entrevistadas acerca dos estilos de vida na cidade, percebe-se a divisão entre aspectos positivos e negativos. No que tange aos aspectos positivos, o destaque está relacionado às facilidades de acesso a serviços essenciais (médicos, hospitais, farmácias, educação, lazer). Os depoimentos contra associam a imagem negativa de Salvador à má administração da cidade pelos poderes públicos, trazendo como consequência ruas e praças mal cuidadas, transporte ineficaz, sistema de saúde abandonado e violência urbana, o que avaliam como sendo questões desfavoráveis às pessoas em processo de envelhecimento.

Alguns pontos de vista mostram que a expectativa em relação a viver na cidade no envelhecimento ganha importância, ainda, pelo fato das relações humanas com pessoas do bairro onde moram e onde podem construir ou reconstruir uma rede relacional nutrida a partir da proximidade e da utilidade dos serviços que propiciam tais relacionamentos. Esse fato indica que a cidade não satisfaz apenas por sua organização física, suas tradições ou conveniências (PARK, 1991). No entanto, nesse aspecto relacional o estudo identificou posicionamentos que expõem as fragilidades do viver urbano em termos dos costumes e mecanismos relacionais.

Há também opiniões “contra” os estilos de vida atuais que remetem às escolhas individuais de cada casal e que revelam a insatisfação pela impossibilidade de encontrarem um meio de transformar a realidade atual, mudando de residência, como assinalado nas referências a projetos de vida.

Em relação a esses projetos, minha compreensão é de que eles são elaborados dentro de um campo de possibilidades e em função de experiências sócio-culturais e de interações interpretadas, não sendo um fenômeno puramente interno e subjetivo, embora a escolha pessoal tenha um peso significativo na sua definição (GIDDENS, 2005; VELHO, 1981).

As construções identitárias relativas à idade e ao corpo são elementos fundamentais para a construção dos projetos de vida. Ao lançar seu reflexo sobre o corpo, o tempo cronológico tem sua função revista a partir dos fatores sócio-culturais em curso, tornando homens e mulheres “fiscais” do próprio corpo. Uma das conclusões deste estudo é que as marcas da idade impressas no corpo obrigam a pessoa a uma re-avaliação de seu curso de vida, consolidando a consciência de um envelhecimento físico e social e de que o tempo cronológico integra e é integrado pelo tempo social. A reflexividade sobre tal processo constitui uma das bases para a definição dos projetos de vida, como explicitado no capítulo seis desta tese.

Assinalo que, do mesmo modo que as pessoas modificam os projetos ao longo de suas vidas, as alterações no curso de vida obrigam a uma revisão dos mesmos, podendo até haver desistência por parte delas. Essas decisões foram identificadas neste estudo como relacionadas a dificuldades de negociação com pessoas envolvidas no projeto, em decorrência da morte de filhos ou de dificuldades financeiras e problemas de saúde.

A pesquisa mostrou que uma das maiores dificuldades para obter consenso dos cônjuges na idealização de projetos está associada à ausência ou à dificuldade de diálogo de marido e mulher, tendo como um dos fatores do dissenso a falta de simultaneidade nas perspectivas conjugais. Nesse sentido, a idéia de construir algo “coletivo” implica em incluir as individualidades e, portanto, diferentes níveis de temporalidade. Uma das questões primordiais dos casais que buscam o consenso nessa construção complexa é interpretar essa realidade identificando, avaliando e compreendendo o patamar da temporalidade subjetiva de cada pessoa, o que poucos casais entrevistados conseguem fazer.

O estudo identificou, ainda, que os projetos individuais e conjugais refletem valores incorporados no curso de suas vidas, remetendo às relações de gênero, e a rede de significados produzida a partir daí reflete sobre esses mesmos projetos. Ao falarem sobre o projeto profissional, os homens destacam valores de sucesso, estabilidade e desenvolvimento profissional, cercando de forma ampla o setor da carreira, enquanto as mulheres, mesmo valorizando o aspecto da carreira articulam, com maior frequência do que os homens, esse interesse ao setor familiar.

Seguindo, ainda, a ótica de gênero, a pesquisa levantou que a autonomia e a independência financeira para a realização dos projetos constituem valores defendidos, sobretudo, pelos homens. Eles destacam, ainda, o interesse, a persistência e a ambição como elementos propulsores dos projetos, sejam individuais ou conjugais. Já as mulheres ressaltam o interesse e a satisfação que o projeto pode proporcionar, além dos recursos financeiros que destacam como referência relativa ao casal.

O grupo põe em relevo, também, valores como criatividade, distinção, dinamismo, crescimento pessoal, conhecimento, conforto e qualidade de vida. Outros colocam no centro da realização de seus projetos aspectos relacionais ligados à família, à possibilidade de estar junto, com o significado de troca, de socialização e bem-estar.

A pesquisa revelou no grupo feminino e no masculino que a desistência dos projetos está relacionada a questões financeiras, à percepção de limitação da idade e da saúde, do interesse e da discordância de pessoas envolvidas nos mesmos. Nesse sentido, não houve a primazia de gênero nem de geração na revelação de diferenças de conduta para a desistência de projetos em andamento.

Localizei narrativas que associam as expectativas em relação ao futuro ao sentimento de que a vida é algo passageiro e, portanto, não demanda ordenamento de seus passos através da elaboração de projetos. Ainda que haja o reconhecimento de um campo de possibilidades, tais pessoas preferem deixar a vida correr. Às vezes esses argumentos são colocados de um modo que engloba a própria vida como projeto e, nesse caso, a pessoa reconhece que é preciso planejar os passos para conseguir atingir seus objetivos.

De um modo geral, portanto, existe uma dimensão consciente na formulação dos projetos, havendo possibilidade de escolha (GIDDENS, 2002; VELHO, 1981), embora essa orientação para um fim não possua um caráter mecânico (BOURDIEU, 2004), já que a pessoa incorpora elementos que são apreendidos como “possibilidades”, podendo escolher um ou outro caminho, o que mostra que a história da qual faz parte não ocorre de modo indeterminado.

Os casais aqui analisados constroem suas experiências de envelhecimento baseados na noção de “apoio” e “companheirismo” da parceria. Trata-se de uma condição desejada por quase todos (as) os (as) participantes. Essas noções estão ancoradas na idéia utilitarista de poder contar com o (a) companheiro (a) na velhice, na doença ou na hora da morte, já que essas realidades são temidas por eles (as).

Mas, apesar de elegerem o (a) cônjuge como possível parceiro (a) para esses momentos, eles e elas refutam a idéia de que poderiam vir a tornar-se um (a) velho (a) dependente,

lançado (a) em uma cama ou cadeira de rodas. Na realidade, esta pesquisa não colocou questões sobre a morte ou as doenças, mas a relação tradicional que se faz entre a velhice e esses fenômenos (BEAUVOIR, 1976) não impediu que o assunto emergisse nos relatos. Daí algumas pessoas terem ressaltado o desejo de não “viver demais”, supondo que expectativas de vida longa conduzem para as doenças, a dependência e a morte.

As experiências de envelhecimento de pessoas situadas em uma rede de relações conjugais estão associadas aos mecanismos de conjugalidade e individualidade, exigindo sua compatibilização, o que torna complexa a construção de identidades, de estilos e projetos de vida. Nesse horizonte, os casais deparam-se, ainda, com uma rede de comunicações que reflete as interações não só do par conjugal, como as relações intergeracionais, já que quase todos possuem filhos.

Os casais abordados nesta pesquisa são representantes da configuração tradicional de conjugalidade e sobrevivem à onda de separações motivadas pela crise do casamento contemporâneo nas últimas décadas (JABLONSKI, 1988; 2003). Esses casais não estão fora das situações de crise elencadas para as demais famílias estudadas na literatura, pois no percurso conjugal eles submetem-se a fatores de risco e a incertezas (GIDDENS, 2002), expondo-se a condições que ameaçam a união e impõem re-casamentos dentro do próprio casamento.

Ao avaliarem suas conjugalidades – assunto do capítulo sete - alguns casais fazem referência ao tempo de vivência conjunta e denunciam o desgaste provocado pelo cotidiano como elemento que restringe suas relações de intimidade. Manter certa privacidade pessoal, com destaque para o respeito às individualidades e a tolerância às diferenças é uma estratégia que possibilita a continuidade do casamento na velhice, conforme admitem alguns casais entrevistados.

Focalizando a díade conjugal, ressalto a importância de transcender a individualidade, inscrevendo-a num processo coletivo de conjugalidade que, por sua vez, requer a operação inversa. Nesse caso, as referências que definem as construções identitárias, os estilos de vida e os projetos de vida, mesmo que ponham em relevo um desses pólos, na realidade, governam ambos.

Ao finalizar, ressalto que o enfoque dado a este trabalho me possibilitou desenvolver a investigação incorporando uma consciência crítica das categorias estudadas, e me fez entender que os fatos que cercam o envelhecimento são mais ricos e mais complexos do que o discurso científico sobre eles. Ao priorizar um aspecto do estudo ou determinada abordagem teórica, entendo que existe maior probabilidade de compreender o processo de

envelhecimento relativo a tal aspecto e fundamentado pela perspectiva de análise escolhida. Nesse sentido, qualquer modelo ou teoria pode ser eficaz na medida em que efetue a aproximação entre o fenômeno investigado e a realidade na qual se insere.

Esta pesquisa me permite concluir que a configuração das experiências de envelhecimento de pessoas casadas não é simples, pois é tecida entre os pólos da conjugalidade e da individualidade, mostrando não haver homogeneidade de seus significados que são, ainda, atravessados por dimensões socioculturais de gênero, idade/geração e todas as relações que geram hierarquias de poder.

Além disso, como o envelhecimento é compreendido em relação à conjuntura sociocultural, o desenvolvimento do indivíduo processa-se de forma dinâmica através de rupturas e reorganizações, sendo mediado pelas interações com os grupos sociais que suscitam mudanças no curso do seu desenvolvimento. Nesse sentido, os recortes de idade e a definição de práticas associadas a cada momento da vida não são compreendidos como consequência de uma evolução científica marcada por formas precisas do desenvolvimento humano (DEBERT, 1998), mas pela dinâmica que permeia cada curso de vida, em função do entrecruzamento de dimensões relacionais.

Reconhecendo que esta finalização significa um “colocar entre parênteses” o trabalho de pesquisa, suspendendo-o provisoriamente, registro a possibilidade de, em outros percursos, o mesmo poder abranger questões que ficaram incompletas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Casimiro José Marques de. *Meus oito anos*. In: _____. **Primaveras** (publicado originalmente em 1859). Disponível em <<http://www.paralerepensar.com.br/casimiro.htm>>. Acesso em 13 de maio de 2012
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *O Casamento entre pessoas do mesmo sexo*. Sobre “Gentes remotas e estranhas” numa “Sociedade decente”. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007
- ALVAREZ, Ângela Maria. **Identificação das exigências de auto-cuidado terapêutico em mulheres idosas e sua competência para satisfazê-las**. *Resumo*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.
- ALVES, Andrea Moraes. *Mulheres, corpo e performance: a construção de novos sentidos para o envelhecimento entre mulheres de camadas médias urbanas*. In: LINS DE BARROS, Myriam (Org.) **Família e Gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 67-89
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O planejamento de pesquisas qualitativas*. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998
- ANDOLFI, Maurizio. **A Crise do Casal – uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002
- ARAÚJO, Maria de Fátima. *A difícil arte da convivência conjugal: a dialética do amor e da violência*. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio, 2005
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 29-49.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. **Sociologie des Générations**. L’empreinte du temps. Paris : Presses Universitaires de France, 1988
- _____. *Le double circuit des transmissions*. In: ATTIAS-DONFUT, C. (Org.). **Les Solidarités entre Générations**. Paris: Nathan, 1995.
- _____. *Sexo e envelhecimento*. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 85-108
- BACHELARD, Gaston. **A Dialética da Duração**. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Editora Ática S. A., 1988 (Original francês: *La Dialectique de la Durée*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950)
- BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro: relações entre homens e mulheres**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

- BANDURA, Albert. *Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change*. In: **Psychological Review**. V. 84, n. 3, p. 191-215, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979
- BARRETO, Maria da Conceição. **Pesquisa em Psicologia: Produção intelectual dos psicólogos baianos (1973-2002)**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001 (Original inglês: *Liquid Modernity*. Oxford, Inglaterra: Polity Press, 2000)
- _____. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice: A Realidade Incômoda; A Velhice: As Relações com o Mundo**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976 (Original francês: *La vieillesse – Le point de vue de l'extériorité*. Paris: Librairie Gallimard, 1970)
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Trad. Marco Estevão. 3. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2004. Disponível em <http://www.dominio publico.gov.br/download/texto/td1034.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2009
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27 ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2007 (Original em inglês: *The social construction of reality*. Doubleday & Company, Inc., 1996)
- BERQUÓ, Elza S. *Arranjos familiares no Brasil: Uma visão demográfica*. In: In:_____. NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); SCHWARTCZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 411-437
- BILAC, Olavo Brás Martins dos Guimarães. *Velhas árvores*. In: _____. **Poesias** (publicado originalmente em 1888). Disponível em <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/literatura.../velhas-arvores.php>>. Acesso em 13 de maio de 2012
- BIRMAN, Joel. *Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise*. In: VERAS, R. (Org.). **Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995

BLEICHER, Josef. **Hermenêutica contemporânea**. Trad. Maria Georgina Segurado. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992

BORDO, Susan. *O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault*. In: JAGGAR, Alison M. BORDO, Susan R. (Org.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997

_____. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

BOURDIEU, Pierre. *Les trois états du capital culturel*. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 30, p. 3-6, 1979. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654> Acesso em 12 de setembro de 2011

_____. *Le capital social*. Notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 31, n. 1, janvier, p. 2-3. Disponível em <http://socio.ens-lsh.fr/agregation/reseaux/reseaux_fiches_bourdieu_1980.php> Acesso em 22 de fevereiro de 2012

_____. **Questões de Sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983a.

_____. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b

_____. *Espace social et genèse des "classes"*. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 52, n. 1, p. 3-14, 1984. Disponível em <http://lycees.ac-ruoen.fr/flaubert/spip/IMG/pdf/arrs_bourdieu_espace_social.pdf> Acesso em 19 de fevereiro de 2012

_____. **Pierre Bourdieu avec Löïc Wacquant: Réponses**. Paris: Seuil, 1992

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____. **La Distinction: critique sociale du jugement**. Paris : Éditions de Minuit, 2002

_____. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

_____. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004

_____. *Efeitos de lugar*. In _____. **A Miséria do Mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (Original francês: *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993)

_____. ; CHAMBOREDON, Jean-Claude ; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo : metodologia da pesquisa na sociologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

BRASIL. Ministério da Justiça/Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional do Idoso**. Lei n. 8.842/1994. Brasília: MJ, 1998. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica/nacional>> Acesso em 13 de agosto de 2010

_____. Ministério da Justiça. **Estatuto do Idoso**. Lei n. 10.741/2003. Brasília: MJ, 2003. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei10741-03>> Acesso em 17 de outubro de 2011

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Lei n. 2.528/2006. Brasília, MS, 2006. Disponível em <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2528%20aprova%20a%20politica%20n>> Acesso em 17 de outubro de 2011

BRITO, Oswaldira Alice da Silva. **Atenção à saúde do idoso hospitalizado: ações dos profissionais de nível médio de enfermagem**. *Resumo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BRITTO DA MOTTA, Alda. “*Terceira Idade*” - Gênero, classe social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice Alcântara & ALVES, Ívia (Org.). **Ritos, Mitos e Fatos**. Mulher, Gênero na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 1997, p. 103-120

_____. *Chegando pra idade*. In: LINS DE BARROS, M. M. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998

_____. **Não tá morto quem peleia**. *Resumo*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999a

_____. *As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento*. **Cadernos Pagu**. UNICAMP, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999b (Dossiê Gênero em Gerações).

_____. *Gênero e Geração: De articulação fundante a ”mistura indigesta”*. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia & NASCIMENTO, Enilda Rosendo do N. (Orgs.). **Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002a

_____. *Envelhecimento e Sentimento do Corpo*. In: MINAYO, Maria Cecília S. & COIMBRA JR. Carlos E. A. (Orgs.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, 2002b.

_____. *Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional*. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 109-144

_____. *Teorias de Gerações na perspectiva de Gênero*. In: CRUZ, M. H. S. e FARIA ALVES, A. A. C. de (Orgs.). **Feminismo, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Multiplicidade de questões feministas**. Aracaju, SE: REDOR/NEPIMG/ UFSE, 2005

BRUNER, Jerome. **Atos de Significação**. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. *Família, Casa e Trabalho. Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 88, p. 30-36, 1994. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n88/n88a03.pdf>>. Acesso em 9 de novembro de 2011

BUSTOS, Dalmiro. **Perigo à vista! Drama e Psicodrama de Casais**. 2. ed. Ampliada. São Paulo: Aleph, 2001

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (Sujeito e História). (Original inglês: *Gender Troubler – Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, Chapman & Hall, Inc., 1990)

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1972 (Original italiano: *Le città invisibili*)

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2002/td_0858.pdf> Acesso em 18 de outubro de 2009

_____. *Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança*. In: **Estudos Avançados**. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-64. São Paulo, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea>>. Acesso em 03/05/2009

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Êxodo_rural.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2009.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Ricardo & MELLO, Juliana Leitão. *Como vive o idoso brasileiro?* In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60>>. Acesso em 25 de setembro de 2009.

CARADEC, Vincent. **Sociologie de la vieillesse et du vieillissement**. Paris: Nathan/HER, 2001

CARVALHO, Isalena Santos; COELHO, Vera Lúcia Decnop. *Mulheres na maturidade e queixa depressiva: compartilhando histórias, revendo desafios*. **Psico-USF**, v. 11, n. 1, p. 113-122, jan./jun. 2006

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (Original francês: *La question urbaine*. Librairie François Maspero, 1972)

_____. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

CENTRO IBERO-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO URBANO. – CIDEU **Salvador da Bahia**, Salvador, 2009 Disponível em <<http://www.cideu.org/site/content.php?id=133&lang=pt>> Acesso em 02 de abril de 2010

- CHEIN, Isidor. *Uma Introdução à Amostragem*. In: KIDDER, Louise H. (Org.). **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1987, p. 81-117
- CLEMENT, Serge; DRULHE, Marcel; MEMBRADO, Monique. *Vieillesse de soi, vieillesse de l' autre*. **Prévenir**, 1998, n. 35, p. 5-8
- COELHO, Vera; DINIZ, Gláucia. *Da solidão à solidariedade: grupos de familiares de idosos com demência*. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, p. 177-199
- COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução. Relações sociais de sexos e de classes *In* KARTCHEVSKY *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 23-44
- CORRÊA, Carlos Pinto. *Visão psicanalítica da idade numerada*. **Cogito**. Salvador, 2003, v. 5 Disponível em < <http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-947920030000100005> > Acesso em 02 de agosto de 2011
- CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil*. In: CORRÊA, Mariza (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. **Revista Gênero**. Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Niterói, 2005, v. 5, n. 2, p. 9-35
- COSTA, Cláudia de Lima. *O sujeito no feminismo: revisitando os debates*. **Cadernos PAGU**, n. 19. Campinas, 2002, p. 59-90
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o Encontro de especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero*. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo e misto**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007
- DEBERT, Guita Grin. *Gênero e Envelhecimento: os programas para a terceira idade e o movimento dos aposentados*. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, 1994, p. 33-51
- _____. *A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34. São Paulo, 1997. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2009
- _____. *A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade*, p. 49-67. LINS DE BARROS. M.M. (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. *Os significados da velhice no curso de vida pós-moderno*. **Revista da Universidade de São Paulo**, v. 42, p. 70-83, São Paulo, 1999

DELLE DONNE, Marcella. *A cidade entre poder e conflito*. In: _____. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1990 (Original italiano: Teories sulla città. Roma: Liguore Editore, 1979).

DEL PRIORE, Mary. *Sensibilidades de ontem: a maternidade na Colônia*. In: _____. **Ao sul do corpo**. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia (Cap. I, p. 43-67). Rio de Janeiro: José Olympio, 1995

DÉPÊCHE, Marie-France. *Reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino*. STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tânia Navarro. **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008, p. 207-218

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças*. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, p. 373-386, 1994

DIAS, Cristina Maria de Souza Brito; COSTA, Juliana Monteiro; RANGEL, Verônica Alves. *Avós que criam seus netos: circunstâncias e conseqüências*. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, p. 158-176

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *A Mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação*. **Estudos e Pesquisas**. Ano II, n. 14, nov. 2005. Disponível em <http://www.dieese.org.br/esp/estpesq14112005_mulhernegra.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2011

DIEHL, Artur. *O homem e a nova mulher: Novos padrões sexuais de conjugalidade*. In: WAGNER, Adriana (org.). **A Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 135-158

DOMINGUES, José Maurício. *Gerações, modernidade e subjetividade coletiva*. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP – Universidade de São Paulo, v. 14, n. 1, maio de 2002, p. 67-89

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986

DORON, Roland & PAROT, Françoise. **Dicionário de Psicologia**. São Paulo: Ática, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999 (Debates, 164)

DURU-BELLAT, Marie; JAROUSSE, Jean Pierre. *Le masculine et le féminin dans les modèles éducatifs des parents*. **Économie et Statistique**. Paris, 1996, n. 293, p. 77-93. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/estat_0336-1454_1996_num_293_1_6049> Acesso em 15 de outubro de 2011

EIGUER, Alberto. **Um divã para a família:** Do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica. Trad. Leda Mariza Vieira Fischer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985

EISENSTADT, Shmuel N. *Grupos etários e estrutura social: o problema.* In: _____. **De geração a geração.** Ed. Perspectiva, 1976

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes (v.1). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994a

_____. **A Sociedade dos indivíduos.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994b

_____. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998

_____. **A solidão dos moribundos.** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001

ELIOT, Thomas S. *Os Quatro Quartetos.* In: _____. **T. S. Eliot.** Obra completa, v 1 – Poesia. Tradução, introdução e notas Ivan Junqueira. São Paulo: Editora Arx, 2004

ESPINHEIRA, Gey; SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. *Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil.* **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Caxambu, MG, 2006. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006docspdf/ABEP2006_266.pdf>

EZEQUIEL, Maria Cristina D. Gonçalves; SONZOGNO, Maria Cecília. *O idoso e a velhice sob a ótica de estudantes de Medicina: um estudo de representações sociais.* **Psicologia Educacional**, n. 23. São Paulo, dez 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752006000200007&script=sci_arttext Acesso em 20 de fevereiro de 2012

FALCKE, Denise; DIEHL, José Artur; WAGNER, Adriana. *Satisfação conjugal na atualidade.* In: WAGNER, Adriana (coord.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

FEATHERSTONE, Mike. *O curso de vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento.* In: DEBERT, Guita G. (Org.). **Antropologia e Velhice.** Campinas/SP: Textos Didáticos, IFCH/UNICAMP, v. 1, n. 13, p. 31-48, 1994.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. *Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade.* **Psicologia: Reflexão e Crítica.** V. 11, n. 2, Porto Alegre, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000200014&script=sci_arttext> Acesso em 25 de setembro de 2010

_____. **Família e Casal:** arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003a

_____. *Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade*. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, 2003b, p. 367-374. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/episc/v8n3/19958.pdf>> Acesso em 25 de setembro de 2010

_____; MAGALHÃES, Andrea Seixas. *Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal*. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, p. 111-121

FERNANDES, Rosali Braga. *Processos recentes de urbanização/segregação em Salvador: o miolo, região popular e estratégica da cidade*. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 523, julho 2004. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-523.htm>>

FIGUEIRA, Sérvulo A. **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985

_____. **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista**. Trad. Vera Regina Rebello Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976

FONSECA, Adilson. *Salvador tem a maior densidade populacional do Brasil*. **Jornal A Tarde Online**. Salvador, 01 set. 2008. Disponível em <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=951016>> Acesso em 03 de outubro de 2008

FONSECA, Cláudia. *Amor e família: vacas sagradas da nossa época*. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs). **Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1995, p. 69-89

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1981

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luisa. *Antropologia e Feminismo*. In: _____ (Orgs). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. 1, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 11-47.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1987, p. 3-87

FUNDAÇÃO LUIS EDUARDO MAGALHÃES – FLEM. **População do País envelhece e taxa de reposição declina**. Disponível em <<http://www2.flem.org.br/noticias/2008/09/19/populacao-do-pais-envelhece-e-taxa-de-reposicao-declina>> Acesso em 07 de dezembro de 2009

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

_____. *Problemas epistemológicos das ciências humanas*, p. 17-25; *Esboço dos fundamentos de uma hermenêutica*, p. 57-71. In: FRUCHON, Pierre (Org.). **O problema da consciência histórica**. Trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

_____. **Verdade e Método II**: complementos e índice. Trad. Ênio Paulo Gianchini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel J. **Ninguém escreve ao coronel**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982

GERMANO NETO, João. **Queixas de memória e desempenho mnemônico e cognitivo entre idosos**. *Resumo*. Tese (Doutorado). Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991 (Original inglês: *The consequences of Modernity*. Inglaterra: Polity Press, 1990)

_____. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista, 1993 (Original inglês: *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love & Erotism in Modern Societies*, 1992)

_____. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Trad. Maria Luiza X, de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000

_____. **Modernidade e Identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002

_____. *Cultura e sociedade*. In: _____. **Sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

GLAUDE, Michel; SINGLY, François de. *L' Organisation domestique: pouvoir et négociation*. **Économie et Statistique**. Paris, 1986, n. 187, p. 3-29. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/estat_0336-1454_1986_num_187_1_2447> Acesso em 17 de outubro de 2011

GODOY, Maria de Fátima G. **Criatividade e integração vital em idosos**. *Resumo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008

GOLDANI, Ana Maria. *As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas*. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 91, p. 7-72, nov. 1994

_____. *Mulheres e envelhecimento*: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p. 75-114. Disponível em <<http://www.un->

instraw.org/data/media/documents/publications/sc-age-IPEAcapitulo.pdf> Acesso em 31 de outubro de 2011

GOLDENBERG, Mirian. *Sobre a invenção do casal*. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001 v. 1, n. 1, p. 89-104

_____. *Novas famílias nas camadas médias urbanas*. In: **Terceiro Encontro de Psicólogos Jurídicos**. Rio de Janeiro: EMERJ/ESAJ, 2003, p. 18-26. Disponível em <http://www.miriangoldenberg.com.br/content.php?option=com_content&task=view&id=18&Itemid=49> Acesso em 30 de outubro de 2011

_____. **De perto ninguém é normal**. Estudos sobre corpo, sexualidade e desvio na cultura brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005

_____. **Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009

GOLDSTEIN, Lucila Lucchino. *A produção científica brasileira na área da gerontologia (1975-1999)*. **Revista online Biblioteca Prof. Joel Martins**, v. 1, n. 1, p. 1-14, out. 1999. ISSN: 1517-3992. Disponível em <<http://www.fal.unicamp.br/etd/viewarticle.php?id=390>> Acesso em 14 de janeiro de 2009

GOMES, Márcia Queiroz de C. **Velhos e velhas: a busca de novos espaços de sociabilidade**. *Resumo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

GOMES, Romeu. *A análise de dados em pesquisa quantitativa*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994, p. 67-80

GRÜN, Roberto. *Conflitos de geração e competição no mundo do trabalho*. **Cadernos Pagu**. Campinas/SP, n. 13, p. 63-107, 1999

GRZYBOWSKI, Luciana. *Famílias monoparentais – Mulheres divorciadas chefes de família*. In: WAGNER, Adriana (Org.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 39-53

GUEDES, Moema de Castro; ALVES, José Eustáquio Diniz. *A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário*. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP**. Caxambu/MG, Set. 2004. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_116.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2011

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie (Orgs.). **Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil. V. 1 Classe Média, Desenvolvimento e Crise**. São Paulo: Editora Cortez, 2006

GUZMÁN, Virgínia. *A equidade de gênero como tema de debate e de políticas*. In: FARIAS, Nalu; SILVEIRA, M. L.; NOBRE, M. (Orgs.). **Gênero nas políticas públicas**. São Paulo: SOF, 2000, p. 63-86 (Cadernos Sempreviva).

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 103-133.

HARAWAY, Donna. *Um manifesto para os Cyborgs: Ciência, tecnologia e feminismo Socialista na década de 80*. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 243-287.

_____. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. **Cadernos Pagu**, (5), 1995, p. 07-42.

HARDING, Sandra. *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 1993, p. 7-32

_____. *Rethinking Standpoint Epistemology: What is Strong Objectivity?* In: KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen E. (eds). **Feminism & Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 235-248

HARSTOCK, Nancy. *The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism*. In: HARDING, Sandra (ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987, p. 157-180.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006

HEILBORN, Maria Luiza. *O que faz um casal, casal ? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas*. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs). **Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1995, p. 91-106

_____. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

HEINEN, Jacqueline. *Configurations familiales et vie domestique*. Introduction. **Cahiers du Genre**. n. 30, 2001. Disponível em <http://www.iresco.fr/revus/cahiers_du_genre/introduction-CahiersduGenre-30-2001.pdf> Acesso em 28 de janeiro de 2010

HEMINGWAY, Ernest Miller. **O velho e o mar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

HÉRAN, François. *La seconde nature de l' habitus: tradition philosophique et sens commun dans le langage sociologique*. **Revue Française de Sociologie**, v. 28, n. 3, p. 385-416, 1987. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2669_1987_num_28_3_2433> Acesso em 25 de fevereiro de 2012

HINTZ, Helena Centeno. *Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade*. **Revista Pensando Famílias**, n. 3, 2001, p. 8-19. Disponível em <<http://www.domusterapia.com.br/pdPF3HelenaHintz.pdf>> Acesso em 20 de abril de 2010

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *A Classe Operária tem dois sexos*. Trad. Estela dos Santos Abreu. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 1995

HOBUSS, João. *Sobre a disposição em Aristóteles: Hexis e Diathesis*. **Dissertatio**, n. 31, p. 221-233, 2010. Disponível em <<http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/31/12.pdf>> Acesso em 21 de fevereiro de 2012

IERVOLINO, Solange Abrocési; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. *A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde*. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / DPE / COPIS. **Síntese de indicadores sociais – 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/indicadores/caracteristicasdapopulacao.pdf>> Acesso em 6 de novembro de 2011

_____. **Informações estatísticas e geocientíficas. 2008**. [online]. Disponível em <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida>> Acesso em 15 de outubro de 2009.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=1&uf=00>>. Acesso em 17 de abril de 2012

IRIGARAY, Tatiana Quarti; SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. *Participação de idosas em uma Universidade da Terceira Idade: Motivos e mudanças ocorridas*. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 211-216. Brasília/DF, 2008

JABLONSKI, Bernardo. *A Crise do Casamento Contemporâneo e a Emancipação Feminina: Algumas Considerações*. In: NEGREIROS, Teresa Creuza G. M. **Emancipação da Mulher**. Rio de Janeiro: NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher)/ PUC - Rio, 1988. Disponível em <http://www.bernardojablonski.com/pdfs/producao/a_crise.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2010

_____. *Afinal, o que quer um casal?* Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: Féres-Carneiro, Terezinha. **Família e Casal – Arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003, p. 141-168. Disponível em <<http://www.bernardojablonski.com/pdfs/producao/afinal.pdf>>. Acesso em 13 de abril de 2009

JESUS, Maria Cristina Pinto de.; PEIXOTO, Marisa Ribeiro Bastos; CUNHA, Mércia Heloísa Ferreira. *O paradigma hermenêutico como fundamentação das pesquisas etnográficas e fenomenológicas*. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, v. 6, n. 2, Ribeirão Preto, abril 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11691998000200006&script=sci_arttext> Acesso em 27 de março de 2010

KOLLANTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. Trad. Roberto Goldkorn. 2. ed. São Paulo: Global, 1979

LANGEVIN, Annete. *A construção social das idades: mulheres adultas de hoje e velhas de amanhã*. In: CRH/UFBA. **Caderno CRH**, n. 29, p. 129-149 Salvador, 1998

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber : manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969 (Original francês: *Le droit à la ville*. Paris: Editions Anthropos, 1968)

LENOIR, Remi. *Objeto sociológico e problema social*. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 59-106

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A família*. In: SHAPIRO, Harry L. (Org.). **Homem, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982, p. 355-380

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ARRUDA, Marina Patrício de. *Da escrita linear à escrita digital: atravessamentos profissionais*. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2, ano II, p. 6-7, dez. 2003. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php.fass/article/viewFile/955/735>> Acesso em 21 de março de 2010

LIMA, Cláudia Feio da Maia. **O cuidado domiciliar ao idoso com doença de Alzheimer: representações de familiares cuidadores, membros de uma associação de apoio, na cidade de Salvador-Ba**. 2002. *Resumo*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

LIMA, Susana Moreira. **O outono da vida: Trajetórias do envelhecimento feminino em narrativas brasileiras contemporâneas**. *Resumo*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Universidade de Brasília, 2008. Disponível em <http://www.gelbc.com.br/pdf_teses/Susana_Moreira_Lima.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2012

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso; PRÁ, Keli Regina Dal. *A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo*. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 6, n. 1, p. 93-104, jan/jun. 2007. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php.fass/article/viewFile/1048/3234>> Acesso em 20 de março de 2010

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. **Autoridade & Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987

_____. *Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice*. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Envelhecimento, Cultura e transformações Sociais*. In: PY, Lígia et al. **Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004, p. 39-56.

_____. *Gênero, Cidade e Geração: perspectivas femininas*. In: _____. **Família e Gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 17-27

LOPES, Ewellyne Suely de Lima; NERI, Anita Liberalesso; PARK, Margareth Brandini. *Ser avós ou ser pais: Os papéis dos avós na sociedade contemporânea*. **Textos sobre Envelhecimento**, v. 8, n. 2, Rio de Janeiro: UNATI/UERJ, 2005. Disponível em <http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-592820050002> Acesso em 20 de maio de 2010

LOURO, Guacira Lopes. *A emergência do gênero*. In: _____. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011

_____. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443-481.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006 (Original em inglês: *The image of the city*. The MIT Press, Cambridge, MA)

LYOTARD, Jean-François. **A condição Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1985

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom Casmurro*. In _____. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, [s.d.]

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2001

_____. **O ritmo da vida**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007 (original francês *Le rytme de la vie*)

MAGALHÃES, Dulce Maria. *A Sociedade perante o lazer: geração do lazer ou do não-sei-que-fazer*. **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, 01, p. 165-174. Porto/Portugal, 1991. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3071.pdf>> Acesso em 22 de fevereiro de 2012

MANNHEIM, Karl. *O problema das gerações*. **Sociologia do conhecimento**. Porto, Portugal: Res Editora, 1928, p. 115-176.

_____. *O problema de uma sociologia do conhecimento*. Trad. Mauro Gama e Ina Dutra. In: BARTELLI, Antonio Roberto, PALMEIRA, Moacir G. Soares & VELHO, Otávio Guilherme (orgs.). **Sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974

MARCONI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** Planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006

MARTINS, André Ferrer P.; ZANETIC, João. *Tempo: esse velho estranho conhecido*. **Ciência e Cultura**, v. 54, n. 2. São Paulo, Oct./Dec. 2002

MARTINS, Roselisa C. *Psicoterapia do idoso: uma revisão da literatura*. In **Estudos de Psicologia**. V. 15, n. 1, p. 27-36, 1998.

MARUCCI, Maria de Fátima N. **Aspectos nutricionais e hábitos alimentares de idosos matriculados em ambulatório geriátrico**. *Resumo*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, 1992

MATOS, Marlise. **Reinvenções do vínculo amoroso:** cultura e identidade de gênero na modernidade tardia. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000

MAYOL, Pierre. *Morar*. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do cotidiano:** 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

MEIRELES, Cecília. *Poema*. **Retrato Natural** – Poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 (Publicado originalmente em 1949)

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4

MEMBRADO, Monique. *Les expériences temporelles des personnes âgées: des temps différents? Enfances, Familles, Générations*. *Revue Internationale de Recherche et de Transfert*, n. 13, 2010, p. 1-20. Disponível em <<http://www.erudit.org/revue/efg/2010/.../045417ar.htm>> . Acesso em 21 de janeiro de 2012

MINAYO, Maria Cecília S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. *Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento*. In: MINAYO, Maria Cecília S.; DESLANDES, S. F. (Orgs.). **Caminhos do Pensamento:** epistemologia e método. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002, p. 83-107. Disponível em <<http://www.nesp.unb.br/utics/aexperiencia.pdf>> Acesso em 3 de abril de 2010

_____. COIMBRA JR., Carlos E. A. *Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento*. In: _____. **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento & tratamento**. Trad. Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982

MONTES, Maria Lúcia. *As figuras do sagrado: entre o público e o privado*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); SCHWARTZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4

MOREIRA, Morvan de Mello. *O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência*. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, 1998, v. 15, n. 1, p. 79-93

_____. *Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais*. In: WONG, Laura L. Rodrigues (org.) **O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso**. Belo Horizonte/UFMG/Cedeplar: ABEP, 2001. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/envelhecimento.pdf>>. Acesso em 25 de setembro de 2009.

MORGAN, David L. *Focus groups*. **Annual Review of Sociology**. 22, p. 129-152, 1996

_____. *Focus groups as a qualitative research*. **Qualitative Research Methods Series**. V.16. London: Sage Publications, 1997

MOUFFE, Chantal. *Feminismo, cidadania e política democrática radical*. In: _____. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 101-120

MOURÃO, Elaine Cristina; VALENTE, Maria Luisa L. de Castro; GODINHO, Pedro Henrique. *Avanços e Recuos: O Arcaico e o Moderno na construção da Conjugalidade*. **Anais do XIX Encontro de Psicologia de Assis**. Assis/SP: UNESP, 2006. Disponível em <http://www.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS_DO_XIX_ENCONTRO/55_Elaine_Cristina_Mourao.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2010

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. *Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando pesquisa, clínica e política*. **Psicologia em Estudo**. Maringá/PR, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006

NASCIMENTO JÚNIOR, Luiz Gonzaga (Gonzaguinha). *O que é, o que é?* In: _____. **Caminhos do coração**. Gênero: MPB. Rio de Janeiro: EMI/Odeon, 1982. Disponível em <<http://www.letras.mus.br/gonzaguinha/463845/>> Acesso em 13 de maio de 2012

NERI, Anita L. (org.). **Psicologia do Envelhecimento**. Campinas, SP: Papyrus, 1995

_____. *A pesquisa em gerontologia no Brasil: análise de conteúdos de amostra de pesquisa no período de 1975-1996*. **Texto e Contexto**. Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 69-105, 1997.

_____. **Qualidade de vida e idade madura.** Campinas, SP: Papyrus, 1999

_____. *Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e sociologia.* In NERI, Anita Liberalesco (Org.) **Desenvolvimento e envelhecimento:** perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papyrus, 2001, p.11-35 (Coleção Vivacidade).

NETO, João Alves da Silva; FASOLO, Lucia; CANEVER, Melissa. *Casal e Dinheiro:* convivendo com mudanças de gênero. In: STREY, Marlene Neves; NETO, João Alves da Silva; HORTA, Rogério Lessa (Orgs.). **Família e Gênero.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.238-258

_____.; STREY, Marlene Neves. *Gênero e Conjugalidade:* Encontros e desencontros na representação social da relação conjugal. In: STREY, Marlene Neves; NETO, João Alves da Silva; HORTA, Rogério Lessa (Orgs.). **Família e Gênero.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 210-237

NETO, Otávio Cruz. *O trabalho de campo como descoberta e criação.* In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994, p. 51-66

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o Gênero.* Trad. Luiz Felipe Guimarães Soares. **Revista Estudos feministas**, v. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.

OKUMA, Silene S. **O idoso e a atividade física:** fundamentos e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 1998 (Coleção Viva Idade).

OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lúcia. *Teorias feministas e representações sociais:* desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas.** Florianópolis, 14(3): 27, set/dez 2006, p. 597-615

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU / Divisão de Informações das Relações Externas do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA. **Relatório sobre a situação da população mundial 2011.** Disponível em <http://www.unfpa.org.br/swop2011/swop_2011.pdf> Acesso em 11 de abril de 2012

ORTNER, Sherry B. *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Cords.). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade.** Trad. Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAIVA, Antonio Crístian Saraiva. *Reserva e invisibilidade:* A construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007

PARDAL, Maria do Céu da Costa. *Intervenção Socioterapêutica numa Família à Deriva:* uma abordagem sistêmica. In: **IV Congresso Português de Sociologia.** Coimbra/Portugal, 2000. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462c01ce3357f_1.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2011

PAREYSON, Luigi. *Pessoalidade e socialidade da arte* In: _____. **Os problemas da estética**. Trad. Maria Helena Nery Garcez. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 99-123 (Título original: I problemi dell'estetica)

PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991, p. 26-67. (Original publicado no *The American Journal of Sociology*, v. XX, p. 577-612. Chicago, 1919)

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993

PEIXOTO, Clarice E. *Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais*. In: _____.; SINGLY, François de.; CICCHELLI, Vincenzo. **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000

_____. *Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar*. In: _____. **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004

Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: LINS DE BARROS, M. M. (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 69-84

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001

PIMENTA NATIVA. *Nós somos jovens*. Composição: Carlos Neto. In: _____. **Vai subir poeira**. Produtor: Ricardo Cavalcanti. Direção musical: Zé de Henrique. Rio de Janeiro: EMI, 1996. Disponível em <<http://www.letras.mus.br/pimenta-nativa/118475/>> . Acesso em 13 de maio de 2012

PINCUS, Lily; DARE, Christopher. *O contrato secreto do casamento*. In: _____. **Psicodinâmica da família**. Trad. Clara Rotenberg e Shirley Kleinke. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981

PINHEIRO, Odette de Godoy. *Entrevista: uma prática discursiva*. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000

POSTER, Mark. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. *A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa*. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 2004, v. 9, n. 1. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-8123200044000100006&script=sci_arttext> Acesso em 03 de dezembro de 2009

PRONOVOST, Giles. *The sociology of leisure*. **Current sociology**, v. 46, n. 3, jul. 1998

RICHARDSON, Robert Jarry. *Entrevista*. In: RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas S. A., 1999

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres*. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, p. 122-137

ROLNIK, Raquel. *O lazer humaniza o espaço urbano*. In: SESC SP (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000. Disponível em <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>>. Acesso em 02 de março de 2012

ROSALDO, Michelle Zimbalist. *A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica*. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Cords.). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Trad. Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SÁ, Selma Petra Chaves. **Idoso: Representação da velhice e do cuidado de si**. *Resumo*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Enfermagem Ana Nery. Rio de Janeiro: UFRJ/EEAN, 2004

SAFIOTTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

_____. *A Ontogênese do gênero*. In: STEVENS, Cristina; SWAIN, Tania Navarro. **A Construção dos Corpos: Perspectivas Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008, p. 149-181

SALAMANCA, Pablo. **O que é Espiritualismo**. [S. I.]: 19 set. 2005. Disponível em: <<http://www.espiirutualistas.org/Espiritualismo%20-20Artigo%201.pdf>> Acesso em 05 de novembro de 2011

SALEM, Tânia. *O casal igualitário: princípios e impasses*. In: _____. **O casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_03.htm> Acesso em 13 de janeiro de 2009

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. *Mulher idosa: a feminização da velhice*. **Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**. Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002

SAMARA, Eni de Mesquita. *Espaço da família: vida doméstica e relações sociais*. In: _____. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 15-45

_____. **A família brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Tudo é História)

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica: perguntas e respostas*. **CENEP – Centro de Estudos Peirceanos**, 1983. Disponível em <<http://www.pucsp.br/pos/cos/cepe/semiotica.htm>> Acesso em 24 de dezembro de 2011

SANTANA, Munich; DIMENSTEIN, Magda. *Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero*. **PsicoUSF**, v. 10, n. 1, p. 93-102. Itatiba, 2005.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v10n1/v10n1a12.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2009

SANTO AGOSTINHO. *O Homem e o Tempo*. Livro XI. In: _____. **Confissões**. Livros VII, X, XI. Trad. Arnaldo do Espírito Santo; João Beato; Maria Cristina Castro-Maia Sousa Pimentel. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Lisboa/Portugal, 2008. Disponível em <http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf> Acesso em 21 de novembro de 2011

SANTOS, Boaventura Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *O Gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias*. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia (Orgs.). **Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998 (Coleção Bahianas, 3), p. 147-164

_____. *Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?* In: COSTA, Ana Alice Alcântara ; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002a.

_____. *A mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista 'cinquentona'*. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo. **Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea**. Salvador/NEIM/UFBA, 2002b, p. 51-68.

SARTORI, Adriana Castro Ruocco; ZILBERMAN, Mônica L. *Revisitando o conceito de síndrome do ninho vazio*. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo, v. 36, n. 3, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832009000300005> Acesso em 13 de fevereiro de 2012

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Introdução. Sobre semelhanças e diferenças; Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); SCHWARTCZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 7-10 e 171-233

SCOTT, Joan W. *Prefácio a "Gender and Politics of history"*. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27. Campinas, SP: 1994.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995

_____. *Experiência*. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero: Teorias, Análise, Leituras**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. *Questionários e entrevistas*. In: _____. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Trad. Maria Martha Hubner D'Oliveira e Miriam Marinotti Del Rey. 2. ed. v. 2, p. 15-48. São Paulo: EPU, 1987

SILVA, Jessé Gomes da. *Deixa a vida me levar*. In: _____. **Deixa a vida me levar**. Gênero: samba / pagode. São Paulo: Universal Music, 2002. Disponível em <<http://www.letras.mus.br/zeca-pagodinho/49398/>> Acesso em 13 de maio de 2012

SILVA, Lídia Maria M. R. *A família na sociedade de classes*. In: _____. **Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia**. São Paulo: Cortez Editora. 1982, p. 41-58

SILVA, Tomaz Tadeu. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 73-102

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. Trad. Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991, p. 11-25 (Original inglês: *The Metropolis and Mental Life. The Sociology of Georg Simmel*. Trad. Kurt H. Wolff. Illinois: The Free Press, 1950. Copyright by The University of Chicago Press. Publicado pela primeira vez em 1902).

SIMÕES, Júlio A. *A maior categoria do país: o aposentado como ator político*, p.13-34. In: LINS DE BARROS, Myriam Morais (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

SIQUEIRA, Maria Eliane C. de. *Teorias sociológicas do envelhecimento*. In: NERI, Anita Liberalesco (Org.) **Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas, SP: Papirus, 2001 (Coleção Vivacidade).

SIQUEIRA, Renata L.; BOTELHO, Maria Izabel V.; COELHO, France Maria G. *A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais*. In: **Ciência e Saúde Coletiva**. V. 7, n. 4. Rio de Janeiro, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. *A Geração*. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da História Oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas [s.d.]. (Publicação original: *La génération*. In: **Périodes**; la construction du temps historique. Paris: EHESS et Histoire au Présent, 1991, p. 129-134).

SKINNER, Burrhus F.; VAUGHAN, Margaret E. **Viva bem a velhice: aprendendo a programar a sua vida**. Trad. Anita Liberalesso Néri. São Paulo: Summus Editorial Ltda, 1985

SMITH, Dorothy E. *Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology*. In: HARDING, Sandra. **Feminism & Methodology**. Bloomington, Indiana: Opene University Press, 1987

SOUZA, Andréia dos Santos. **O cuidado com idosos hipertensos: representações sociais de familiares**. *Resumo*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUZA, Carolina Marback B. **Envelhecimento e tendências de gênero e classe social em grupos de idosos**. *Resumo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, 2003.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. *A Formação de proles e a criação de filhos na Bahia*. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs). **Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1995, p. 191-215

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *Experiências de mulheres, destinos de gênero*. In: _____. **A Classe Operária tem dois Sexos: Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 73-86

SOUZA, Nadir Helena Sanchotene de; WAGNER, Adriana; BRANCO, Bianca de Moraes; REICHERT, Claudete Bonatto. *Famílias com casais de dupla carreira e filhos em idade escolar: estudo de caso*. **Aletheia**, n. 26, p. 109-121, Canoas/RS, julh./dez. 2007

STUART-HAMILTON, Ian. **A Psicologia do Envelhecimento: Uma Introdução**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2002

STUCCHI, Deborah. *O curso de vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria*. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998

TANAKA, Oswaldo Y. MELO, Cristina. *Como operacionalizar um grupo focal*. In: _____. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente - um modo de fazer**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 57-60

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Crítica metodológica: investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982

THOMPSON, Edward P. *Prefácio*. In: _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9-14

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Cecília. *A Mulher no Mundo do Trabalho*. In: _____. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2003 (Série Marxismo e Opressão)

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

UNITED NATIONS. *World Population Trends. World Population Prospects: the 2010 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Disponível em <http://esa.un.org/unpd/wpp/Documentation/pdf/WPP2010_Highlights.pdf> Acesso em 13 de janeiro de 2012

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

_____. **Subjetividade e Sociedade:** uma experiência de geração. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989

_____. **Projeto e Metamorfose:** Antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003

VELOSO, Maria Bethânia Viana Teles. *Tocando em frente*. Composição: Almir Sater e Renato Teixeira. In: _____. **Maria Bethânia – 25 anos**. Produção: Jaime Alem e Mayrton Bahia. Gênero: MPB. São Paulo: Philips, 1990. Disponível em <<http://www.letras.mus.br/maria-bethania/164726/>>. Acesso em 13 de maio de 2012

WAGNER, Adriana. *Possibilidades e potencialidades da família – a construção de novos arranjos a partir do recasamento*. In: WAGNER, Adriana (Org.). **Família em cena:** tramas, dramas e transformações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 23-38

_____; PREDEBON, Juliana; MOSMANN, Clarisse; VERZA, Fabiana. *Compartilhar tarefas?* Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 2, Brasília, Mai./Ago. 2005

WEBER, Max. *Conceito e categorias da cidade*. Trad. Antonio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991, p. 68-89 (Traduzido de Economia y Sociedad-II, Fondo de Cultura Económica, México, 1964, sob o título *The city*. Original alemão: *Die Stadt*. Publicado pela primeira vez no Archiv für Sozialwissenschaft und Sozial Politik, t. 47, 1921).

WILLI, Jürg. **La pareja humana: relación y conflicto**. Versão espanhola de Fausto Ezcurra Rolin. Madrid: Ediciones Morata S. A., 1978, p. 38-53 e 69-205. (Original alemão *Die Zweier-Beziehung*. Hamburg, 1975)

WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. Trad. Marina Corrêa Treuherz. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991, p. 90-113. (Original inglês: *Urbanism as way of life*. The American Journal of Sociology, v. XLIV, n. 1. Chicago: The University of Chicago Press, 1938)

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença:* uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 7-72.

ZIVIANI, Cílio. *Sintaxe subjacente a atitudes e percepções entre cônjuges*. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Família e Casal:** efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio, 2005, p. 58-92

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

Identificação

Nome:	Idade:	Cor:	Naturalidade:
Escolaridade:	Ocupação:	Religião:	Bairro:
Tempo de casado:	Nº filhos:	Telefone:	Data entrevista:

1. Estilos de vida: contextos, atividades e relações

- 1.1 Rotina de trabalho e/ou aposentadoria
- 1.2 Rotina de lazer e outras atividades
- 1.3 Estrutura familiar atual
- 1.4 Redes de relações: familiares; amigos
- 1.5 Avaliação e sentimentos em relação a morar e envelhecer na cidade
- 1.6 Influências da idade no estilo de vida atual
- 1.7 Nível de satisfação com o estilo de vida atual

2. Construindo significados

- 2.1 Significados: “terceira idade”; “velhice”
- 2.2 Sentimentos em relação à atual fase da vida
- 2.3 Mudanças sentidas após fazer 50 anos
- 2.4 Significados das relações de conjugalidade
- 2.5 Importância do relacionamento afetivo/sexual nessa fase da vida
- 2.6 Significados da experiência de “envelhecer juntos”
- 2.7 Nível de participação nas experiências de envelhecimento da parceria
- 2.8 Nível de participação dos filhos nas vivências do envelhecimento

3. Projetos pessoais / Projetos conjugais

- 3.1 Projetos individuais e expectativas de realização
- 3.2 Projetos do casal e expectativas de realização
- 3.3 Motivações na elaboração, manutenção ou abandono dos projetos

